



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA**

**NORMALISTAS CAMPINENSES: O PROJETO CURRICULAR DA ESCOLA  
NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB (1960 - 1971)**

João Pessoa – PB  
2023

PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA

**NORMALISTAS CAMPINENSES: O PROJETO CURRICULAR DA ESCOLA  
NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB (1960 - 1971)**

Texto apresentado à banca para o exame de Defesa do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção do título de Doutora em Educação.

**Orientadora:** Prof. Dra. Fabiana Sena da Silva

**Linha de pesquisa:** História da Educação

João Pessoa – PB  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S725n Sousa, Pamella Tamires Avelino de.

Normalistas campinenses : o projeto curricular da escola normal estadual de Campina Grande-PB (1960 - 1971 / Pamella Tamires Avelino de Sousa. - João Pessoa, 2023.

210 f.

Orientação: Fabiana Sena da Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação - Escola normal. 2. Educação campinense. 3. Formação - Professoras. 4. História da educação. I. Silva, Fabiana Sena da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DA DOUTORANDA PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA ALUNA DO CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO/PPGE/CE/UFPA.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três (2023), às 14:00horas, no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Educação, realizou-se a sessão de defesa de Tese da doutoranda PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA, matrícula 20191014957, intitulada “NORMALISTAS CAMPINENSES: O PROJETO CURRICULAR DA ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB (1960 - 1971)”. Estavam presentes, os Professores Doutores: Fabiana Sena da Silva (Orientadora/PPGE/CE/UFPA); Edilson Fernandes de Souza (PPGEdu/UFPE); Niédja Maria Ferreira de Lima (PPGE/UFCE); Jeane Félix da Silva (PPGE/CE/UFPA); Maria Elizete Guimarães Carvalho (PPGE/CE/UFPA) e demais convidados. A Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva, na qualidade de Orientadora, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a doutoranda PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA, para que no prazo de 30 minutos apresentasse a sua Tese. Após exposição oral apresentada pela doutoranda PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA, a Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva, passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, a doutoranda PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA respondeu as perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientadora a Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva, que reuniu-se secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A BANCA EXAMINADORA CONSIDEROU A TESE: Aprovada. O trabalho apresenta relevância na temática, uma qualidade da escrita e apresenta uma riqueza das fontes, de modo que a banca recomenda a publicação da tese após as observações pontuadas durante a defesa para também a versão final.

A seguir, a Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva apresentou o parecer da Banca Examinadora a doutoranda PÂMELLA TAMIRES AVELINO DE SOUSA, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E para constar, eu, Glória de Lourdes Fernandes, representando a Secretaria da Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé. João Pessoa, 27 de fevereiro de 2023.

Documento assinado digitalmente



JEANE FELIX DA SILVA  
Data: 01/03/2023 09:37:21-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente



FABIANA SENA DA SILVA  
Data: 01/03/2023 10:09:29-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente



EDILSON FERNANDES DE SOUZA  
Data: 27/02/2023 19:44:52-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

*Maria Elizete G. Carvalho*

## **AGRADECIMENTOS**

Alguns rituais por vezes nos parecem com pouca importância, mas, após esse percurso, que espero não findar nesse momento, fica inegável recordar de pessoas que se fizeram presentes, e que de alguma forma ajudaram a deixar o caminho mais leve, ajudando-me mesmo sem o saber ou perceber.

A minha avó, Maria Luíza, que sonhou junto comigo por essa realização, mas teve que me deixar antes de vê-la alcançada, meu maior agradecimento.

Aos meus pais, Zilda e Fábio, por acreditarem na educação e em mim. Por todos os sacrifícios e pelas lições de casa ensinadas. Muito obrigada!

A meu esposo, Rafael, por compartilhar das minhas aspirações e estar sempre comigo. Obrigada.

As minhas amigas: Mery, Taty, Jeh e Cintinha, obrigada por serem essas pessoas que deixam a vida mais leve.

À Professora Melânia Rodrigues, pelas leituras, partilhas, indicações, força e amizade. Obrigada!

A minha orientadora, Fabiana Sena, pelo olhar criterioso e responsável. Obrigada por me educar a analisar os impressos, lição valiosa que não esquecerei.

Aos professores, Edilson Fernandes, Niédja Lima, Jeane Félix e Maria Elizete, pelo carinho e atenção que dedicaram à análise e contribuição desta tese. Gratidão.

Aos colegas da turma 39 do Doutorado em Educação do PPGE. Turma boa e companheira, gratidão!

Ao Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação (CNPq/UFPB), meus colegas de orientação. Obrigada.

Ao Grupo de Pesquisa da Escola Normal (UFCG), obrigada.

Aos funcionários e funcionárias da Coordenação do PPGE, gratidão.

Ao CNPq pelo financiamento e aplicabilidade desta pesquisa.

Aos meus familiares, amigas e amigos, professoras e professores, o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

A criação da primeira Escola Normal pública de Campina Grande-PB, em 1960, atendeu a uma política de desenvolvimento do Governo Federal, a qual previa que as escolas normais deveriam ser criadas, reestruturadas e reformuladas. Essa iniciativa teve como objetivo expandir o Ensino Normal e profissionalizar mais educadoras para a nação em desenvolvimento. Esta pesquisa pretende analisar o currículo desenvolvido na Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECSG), no período de 1960-1971, tendo como início o ano de 1960, quando se dá a criação dessa escola, e, por fim, 1971, tomando como referência a Lei 5.692/71, que reformula o ensino de 1º e 2º graus. A pesquisa de cunho documental analisa, com base no Paradigma Indiciário, as fontes encontradas na coleta de dados, e objetiva – a partir do jornal *Diário da Borborema*, documentos e fotografias – analisar o currículo desenvolvido na ENECSG, sob a perspectiva das categorias de análises da Representação, Currículo e Disciplina. A composição das fontes como jornal, fotografia, documentos oficiais e exames avaliativos delineou a cultura escolar vigente nessa Instituição, nos permitindo concluir que o currículo desenvolvido na ENECSG, durante o período de 1960 a 1971, estava pautado nas ideias de responsabilidade moral e cívica das normalistas para desempenharem o papel de mãe, esposa e filha para a educação campinense.

**Palavras-chave:** Escola Normal; Jornal; Currículo; Formação de Professoras; Normalistas; Representação.

## ABSTRACT

The creation of the first public Normal School in Campina Grande-PB, in 1960, complied with a Federal Government development policy, which provided that normal schools should be created, restructured and reformulated. This initiative aimed to expand Normal Education and professionalize more female educators for the developing nation. This research intends to analyze the curriculum developed at the Escola Normal Estadual de *Campina Grande* (ENECEG), between 1960-1971, starting in 1960, when this school was created, and, finally, 1971, taking as reference the Brazilian law number: 5.692/71, which reformulates the teaching of 1st and 2nd grades. The documental research analyzes, based on the Evidence Paradigm, the sources found in the data collection, and aims – from the *Diário da Borborema* newspaper, documents and photographs – to analyze the curriculum developed at ENECEG, from the perspective of the analysis categories of Representation, Curriculum and Discipline. The composition of sources such as newspaper, photography, official documents and evaluation exams outlined the prevailing school culture in that Institution, allowing us to conclude that the curriculum developed at ENECEG, during the period from 1960 to 1971, was based on the ideas of moral and civic responsibility of the normalists to play the role of mother, wife and daughter for *Campinense* education.

**Keywords:** Normal School; Newspaper; Curriculum; Teacher Training; Normalists; Representation.

## RESUMEN

La creación de la primera Escuela Normal pública en Campina Grande en el estado brasileño conocido como Paraíba, en 1960, cumplió con una política de desarrollo del Gobierno Federal, que dispuso que las escuelas normales debían ser creadas, reestructuradas y reformuladas. Esta iniciativa tenía como objetivo expandir la Educación Normal y profesionalizar más educadoras para la nación en desarrollo. Esta investigación intenta analizar el currículo desarrollado en la *Escola Normal Estadual de Campina Grande* (ENECEG), en el período 1960-1971, empezando en el año 1960, cuando se crea esta escuela, y, finalmente, 1971, con referencia en la ley brasileña 5.692/71, que reformula la enseñanza de 1° y 2° grados. La investigación documental analiza, con base en el Paradigma de la Evidencia, las fuentes encontradas en la recolección de datos, y tiene como objetivo – del periódico *Diário da Borborema*, documentos y fotografías – analizar el currículo desarrollado en la ENECEG, en la perspectiva de las categorías de análisis de la Representación, Currículo y Disciplina. La composición de fuentes como prensa escrita, fotografía, documentos oficiales y exámenes de evaluación esbozaron la cultura escolar imperante en esa Institución, permitiéndonos concluir que el currículo desarrollado en la ENECEG, durante el período de 1960 a 1971, se basó en las ideas de la moral y la responsabilidad cívica de las normalistas de actuar en los papeles de madre, esposa e hija para la educación *campinense*.

**Palabras clave:** Escuela Normal; Periódico; Currículo; Formación de Profesores; normalistas; Representación.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b>	Distribuição de disciplinas do Segundo Ciclo, por série .....	<b>60</b>
<b>Quadro 2:</b>	Organização das Disciplinas na Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946) .....	<b>63</b>
<b>Quadro 3:</b>	Atividades Religiosas da ENECG publicadas no jornal <i>Diário da Borborema</i> .....	<b>75</b>
<b>Quadro 4:</b>	Atividades culturais e festas da ENECG publicadas no jornal <i>Diário da Borborema</i> .....	<b>104</b>
<b>Quadro 5:</b>	As Práticas Educativas publicadas no jornal <i>Diário da Borborema</i> .....	<b>110</b>
<b>Quadro 6:</b>	Distribuição de disciplinas da ENECG, por série, nos períodos de 1960 - 1963 .....	<b>129</b>
<b>Quadro 7:</b>	Disciplinas da 1ª Série – ENECG – 1960-1964 .....	<b>132</b>
<b>Quadro 8:</b>	Disciplinas da 1ª Série – ENECG – 1966, 1968, 1969 e 1971 .....	<b>133</b>
<b>Quadro 9:</b>	Disciplinas da 2ª Série – ENECG – 1961-1965 .....	<b>137</b>
<b>Quadro 10:</b>	Disciplinas da 2ª Série – ENECG – 1967-1970 .....	<b>138</b>
<b>Quadro 11:</b>	Disciplinas da 3ª Série – ENECG – 1962-1966 .....	<b>140</b>
<b>Quadro 12:</b>	Disciplinas da 3ª Série – ENECG – 1967, 1968, 1970 e 1971 .....	<b>142</b>
<b>Quadro 13:</b>	Registro em Disciplinas Específicas para o Ensino Normal – 1968 .....	<b>156</b>
<b>Quadro 14:</b>	Disciplinas de Cultura Geral – 1970 .....	<b>159</b>
<b>Quadro 15:</b>	Disciplinas Específicas – 1970 .....	<b>160</b>
<b>Quadro 16:</b>	Práticas Educativas – 1970 .....	<b>160</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1:</b>	Lei nº1.635, de 14 de dezembro de 1956 .....	<b>52</b>
<b>Foto 2:</b>	Jornal <i>Diário da Borborema</i> , 21 de maio de 1961 .....	<b>77</b>
<b>Foto 3:</b>	Festa das Normalistas – Páscoa década de 1960 .....	<b>78</b>
<b>Foto 4:</b>	Páscoa das alunas da Escola Normal .....	<b>81</b>
<b>Foto 5:</b>	Normalistas Concluintes e Diretor Fernando Silveira – 1964 .....	<b>88</b>
<b>Foto 6:</b>	Normalistas em comemoração de aniversário da Escola Normal – 1964 .....	<b>91</b>
<b>Foto 7:</b>	Missa das Concluintes 1968 .....	<b>97</b>
<b>Foto 8:</b>	<i>Diário da Borborema</i> – Governador presente à Colação de Grau dos Concluintes da ENE – 1970 .....	<b>100</b>
<b>Foto 9:</b>	Escola Normal Comemora aniversário com a Páscoa 1971 .....	<b>101</b>
<b>Foto 10:</b>	Normalistas 1964 .....	<b>102</b>
<b>Foto 11:</b>	“Clube de Geografia Gov. Pedro Gondim” .....	<b>115</b>
<b>Foto 12:</b>	Normalista terá Semana em Outubro – 1970 .....	<b>120</b>
<b>Foto 13:</b>	Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1963 .....	<b>165</b>
<b>Foto 14:</b>	Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1964 .....	<b>166</b>
<b>Foto 15:</b>	Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1967 .....	<b>166</b>
<b>Foto 16:</b>	Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1969 .....	<b>169</b>
<b>Foto 17:</b>	Festa de despedida 1969 .....	<b>171</b>
<b>Foto 18:</b>	Festa de despedida 1969 .....	<b>171</b>
<b>Foto 19:</b>	Festa de despedida 1968 .....	<b>173</b>
<b>Foto 20:</b>	Baile de Formatura – 1964 .....	<b>177</b>
<b>Foto 21:</b>	Colação de Grau – 1968 .....	<b>177</b>
<b>Foto 22:</b>	Colação de Grau – 1968 .....	<b>177</b>
<b>Foto 23:</b>	Baile de Formatura – 1968 .....	<b>179</b>
<b>Foto 24:</b>	Baile de Formatura, Normalistas e Diretor – 1968 .....	<b>179</b>
<b>Foto 25:</b>	Colação de Grau – Entrega de anel – 1969 .....	<b>179</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Ficha Individual de Normalista – 1968/1969 .....	<b>134</b>
<b>Figura 2:</b>	Observações: Ficha Individual de Normalista – 1969 .....	<b>139</b>
<b>Figura 3:</b>	Recorte de Exame para 2ª série de Puericultura – 1967 .....	<b>144</b>
<b>Figura 4:</b>	Questionário de Metodologia – 1962 .....	<b>147</b>
<b>Figura 5:</b>	Recorte de Exame para 2ª série de Metodologia – 1964 .....	<b>148</b>
<b>Figura 6:</b>	Recorte de Exame de 2ª série de Metodologia – 1964 .....	<b>149</b>
<b>Figura 7:</b>	Recorte Exame de Metodologia Geral – 1967 .....	<b>150</b>
<b>Figura 8:</b>	Exame de Sociologia – 1969 .....	<b>152</b>
<b>Figura 9:</b>	Exame de Estudos Sociais – 1971 .....	<b>152</b>
<b>Figura 10:</b>	Mensagem .....	<b>172</b>
<b>Figura 11:</b>	Ata da Solenidade de Colação de Grau – 1971 .....	<b>182</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Centro de Educação

CEFAM – Centro de Aperfeiçoamento do Magistério

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COVID-19 – Doença de Corona Vírus 2019

CRPE – Centros Regionais de Pesquisas Educacionais

ENE – Escola Normal Estadual

ENECG – Escola Normal Estadual de Campina Grande

FUNESC – Fundação Espaço Cultural da Paraíba

HISTEDBR-PB – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil- Paraíba

IEP – Instituto de Educação Paraibano

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PET – Programa de Educação Tutorial

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>6</b>
<b>RESUMEN</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FOTOS</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b>	<b>11</b>
<b>1. PRIMEIRAS PALAVRAS</b>	<b>13</b>
<b>A FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS 1960-1971</b>	<b>36</b>
2.1 ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO NORMAL NO NORDESTE BRASILEIRO	40
2.1.1 O Ensino Normal na Paraíba	49
2.1.2 O tempo de formação e os conteúdos socioculturais da Escola Normal na Paraíba	54
<b>A FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS CAMPINENSES REPRESENTADA NAS PÁGINAS DO JORNAL</b>	<b>66</b>
3.1 O MAGISTÉRIO REPRESENTADO NO <i>DIÁRIO DA BORBOREMA</i>	72
3.1.1 Atividades Religiosas da ENECG descritas no jornal Diário da Borborema	75
3.1.2 Atividades Culturais e Festas da ENECG descritas no Diário da Borborema	103
3.1.3 Os Cursos e Clube de Estudos da ENECG descritas no Diário da Borborema	109
3.2 SEMANA DA NORMALISTA: AS COMEMORAÇÕES DE OUTUBRO	117
<b>A FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS NA ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE (1960-1971)</b>	<b>126</b>
4.1 O CURRÍCULO APRESENTADO NAS FICHAS INDIVIDUAIS	128
4.1.1 Normalista, mãe e esposa: o que representam as professorandas da ENECG (1960-1971)?	143
4.2 AS NORMAS PARA DISCIPLINAS ESPECÍFICAS, PRÁTICAS E ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO	153
4.2.1 Resolução n° 1/68	154
4.2.2 Resolução n° 30/70	158
<b>PRÁTICAS ESCOLARES DA ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE: SOLENIDADES ESCOLARES E DESFILES CÍVICOS</b>	<b>162</b>
5.1 SOLENIDADES ESCOLARES E DESFILES CÍVICOS	164
5.1.1 “ <i>Vamos embora</i> ” – as despedidas das normalistas	170
5.1.2 A beca o capelo e a diplomação das normalistas	176
<b>PALAVRAS FINAIS</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>191</b>

## 1. PRIMEIRAS PALAVRAS

Como em cada momento peculiar da História, o particular intrica-se ao todo. Nesta pesquisa, o eu circunda o constituir-se pesquisadora e professora. Nesse processo de constituição do ser pesquisadora, as vivências e escrita desta tese perpassam situações de escolhas, conflitos, dúvidas e amadurecimento, uma vez que, “[...] imersos em um universo cultural, os pesquisadores são, eles também, objeto e sujeito de análise” (VIDAL, 2006, p. 156).

Ao me deparar<sup>1</sup> com o estudo acerca das primeiras instituições de formação docente, fui tomada por inúmeras questões que remetiam a minha formação e prática como professora, permeando, assim, o meu fazer profissional na cidade de Campina Grande-PB. Sob o olhar de Hobsbawm (1995), analiso esse fazer contínuo como um processo de construção o qual envolve a memória histórica na perspectiva de compreender o presente e suas relações com o passado público. Dessa forma, é possível também identificar a atuação do historiador, nesse caso conveniente ao profissional da História da Educação, “[...] cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem” (HOBSBAWM, 1995, p. 13), e, por vezes, tendem a naturalizar, como acontece com a formação de professoras nas dimensões afetivas incluídas no caráter pedagógico e na nobreza da missão educativa (VICENTINI, 2007).

Durante a graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrei-me no Programa de Educação Tutorial (PET/Pedagogia), que desenvolvia atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ao participar do grupo que estudava a Escola Pública no Brasil e em Campina Grande-PB, esforçávamo-nos em digitalizar, para posteriormente analisarmos, a *Revista do Ensino*<sup>2</sup> paraibana. A partir dessa pesquisa, tive contato com outra fonte impressa, o jornal. Ao folhear o jornal *Diário da Borborema* de outubro de 1959 – caderno nº 784, deparei-me com uma notícia acerca da criação da Escola

---

<sup>1</sup> Peço licença ao leitor, pois nesse momento apresentarei meu percurso como Pedagoga e Pesquisadora, em primeira pessoa.

<sup>2</sup> Trata-se de um periódico educacional da Diretoria de Ensino Primário da Paraíba, editado pela Imprensa Oficial; circulou durante dez anos (1932 a 1942), publicando 18 números, e caracterizou-se como um veículo de formação de professores, devido à propagação de temas pedagógicos e educacionais como também de divulgação dos atos oficiais, estatísticas sobre a instrução pública e particular do Estado. Como resultado da digitalização, disponibilizamos todos os exemplares, na plataforma issuu <https://issuu.com/revistadoensino>. A pesquisa produziu artigos científicos divulgados em eventos da área da História da Educação bem como a publicação do e-book *Leituras sobre a Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942)*, disponível em [https://editora.ufcg.edu.br/ebooks/151/view\\_bl/65/61/leituras-sobre-a-revista-do-ensino-da-paraiba-1932-1942.html](https://editora.ufcg.edu.br/ebooks/151/view_bl/65/61/leituras-sobre-a-revista-do-ensino-da-paraiba-1932-1942.html).

Normal Estadual de Campina Grande (ENECEG). Foi o primeiro dado acerca da escola, que viera então a se tornar objeto de estudo no mestrado, concluído no ano 2018 na UFCG, e do qual também é fonte desta pesquisa de doutoramento.

Esse momento do contato com as fontes me remeteu à ideia do Paradigma Indiciário, proposto por Ginzburg (1990, p.144): “[...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis”. O contato com a notícia poderia ter sido algo corriqueiro e não ter despertado nenhuma curiosidade, mas, ao retornar da atividade e comentar sobre esse assunto com a Professora Melânia Rodrigues, orientadora da pesquisa que desenvolvíamos na época, me entusiasmei ante a perspectiva de conhecer mais acerca da formação de professoras na minha cidade – por este instante, guardamos o dado para posteriormente darmos início a outros ramos investigativos sobre a história da educação campinense.

A matéria “Instituto de Educação ou Escola Normal de Campina Grande”, publicada no jornal *Diário da Borborema*, no primeiro dia do mês de outubro no ano de 1959, na tiragem nº 784, questionava a utilização da verba destinada à construção do prédio do Instituto, e foi a partir dessa notícia que busquei outras fontes, (periódicos, dissertações e teses) que esclarecessem a criação dessa instituição. Constatei que havia pouquíssimos estudos acadêmicos sobre a referida escola. Nesses estudos, a perspectiva histórica de sua criação não era tratada, corroborando o fortuito aprofundamento realizado e empregado na pesquisa de mestrado, resultando na dissertação intitulada *Em benefício da formação da juventude feminina: A Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960)*<sup>3</sup>.

Durante a realização dessa pesquisa, constatei que a Escola Normal Estadual foi a primeira instituição pública para formação de professoras em Campina Grande-PB, pois, até então, a cidade contava apenas com três instituições particulares – o Instituto Pedagógico, a Escola Normal Regional Nossa Senhora do Rosário e a Escola Normal Imaculada Conceição – equiparadas à Escola Normal da Parahyba, sendo as duas últimas de caráter confessional.

Criada em 1960, sob os auspícios de uma educação desenvolvimentista e moderna, a narrativa acerca da fundação da Escola Normal Estadual de Campina Grande (ENECEG) e a formação ali oferecida se sustentava tão somente como possibilidades. A reconstituição dessa história exigiu buscar os fios que teceram um amplo cenário e os quais não pretendo

---

<sup>3</sup> A pesquisa intitulada: *Em benefício da formação da juventude feminina: A Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960)*, desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Educação do PPGEd/UFCG, teve como objetivo investigar os determinantes sociopolíticos e educacionais que compuseram a criação da Escola Normal Estadual para Campina Grande (1955-1960).

desenrolar de uma só vez, mas, serenamente, a partir da problematização das várias tessituras que é possível identificar nas fontes investigadas.

Com o passar do tempo e com a ampliação dos estudos e acesso às fontes, pude, no decorrer da realização da pesquisa de mestrado, identificar as motivações que circundaram a criação da ENECG na década de 1960. Assim como um indício, a investigação acerca da criação, funcionamento e desdobramentos sociais dessa instituição persiste desde a graduação. Esse rastro já permitiu a aproximação com os determinantes políticos e sociais que motivaram a criação da instituição bem como investigações mais amplas, desenvolvidas antes da inserção no mestrado e doutorado, em concomitância com os cursos e em parceria com os Grupos de Pesquisas: *Escola Normal de Campina Grande e HISTEDBR-PB*.

A primeira investigação intitulada *Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia – Campina Grande-PB: criação e consolidação (1960-1970)* (Chamada MCTI/CNPq N ° 14/2014), teve início em 2014, logo após a conclusão da digitalização e divulgação da *Revista do Ensino*, sendo concluída em dezembro de 2017 na UFCG, sob a coordenação da Professora Dra. Melânia Rodrigues. A escrita final do relatório dissertou acerca dos antecedentes que originaram a instituição, sua instalação bem como a organização do corpo docente e técnico administrativo, do alunado e algumas considerações acerca da primeira década de funcionamento da escola com as solenidades que constituíram esse período.

A busca pelas fontes caracterizou um processo instigante naquele momento da pesquisa. Foram muitos os arquivos consultados em âmbito estadual e local. Apesar da dificuldade de lidar com as diversidades de arquivos e documentos ali armazenados, concluímos a pesquisa com a produção da dissertação já mencionada e de artigos publicados em eventos acadêmicos, mas ainda com a pertinência de algumas questões que subsidiariam novas investigações.

Atualmente, o grupo da *Escola Normal* se desdobra na investigação: *Escola Normal Estadual de Campina Grande nos anos 1970 (1971-1979): do Curso Normal à habilitação Formação para o Magistério no Ensino de 2º Grau* em desenvolvimento desde 2019 na UFCG e UFPB. Apesar de termos digitalizado alguns arquivos na pesquisa anterior, foi necessário realizar algumas adaptações, diante do contexto social provocado pela Covid-19, pandemia enfrentada em caráter mundial. A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, que abriga parte das fichas individuais das normalistas bem como fotografias e

outros documentos, permaneceu fechada por dois anos, assim como outras instituições, exigindo readaptações na proposta metodológica do desenvolvimento da pesquisa.

Essa situação redimensionou as possibilidades de realizar a pesquisa de doutorado. O intento de entrevistar algumas normalistas, ex-alunas da ENECG, foi interrompido também pelo contexto da Covid-19, de modo, que objetivando resguardar a saúde das professoras, optei por realizar a pesquisa de cunho documental, catalogando, assim, os dados já armazenados bem como buscando outras possibilidades: arquivos digitais – Hemeroteca Digital – e consultas por agendamento individual no arquivo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida (UEPB).

O contexto da Covid-19 redimensionou muitas pesquisas, alterando as relações sociais e institucionais. Assim, durante esse momento, permaneci em contato, por telefone, com as professoras normalistas que compunham anteriormente o *corpus* de fontes da pesquisa. O diálogo com elas ajudou na busca de fontes documentais e a aproximação com alguns indícios. As visitas aos arquivos físicos, como mencionado, aconteceram após agendamento, desse modo, o horário regrado foi uma exigência que demandou grande disciplina para ter acesso às fontes documentais na busca dos vestígios bem como no registro dos dados. Era necessário otimizar o tempo, realizando o maior número possível de capturas das fontes.

As fontes passaram, então, a ser armazenadas e, para posteriormente serem selecionadas. O armazenamento das fontes se deu em meio digital, em um aparelho externo<sup>4</sup> ou nas nuvens. Todas as fontes documentais, que entendemos como necessárias foram fotografadas. Alguns documentos que estavam mais gastos, devido ação do tempo ou a outras circunstâncias foram digitalizados no formato de PDF,<sup>5</sup> com auxílio do aplicativo *adobe scan*, que pode ser utilizado em aparelhos celulares. Esse percurso retoma a lembrança de Nunes (2006, p. 192), o qual, ao propor o que são fontes para a História da Educação e sobre as dificuldades de encontrá-las, analisá-las etc., ressalta que “[...]o historiador precisará se assenhorear dos documentos existentes”. Considero o conjunto empreendido durante a pandemia de Covid-19, na busca de fontes, como esse processo de se aproximar dos documentos e familiarizar-se com eles.

---

<sup>4</sup> O aparelho mencionado é um HD externo, isto é, um dispositivo externo possível de conectar ao computador. Uma das vantagens desses aparelhos é a capacidade de armazenamento.

<sup>5</sup> *Portable Document Format*.

Além de realizar os estudos mais amplos, acima citados, e integrar grupos de pesquisa, desde a inserção no Doutorado em Educação (PPGE/CE/UFPB), passei a fazer parte, em 2019, do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação (CNPq/UFPB), sob orientação da professora Dra. Fabiana Sena. Nesse grupo tenho a oportunidade de aprofundar as discussões teóricas e metodológicas da História bem como abordar aspectos culturais e literários que envolvem a representação da normalista no cotidiano educacional. Essa aproximação com categorias históricas em diferentes perspectivas proporcionou um amadurecimento investigativo que cooperou com as pesquisas empreendidas.

A integração aos grupos de estudos promoveu o acesso a jornais importantes para esse estudo, permitindo-me também realizar análise dos jornais *Diário da Borborema* (1957-2012), *A União* – fundado em 1893 e em circulação até os dias atuais – e o *Semanário Oficial de Campina Grande* – informativo oficial e semanal dos atos oficiais do município, que, desde 2001, circula em meio digital. Os documentos impressos, dentro do recorte da pesquisa compuseram a fonte impressa para análises da pesquisa de mestrado, além do acesso aos documentos legais, a saber: Atas da Assembleia Legislativa (1959/1960), Anteprojeto de criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, mensagens do Governo Estadual, entre outros, documentos os quais me permitiram perceber, em um contexto mais amplo, a debilidade do ensino público campinense. Esse tema foi evidenciado na pesquisa de dissertação de Sousa (2018), que destacou a acentuada precariedade da educação nessa cidade, fato mencionado no jornal *Diário da Borborema* nos anos de 1958 e 1959. Refiro-me, especificamente, às notícias de 15 de janeiro de 1958 “Pela melhoria do ensino” (p. 2, ano I, nº 84) e “Mais grupos Escolares”, de 31 de março de 1959 (p. 2, ano II, nº 434). Essas matérias enfatizavam temas como: o descaso com o ensino público, a má remuneração das professoras e sua falta de qualificação, a pouca quantidade de grupos escolares na cidade e de nomeação docente – consequentemente, como resultado, via-se o elevado número de analfabetos.

Dos casos graves e mais evidentes, o jornal supracitado menciona a nomeação de professoras que, embora não tivessem qualificação adequada, assumiam salas de aula por conveniência política. Desse modo, Sousa (2018) analisa a representação que é atribuída ao papel da professora na sociedade campinense: não havia critério profissional, mas apenas de cunho moral e social, ou seja, nessa conjuntura analisada, se mantinha a representação de que a profissão de professora era designada para as moças, e essas seriam capazes e responsáveis diretas de educar as futuras gerações na escola e ou em casa. Conforme Kulesza

(1998), a constituição das Escolas Normais como espaços essencialmente femininos, no Brasil, aconteceu na transição do Império para a República. Essas instituições que já alcançavam número significativo de mulheres, em detrimento das matrículas de homens, emergem e desencadeiam o processo de feminização do magistério.

Em consonância com as exigências sociais e culturais, além da solicitação da população (AGRA DO Ó, 2006), a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB foi motivada pelas políticas de desenvolvimento nacional, que repercutiam nos governos locais. Como apresentado no *Anteprojeto* (PARAÍBA, 1959), a criação da Escola atendia às diretrizes da política educacional adotada pelo governo, que se encontrava comprometido com a expansão do ensino normal, assim se aumentaria o número de professoras diplomadas.

O documento Projeto de Lei n° 543/1959 trata do Ofício GG/484 de 26 de outubro de 1959, encaminhado pelo Governador Pedro Moreno Gondim<sup>6</sup> ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, José Fernandes de Lima, que discorre, ainda, acerca do funcionamento da escola nas instalações físicas do Colégio Estadual de Campina Grande, assemelhando tal propósito ao ocorrido, na capital João Pessoa, com o Instituto de Educação.

A criação da escola e as mensagens encaminhadas à Assembleia desencadearam também o acirramento político partidário, o qual era alimentado pelas críticas divulgadas no jornal *Diário da Borborema* nos anos de 1958 e 1959,<sup>7</sup> especialmente quanto ao desleixo com a educação pública, usando-se como exemplo para esse descaso o fato de a escola ter funcionado durante dez anos em outros dois prédios escolares,<sup>8</sup> com salas cedidas.

[...] A exemplo do que já ocorreu nesta Capital ao Instituto de Educação, que, por anos ocupou várias salas do Colégio Estadual de João Pessoa, a Escola Normal ora em projeto funcionará no Colégio Estadual daquela cidade até que se venha a construir o seu edifício próprio, providência já solicitada, em regime de convênio ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), desde fevereiro do ano em curso, quando,

---

<sup>6</sup> Natural de Alagoa Nova, Pedro Moreno Gondim atuou na política paraibana, sendo vice-governador da Paraíba entre os períodos de 1958-1960 e governador de 1960 até 1966.

<sup>7</sup> As notícias que tratam da disputa política em Campina Grande referem-se ao “Instituto de Educação para Campina Grande”, de 9 de fevereiro de 1958 (p. 8, ano II, n° 106); “A voz de Campina Grande”, publicada em 28 de fevereiro de 1959, (p. 2, ano II, n° 410); “Instituto de Educação”, noticiada em 8 de abril de 1959 (p. 2, ano II, n° 457); em 18 de setembro de 1959, “Não seria somente oposição” (p. 2, ano II, n° 774); “Raymundo Asfora acusa: Secretário inoperante”, em 2 de outubro de 1959 (p. 12, ano III, n° 785) e “Proposta à Assembleia Criação da Escola Normal de C. Grande”, 27 de outubro de 1959 (p. 8, ano III, n° 806).

<sup>8</sup> De início a escola funcionou no Colégio Estadual da Prata, onde ocupava duas salas, uma para a administração da escola e outra para o desenvolvimento do curso normal. Em um período posterior, a escola foi transferida para o Colégio Anita Cabral, onde funcionou até inauguração do prédio próprio.

pessoalmente, atual titular da Secretaria de Educação e Cultura entregou o memorial em que fora consubstanciado o pedido. (PARAÍBA, 1959, p. 1)

A partir desses levantamentos acerca da criação da escola bem como do seu funcionamento em outra instituição, surgem outras indagações, a exemplo: Como se desenvolveu o currículo escolar da formação de professoras nessa Escola Normal? Como eram organizadas as disciplinas escolares? Como ocorreu a formação de professoras?

A partir das informações anteriores e entendendo o fazer histórico como algo incansável, “[...] o pesquisador deve proceder na investigação como caçador que sabe existir caça naquele lugar e procura, mas não sabe exatamente onde, quando e o que vai encontrar” (NOSELLA e BUFFA, 2013, p. 66-67). Desta forma, neste momento em estudo, me debruço sobre a investigação acerca do currículo formulado para as escolas normais, especificamente para a ENECG, que desencadeou nas práticas e culturas escolares desenvolvidas nessas escolas na primeira década de funcionamento 1960-1971. Pretendo, portanto, analisar como, a partir do currículo, se construíram e se desenvolveram as práticas escolares construídas e como essa formação se relacionava com a dinâmica social e cultural das alunas normalistas, identificando as representações que caracterizaram a formação de professoras no período estudado.

Esse percurso exigiu leituras e aproximações com a História Cultural, uma vez que “[...] As práticas escolares se evidenciam, assim, na relação concreta entre os sujeitos e a materialidade da escola, compreendida no amplo espectro dos espaços, tempos, objetos, mobiliário e equipamento escolar” (VIDAL, 2006, p. 154). E, sob a perspectiva metodológica do paradigma indiciário, entendemos que “[...] Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1990, p. 177). Foi necessária, então, a ampliação do pensamento e da pesquisa, que, por sua vez, intenta para a compreensão do conjunto de normas e condutas, que definem conhecimentos e ensinam práticas que perpassam a incorporação de conhecimentos, escolares e sociais (JULIA, 2001). Com essa forma de pensar, evidenciamos a cultura como parte integrante da escola e dos sujeitos que a compõem.

A cultura deixou de ser apenas um fato externo à instituição, algo com o qual lidava no desempenho de suas funções sociais; e passou a ser também um objeto interno, cujo escrutínio permitia compreender a escolarização como a negociação possível entre os interesses dos diferentes grupos sociais, a lógica do funcionamento institucional e a pragmática das ações dos sujeitos educacionais. (VIDAL, 2006, p. 157)

Pautados nesse pensamento e em concordância com Chartier (2002, p. 16-17), a história cultural “[...]tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Nessa perspectiva, fatos que compreendem particularidades de momentos sociais são percebidos como possibilidades de aproximação com o contexto histórico. O alargamento das fontes e do interesse pelas particularidades, conforme Ginzburg, revelam para nós, historiadores, a necessidade de refletir e desenvolver métodos de análise e interpretação da cultura e das relações sociais.

A partir dessa compreensão, é possível elaborar as questões para a qual se encaminha a problemática desta pesquisa. A fim de analisar o currículo e algumas práticas escolares que eram desenvolvidas na Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB, no período de 1960-1971, e como esse currículo se relacionava com o contexto formativo e social das normalistas, indago como problema de pesquisa: *Qual era o currículo desenvolvido pela Escola Normal Estadual de Campina Grande nos anos de 1960-1971?* E, como questões que auxiliaram no desdobrar dessa análise, pergunto: *Como era a formação das alunas da Escola Normal? Como se organizavam e se desenvolviam as atividades culturais e pedagógicas da escola? Qual discurso estava presente nos impressos campinenses acerca da professora primária no período de 1960-1971? Quais solenidades e comemorações escolares marcavam a formação das professoras e imprimiam socialmente a representação das normalistas?*

Neste sentido, a tese desta pesquisa é a de que o currículo desenvolvido na ENECG, durante o período de 1960 a 1971, estava pautado nas ideias de responsabilidade moral e cívica das normalistas para desempenharem o papel de mãe, esposa e filha para a educação campinense.

Com a finalidade de se aproximar dessas inquietações e comparando “[...] os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete” (GINZBURG, 1990, p. 170), o objetivo geral é: Analisar o currículo implantado na formação das normalistas campinenses na primeira década de funcionamento da Escola Normal Estadual de Campina Grande no período de 1960-1971. A partir daí, desmembram-se os objetivos específicos: i) Apresentar a organização do Ensino Normal no período de 1960 a 1971 na Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB; ii) Analisar, no jornal *Diário da Borborema*, as atividades formativas que norteavam o fazer-se professora na ENECG no período de 1960-1971; e iii) Identificar,

nos documentos oficiais e fotografias da instituição, as práticas escolares e festividades desenvolvidas na ENECG na primeira década de seu funcionamento.

Assim, no fazer histórico como uma atividade contínua, a pesquisa se encaminhou para identificar algumas questões de análise que podem suscitar outros fios ainda negligenciados. Analisar o currículo pensado para formação de professoras primárias campinenses, na primeira década de funcionamento da Escola Normal Estadual de Campina Grande, significa percorrer uma trajetória singular, ainda não conhecida, bem como propor novas questões para identificar as representações geradas a partir da formação docente empregada nessa Escola Normal. Como afirma Louro (1997, p. 91), “[...] à medida em[sic] que a instituição se tornava um espaço de formação privilegiado, tudo o que [sic] passava no seu interior ganhava importância”.

Nessa medida, entendo que as situações desencadeadas no ambiente escolar, tais como as práticas, advindas também do currículo institucional, se coadunam com a definição de Julia (2001) quando afirma que, ao analisarmos a cultura escolar, nos deparamos com relações conflituosas e um conjunto de imbricações culturais e sociais que perpassam a cultura religiosa, política entre outras. Desse modo, entendo o currículo como uma das dimensões que significam as práticas escolares formativas desenvolvidas nessa instituição.

Para tanto, perscrutar o contexto histórico e buscar informações sobre o acesso e funcionamento da instituição se configuram como aspectos que permitem identificar os conhecimentos e a incorporação dos comportamentos desenvolvidos durante a formação das normalistas.

A princípio, cabe destacar que, durante a década de 1950, a cidade de Campina Grande-PB vivenciava um contexto de efervescência política nacional desenvolvimentista (AGRA DO Ó, 2006). Tal compreensão se estende ao posicionar a cidade como espaço propício ao desenvolvimento e à modernidade. Isto é, na composição econômica, a cidade passava por um momento de transição; indústrias se instalavam em Campina Grande-PB, favorecendo um crescimento social e econômico.

Nesse período, foram criadas instituições escolares, em favor de acompanhar o desenvolvimento econômico de Campina Grande-PB. Entendemos que, a partir da necessidade de empregar novos sujeitos na indústria, estes precisavam de conhecimentos escolares específicos para atuar nessa nova esfera de trabalho. O jornal *Diário da Borborema* narra em notícias, no ano de 1960, como já mencionamos, a necessidade de expansão do ensino em Campina Grande-PB, o compromisso do governo municipal e o empenho que o

governo estadual deveria desenvolver na criação de grupos escolares. Notícias de fevereiro de 1960 comprovam tal afirmativa, a exemplo das manchetes: *Escolas primárias do município*, corrente no dia 2, ano III e nº 885, como também a notícia do dia 14 *Colégios estaduais: condições eficientes de funcionamento*, ano III, nº 896; *Instrução pública: importante meta da administração de Severino Cabral*, de 24 de abril ano III, nº 950; *Escolas para o povo*, de 15 de junho, ano III, nº 993; *Grupos escolares*, notícia que circulou no dia 10 de julho ano III, nº 1012.

A partir desses indícios, a implantação da ENECG nesse cenário se configura como uma ação política que visava contribuir para a ideia de desenvolvimento social e econômico vigente no âmbito nacional e local, defendendo, então, a formação de professoras como necessária e impulsionadora do aumento de estabelecimentos educativos bem como de sujeitos escolarizados.

Nossa afirmativa ganha relevância a partir de outros indícios do jornal *Diário da Borborema*, no período de 1960, em notícias como: *Facilitar a instrução*, de 17 de fevereiro, ano III, nº 898; *Inauguração e promessas*, de 23 de fevereiro, ano III, nº 903; *Formação de uma consciência pública dos grandes problemas da educação*, de 20 de abril, ano III, nº 947, estas pontuando a situação de desenvolvimento econômico em que se encontrava a cidade. É o caso da notícia abaixo, que circulou no dia 28 de janeiro de 1960, identificada como: *Mensagem Governamental criando a Escola Normal de Campina Grande*:

[...] Apreciando o problema educacional em Campina Grande, o sr. Vital do Rêgo declarou que a existência de uma Escola Normal na cidade serrana trará notável contributo ao desenvolvimento da instrução, desde que se transformará em um veículo através da qual centenas de jovens poderão educar-se para, mais tarde, irem educar as gerações que se sucederam. Focalizou, nesse particular, a oportunidade e o alcance da medida do governador Pedro Gondim, procurando dotar Campina de mais um estabelecimento de ensino que esteja à altura do desenvolvimento, em todos os sentidos, da grande metropole economica da região nordestina. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 8, ano III – nº 881)

O jornal ainda mencionou que o desenvolvimento e a modernidade pretendidos para a sociedade campinense se expressava por meio da formação da juventude, e, por conseguinte, na especialização de professores ou professoras, como contributo desse desenvolvimento. Tendo o desenvolvimentismo e modernização como “[...]palavras de ordem, também os jornais diários mais importantes da cidade apressam-se em se transformar” (BARBOSA, 2007, p.149). Como um produto da sociedade, o jornal

reverberava as aspirações políticas, ideológicas e econômicas do período. Nesse viés, em concordância com o discurso do jornal, os docentes teriam o papel de formar as futuras gerações, garantindo, assim, o contínuo desenvolvimento.

Com base no contexto acima, fomos levadas a pensar que havia uma possível preocupação e cuidado com a formação e educação da juventude. Considerada como condição para o desenvolvimento, a educação é identificada na notícia como meio ou recurso de transformação. Essa expectativa, no entanto, se esvaeceu, pois, em matéria do dia seguinte – 29 de janeiro de 1960 –, ao tratar do compromisso realizado em construir a Escola Normal, “[...]promessa feita pelo Governador Pedro Gondim, durante o banquete que lhe ofereceram as classes produtoras desta cidade” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 2, ano III – nº 882), constatamos que uma parcela da sociedade, responsável pela produção econômica da cidade, direcionava seu interesse na formação de cidadãos aptos à escala do desenvolvimento local, ou seja, tratava-se de se formar mão-de-obra para o trabalho operacional, o que não parecia com a promessa de investimento na educação intelectual.

Ao longo da história, a formação de docentes assumiu uma duplicidade, justificada, inclusive, pela flexibilidade do currículo escolar. Essa duplicidade ocorre: a) em favor da adaptação das professoras à carreira do magistério; e b) estendendo a formação como vocação. Argumenta-se que o currículo é um documento elaborado, pensado em concomitância com o ideário de formação, ainda assim, ele pode ser diversificado. Neste sentido, o currículo “[...]tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA e SILVA, 2001, p. 8). Sob tal arrazoado, as práticas empregadas na formação docente expressam intencionalidades alicerçadas nas relações de poder, este nas mãos das classes identificadas e nomeadas no jornal como produtoras da economia da sociedade campinense.

Com esse delineamento, nosso recorte temporal atende à primeira década de funcionamento da escola, desde a sua criação, em 1960, por meio da Lei Estadual nº 2.229/1960, passando pela instalação em seu prédio próprio, quando passou a ser denominada A Milésima<sup>9</sup>, em decorrência de ser esta sua posição na ordem de obras

---

<sup>9</sup> Essa informação pode ser encontrada no jornal *Diário da Borborema*, na notícia de 10 de maio de 1970, na segunda página, ano XIII, nº 4067, bem como na placa de entrega afixada no prédio da Escola Normal Estadual padre Emídio Viana Correia.

entregues à sociedade, em 1970, pelo Governo Estadual de João Agripino<sup>10</sup> até 1971, com a promulgação da Lei 5.692/71, que caracteriza o ensino profissionalizante e altera a concepção da formação no magistério.

Nesse viés que possibilita visualizar e analisar as singularidades presentes na sociedade, propomos, nesta pesquisa doutoral, nos aproximar de algo que circunda a nossa existência, o lugar no mundo que ocupamos, nossas representações e as práticas inculcadas, construídas e remodeladas no cotidiano. Entender a cultura e sua pluralidade de significados pode ser uma armadilha para o pesquisador, mas dificilmente o historiador conseguirá impor claramente o que cada contexto institucional, social, cultural pode representar, pois a atividade social é um ciclo de variações e invariações (CHARTIER, 1991).

Entender a escola como produtora e reprodutora histórica dos significados sociais e culturais nos direciona a um dos dados coletados: as Fichas Individuais das alunas, documento em que se identifica o público alvo para o “Curso de Formação de Professoras”. Eis que o processo de feminização do magistério já aparecia como algo consolidado socialmente (CHAMON, 2005; LOURO, 1997) e que a Escola Normal Estadual de Campina Grande, em suas marcas, constitui o espaço escolar predominantemente feminino. Compreendemos os espaços instituídos pela escola sendo responsáveis pela separação ou organização dos sujeitos, por meio do fazer cotidiano. Ao se identificar o prédio escolar com significado resultante da ação social, impõe-se sua razão de existir “[...] Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 58). Vê-se a relação das práticas desenvolvidas em acordo não apenas com as singularidades dos seus sujeitos mas também com a institucionalização dos espaços formativos.

Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles. (CHARTIER, 1991, p. 176)

---

<sup>10</sup> Advogado e político paraibano nascido em 1914, natural de Catolé do Rocha, foi governador da Paraíba durante o período de 1966 até 1971. Seu governo sucedeu o do político Pedro Gondim. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131946>> Acesso em: 26 nov. 2023.

Por meio das relações que constituem as práticas sociais, compreendemos como os grupos sociais tentam intimar seu modo de entender o mundo e, a partir disso, constroem suas representações. Esses sinais podem parecer naturalizados, fragmentados e distribuídos, originados da necessidade de se apresentar algo para o outro. Nessa perspectiva, nosso estudo assume uma perspectiva pautada no Paradigma Indiciário, uma vez que, ao buscarmos pistas em diferentes fontes documentais – fotografias, livros de atas, jornais, fichas de matrícula, leis e regimentos, entre outros –, procuramos os fios que estabeleçam as singularidades entre essas fontes e nos permitissem construir a tessitura de uma realidade complexa, a qual não podemos experimentar, mas apenas compor (GINZBURG, 1990).

Com o objetivo de encontrar fontes, acessamos o Arquivo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida, pertence à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus I – Campina Grande. Foi nesse arquivo que encontramos o primeiro fio dessa teia, o recorte do jornal *Diário da Borborema*, importante mecanismo de comunicação da cidade. Nesse arquivo, também existem outros jornais, manuais, anuários, revistas e uma diversidade de documentos que auxiliam pesquisadores de diferentes áreas. Para o nosso estudo, nos detivemos especificamente ao periódico já mencionado.

O jornal em referência se mostrou fonte significativa em nossa pesquisa. Foi a partir de uma notícia que identificamos o objeto de estudo, e é também a partir de alguns recortes do periódico que nos aproximamos do objeto ora pretendido. Cabe destacar, no entanto, que não consideramos o discurso do jornal como uma fonte de verdade indiscutível (CAMPOS, 2012), uma vez que, como produção social e cultural, “[...]o jornal é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião” (NASCIMENTO, 2006, p.40). Assim, o jornal expressa opiniões normalmente voltadas aos interesses de quem o dirige.

O *Diário da Borborema* fazia parte da rede dos Diários Associados, pertencente a Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.<sup>11</sup> Conforme Martins e Luca (2006), o grupo era um fenômeno empresarial jornalístico, com eficiente poder de propagação e que, desde o período desenvolvimentista brasileiro, vinha adotando um modelo de circulação estadunidense, isto é, com profusão, ao que Campos (2012), denomina de prazeres do consumo da sociedade urbana capitalista. Assim, como instrumento de propagação de ideias,

---

<sup>11</sup> Mais conhecido como Assis Chateaubriand, natural de Umbuzeiro – PB, foi o proprietário da maior rede de comunicação e mídia da América Latina – Diários Associados.

o jornal fomentava, na década de 1960, um espaço estratégico para disseminar posições políticas.

Ao entender que “O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia(sic) o que por si só já abarca um espectro de questões” (LUCA, 2018, p. 140), e diante da quantidade de dados encontrados no jornal *Diário da Borborema*, elegemos o material como uma das fontes que nos aproxima do período pretendido para o estudo. Isto não significa ausência de notícias em outros jornais. Outros impressos, como o *Semanário de Campina Grande*, *O Detetive*, *A União*, entre outros, registram notícias acerca da ENECG, no entanto em menor proporção que o *Diário da Borborema*. Provavelmente o fato de este último ser um periódico oficial na cidade de Campina Grande responda à propagação de tamanha notoriedade. Tal fato, além de nos ter chamado a atenção, possibilitou registrar aspectos da cultura escolar dessa Instituição e da formação das normalistas.

Outra instituição visitada para esta pesquisa foi o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, pertencente à Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), em João Pessoa, o qual dispõe de jornais, fotos e documentos oficiais de todo o Estado. Também tivemos acesso às mensagens de tramitação, atas e decretos referentes às escolas paraibanas, por meio do Arquivo Deputado José Braz do Rêgo – Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba, localizado no Centro de João Pessoa, do qual fazem parte pastas dos governos paraibanos. Outras fontes generosas de informações para esta pesquisa foram o arquivo da Escola Normal – situado na Avenida Prefeito Severino Bezerra Cabral, em Campina Grande-PB, popularmente conhecida como Avenida Brasília –, o Arquivo João Agripino, pertencente à “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia,<sup>12</sup>” e o Instituto de Educação Paraibano (IEP), localizado no centro de João Pessoa.

Os arquivos se constituem como espaços de guarda de uma memória coletiva, sendo a consulta a esses lugares uma das formas de nos aproximar com o passado. Como descrito por Benjamin (2012), o arquivo é um espaço de memória, do registro coletivo e individual, das afeições particulares e singulares. Ao ter contato com o arquivo, o historiador desdobra, nas fontes, as perguntas que culminam na narração, exigindo um saber social, cultural e histórico. A memória, para Le Goff (1990), assume um importante desfecho na evolução das

---

<sup>12</sup> Em 1981, a Escola Normal Estadual passou a se chamar Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, assim definido pelo Projeto de Lei n° 54/81 de 09 de Julho de 1981.

sociedades a partir da segunda metade do século XX, pois entender a memória coletiva como história do povo, eleva a ciência, assim:

[...] como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento. (LE GOFF, 1990, p. 409)

Os arquivos são, portanto, instrumentos de guarda da memória. O pesquisador, ao trazer para análises o conhecimento construído socialmente, propõe visualização dos fatos ocorridos e produz novos significados. Então, para organizar as fontes obtidas nos arquivos, optamos pela captura fotográfica dos documentos, os quais foram armazenados em meio digital, para posterior organização em categorias e execução da análise propriamente dita, segundo os objetivos traçados na pesquisa.

Aqui dispomos das fontes documentais que foram analisados, com a finalidade de atender melhor à compreensão do leitor: Livro de Ata – 1970; “Arquivo Morto”<sup>13</sup> da Escola Normal Estadual de Campina Grande; Fichas Individuais (1960-1971)<sup>14</sup>; Avaliações Parciais das disciplinas de Metodologia (3ª série de 1962), Provas de Adaptação das disciplinas e metodologia (2ª série – 1964), Puericultura e Higiene, Psicologia, Metodologia Geral (2ª série – 1967); Exame de Sociologia (3ª série – 1969), Didática dos Estudos Sociais (3ª série – 1971); jornal *Diário da Borborema*;<sup>15</sup> Resolução 1/68 “que estabelece normas para o registro em disciplinas específicas do Ensino Normal”; Resolução 30/70 a qual “indica as disciplinas e práticas para organização do currículo do Curso Normal”; Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961; Relação das alunas (1970/1971); Lei n.º 850, de 6 de dezembro de 1952 – que “define a organização do Ensino Normal do Estado da Paraíba”; e o Álbum de Fotografias da ENECG (1960-1971).

As fontes documentais nos exigem então um percurso metodológico acerca dos dados documentais e iconográficos, uma vez que se entende o currículo como uma prática escolar,

---

<sup>13</sup> O livro com nome “Arquivo Morto” contém o registro de todas as alunas matriculadas na Escola Normal no período de 1960 a 1972. Embora o uso desse termo “arquivo morto” corresponda a arquivos permanentes que armazenam documentos cujo uso é esporádico, usamos a referência aqui por ser o termo empregado no livro em que constam as informações consultadas.

<sup>14</sup> Esses documentos estão disponíveis no Arquivo João Agripino, pertencente à Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia. Existem fichas desde a criação da Escola até os dias atuais.

<sup>15</sup> O *Diário da Borborema* se encontra disponível para consulta na Biblioteca Átila de Almeida (UEPB); lá constam os exemplares de 1957 a 2012.

podendo ser observado nas mais diversas nuances, desde os documentos oficiais que registram e normatizam as condutas até os mecanismos internos da instituição, que registram e apontam sobre as práticas educativas em suas individualidades. Outras das fontes utilizadas neste estudo foram as fotografias, identificadas no álbum da Instituição, como listado acima.

Selecionamos, então, dentro do período estudado, algumas fotografias que identificam atividades do currículo da escola e as práticas escolares que eram desenvolvidas; são elas: comemoração da Páscoa, missas, desfiles cívicos, aulas ou festas de despedida, colação de grau e baile de formatura. Conforme Burke (2014, p.16),

[...] historiadores têm se referido aos seus documentos como “fontes”, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória no sentido de que implica a possibilidade de um relato do passado que não seja contaminado por intermediários.

É sob a perspectiva de Burke (2014) que entendemos as fotografias, vendo-as como vestígios, símbolos construídos a fim de expressarem uma mensagem, assim sendo, criações com intenções, que também nos aproximam da realidade vivida, mas não da verdade. Nós entendemos que, mesmo sendo criações intencionais, as imagens passaram pelo crivo de um currículo pensado para a formação das normalistas, de modo que sua produção buscava, provavelmente, atender à necessidade de se criarem símbolos, sentidos, mensagens, costumes, isto é, uma cultura da formação de professoras. Ao encontrar tais documentos, pensamos tal qual Julia (2001, p.17) “Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira”. Na direção desse pensamento, as fotografias como fragmento do real, significam o tempo vivido numa pausa (KOSSOY, 2012), isto é, um registro de uma prática desenvolvida.

Cabe destacar que esta pesquisa foi composta por diferentes fontes documentais. Embora seja uma pesquisa do campo da História da Educação, a princípio nem todos os documentos analisados correspondem tão somente ao espaço educacional. O jornal *Diário da Borborema*, por exemplo, era um periódico que relatava fatos da sociedade campinense, de âmbito nacional e, por vezes, internacional. Normalmente as notícias divulgadas apresentavam teor político, o que não afastou nossas análises, uma vez que a escola é constructo da sociedade. Neste sentido, analisar a notícia no jornal contribui com o delineamento material desse suporte, compreendendo seus modos de produção de discurso.

Vale observar um pequeno detalhe: as folhas do jornal *Diário da Borborema* têm aproximadamente 31 cm de largura por 56 cm de altura, comumente com 8 páginas. Exatamente nesse espaço, procuramos notícias referentes à educação. Com o manuseio do jornal, foi possível perceber que a educação não tinha uma coluna específica nas edições. Assim, era necessário um olhar cauteloso em todas as páginas, sem negligenciar nenhum fato, pois, mesmo sem estar relacionado ao objetivo da pesquisa, a notícia podia evidenciar indícios favoráveis para a nossa busca.

O trabalho foi realizado em 54 volumes do jornal, estes compreendendo o período de 1960 até 1971 – os volumes ou os cadernos, como estão organizados, eram comercializados na cidade de terça a domingo. Foram verificados, então, aproximadamente 4.346 cadernos. Desses total, extraímos 303 notícias que faziam referência ao curso normal, à ENECG, às normalistas, aos professores e/ou diretores da ENECG, às festas, cursos de extensão etc. Todo o material foi coletado e armazenado em meio digital. A seleção desse material proveu de algumas fontes que foram reservadas para outras produções, tais como artigos e/ou pesquisas, uma vez que, para este estudo, nos debruçamos especialmente sobre o currículo e as práticas educacionais e culturais desenvolvidas pelas normalistas. O *corpus* documental do jornal aparece como favorável às pesquisas na área da educação, pois, assim como remonta Luca (2018), é possível aproximar-se do passado, por meio da imprensa.

As Fichas Individuais são documentos da própria escola e armazenam a vida escolar das normalistas desde o ano de 1960. Pudemos, então, consultar cerca de 1.070 fichas. Dentro de algumas delas havia alguns exames avaliativos, os quais também utilizamos nesta pesquisa. A princípio, nos detemos a observar as disciplinas cursadas pelas normalistas, buscando verificar se houve alguma alteração no período elegido para nossa pesquisa. Outro indício importante nesses documentos foi o campo destinado a observações da vida escolar das alunas; nesse espaço, podia constar detalhes acerca do curso bem como o oferecimento ou não de disciplinas, além de mudanças no currículo escolar. Optamos pela captura do documento também em formato digital, assim fotografamos as fichas, normalmente quatro fichas por ano, além das fichas que continham mais documentos e outras que apresentavam ora observações ou alterações no quadro de disciplinas.

Consideramos válido destacar que as fichas evidenciam um *corpus* documental do percurso escolar das normalistas, de modo que, ao delimitar nosso enfoque no currículo, deixamos questões em aberto para outras produções.

As fotografias, como já destacado, estão presentes no acervo da escola, em um álbum; outras fotos podem ser encontradas de forma avulsas, em um quadro fixado nas paredes da própria escola, em alusão a comemorações dos desfiles cívicos escolares. Sobre os tamanhos dessas fotografias, podem ser variados: desde fotos 10x15cm até 17x24cm. Não foi possível identificar os motivos dessa diferença de tamanhos, então supomos que talvez apenas se tratasse de estilos dos fotógrafos ou do local onde eram reveladas as fotografias.

Tendo como objeto essas fontes iconográficas, as análises empreenderam leitura e compreensão minuciosa de seus detalhes. Ao lidar com essas fontes, notamos um arcabouço imagético que seduz, pois possibilita ao leitor ver o que, por vezes, está escrito no documento; no entanto, tal ação não pode ser mensurada a partir apenas das primeiras impressões, uma vez que as fotografias são registros de determinado contexto histórico, que podem evidenciar diferentes sentidos, por vezes silenciamento, imposições, construções etc. ou seja, as fotografias também são fontes passíveis de diferentes compreensões. Para realizarmos as análises necessárias ao cumprimento do objetivo desta pesquisa, recorreremos também à captura digital de tais fontes. Armazenamo-las em meio digital e depois as organizamos conforme as categorias e atividades curriculares pertinentes.

Os documentos entendidos como fontes oficiais, isto é, Leis e Decretos, no que tange às leis estaduais, estas foram encontradas nos arquivos estaduais e escolares, tanto em formato A4 como em jornais, a saber *Diário Oficial* e jornal *A União*. Decretos e Leis nacionais estão disponíveis em meio eletrônico, no acesso à legislação nacional.<sup>16</sup> Considerando que tais documentos são construções de quem outorga o poder sobre outras instâncias, nos preocupamos durante as análises em articular as fontes e, dessa forma, extrair delas os ditos e os não ditos – entendemos que o dito aparece de forma mais evidente, e o sabor da investigação transcorre no que está subentendido. O exercício para essa atividade se deu na aproximação com o referencial teórico bem como com o estudo exaustivo do paradigma indiciário. Um exemplo a ser retomado é a obra *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, na qual o autor faz uma análise dos pormenores do processo inquisitorial de um moleiro. Outra estratégia foi a leitura das pesquisas acadêmicas as quais apresentarei a seguir. Observar e analisar como as pesquisas em História da Educação estão sendo realizadas também acresceu este percurso.

---

<sup>16</sup> <https://www2.camara.leg.br/>

Dessa forma, em concomitância com a coleta das fontes, também realizamos um levantamento de revisão bibliográfica. Nosso objetivo consistiu em identificar as produções e temáticas mais recorrentes acerca das pesquisas que envolvem Escolas Normais. Tomamos como inferência as pesquisas que envolveram as escolas normais cujas produções eram consolidadas, uma vez que tais instituições abordaram campos de pesquisas em temáticas como *Formação de professores* e *Instituições escolares*. Para tanto, nos debruçamos sobre uma análise no Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), com o termo-chave *Escola Normal*, dentro do recorte temporal de 2010 a 2020.<sup>17</sup>

Em nossa consulta, identificamos 27 teses e 49 dissertações disponíveis para consulta e, após a leitura do resumo de cada uma dessas produções, selecionamos as que apresentavam afinidades com esta pesquisa, fosse pela aproximação com o problema ou pela recorrência ao recorte temporal. Cabe destacar que muitas das instituições para formação de professoras foram criadas no século XIX e permaneceram ativas até a promulgação da Lei 5692/71, o que nos aproxima do período eleito para esta investigação.

A aproximação com o objeto em estudo, por meio de outras produções, categoriza a área da Educação como um espaço de conhecimento profícuo, capaz de abordar temáticas que ajudam a compreender as relações dos sujeitos bem como suas práticas e ações políticas e pedagógicas em diferentes âmbitos.

As pesquisas já desenvolvidas contribuíram para o nosso estudo, uma vez que, a partir de outras leituras, identificamos as metodologias, referenciais teóricos e análise dos dados, sobre os quais podemos refletir e os quais podemos acrescentar nas discussões de nossa pesquisa, embora não tenha sido possível identificar relações que se assemelhem aos objetos que nos propomos investigar, quais sejam: Escola Normal Estadual de Campina Grande e a Formação de Normalistas/Professoras, o Currículo ou, ainda, as Práticas Escolares desenvolvidas nessa Instituição e dentro do recorte temporal estabelecido, justificando, assim, a necessidade de investigações sob o olhar da História da Educação.

Após esse levantamento, do contato inicial com as fontes e dedução do arcabouço teórico, delineamos, a partir dos objetivos desta pesquisa, as categorias de análise que auxiliam a aproximação com o problema desta pesquisa.

---

<sup>17</sup> Definimos esse recorte temporal na perspectiva de conhecer o que vem sendo produzido na última década sobre as Escolas Normais. O início do recorte, 2010, diz respeito à quantidade de estudos que estão disponíveis na plataforma. Não estão disponibilizados, na íntegra, textos produzidos em períodos que antecedem o ano de 2010 nem os produzidos em 2020, por se tratar de encerramento da década.

Dessa forma, com base na noção de professora e normalista defendida desde o Império brasileiro e reforçada no período por nós estudado, definimos a categoria Representação, na perspectiva de Chartier (2002), entendendo que a figura da professora representa socialmente uma série de definições, regras, normas e condutas que delineiam a imagem da docente primária a partir de uma conjuntura que define o comportamento feminino na sociedade. Conforme Villanova (2008), compreensões atribuídas a grupos sociais, a partir dos quais se definem identidades, devem ser analisados em um quadro de construção dos processos de representação. Nesta direção, a construção de sentidos atribuídos às professoras, de uma forma natural ou representativa, é cotidianamente reforçada por permanências transmitidas nessas representações (VILLANOVA, 2008).

Associada a essa ideia de representação que é construída e seguindo os objetivos desta pesquisa, contemplaremos também a categoria de Currículo como chave que permeia o estudo ora realizado. Desse modo, com o apoio teórico desenvolvido por Silva (2010), Lopes e Macedo (2011) e Moreira e Silva (2001), ampliamos a visão sobre currículo e apreendemos que esse documento, que concentra um conjunto de normas as quais interferem na ação pedagógica e social, não é inocente e nem neutro, por se constituir de interesses específicos na transmissão do conhecimento e na adoção de condutas que representam, neste caso, a formação de professoras. Dessa forma, partimos do entendimento de que “[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo (SILVA, 2010, p.15).

Utilizamos também a categoria de Disciplina desenvolvida por Foucault (2014). Segundo ele, o ritual que organiza a estrutura escolar advém de símbolos que apontam para a necessidade de formar corpos dóceis, ágeis e úteis ao trabalho. O autor menciona a figura ideal do soldado, descrita desde o século XVII como um sujeito de coragem e vigor, que de longe pode ser reconhecido. São as marcas construídas ao longo dos tempos, por uma educação disciplinadora, impregnada de técnicas do fazer, agir e comportar-se que desenham os símbolos característicos do sujeito na sociedade. A educação do corpo passa a ter um sentido do indivíduo “[...] que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2014, p. 134). Os processos disciplinares existem há muito tempo em diferentes instituições sociais. Com o decorrer dos séculos, a disciplina adaptou fórmulas de dominação que possibilitam produzir corpos dóceis.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

A formação de professoras é impregnada de ações sobre o corpo que está sendo educado, tanto para a manipulação desse sujeito que vai atuar para a educação da infância – professora – quanto para os alunos que vão reproduzir os significados que permitem entender um corpo enquanto saudável, limpo, obediente etc. Essas políticas disciplinares manipulam, de forma estratégica, os gestos e comportamentos dos corpos. Assim como o soldado que facilmente é identificado por sua coragem, a professora também é identificada socialmente por seu agir, sua disciplina, seus hábitos, conduta moral, bom comportamento, suas roupas/fardamento, religião etc.

Tais definições nos aproximam de outros interesses que foram estudados, não menos importantes, mas como categoria de estudo. Esta pesquisa também foi atravessada pelo contexto da Feminização do Magistério, que nesse momento referenciamos por meio dos estudos desenvolvidos por Louro (1997/2004). A autora defende que, assim como em outras identidades sociais, a mulher passa por inúmeras conjunturas que definem e educam suas atitudes e seu corpo. A partir das noções já preconizadas da naturalidade feminina para o ensino, Louro (2004) nos provocou a refletir sobre como a feminização do magistério foi uma construção social.

A identificação das categorias de análises objetiva atender às apreciações referentes a vários elementos e fatores, tais como: currículo e práticas escolares relacionadas ao contexto social e cultural, no período de 1960-1971; atividades culturais desenvolvidas e divulgadas no jornal; as representações desencadeadas socialmente. Sob tal perspectiva, podemos circular por outras temáticas, embora com menores detalhes, mas ainda assim importantes, já que dizem respeito a especificidades de algumas fontes analisadas, isto é, entendemos realizar a análise das atividades curriculares desenvolvidas na ENECG também com base no contexto histórico em que essas práticas estavam sendo desenvolvidas. Com a escolha das categorias de análises acima mencionadas, organizamos, de maneira sistemática, a pesquisa em quatro capítulos, a seguir descritos.

O primeiro capítulo, denominado *A formação das normalistas 1960-1971*, apresenta a revisão bibliográfica acerca das produções desenvolvidas sobre a estruturação do Ensino

Normal no Nordeste Brasileiro e na Paraíba.<sup>18</sup> Tomamos como base o livro *As escolas normais no Brasil: do Império à República*, de Araújo *et al.* (2008), e o levantamento das produções realizadas no âmbito nacional, em diálogo com alguns documentos oficiais do governo. Assim, identificamos particularidades do Ensino Normal campinense; cruzamos esses dados com a teoria e com alguns arquivos da ENECG, evidenciando, então, o tempo de formação, os conteúdos socioculturais e o início da ênfase ao ensino profissionalizante.

O capítulo seguinte está intitulado *As normalistas campinenses representadas nas páginas dos jornais*, título que se justifica porque, “[...] Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação” (BARBOSA, 2010, p.11). Esse circuito nos é muito importante, por isso analisamos alguns recortes do jornal *Diário da Borborema*, o qual, embora não seja um periódico especializado em Educação, se revela como uma fonte profícua na coleta de dados, uma vez que, por meio de seus fragmentos, pudemos identificar algumas práticas do cotidiano escolar.

No terceiro capítulo, sob o título *A formação das normalistas na Escola Normal Estadual de Campina Grande (1960-1971)*, discorreremos sobre alguns aspectos do currículo da ENECG, composto por disciplinas instrumentais, isto é, para o exercício da profissão (desenho, higiene, puericultura), e disciplinas de formação geral (português, matemática, história, química, entre outras). Tomamos como referência as fichas individuais de matrícula das alunas, algumas avaliações parciais e de adaptação bem como documentos legais paraibanos. Comumente entendida como uma tradição, definição das disciplinas que estruturam o currículo para formação de professoras, é estabelecida com acordos legais e governamentais, logo sua estrutura é produzida com objetivos bem definidos.

Por fim, no último capítulo – *Práticas Escolares da Escola Normal Estadual de Campina Grande: solenidades escolares e desfiles cívicos* –, discorreremos sobre algumas práticas escolares realizadas na e pela ENECG. Por meio das fotografias, do álbum Escola Normal Estadual padre Emídio Viana Correia, identificamos a vigilância do corpo (FOUCAULT, 2014), com a incorporação do fardamento, das excursões acompanhadas, das práticas religiosas e das solenidades e desfiles cívicos. Ratificamos a presença do masculino sob o aspecto da direção, supervisão e ordenamento. Embora a escola fosse responsável pela instrução das moças, o direcionamento era regido, em sua maioria, por homens. Ademais,

---

<sup>18</sup> Realizamos, no Banco de Teses e Dissertações, um levantamento das produções em nível nacional; no entanto, neste capítulo, nos detemos ao contexto regional.

consideramos a execução das práticas escolares como parte da cultura escolar bem como uma composição de tradições, inventadas, ritualizadas, e que, repetidas, ano após ano, reafirmam a representação da normalista.

Sem o objetivo de sermos detentoras da verdade – após nos debruçarmos sobre a grande quantidade de fontes existentes, que permaneciam guardadas, sem serem reveladas para funcionários mais novos ou para os alunos da instituição e, em concepção mais ampla, para a própria sociedade campinense que desconhece as relações tramadas na constituição dessa escola – deduzimos que a narrativa e sua divulgação ou publicização são importantes para o desvelamento, o conhecimento das origens e organização funcional de nossas instituições públicas ou mesmo corporações privadas. Intencionalmente ou não, no “silêncio” dessas fontes – como de qualquer outra instituição social que não se permite deixar-se ver pelo público em geral –, se ocultam seus significados de modernidade e resistência, determinando o esquecimento do ocorrido.

A investigação é salutar, pois que ampara o narrar ou o relatar da história de um artefato que pode, ou não, ter feito, ou ainda fazer diferença na vida de uma comunidade, de um grupo, de um indivíduo. O ato de fazer história é indissociável da vida humana, assim como o é repassar esse poder ao longo as gerações, para que nada seja esquecido ou ignorado. “[...] Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIN, 2012, p. 205). Neste sentido, historicizar é dar visibilidade àqueles que estão à margem, esquecidos, os quais carregam em suas atividades singularidades e sentidos.

A formação de professoras é um campo de investigação consolidado na educação. Dessa forma, discorrer sobre aspectos particulares, singulares e históricos da formação docente é condição *sine qua non* para o entendimento de práticas vivenciadas na educação e na sociedade, algumas já ultrapassadas, ineficazes, porém ainda vistas como naturais ou legítimas pelos que fazem os currículos. Muitos dos problemas do presente, por exemplo, têm raízes no passado. Alguns desses problemas, às vezes muito distantes da compreensão da população, são encarados como triviais, logo imunes à conexão de outros, marcadamente históricos e complexos, com a contemporaneidade (NETO, 2018). Vemos como necessário, então, tecer os pequenos fios dessa trama, marcada por diversidades, culturas, dimensões econômicas, sociais e políticas, em busca de significações e da história educacional paraibana e brasileira.

*A Formação das Normalistas 1960-1971*



No Brasil, a formação de professoras constitui uma pluralidade de significados quando tomamos as Escolas Normais como campo de investigação, pois foram as primeiras instituições especializadas para o preparo de *professores*.<sup>19</sup> A primeira delas surgiu ainda no período Imperial, na cidade de Niterói, na província do Rio de Janeiro, em 1835. A consolidação das demais escolas para este fim se deu na transição do século XIX para o século XX, passando por inúmeras mudanças, sendo a mais tangente a feminização do magistério. A exemplo de Teresina-PI que teve sua instituição fundada no ano de 1864, sendo a segunda criada na região Nordeste,<sup>20</sup> também se ergueram as de Aracaju-SE, em 1870; Natal-RN, em 1873; Fortaleza-CE, em 1878; João Pessoa-PB, no ano de 1883;<sup>21</sup> e São Luís-MA, em 1890 (ARAÚJO *et al.* 2008).

Os estados e a Igreja Católica assumiram o compromisso de proporcionar educação direcionada à formação de professoras, gerando-se, muitas vezes, distinções entre as instituições. Desse modo, o currículo normativo em âmbito nacional que organizava o Ensino Normal passou por diferentes interferências e interesses. Consideramos que a ausência de um currículo nacional para as escolas normais se explica devido à descentralização ocorrida ainda no Império com a promulgação da Lei de Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827, que delegava às províncias a responsabilidade de criação e regulação de suas instituições escolares. Embora não houvesse um currículo nacional que guiasse essas instituições, estas promoveram o acesso e permanência das mulheres em suas instalações, ambientes marcados por um discurso de ideal de professora e de mulher que circulou ali e na sociedade em geral, reproduzindo e mantendo a imagem da normalista.

Como construção social, a referência que repercute no cotidiano é o tratamento dispensado à professora, vista então como um sujeito movido pelas forças culturais, sociais e políticas da época; sujeito disciplinado para abdicar de sua própria identidade em favor do crescimento cívico dos seus alunos, já que “[...] o ideário do Estado seria a representação de uma futura professora reservada e honrada” (FIGUERÔA, 2017, p. 106). Essa predisposição facultou à opinião política e pública, por longos períodos, a concordância de que as

---

<sup>19</sup> Conforme Tanuri (2000), as primeiras escolas normais formavam professores, mestres para o ensino. Com o passar do tempo e desprestígio da profissão, as mulheres passaram, então, a assumir esse espaço. Por isso, aqui, nesse momento, nos referimos à formação de *professores*.

<sup>20</sup> A primeira dessas escolas a ser instaurada no Nordeste foi a de Salvador-BA, em 1836.

<sup>21</sup> Conforme Kulesza (2008), a escola normal da Paraíba foi anunciada em 1883, mas sua regulamentação foi realizada em 1884 e sua inauguração no ano seguinte, 1885.

professoras eram moças de família, de bons costumes e bem educadas, incumbidas da responsabilidade de formar as futuras gerações e, por conseguinte, solucionar problemas educacionais que atravancavam o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Conforme Foucault (2014), o discurso tem diferentes formas de circular socialmente; sua propagação está implícita no ato de falar, manter, transmitir, articular ideias em qualquer campo simbólico da comunicação, seja essa propagação de forma escrita ou oral.

O discurso expresso no Brasil acerca do desenvolvimento nacional por meio da formação escolar transmite e articula ideias sobre a concepção de sociedade que estava se formando e também acerca da educação, conseqüentemente da formação de professoras. Simultaneamente ao discurso de desenvolvimento, a estabilização das Escolas Normais atinge seu período de amadurecimento nos anos 50 e 60 do século XX, sendo resultado de um longo processo histórico (SAVIANI, 2008). Conforme Ortiz (2014), a escola é um espaço criado pela burguesia a partir dos princípios liberais que preconizam liberdade, igualdade, individualismo, a propriedade privada e a democracia (sendo assim, considerada, ao longo da história, uma instituição que atende a estratégias para produção e reprodução da escolarização dos sujeitos sociais. Nessa conjuntura, “As práticas escolares são influenciadas e influenciam a cultura de um tempo e de um lugar, faz parte de interesses políticos, econômicos e sociais” (ORTIZ, 2014, p. 13).

Assentada na formação das normalistas, a pertença a esse grupo era simbolizada por diferentes nuances as quais categorizavam e estereotipavam o comportamento, o vestuário da normalista e a idealização da figura da professora no meio social; um aparato, como o fardamento utilizado pelas normalistas, “[...] também era motivo de orgulho, poder, controle, (sic) e a relação do corpo com a sociedade” (FIGUERÔA, 2017, p. 106). E, diante de um cenário que exigia uma expansão para o desenvolvimento por meio da educação, se apregoavam as características necessárias à composição de um quadro de funcionárias dedicadas ao exercício do magistério, mantendo-se a essência de representatividade da pureza, do bom comportamento e, sobretudo, da inteligência.

Observamos que a propagação dessa representação da professora primária na sociedade se deu em músicas, na literatura e nos periódicos de boa circulação. As normalistas, presentes desde o século XIX, foram registradas em e pela nossa sociedade como uma marca simbólica por várias gerações, integrando, portanto, a dimensão curricular da Escola Normal.

Essa marca simbólica não se limitava a uma impressão, a um conceito tão somente. Era também materializada quando da exigência de documentos comprobatórios da idoneidade das alunas bem como na oferta e cumprimento de disciplinas voltadas ao cuidado e afazeres domésticos. Entendemos a construção dessa concepção e formação de uma característica profissional, por meio do conceito de representação de Chartier (2002), a partir do qual as práticas permitem conhecer uma particularidade social, “[...]os atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19).

As atividades sociais em diferentes modalidades do real configuram a construção de representações. No Brasil, início da década de 1950, um forte traço cultural de desenvolvimento foi adotado pelo Estado e passou a configurar as relações sociais, culturais e educacionais. Na formação de professoras, passa a ser exigida, além dos bons costumes, uma formação profissional que sustente a ideia de crescimento econômico e social de forma acelerada. Embora fosse necessário pensar em novas instituições para a educação primária e estabelecer um aumento no número de crianças nas escolas, a preparação das jovens normalistas em caráter profissional manteve-se como fator primordial, ainda constituída por normas, regras e disciplinas que mantinham a representação de moças educadas, comportadas e inteligentes.

A organização curricular no Brasil passou por várias fases de estruturações (PIMENTA e GONÇALVES, 1992), em busca de identificar formas práticas de organizar em meio social a carreira e profissão das professoras. No que diz respeito à modalidade do Ensino Normal, o Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 – a Lei Orgânica do Ensino Normal – é um dos instrumentos estruturadores do magistério em nível nacional, conforme Tanuri (2000, p.75), ou seja, uma “[...] tentativa de regulamentar minuciosamente em âmbito federal a organização e o funcionamento” do Ensino Normal Brasileiro. Essa regulamentação sofreria alterações na década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e, mais tarde, com a Lei 5.692/71, que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Mesmo diante das inúmeras transformações que marcaram tanto a escola quanto a sociedade, a permanência de traços específicos que distinguem a profissão docente permanece representando socialmente a professora (VICENTINI, 2007).

Seguinte à ideia de desenvolvimento educacional, o início da década de 1960 foi marcado por uma forte motivação profissionalizante. Cogitava-se que a eficiência desejada para a educação dependesse da formação das professoras. Com isso, a qualidade do ensino nas Escolas Normais passou a ser questionada; a relação com as atividades domésticas ainda se apresentava com bastante frequência, descaracterizando uma pretensão profissional (VICENTINI e LUGLI, 2009).

A intensidade da profissionalização cresceu e motivou movimentos maiores, que repercutiram também na remuneração. A mulher passou a recorrer ao salário não mais como complemento à provisão masculina, mas muitas vezes como meio de manter a casa. Mesmo em condições que exigiam uma profissionalização e reconhecimento da categoria, a representação imposta ao feminino sobre a missão educativa se mantém sob o discurso de mecanismos de poder que regulam e determinam os corpos (FOUCAULT, 2014).

No capítulo a seguir, dispomo-nos a discorrer sobre a formação das normalistas no âmbito nacional, destacando, principalmente, como ocorreu o desenvolvimento das Escolas Normais, no Nordeste brasileiro. Para tanto, articularemos as produções disponíveis no Banco de Teses e Dissertações consultadas no levantamento da produção. Deter-nos-emos no recorte de 1960 até 1971, objetivando analisar como as leis preconizavam o currículo da Escola Normal e dispunham normativas para concepção da formação das professoras. Organizamos o discurso a partir das normas que difundiam as práticas escolares no início dos anos 60 até a profissionalização do ensino propriamente dito em 1971. Relacionado a esse aspecto, também abordamos as fontes consultadas no arquivo do Instituto de Educação Paraibano (IEP) e no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, onde foram encontrados documentos que expuseram uma organização legislativa e curricular do Estado paraibano.

## 2.1 Estruturação do Ensino Normal no Nordeste brasileiro

Entre 1835 até 1960, com a criação da Escola Normal de Brasília, podem ser catalogadas 20<sup>22</sup> instituições entre as unidades federativas brasileiras. Entre essas escolas, existiu um movimento de oscilação de abertura, fechamento e tentativas malsucedidas de criação (ARAÚJO *et al.*, 2008). Desde a criação da primeira escola normal, muitas

---

<sup>22</sup> O levantamento realizado pelos autores “[...] não informa a data de eventuais fechamentos de algumas escolas normais ou a data de suas reaberturas” (ARAÚJO *et al.*, 2008, p. 12).

estruturas foram ressignificadas. No campo social e estadual, existiu uma pluralidade de histórias curriculares, culturais e sociais que representam momentos e contextos particulares da História da Educação.

Ainda no século XIX, as mulheres passam a ser público alvo da formação dessas escolas, e, sob o ideário de instauração do feminino na educação, muitos discursos e normas são confirmadores de um sentido que permeia a educação e o ser professora. O processo de feminização do magistério no Brasil se deu de maneira gradual e disforme para distintos Estados. Conforme Araújo *et al.* (2008, p. 12):

[...]Em sua maioria, as instituições nasceram para atender (sic) alunos homens, e depois foram sendo ocupadas por meninas e jovens, ou em instituições congêneres ou mesmo em turnos diferenciados na mesma sede. No final do século XIX, a frequência feminina era majoritária na maioria das instituições.

A deformidade da estruturação do Ensino Normal Brasileiro decorre de posicionamentos políticos governamentais bem como da diferenciação nas regiões brasileiras. Com o advento, ainda no Império, da Lei de Primeiras Letras, as províncias tiveram autonomia para criar as escolas de Ensino Normal e de Primeiras Letras conforme as suas necessidades ou interesses. Apesar da ausência de acordo quanto à forma de criação, estruturação e funcionamento entre as Escolas Normais e de não serem criadas em muita proximidade temporal, essas Escolas seguiam praticamente o mesmo fluxo. Ainda que apresentassem as mesmas características, havia divergência quanto ao que seria sua prioridade – o que era mais importante para uma escola não o era para outras. Ainda assim, pudemos identificar traços de homogeneidade: a) o comprometimento na criação de escolas modernas para formação de professores; b) o longo período de tempo no planejamento, levando a escola a funcionar em locais cedidos em caráter de empréstimo (ARAÚJO *et al.*, 2008); c) a inspiração ideacional iluminista de que essas instituições e as formações elevariam as expectativas educacionais e, conseqüentemente, promoveriam o desenvolvimento da nação; d) o abandono dos homens da carreira pedagógica; e) a inserção das mulheres no universo educacional enquanto figura predominante na representação de professora. Conclui-se, então, que, embora houvesse um desacerto temporal na criação dessas instituições, suas práticas e representações eram semelhantes e repercutiram na transição do século XIX para o XX, buscando ratificar a forma como se entendia a figura da professora primária.

Para a construção desse tópico sobre o Ensino Normal no Nordeste, enfatizamos o levantamento realizado, com base nas fontes obtidas no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Tal pesquisa nos permitiu perceber que as investigações e reflexões sobre as Escolas Normais são crescentes no cenário brasileiro. Essas fontes também nos mostraram como tais instituições apresentavam particularidades, influenciadas sobremaneira pelo contexto social ao qual estavam subordinadas, relacionadas, conectadas. Em suma, essas instituições assumiam, cada uma a seu modo, a responsabilidade de preparar sujeitos que atuariam na formação das crianças, compondo assim uma representação coletiva (CHARTIER, 2002).

A segunda província a adotar o modelo de Escolas Normais para formação de professores foi Salvador, em 1836. Como na experiência nacional, as regiões brasileiras também tiveram o processo de expansão dessas instituições. De acordo com Vieira (2013), essas primeiras Escolas dão início à trajetória de formação de professoras para o ensino primário. Na região Nordeste, todas essas instituições foram criadas ainda no período imperial, expandindo-se ao longo dos anos até o século XX como exemplo para formação de professoras e para a criação de outras instituições que teriam essas primeiras escolas como congêneres.

Na perspectiva de advir a modernidade, a formação das professoras compõe parte da ideia de civilização moderna, constituindo, assim, parte da história da profissão docente. Sobre isso, Araújo *et al.* (2008, p. 13) informam: “[...] as escolas normais podem ser pensadas em relação a esta discutida e discutível profissionalização. A construção desta profissão, em sentido moderno, já ultrapassa quinhentos anos”. As diferentes experiências são marcadas por vicissitudes. Assim, ao tratar da Escola Normal baiana ou da Bahia, Rocha (2008) destaca que essa instituição tem uma estreita relação com a instrução pública e primária; acrescenta que sua instalação e funcionamento só ocorreram seis anos após o decreto que criou a escola. Diz ainda que, embora tivesse sido inaugurada em 1836, com solenidades e presença de autoridades locais, só começou a funcionar, de fato, em 1842. A ausência do prédio escolar bem como de um número avantajado de alunos matriculados foram as preocupações dessa escola, já que não havia como acomodar tal contingente em qualquer espaço.

Ao passar por várias reformulações, a matrícula dos alunos na escola exigia atestado de boa conduta e moral, de modo que se fazia necessário, desde a formação, demonstrar (ou comprovar) que o professor seria um sujeito de responsabilidade e confiança. A figura do bom professor foi uma representação construída, adotando-se características e perspectivas

para um ideal profissional. Conforme Chartier (2002, p.18), essas representações são definidas em “[...]esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando(sic) sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas(sic) as demarcações da própria organização social”. Neste sentido, a ideia de moralização atribuída para os professores categoriza um perfil profissional construído socialmente, mas que, arraigada por meio do pensamento e das práticas, normatiza sua ação em meio social.

Ainda no Império, o predomínio das mulheres no ensino normal foi característica da instituição baiana (ROCHA, 2008) e, embora tenha passado por várias reformas, diferentemente do que ocorreu em outras unidades federativas, essa escola não sofreu desativação ou interrupção.

Apresentada como uma necessidade premente, a educação sempre compunha o discurso político, logo, como mencionamos anteriormente, a expansão dessas instituições aconteceu com bastante efervescência. Esse fenômeno tem sido, nos dias atuais, fonte de estudos sob diversos aspectos educacionais. Isso se confirma em nosso levantamento sobre a produção de pesquisas acerca das escolas normais. Entre os vários achados, destacamos a investigação realizada por Vieira (2013), que analisou os saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério no período de 1890 a 1914.

No Piauí, a consolidação da Escola Normal aconteceu com a formação de mulheres para atuarem no nível primário nos anos de 1900. Conforme Lopes (2008), houve várias tentativas de implantar a escola normal piauiense, e, nesses ensaios, materializavam-se as características da professora ideal: “[...] Vocação, moralidade, instrução e técnica, o núcleo constitutivo dessa escola revela o seu caráter conservador” (LOPES, 2008, p. 109). No Piauí, como na Bahia, essa representação da professora foi sendo construída e assumindo ação na construção do mundo social, “[...] como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém” (CHARTIER, 2002, p. 20). Outros estudos se desdobram acerca dessa instituição, a exemplo da tese de doutoramento de Martins (2016), texto no qual a autora analisa a formação dos professores primários, desde a implantação da Lei Orgânica para o Ensino Normal, em 1946, até a promulgação da lei de Diretrizes e Bases de 1961. Ainda encontramos as dissertações de Rodrigues (2013) e Moraes (2018). Em seu estudo, tratando acerca da Escola Normal de Parnaíba, Rodrigues analisa a constituição da escola decorrendo no ano de 1927 e finalizando em 1982 por conta da implantação do projeto do Centro de Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM. Moraes (2018), por sua vez, disserta

sobre a inauguração da Escola Normal Oficial de Picos, no período do regime militar, em 1967, com término de funcionamento da escola em 1985. Conforme essa última autora, a instituição foi criada com o propósito de formar professoras para atuarem no ensino primário do município e cidades da microrregião. Em seu currículo também se via a preocupação com valores éticos e comportamentais, defendidos na sociedade patriarcal e coronelista, os quais deveriam ser apreendidos e difundidos na formação dessas professoras.

Como nas experiências anteriores, a província de Sergipe deu início à formação de professores para homens no ano de 1874 e em 1877 abriu uma cadeira feminina. Conforme Freitas e Nascimento (2008), a cadeira criada em 1877 é um marco na história da profissionalização feminina em Sergipe, fato que logo preconizará também a presença maciça das mulheres na formação docente. A formação destinada às novas professoras tinha um caráter científico e técnico, porém, embora as mulheres adentrassem esse novo espaço, sua função docente permanecia regulada pelos homens. De acordo com Louro (2000), as identidades sociais se formam no âmbito da cultura e da história. Essas definições sociais constituem os sujeitos. Neste sentido, podemos inferir que a identidade de professora foi formada e regulada pelos homens. Na dimensão do Ensino Normal Rural, Costa (2016) analisou a criação da escola Normal Murilo Braga, de Itabaiana/Sergipe, criada em 1949, a qual estava orçada nos Planos de Desenvolvimento para Educação do Governo Federal.

No Rio Grande do Norte, as autoras Araújo, Aquino e Lima (2008) caracterizaram a formação de professoras como um dos objetos da preocupação educacional das autoridades políticas nos séculos XIX e XX. As autoras estudaram o desenvolvimento e implantação do Ensino Normal no Rio Grande do Norte a partir de três recortes temporais. O primeiro compreendeu os anos de 1839-1888, quando essa escolarização foi definida sob a justificativa da “[...] ausência de um modo de ensino e aprendizagem compatível com a tarefa de educar a infância” (ARAÚJO *et al.*, 2008, p. 191). O segundo recorte compreendeu os anos de 1889-1930. Nesse período, o contexto político apareceu notadamente como referência da mudança no ensino; as ideias republicanas defenderam a de implantação de grupos escolares, observando a necessidade de compor uma escola normal conforme os novos pensamentos reformadores. Por fim, o último recorte discorreu sobre os fatos ocorridos entre os anos de 1930-1938. Neste período, a formação do professor primário seria repensada conforme os fundamentos das Ciências da Educação.

Como nos outros exemplos, outras produções compõem o cenário do Ensino Normal Nortterriograndense. Destacamos o trabalho de tese *Escola Normal de Natal (Rio Grande do*

*Norte, 1908-1971*), em que Silva (2013) analisa a história da formação de professores e o percurso de institucionalização da Escola. Segundo a autora, a Escola em destaque funcionou em diferentes espaços. Faz-se mister acrescentar que, apesar de não se estabelecer em prédio próprio e específico, a Instituição consolidou sua competência na formação dos mestres primários. Essa façanha foi assegurada pela forma própria de promover o ensino, de modo a veicular saberes específicos produzidos e modos de fazer particulares. Também identificamos a dissertação *A Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores no interior do Rio Grande do Norte*. Sua autora, Sarmiento (2013), investiga o contexto formativo dessa instituição a partir da narrativa dos sujeitos que vivenciaram seu cotidiano. Sua criação ocorreu no ano de 1922 e seu encerramento em 1934, em decorrência do Decreto nº 693 de 16 de Julho, que equiparou a Escola Normal de Mossoró à Escola Normal de Natal.

A partir do discurso jornalístico, Silva (2008) descreve a constituição da Escola Normal no Ceará. De acordo com a autora, houve tentativas de instalação de uma escola para formação de professores iniciadas pelo governo, no entanto malsucedidas. Com a Lei nº 1790 que reforma a Instrução Pública, cria-se, finalmente, a Escola Normal do Ceará, em 1878. Conforme essa Lei, a Escola funcionaria durante três anos, anexada ao Liceu. Seu currículo escolar estava baseado no “[...] pensamento pedagógico centrado no conhecimento universal e intelectualista, enfatizando o conteúdo das disciplinas, restringindo a formação propriamente docente à cadeira de pedagogia” (SILVA, 2008, p. 207).

No que diz respeito aos demais estudos desenvolvidos acerca das Escolas Normais no estado do Ceará, identificamos o maior número de pesquisas no recorte que estabelecemos, sendo quatro teses e três dissertações.

A dissertação *Memórias e Narrativas da Escola Normal do Sagrado Coração em Ubajara-CE*, de autoria de Cruz (2017), narra a constituição dessa Escola no ano de 1966, pelo padre Francisco Tarcísio Melo. Com o objetivo de identificar como estava organizado o Ensino Normal, a autora analisa os dados referentes à primeira turma, encerrando a investigação no período de 1968. O estudo desenvolvido por Ribeiro (2015), intitulado *Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: do Museu Vilas Nova Portugal à sala de memória Amália Xavier de Oliveira*, distancia-se do enredo de nossa pesquisa, mas aponta significativamente à diversidade na produção de práticas das escolas normais, ao tratar da criação do museu em 1934, como parte de um projeto civilizador que compunha parte da integração das atividades da formação docente e educacional por meio do desenvolvimento

cultural. Por fim, a pesquisa *De aluno a professor: formação docente de egressos da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte-CE*, de autoria de Bezerra (2013), teve como objetivo investigar como as mudanças políticas e legislativas ocorridas no final do século XX interferiram na formação dos professores egressos da Escola Normal. Embora com temáticas e recortes temporais diferentes, os objetos circundam a Escola Normal, demonstrando que, desde a instauração do modelo formativo docente, é possível identificar nuances que estabelecem formas de atuar e de compor a representação dos professores.

Sobre as teses que localizamos, apontamos, de início, o estudo realizado por Araújo (2018), *O Ginásio Escola Normal Virgílio Távora e sua contribuição para a Formação de Docentes no Maciço de Baturité/CE*. Esse estudo investiga a história dessa instituição e identifica sua contribuição para a formação de docentes. O Ginásio foi criado em 1958 e teve suas atividades encerradas em 2004. O autor prioriza o recorte de 1971, em busca de entender como, a partir da instauração da Lei 5.692/71, se organizou e perdurou o Ensino Normal. *Práticas educativas de normalistas no cariri cearense (1923 – 1971): cadernos escolares – escritas femininas*, de autoria de Noronha (2015), analisa como a educação religiosa, com ênfase na produção cultural de um sentimento cívico e patriótico, atendia a um projeto de desenvolvimento da educação em âmbito nacional. *Uma história de Instituições Escolares e Formação de Professoras no Cariri (1923 a 1960): O Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva Histórico-Comparada* é o estudo desenvolvido por Lopes (2015), que investiga os ideais políticos e pedagógicos que eram propostos para a formação de professoras no período de 1923 a 1960. Por fim, *A tradicional Escola Normal cearense chega ao bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958 – 1960)*, de Araújo (2014), estudo que investiga como foi o processo de instauração da escola normal no bairro de Fátima, nos anos de 1958 até 1960, quando houve a conclusão da primeira turma de normalistas. Assim, por meio da busca dos princípios que motivaram a instauração da escola bem como quais eram os contextos formativos, as práticas escolares e o currículo educacional, a autora traça a trajetória da primeira turma de normalistas do bairro de Fátima.

Na província paraibana, a Escola Normal é inaugurada solenemente em 7 de abril de 1885 (KULESZA, 2008). Desde a sua criação, a Escola já apresentava quantitativamente uma presença acentuada de alunas. Conforme o autor, a ausência de uma uniformidade no ensino primário e normal acentuava as debilidades da educação; havia uma centralidade na preparação dos alunos para níveis mais graduados do ensino, mas a educação popular não

era uma realidade assistida. Neste sentido, a Escola Normal paraibana ficou assentada como local de distinção de algumas moças da sociedade. Como em outras realidades, essa instituição foi modelo para outros cursos normais, a exemplo dos que funcionavam em Campina Grande-PB – no Instituto Pedagógico, funcionou o primeiro Curso Normal da cidade equiparado à Escola Normal da Paraíba (SOUSA, 2018). A disseminação da formação de professores na Paraíba foi objeto de estudo de: Araújo (2010), que produziu o trabalho intitulado *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*; Soares (2016), *Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social*; Sousa (2018), *Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949 – 1983)*. Essas 3 teses e a dissertação *Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da escola normal em Catolé do Rocha/PB – 1939 a 1959*, de autoria de Sousa (2012), compõem a revisão bibliográfica deste estudo e demonstram que a educação desenvolvida nas instituições de Ensino Normal configurou um modelo de docência bem como a prerrogativa de inserção da modernidade no ensino.

No que diz respeito à formação de professoras em São Luís-MA, Motta e Nunes (2008) vão definir a criação da Escola Normal como um processo tardio, que passou por duas tentativas até ser efetivamente criada. Para as autoras, a instabilidade política e social justificava essa preocupação tardia, pois a ausência de um governo firme contribuía para a fragilidade na instauração das políticas educacionais, o que resultava também no alto índice de analfabetismo da população maranhense. Assim sendo, crescia, no Maranhão, a oferta de escolas da rede privada, que atendia apenas a uma pequena parcela da sociedade local, ou seja, a quem podia pagar pela educação escolar. Assim, no Período Republicano, com o Decreto nº 21 de 15 de abril de 1890, é criada a Escola Normal do Maranhão.

Em prosseguimento aos estudos sobre o Ensino Normal no Maranhão, Moura (2014), na dissertação de mestrado *O Colégio São José e a Formação de Professoras Normalistas em Caxias-Maranhão: formando para igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972)*, estuda o processo de formação das normalistas desde a criação do curso até sua extinção. Tomando como referência a análise realizada por Motta e Nunes (2008), consideramos que, na produção de pesquisas acerca da formação de professores e mais especificamente no que tange à Escola Normal, ainda existe uma vastidão de especificidades a serem pesquisadas, uma vez que, conforme as autoras, havia e há um intenso movimento cultural na sociedade maranhense que não se difundia, porém, nos aspectos educacionais.

No ano de 1864, foi criada a Escola Normal Oficial de Pernambuco, conforme Figuerôa (2017), baseada nos modelos da França, Bahia e Rio de Janeiro. Apesar de não ser o objetivo desse estudo narrar a criação das instituições, mas de perscrutar a inserção das mulheres no Ensino Normal, a autora nos permite, a partir de sua tese, refletir sobre como se desenvolveu esse ensino na capital pernambucana.

Em nosso levantamento, identificamos a ausência de produções sobre a Escola Normal em Alagoas, o que não diminuiu a qualidade do acervo que obtivemos, pois os que encontramos nos ofereceram uma grande variedade de temáticas e metodologias a partir das investigações já feitas sobre esse nível ou tipo de ensino. Percebemos também, como características comuns a todas as instituições estudadas, a inserção das escolas normais a partir da reorganização dos sistemas de ensino estadual, a presença acentuada da prática como forma de difundir a identidade e formação do professor, a inserção das mulheres no ensino normal e, principalmente, a quase total indiferença com a qual é tratada a formação de professores. Além disso, existe uma vigilância constante na forma de como ensinar, como se comportar, nas definições das regras a serem instauradas a favor da modernização do ensino, no entanto, ninguém cuida de resolver questões voltadas à precariedade estrutural das instituições, aspecto que levou muitas delas ao fechamento.

O currículo educacional normalmente envolve práticas relacionadas à religiosidade. Os rituais religiosos favoreciam a difusão da educação do corpo bem como a disciplina, organização do espaço e definição dos locais sociais de cada sujeito. Notadamente, a mulher passa a exercer uma posição inicial de profissionalização, mas ainda muito direcionada à vocação e ao sacerdócio (LOURO, 2004). Essas estruturas configuram a representação do que é ser professora a partir da formação nas escolas normais. Por meio dos estudos aqui elencados, pudemos constatar que, embora os períodos de instalação das Escolas Normais no contexto nordestino possam ser distintos, algumas práticas colaboram para uma compreensão comum, ou seja, aquela que representa, socialmente, a professora primária.

### 2.1.1 O Ensino Normal na Paraíba

Seguindo o movimento nacional, a Escola Normal tem sua inauguração na província paraibana também no Período Imperial, em 1885 (ARAÚJO, 2010).<sup>23</sup> Conforme a autora, as características sociais, culturais e econômicas do contexto paraibano distinguiram essa Escola Normal das suas congêneres, fosse pela criação autônoma que defendia a escola enquanto espaço específico para a formação de professores fosse pela diferença didática, pedagógica e administrativa.

A instituição foi constituída a partir de dois níveis: de 1º e de 2º graus, dividida para os sexos masculino e feminino. Sua finalidade educativa estava em garantir novos rumos para o ensino primário na província. As matrículas na escola feminina foram exitosas, enquanto na escola masculina não houve procura (ARAÚJO, 2010), marcando, de forma acentuada, a presença das normalistas no contexto paraibano, desde a instauração da primeira Escola Normal.

Apesar de essa instituição ser o local por excelência para formação de professoras, sua atuação ficou restrita ao preparo das boas moças e futuras donas de casa. A escola normal passou a ser concebida como “uma escola do sexo feminino destinada às elites, [...] servindo muito mais para preparar a mãe e a esposa, necessárias para uma sociedade em mudança, do que para formar uma futura professora” (KULESZA, 2008, p. 270).

A presença de instituições ligadas à Igreja Católica também marcou a formação docente na Paraíba. As pesquisas acerca dessas instituições evidenciam exemplos das normas, condutas e projetos pedagógicos que envolviam essas escolas. Um exemplo dessa natureza é o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (CNSL), que foi criado na cidade de Cajazeiras.<sup>24</sup> em 1928, pelas religiosas da Congregação das Irmãs do Instituto de Santa Dorotéia (SOUSA, 2018). Essa instituição atendia ao Ensino Primário e ao Curso Normal, em regime de internato, semi-internato e externato. “[...] Tanto o Primário, como o Normal atendia, exclusivamente, as meninas, na maioria das vezes, filhas das famílias mais abastadas de Cajazeiras e região, que buscavam em um colégio religioso a formação pertinente para suas garotas” (SOUSA, 2018, p. 18).

---

<sup>23</sup> “[...] promulgada em 7 de dezembro de 1883 e regulamentada em 30 de junho de 1884” (KULESZA 2008, p. 263). Sua inauguração ocorreu no ano seguinte, em 1885.

<sup>24</sup> A cidade de Cajazeiras está situada no sertão paraibano e fica a 468 km de distância da capital, João Pessoa.

Outros exemplos de Escolas Normais no contexto paraibano estudados relacionam-se com o contexto político e econômico da cidade. O Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha,<sup>25</sup> conforme investigação empreendida por Sousa (2012), foi criada no ano de 1939, e tinha como característica ser

[...] formadora de professoras primárias, que subsidiou a partir de 1939 a educação catoleense e das cidades circunvizinhas: Brejo do Cruz, Cajazeiras, Pombal, Uiraúna, Sousa e São Bento, na Paraíba; além de Caicó, Patu e Parelhas no Estado do Rio Grande do Norte, tirando-os do atraso educacional, uma vez que preparou para o mercado de trabalho as educadoras que iriam atuar nas escolas, em uma época em que, para o interior do Estado da Paraíba, dispor de professoras formadas em uma Escola Normal era raridade. (SOUSA, 2012, p. 13/14)

A ausência de outras instituições educacionais nos espaços mais remotos do estado viabilizava o grande acesso de alunas à Escola Normal, porém isso não garantia que as escolas primárias tivessem um quadro significativo de professoras normalistas. Outro estudo envolve o Curso Normal Regional de Mamanguape, criado em 1949 e investigado por Soares (2016). A autora destaca que a criação dessa instituição envolveu características sociais relacionadas ao projeto de renascimento econômico, que defendia a educação enquanto redentora, assim o acesso à escola proporcionaria a ascensão e o controle social. Segundo Saviani (2008), essa instituição, no entanto, também teve um processo de constituição e desenvolvimento que oscilou entre o final dos anos 1940 e a década de 1950. O curso atendia majoritariamente o público feminino. Sobre os processos de instauração e reestruturação, Soares (2016) conclui que existiam, no interior norte-paraibano, estratégias que estavam relacionadas à proposta do governo federal de diminuir os altos índices de analfabetismo; para isso, restauravam-se e criavam-se os cursos normais. Na cidade de Mamanguape, a Escola Normal Regional formou professoras, inclusive para as cidades circunvizinhas: Rio Tinto, Bahia da Traição, Jacaraú, Itapororoca e Marcação.

Na década de 1950, o governo estadual paraibano intensificou o Plano Educacional de Reestruturação do Ensino Normal. Conforme Sousa (2012), entre 1951 e 1956, a Paraíba, sob o governo de José Américo de Almeida,<sup>26</sup> contava com 19 Escolas Normais.

---

<sup>25</sup> Catolé do Rocha é uma cidade paraibana, localizada no sertão e fica a 393 km de distância da capital, João Pessoa.

<sup>26</sup> José Américo de Almeida, natural da cidade de Areia, no brejo paraibano. Nasceu em 1887, advogado, escritor e político. Foi governador da Paraíba entre 1951 até 1956.

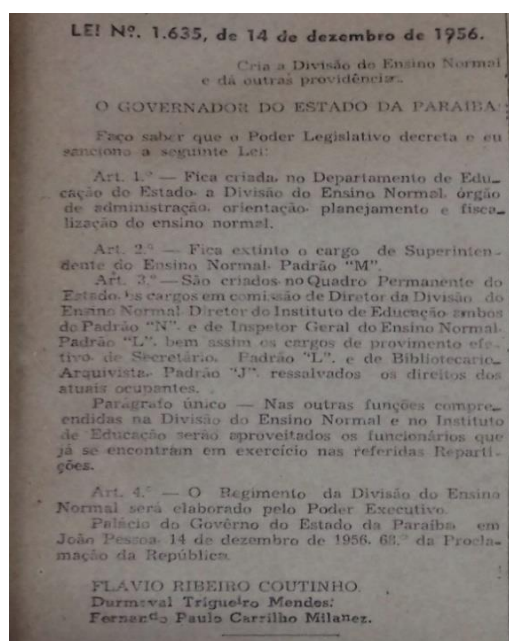
Conforme Soares (2016), após a Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), entre os anos de 1949 e 1955, o Ensino Normal paraibano teve a criação e aprovação de 06 (seis) leis que estavam diretamente relacionadas a escolas que ofertavam essa formação. São elas: Lei n° 608, de 13 de novembro de 1951, reestruturou a carreira de inspetor técnico de ensino; Lei n° 722, de 4 de janeiro de 1952, criou a Superintendência do Ensino Normal; Lei n° 850, de 02 de dezembro, o que corresponde à Lei Orgânica do Ensino Normal da Paraíba; Lei n° 867, de 30 de dezembro de 1952, organizou o quadro docente do Instituto de Educação; Lei n° 1172, de 28 de março de 1955, criou 55 cargos de inspetores educacionais; e Lei n°1376, de 12 de dezembro de 1955, efetivou os professores fundadores das cadeiras existentes na Escola de formação de Professores.

Ao consultar o arquivo Waldemar Bispo Duarte e com acesso aos arquivos do Diário Oficial da Paraíba, encontramos a Lei n°1.635, de 14 de dezembro de 1956, que “Cria a Divisão do Ensino Normal e dá outras providências”. Além de criar, no Departamento de Educação do Estado, a Divisão do Ensino Normal com o objetivo de administrar, orientar, planejar e fiscalizar o ensino normal, esta lei extingue o cargo de Superintendente do Ensino Normal.<sup>27</sup> Também criou, no quadro permanente do Estado os cargos de Diretor da Divisão do Ensino Normal, Diretor do Instituto de Educação, Inspetor Geral do Ensino Normal, Secretário e Bibliotecário Arquivista. Ainda conforme a Lei, em seu artigo 4º, o Regimento da Divisão do Ensino Normal seria elaborado pelo Poder Executivo.

---

<sup>27</sup> Lei n° 722, de 4 de janeiro de 1952, criou a Superintendência do Ensino Normal.

Foto 1: Lei nº 1.635, de 14 de dezembro de 1956



Fonte: Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte (Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC).  
Diário Oficial.

Essas leis demonstram uma estruturação do Ensino Normal, uma organização que atendia a um projeto de organização e reestruturação da formação de professoras. Conforme o documento GG/484 – Ofício de 26 de outubro de 1959,

[...] as diretrizes da política educacional do meu Govêrno, empenhado na expansão do ensino normal com o intuito de no Estado aumentar o número de professôras diplomadas. Nesse sentido é que se vem estimulando os estabelecimentos de ensino particular disseminados pelo interior do Estado a que instalem, restaurem ou revigorem os seus cursos normais, o que não se tem traduzido em mera sugestão/ou apêlo, mas também assistência técnica ao professorado, como se fez com o curso de aperfeiçoamento para professores das escolas normais particulares. (PARAÍBA, 1959, p.1)

O “Govêrno” mencionado na citação diz respeito ao período administrativo de Pedro Gondim, que encaminha o ofício a José Fernandes de Lima,<sup>28</sup> deputado que atuava como presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, informando acerca da criação da ENECG. Cabe destacar que esse movimento de reestruturação se estendia a todas as instituições de formação de professoras, particulares ou públicas. Podemos supor, mediante a informação do curso de aperfeiçoamento, que, possivelmente, o número de escolas/cursos normais

---

<sup>28</sup> Natural da cidade de Mamanguape-PB. Era professor, advogado, usineiro, historiador, político e escritor. Foi Presidente da Assembleia Legislativa por duas vezes, de 1959 a 1960, e de 1987 a 1988. Em 1960, assumiu o governo do Estado da Paraíba, devido à renúncia de Pedro Gondim.

particulares destacava-se em relação às escolas públicas. Ademais, as diretrizes se apresentavam como algo para além de mera orientação, pois a mudança era necessária e imposta.

Com ênfase no projeto expansionista de estruturação e reestruturação do ensino normal na Paraíba, foram publicados os seguintes documentos oficiais: o Projeto de Lei 543/59, que “Cria a Escola Normal Estadual de Campina Grande de 1959”, e a Lei nº 2.229, de 31 de março de 1960, inaugurando a primeira Escola Normal pública de Campina Grande-PB, objeto de nosso estudo. Nas bases da criação dessa Escola, coexistem as prerrogativas do momento político nacional desenvolvimentista durante a década de 1950, que via a educação como etapa necessária ao desenvolvimento da sociedade/estado.

Sobre a instalação da escola, constatamos, no documento GG/484 – Ofício de 26 de outubro de 1959, a presença de especificidades quanto à organização curricular da ENECG, conforme a transcrição abaixo:

Confrontando a organização administrativa e o currículo do seu curso pedagógico, constata-se que o ante-projeto da Escola Normal Estadual de Campina Grande apresenta estrutura idêntica a do Instituto de Educação, denominação que, entretanto, em tôdas a unidades da Federação, é reservada à escola normal padrão, que não se restringe ao curso normal, por isso que ele cumpre promover cursos permanentes ou periódicos de aperfeiçoamento e especialização do professorado de grau médio e elementar e promover outras necessidades extracurriculares atinentes ao aprimoramento do ensino normal e primário, servindo de modelo às instituições que se lhe equiparam. É o que se depreende da Lei Nº 850,1 de 6 de dezembro de 1952. (PARAÍBA, 1959, p. 2)

Em acordo com a leitura do artigo 4º da Lei nº1.635, de 14 de dezembro de 1956, que prevê a criação do Regimento da Divisão do Ensino Normal pelo Poder Executivo, podemos interpretar essa atitude na organização do currículo da ENECG como uma ação estatal, a partir da qual, se entende que os mecanismos de poder apropriados pelo Estado determinam quem domina o discurso (FOUCAULT, 2014).

Esse discurso confere legitimidade às ações pedagógicas e formativas a serem desenvolvidas pela Escola, garante-lhe um local de produção da cultura formativa e de representação da profissão docente e da construção da identidade desse profissional. Com base em Chartier (1991, p. 183), compreendemos essa construção como um resultado da relação de forças “[...] entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma”. Vê-se a Escola com identidade, logo com privilégio e poder sobre os

conteúdos extracurriculares, e, no aprimoramento do Ensino Normal, vista como exemplo a ser seguido e orientador de outras instituições, conferindo-lhe uma posição de evidência no interior paraibano.

Nessa perspectiva, desde a criação da primeira escola normal paraibana, ainda no período imperial, até a implantação da ENECG no século XX, em 1960, percebemos o Estado como estrutura que organiza os conteúdos curriculares e socioculturais da formação de professoras, a qual se adapta ao modelo político e à transição dos governos do século XIX para o XX, sempre se reinventando. Os estudos aqui apresentados demonstram alguns modelos de representação estabelecidos em decorrência do perfil docente como também características semelhantes no processo de criação das escolas em favor do desenvolvimento econômico. A pertinência dessas análises aponta para o significativo campo de estudo que se desdobra com o objeto das Escolas Normais.

#### 2.1.2 O tempo de formação e os conteúdos socioculturais da Escola Normal na Paraíba

Considerando o tempo como instrumento facilitador e organizador das atividades escolares, os regimentos, normas e leis objetivam garantir a organização por meio de dispositivos que regulam, instrumentalizam, identificam e fiscalizam as particularidades do ensino. A instauração das Escolas Normais decorre de um longo período de amadurecimento (SAVIANI, 2008). A passagem desta instituição do século XIX para o século XX legitimou formas de atuação e idealização da formação docente. A partir da década de 1950, novos dispositivos legais foram criados, a fim de regimentar e orientar esse nível de ensino. Na Paraíba, os conteúdos ministrados na Escola Normal seguiram a organização definida na Lei nº 850, de 02 de dezembro de 1952 – Da organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba. Essa lei decorreu, possivelmente, das orientações estabelecidas, em nível nacional, pelo Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946, orientações que não foram acatadas rigidamente por todos os estados, segundo a transcrição a seguir:

A maioria dos estados, porém, manteve a Lei Orgânica do ensino Normal como padrão para a reorganização dos cursos de formação de professores primários, com exceção apenas de São Paulo e Bahia, que fizeram opção por elaborar suas próprias normas que, na realidade não diferenciavam muito do estabelecido na referida lei. (MORAES, 2014, p. 88)

Com o projeto de reestruturação do ensino normal a partir de 1950, supomos que a Paraíba organizou um sistema de ensino pautado em normas, regulamentos e diretrizes que delineavam a execução da formação de professoras, gerindo o tempo das atividades, a forma de organização interna das instituições e demais formas de enquadramento que definiriam o fazer docente. Esse padrão regulador, ainda que pautado em interesses mais econômicos do que intelectuais, tem valor, conforme se lê em Foucault (2014, p. 165): “[...]Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo”. A política educacional desse contexto investia em técnicas forjadas por um simbolismo social, aceito como algo natural do universo feminino, o qual justificava a normatização que controlava a formação de professoras.

A lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952, é um documento que regulamenta todo o ensino normal paraibano, sendo definido como Lei Orgânica Paraibana. Essa Lei estava estruturada conforme as bases e organização do Ensino Normal, atuando sobre os estabelecimentos de ensino, instituições próprias e equiparadas, controlando o ingresso e permanência dos professores formadores, regulando, também, as finalidades do ensino normal, a estruturação das disciplinas, compondo a vida escolar, isto é, os trabalhos e atividades escolares, o tempo de formação e as disciplinas escolares a serem desenvolvidas para os cursos de formação de professoras e regentes do ensino, ou seja, é uma lei que contempla toda a organização do Ensino Normal paraibano, complementando as diretrizes nacionais.

Dividida em cinco títulos que são constituídos de capítulos complementares: a) das finalidades do ensino normal; b) do ensino normal e do ensino livre; c) dos estabelecimentos de ensino normal; d) do instituto de educação; e) dos estabelecimentos equiparados, essa Lei previa uma vigilância sobre diferentes aspectos formativos: a instrução das normalistas, a conservação da moralidade e a definição do salário dos professores que realizariam a educação das normalistas.

Os capítulos iniciais da Lei Orgânica (Lei 850/52) versam acerca das finalidades do Ensino Normal, sendo elas: promover a formação e aperfeiçoamento do pessoal docente necessário ao funcionamento das escolas normais, habilitar administradores escolares, ministrar ensino de especialização do magistério primário e desenvolver e difundir quais os conhecimentos e técnicas estão relacionados à educação da infância. Segundo Moraes (2014), “[...]até a década de 1940, a criação e o funcionamento das Escolas Normais não

atendiam ainda a(sic) demanda de formar professores para os anos iniciais da escolarização” (p. 88).

Os projetos de desenvolvimentismos, ligados à mudança socioeconômica da sociedade, impulsionam também uma alteração nos currículos educativos das escolas primárias. E a formação das professoras, que não contava com uma sistematização mais organizada acerca do fazer docente, mas correlacionava a escolarização da mulher apenas como um momento de aperfeiçoamento das atividades domésticas e da representação de esposas e mães, passa, com a instauração das Leis, a conferir ao magistério o caráter de uma profissão viável para as mulheres, que acumulariam facilmente suas funções domésticas, com vantagens de conquistar um diploma e, talvez, adentrar no ensino superior (MORAES, 2014).

O Ensino Oficial e o Ensino Livre são os temas da segunda seção, que discorre sobre o fato de o primeiro poder ser ministrado tanto pelas unidades dos poderes públicos quanto pelas da livre iniciativa particular (rede privada de ensino), desde que as unidades desta última obedçam às normas constantes nas leis e regulamentos estaduais. O Ensino Livre era ofertado nos cursos normais em escolas anexas a instituições particulares, equiparadas à Escola Normal da Paraíba. Situação na qual Campina Grande-PB se encontrava até a criação da ENECG em 1960.

As instituições equiparadas deveriam cumprir exigências mínimas, definidas na Lei: dispor de prédios e instalações apropriadas, de laboratórios, museus, biblioteca, sala auditório e aparelhamento necessário para a educação física; dispor de material didático suficiente e adequado, além de capacidade financeira para manutenção do funcionamento integral da escola; manter a organização do ensino e observação do regime dos programas escolares no acordo das instruções específicas na lei em vigor; constituir corpo docente com indispensável idoneidade moral e técnica; promover ensino de Português, Geografia e História do Brasil por professores brasileiros natos; conceder remuneração conforme as bases expedidas para o ensino secundário pelo Ministério da Educação e Saúde; assegurar funcionamento de escolas primárias anexas, onde devem ser desenvolvidas as práticas de ensino; garantir a manutenção do Ginásio, reconhecido pelo Governo Federal e por seu regimento interno.

Embora não seja nosso objetivo discorrer sobre as especificidades das instituições que ofereciam o ensino normal, destacamos a preocupação organizacional, definida na Lei

nº 850, de 6 de dezembro de 1952,<sup>29</sup> para as instituições particulares/equiparadas. Quase na mesma medida, as escolas públicas funcionariam também sob a vigilância da Lei, mas poderiam ser instauradas em espaços por empréstimos, até a construção do seu prédio. Assim aconteceu com a Escola Normal paraibana, no período imperial, e com a Escola Normal campinense, em 1960.

O Instituto de Educação, com funcionamento que previa o regime de externato, seria limitado ao sexo feminino e atenderia ao Curso Secundário de dois ciclos, com formação de professoras primárias, especialização do Ensino Normal e cursos de administração escolar do grau primário. Anexo ao Instituto, deveria funcionar também uma Escola de Aplicação, destinada aos cursos primários e pré-primários, além de fomentar a prática do ensino realizada pelas normalistas em formação.

O Ensino Normal Paraibano era organizado a partir de um corpo de instruções e recomendações as quais norteavam as representações do próprio Curso Normal, dos professores formadores, dos conteúdos a serem aplicados e atentavam para a necessidade de se cumprirem as práticas de ensino que materializavam essas representações. São posicionamentos salutaros os que consideram, para a formação de professoras, a disponibilização de espaços adequados para o funcionamento de laboratórios e de bibliotecas, auditório e museus, ou seja, além da preocupação com a praticidade do ensino, existe uma organização de conteúdos socioculturais que compõem as tarefas normalistas.

Essas considerações iniciais discorrem sutilmente sobre as idealizações do ensino normal. Alicerçado numa proposta de formação pedagógica direcionada exclusivamente para mulheres, o Curso seguia a determinação de preceitos que se distinguiam conforme a instituição que o ofertava, isto é, havia distinções entre aquele da instituição pública e o da organização particular. A Igreja fazia parte dessas ofertas. Conforme nosso levantamento, identificamos a presença dessas Escolas Normais, na Paraíba, na maior parte das vezes, sob o domínio da Igreja Católica, o que conferia entendimento de que o ensino era confessional e ou particular. Os preceitos estabelecidos definem também as intenções ideológicas vinculadas a esse tipo de formação nesses estabelecimentos de ensino.

---

<sup>29</sup> Apresentamos os aspectos organizativos dessa lei, estruturada após a criação do Decreto-Lei 8.530-46, do qual não difere, reforçando elementos já estabelecidos no decreto. Cabe ressaltar que o Decreto-Lei faz parte de um conjunto de políticas do governo estadonovista brasileiro, portanto se configura como um documento originário das políticas autoritárias.

Um dos títulos, da lei paraibana, entre as finalidades do ensino, é definido como, *Da vida escolar*. Neste, está descrito como devem ser realizados os trabalhos escolares, a didática, os programas e orientação do ensino, as formas de admissão, os exames para admissão, matrícula e transferência, habilitação de novos alunos, emissão dos certificados e diplomas e a colação de grau.

Ao considerarmos os trabalhos escolares como parte do cumprimento do Currículo, destacamos que esses trabalhos correspondem a lições, exercícios e exames, além de atividades complementares. Segundo a Lei vigente na época, sua execução é obrigatória, devendo estar estabelecido, entre professor e alunos, um regime de constante colaboração. Ficava permitido ao professor realizar trabalhos complementares, que podiam ser pesquisas ou inquéritos, bem como atividades relacionadas com instituições escolares. Ainda, conforme o Currículo, essas pesquisas complementares que se referem às instituições escolares têm como objetivo gerar a formação de sentimentos e sociabilidade, além de cooperação entre os educandos nas discussões e trato dos problemas nacionais e regionais.

Para subsidiar legalmente a exigência das especificidades didáticas acima, lê-se na Lei 850/52: "Art. 33 – Haverá, diariamente, trabalhos escolares, exceto aos domingos e dias festivos" (PARAÍBA, 1952, p. 2), ficando, assim, suspensos os trabalhos escolares nas datas de aniversário de fundação do estabelecimento, dia do professor e dias que forem considerados como de luto para o estabelecimento ou ainda qualquer outra data que justifique a ausência de atividades em relevância, sob a orientação do diretor do estabelecimento.

Já os programas de orientação geral do ensino são definidos como normas simples para os programas das disciplinas, devendo sempre estar em concordância com as orientações metodológicas do Ministério da Educação e Saúde. Sobre as aulas de Educação Moral e Cívica, a orientação não é definida em qualquer programa específico. As aulas de metodologia, isto é, que envolviam as práticas do fazer docente, segundo a Lei 850/52, devem seguir, de maneira sistemática, os programas do ensino primário, os quais, quando necessário, devem ser revisados. A prática de ter o currículo da Escola Normal associado ao ensino primário era recorrente. Essa prática reduzia a qualidade da formação docente e limitava os planos educativos das Escolas Normais (TANURI, 2000).

Sobre as práticas de ensino, a orientação da Lei 850/52, era que estas acontecessem nas escolas anexas, “[...] em exercício de observação e experimentação e de participação real do discente no trabalho do mestre, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos

teóricos e técnicos de todo o curso” (PARAÍBA, 1952). Desse modo, supomos que tais práticas eram realizadas ao final do curso, quando, as normalistas em formação teriam, possivelmente, o primeiro contato com a experiência de uma sala de aula. Para tanto, as escolas anexas deveriam, portanto, ser instaladas nas dependências das Escolas Normais.

Aulas de Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico e Educação Física Recreação e Jogos também estavam presentes no currículo formativo das normalistas. A orientação desse documento pauta-se, portanto, no cumprimento dessas atividades já presentes no ensino primário. Ainda de acordo com Tanuri (2000), essa é uma das primeiras técnicas empregadas para a formação docente: *repetir o que se deve ensinar nas escolas primárias*. Acreditamos que a formação das normalistas estava submetida à adoção de técnicas, cunhadas na reprodução do que já era desenvolvido na educação primária.

O ensino de Religião também é apresentado no Currículo. A Lei nacional (Decreto-Lei nº 8.530, de 1946) e a estatal (Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952), não definem o ensino religioso como obrigatório, mas consideram que este pode ser incluído como disciplina nos cursos de Ensino Normal, sem constituir obrigação para os professores ou frequência forçosa dos alunos. Mesmo após as definições do Decreto-Lei nº 8.530, de 1946, algumas instituições mantiveram em seus currículos a educação religiosa, principalmente as escolas dirigidas pela Igreja Católica, pois ainda no século XX a educação das mulheres estava intensamente marcada pela noção imagética de sua preservação moral (MORAES, 2014).

Ao analisarmos a Lei 850/52, identificamos em seu teor um argumento para denominar e sobre como constituir as Escolas Normais. Entendia-se sua constituição e denominação como centros de cultura escolar e extraescolar, onde se deveriam desenvolver ações moralizadoras em prol da dignidade da carreira do professor primário. Analisando tal perspectiva, somos levados a crer que “[...]constituição da identidade de um grupo, compreendida em uma dimensão multifacetada, deve ser analisada no quadro de construção dos processos de representações” (VILLANOVA, 2008, p.73).

Dentro de um conjunto de atividades desenvolvidas dentro e fora da escola se cumpre, então, a representação do fazer-se professora. Essa construção passa a ser visível para a sociedade que, no senso comum, estimula, a partir do passado, na projeção do futuro, a percepção das permanências nas representações do magistério (VILLANOVA, 2008). A reprodução na Escola Normal das atividades do ensino primário bem como o ensino da moral por meio da religião garantem, por longo período, que a função de ensinar as crianças é

atividade simples de se realizar e está associada à maternidade, ação e condição impreterível da mulher.

No art. 16, da Lei Orgânica Paraibana, estava descrito acerca da formação nas escolas normais: "Não funcionarão, no município da Capital, e de Campina Grande, cursos de regente de ensino primário" (PARAÍBA, 1952, p. 2). Assim, entendemos que, em Campina Grande – PB, as escolas equiparadas à Escola Normal da Paraíba (Instituto Pedagógico e a Escola Normal Imaculada Conceição – estabelecimentos particulares) e a ENECG funcionavam na expectativa de formar professoras primárias, isto é, funcionavam como escolas de segundo ciclo do ensino normal<sup>30</sup>.

O segundo Ciclo do Ensino Normal, era realizado em três séries anuais – tanto no Instituto de Educação como nas escolas normais oficiais, particulares ou públicas, as disciplinas são distribuídas por série. Apresentamos essa distribuição, no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Distribuição de disciplinas do Segundo Ciclo, por série

1ª série	2ª série	3ª série
Português e Literatura Portuguesa	Português e Literatura Portuguesa	Psicologia Educacional
Matemática	Biologia Educacional	Sociologia Educacional
Física	Psicologia Geral	História da Educação
Química	Filosofia da Educação	Higiene e Puericultura
Geografia e História da Paraíba	Higiene e Educação Sanitária	Metodologia do Ensino Primário
Biologia Geral, Anatomia e Fisiologia Humanas	Metodologia do Ensino Primário	Prática de Ensino
Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico	Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico	Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico
Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos
Geografia da América	História da América	

Fonte: Lei nº 850 de 6 de dezembro de 1952. Disponível no arquivo Waldemar Bispo Duarte.

<sup>30</sup> O curso normal era dividido em duas estruturas. O curso para *Regentes de ensino primário*, com duração de 5 séries anuais e funcionavam nas Escolas Normais Regionais. A outra estrutura dizia respeito a *Formação de professores primários*, com três séries anuais e que podiam funcionar no Instituto de Educação e nas escolas normais oficiais ou particulares.

Considerando a prerrogativa de que os cursos normais deveriam adotar em seu currículo disciplinas que fizessem menção ao programa da escola primária, podemos deduzir que havia uma ênfase no ensino de Português bem como no de Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física, Higiene e Educação Sanitária, sobressaindo questões já evidenciadas por Louro (1997), no que diz respeito a naturalização de algumas atividades com as afeições femininas.

A modernização, ordem e o progresso da sociedade dependiam da higienização da família e dos jovens cidadãos, sendo a professora – mãe – responsável por esse desenvolvimento físico e emocional das crianças. Também Moraes e Santos (2015), ao tratarem sobre as disciplinas de Educação Física e Puericultura nos cursos de ensino normal, enfatizam

[...] hábitos de higiene capaz(sic) de criar no povo brasileiro a consciência de saúde ideal tão necessária a(sic) melhoria física, mental e racial das futuras gerações. A educação escolar foi a melhor via para o alcance desses objetivos,(sic) além de zelar pela saúde das crianças(sic) corrigindo possíveis desvios, a escola contribui para a formação de desenvolvimento de padrões adequados de comportamento, cultivando na criança hábitos de moralidade, honestidade e higiene. (MORAES e SANTOS, 2015, p.17)

O currículo para formação de professoras, assume, então, e dupla finalidade, à medida que as mulheres eram educadas para agir com um importante papel na sociedade, isto é, tinham delineada sua conduta profissional, essa culminaria não só em suas ações familiares como também na educação escolar – ela se educava e, conseqüentemente, educava os demais. Para isso, “[...] a boa professora deveria apreender a possibilidade de transformação social por meio da educação e a importância da atividade e do interesse para garantir um processo educativo eficiente” (VIVIANI, 2005, p. 210).

A disciplina de Português, por exemplo, está presente em grande parte do currículo escolar, acrescido da Literatura de Língua Portuguesa, mas a predominância se mantém nas aulas de Desenho, Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico, Educação Física, Recreação e Jogos. Tais disciplinas, instrumentais,<sup>31</sup> existem no currículo das escolas normais desde o início do período republicano. A inclusão dessas disciplinas não dizia respeito apenas à inclusão das artes no contexto da cultura brasileira mas desenvolver os aspectos de

---

<sup>31</sup> Termo empregado por Kulesza (2014).

modernização e dos novos rumos da sociedade. Esse discurso perdura até o século XX, e as disciplinas passam a ser defendidas no currículo das normalistas pelo fato de este “[...] oferecer métodos de ensino que resultaria no bem estar dos alunos; música, nesse sentido assumia uma função de equilíbrio, acalmando-os e descansando o espírito para enfrentar atividades exaustivas de raciocínio” (MORAES e SANTOS, 2015, p.15).

Embora não tenhamos encontrado nenhuma justificativa comprovada para nossa suspeita de que as disciplinas de Educação Física, Recreação e Jogos se relacionam com a percepção do corpo nessa etapa de ensino; podendo incutir formas de disciplinar o corpo. Vemos, ainda, a recreação e o lúdico como fazendo parte de atividades importantes para o desenvolvimento das crianças; as disciplinas relacionadas ao desenho, artes, música e canto também nos parecem bastante valorizadas – assim como as disciplinas já citadas acima, presentes no currículo das 3 séries –, por definirem um ideal cultural que podia ser visualizado externamente através de apresentações culturais e exposições das atividades escolares. Assim, tanto as disciplinas instrumentais, como as disciplinas de formação geral, exercem uma padronização na forma de estabelecer a profissão da professora primária.

A Lei nº 850 de 6 de dezembro de 1952 dispõe um conjunto de disciplinas nas três séries anuais para formação de professoras, assim como o Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946.<sup>32</sup> Em comparação, as duas leis apresentam praticamente a mesma estrutura, sendo que o documento estadual paraibano, criado após o nacional, dispõe de algumas disciplinas a mais. A saber: na primeira série, Geografia e História da Paraíba, Biologia Geral, Música e Canto Orfeônico e Geografia da América; na segunda série, Português e Literatura Portuguesa, Filosofia da Educação,<sup>33</sup> Higiene e Educação Sanitária e História da América. No que concerne à terceira série, todas as disciplinas aparecem nos projetos curriculares.

Para uma melhor visualização do currículo proposto nacionalmente, segue o Quadro 2, abaixo:

---

<sup>32</sup> Decreto Nacional – primeira Lei que define as normas de organização e finalidade do ensino normal no Brasil.

<sup>33</sup> No Decreto-Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1942, essa disciplina aparece na terceira série, junto com História da Educação.

Quadro 2: Organização das Disciplinas na Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946)

1ª série	2ª série	3ª série
Português	Biologia Educacional	Psicologia Educacional
Matemática	Psicologia Educacional	Sociologia Educacional
Física e Química	Higiene e educação sanitária	História e Filosofia da Educação
Anatomia e fisiologia humanas	Metodologia do ensino primário	Higiene e Puericultura
Música e Canto	Desenho e artes aplicadas	Metodologia do ensino primário
Desenho e artes aplicadas	Música e canto	Desenho e artes aplicadas
Educação Física, recreação e jogos	Educação Física, recreação e jogos	Música e canto
		Prática do ensino
		Educação Física, recreação e jogos

Fonte: Decreto-Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

Disciplinas como Higiene e Puericultura, Biologia Geral/Educacional, Anatomia e Fisiologia e Psicologia compõem um *corpus* de condições e funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2014) acerca da profissão de professora. A escola brasileira decorre, também, de uma matriz médica, definindo que os hábitos de higiene e disciplinamento do corpo deviam ser incorporados ao ambiente escolar. Ao prescreverem as medidas de organização do espaço, controle do tempo das atividades, normas de postura e moral, as práticas escolares absorvem o discurso médico, configurando, assim, a escola como um lugar de saúde (GONDRA, 2004). Nesse sentido, as professoras deviam intervir em sua prática pedagógica, que se configuravam como ações sanitárias.

Aos educadores não deveria parecer estranha a intervenção da higiene, mesmo em relação a questões hoje consideradas de natureza eminentemente pedagógica, cabendo antes repensar o seu trabalho em função dos preceitos higiênicos, na medida em que da articulação entre higiene e educação resultaria o equilíbrio entre o desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. (ROCHA e GONDRA, 2002, p. 503)

No que concerne ao modelo proposto pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, o art. 8º compreende que as disciplinas são recomendações, isto é, o mínimo proposto para compor o Ensino Normal, de modo que a Lei paraibana (nº 850, de 6 de dezembro de 1952), ao inserir outras disciplinas, não estava infringindo a norma nacional. Tais disciplinas fomentavam o currículo mínimo disposto nas necessidades pedagógicas que podem ser entendidas a partir de duas dimensões: a) o currículo necessário para a intervenção da higiene e b) o currículo feminino para as normalistas, considerando-se a necessidade de inserção da disciplina Higiene e Puericultura, uma vez que a formação de professoras com base no currículo do ensino primário não estaria contemplada pelos conteúdos referentes aos primeiros anos de formação da criança, isto é, os recém-nascidos e as crianças bem pequenas. Como descrito na Lei 4.024 de 1961, art.27, “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional”<sup>34</sup> (BRASIL, 1961). Dessa forma, supomos, que os estudos de Higiene e Puericultura estavam voltados, notadamente, para práticas educativas para além do ambiente escolar, ou seja, para a educação familiar e social.

Mesmo assim, tomando como referência as disciplinas excedentes no projeto paraibano, podemos identificar sinais da proposta educacional paraibana para formação de professoras. Nas três séries do curso normal, as disciplinas de Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas e Educação Física, Recreação e Jogos – estas duas últimas disciplinas também aparecem nas três séries da Lei Orgânica – fazem parte da proposta para formação das normalistas. As disciplinas escolares seguem regras pré-estabelecidas – nesse caso, as disciplinas visavam orientar e regular as formas de agir e se comportar.

Com a análise dessa Lei, identificamo-la, na Paraíba, como um *corpus* de circulação e difusão da organização do Ensino Normal. A Lei em sua extensão define parâmetros que devem ser seguidos, assumindo-se como doutrina, estabelecendo-se uma hierarquização do funcionamento social (FOUCAULT, 2014). As disciplinas pensadas como instrumentais compõem a construção da representação de professora; a Escola Normal forma moças que sabem desenhar, produzir objetos artísticos, que cantam e tocam instrumentos, ou seja, que possuem a formação exigida para professoras – mulheres. A valorização do comportamento social define também as exigências de atestados de boa conduta, a fim de evidenciar o moralismo que está presente nesse currículo educacional.

---

<sup>34</sup> Tomamos como referência o art. 27 que define o ensino primário, por esse nível ser considerado obrigatório, diferente do pré-primário, que, embora prevesse atender crianças de até 7 anos de idade, não tinha caráter obrigatório.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases – 4.024/1961, o currículo da Escola Normal tem pequenas alterações. A mais significativa delas é ser composto pelas disciplinas obrigatórias do curso secundário ginasial mais as disciplinas de preparação pedagógica, além de ratificar o ensino religioso como facultativo.

Nas análises realizadas nas Fichas Individuais de Matrícula das alunas da ENECG, não localizamos o ensino religioso como disciplina escolar; no entanto, esse componente aparece nas atividades desenvolvidas pela escola, como: Páscoa, Missa em ação de graças, Bênção dos anéis, entre outros que serão tratados nas seções III e IV. Possivelmente, essas atividades busquem também preservar a moral e a instrução da mulher por meio da religião.

As leis e decretos acima citados se constituem como uma das fontes possíveis para nos aproximar do currículo proposto para o Curso Normal, especificamente em Campina Grande-PB. O delineamento e a organização de detalhes denunciam uma espécie de vigilância na formação das professoras. Em simetria com o período nacional desenvolvimentista, o Estado da Paraíba, construiu sua própria diretriz, que não se diferenciava substancialmente da Lei nacional, mas demonstrava, possivelmente, seu controle interno, ao normatizar regras para construção do ensino normal.

*A formação das Normalistas Campinenses  
representada nas páginas do jornal*



*Vestida de azul e branco*  
*Trazendo um sorriso franco*  
*No rostinho encantador*  
*Minha linda normalista*  
 (A Normalista, Lacerda e Nasser, 1949)

A epígrafe acima realça o valor simbólico das normalistas para a construção social da mulher brasileira, assumindo papel importante nesse processo, o que pode ser comprovado nos estudos de Louro (1997). Ao associar o magistério a uma “[...] *verdadeira carreira* das mulheres” (LOURO, 1997, p.96), a autora afirma que os atributos a elas vinculados (amor, sensibilidade, cuidado etc.) as identificam como futuras mães, as quais, munidas do estudo das disciplinas científicas, expandiriam sua natureza maternal a todos os filhos da nação.

Então, fosse pela representação difundida através dos “[...] atributos que são tradicionalmente associados às mulheres” (LOURO, 1997, p. 96), ou pela importância na alfabetização de crianças e adultos, essas moças foram fonte de inspiração de enredos musicais e literários, a exemplo de *A Normalista*, música de Benedito Lacerda e David Nasser,<sup>35</sup> e *A Normalista* (1983), romance de Adolfo Caminha, que assim diz: (1983, p. 17): “[...] A fama da normalista encheu depressa toda a capital”. A personagem de Caminha (1983) era sinônimo de graça e beleza; essa personagem demonstrava, com os aprendizados do Colégio Normal, as capacidades da moça bem educada, que tocava piano, lia romances e sabia ser recatada e exemplar.

Essa representação da professora, e de sua formação – normalista –, adquire autoridade no senso comum e se estabelece na tradição pelo seu aparato no conjunto de normas e regras informais e nos saberes acadêmicos (VIVIANI, 2005). Esse conjunto de normas juntamente com a organização curricular dos cursos de formação expressam uma *naturalidade* da profissão:

Será endereçada especialmente para esta professora a fala dos políticos, os conselhos religiosos, as expectativas dos pais de família. Objeto de poesias, músicas, datas comemorativas, alegorias e exortações, ela irá, assim, se constituindo, adquirindo contornos que permitem reconhecê-la(sic) imediatamente. (LOURO, 1997, p. 98)

---

<sup>35</sup> A música, lançada no ano de 1949, foi interpretada por Nelson Gonçalves. Estúdios da RCA Victor do Rio de Janeiro.

Outros símbolos, como os de comportamento e a presença notadamente feminina, comentados anteriormente, também se constituíram por meio do fardamento; este expressava distinção e era, possivelmente, uma das formas de identificação mais evidentes das normalistas. Conforme Lima (2018), o uniforme, criado ainda no século XIX, expressava desdobramentos da organização, controle e moral da personalidade das normalistas. As moças que frequentavam a Escola Normal eram diferenciadas das outras mulheres/estudantes, por portarem uniforme azul e branco. Além da nobreza moral, o componente estético e visual também reforçava sua distinção entre as demais, pois, devotamente, as normalistas estariam dispostas a auxiliar no processo educativo social.

Como uma construção social e cultural, essa representação do *ser normalista* e traços que o definam permaneceram presentes no cotidiano da época que ora analisamos. Para chegarmos a essa conclusão, fizemos uso do jornal, instrumento que nos permitiu nos aproximar dessas representações cujo reforço cotidiano percebemos no período estudado. De acordo com Barbosa (2010), o jornal como fonte documental assume a perspectiva de testemunho, revelando aspectos sociais e culturais.

O *Diário da Borborema* foi um importante periódico campinense, circulando entre os anos de 1957 a 2012. Suas tiragens eram produzidas pelo Órgão dos Diários Associados – pertencente a uma rede de comunicação de rádio e televisão de propriedade de Assis Chateaubriand. Comumente era produzido em oito páginas e, em algumas edições, geralmente festivas, apresentava um caderno extra. Em suas seções, é possível perceber que, conforme o ano, havia alterações na diagramação. Essas alterações, no entanto, não impediam que circulassem diversos tipos de notícias: educação, política em contexto local, nacional e internacional, economia, página policial, coluna social, entre outras.

Ao estudar os jornais, Sena (2014, p. 78) destaca que: “[...] Por abordar diversas temáticas, esse suporte pode ser considerado como uma espécie de ‘museus de tudo’”. O jornal se constitui como uma fonte para compreensão da representação do cotidiano que se pretende estudar, de modo que a autora ainda informa que o crescimento nas pesquisas com o jornal como fonte ou objeto, seja na História, Literatura, Sociologia e Educação, teve repercussão a partir dos anos 2000 (SENA, 2014) e já não é possível contabilizar a quantidade de trabalhos que recorrem à imprensa (LUCA, 2018). Essa profusão tem originado análises não só relacionadas à estrutura do jornal como produção social, mas também em relação aos fatos noticiados nos impressos. Para Pasquini e Toledo (2014), os estudos que envolvem a imprensa têm descortinado um

[...] fecundo painel dos fatos e acontecimentos da história nacional, pois trazem impressos os discursos e procedimentos dos indivíduos envolvidos na construção da nação brasileira e, notadamente, fizeram aflorar os interesses dos diversos grupos sociais em batalha pelo comando do poder político e econômico da sociedade brasileira. (PASQUINI e TOLEDO, 2014, p. 262)

Na coleta dos dados desta pesquisa, pudemos constatar não apenas as notícias que evidenciavam a ENECG, mas todo o contexto que envolve essa Escola, permitindo, por vezes, compreender como essa sociedade estava organizada e estruturava suas atividades.

Dentro do período eleito para nossas análises, conferimos a representação da normalista sendo acentuada também na imprensa. Embora não se trate de um jornal pedagógico, a fonte em análise enreda diversas notícias sobre as normalistas da ENECG. Além de seus elementos composicionais, próprios do gênero jornal, Ribeiro (2006) afirma que, a partir de 1950, o *Diário da Borborema* passa a assumir um viés mais moderno, ancorado nos ideais do jornalismo estadunidense.

Com diversidade de publicações, o Diário inclui, por meio das notas, notícias e reportagens, informações, acerca da formação das normalistas, o que, para nós, contribui também para representação simbólica da normalista.

Assim, embora muitas notícias pareçam interessantes, elegemos, nesta pesquisa, analisar o projeto curricular implantado na formação de professoras campinenses e, para tanto, o jornal em destaque nos serviu como fonte. A Escola Normal foi um importante produto da sociedade da época de nosso recorte temporal e estava totalmente inserida nas atividades e costumes locais. As matérias que lhe faziam referência repercutiam o calor do acontecimento, trazendo emoções das práticas desenvolvidas pelas normalistas e outros sujeitos escolares.

De modo geral, o jornal é um vestígio que indica possibilidades para entender o contexto que analisamos. Suas publicações são documentos, porém não podem ser tomados como a verdade. São vestígios que indicam formas de como o passado foi dado a construir. Dessa forma, entendemos que, como construção social, o jornal é um instrumento de comunicação, normalmente elaborado por quem deseja(va) divulgar sua maneira de compreender o mundo e de inculcar valores e crenças.

A aproximação com as práticas desenvolvidas na ENECG ao longo de 1960-1971 se deu, em grande parte, por meio do jornal *Diário da Borborema*. O periódico circulou na cidade de Campina Grande entre os anos de 1957 – 2012 e noticiou o cotidiano de muitos fatos importantes, entre eles a criação, mudança e instalação da ENECG bem como suas

atividades pedagógicas, cursos de extensão, atividades extraclasse (excursões, visitas, grupos de estudos, viagens etc.), solenidades de Páscoa, festas sociais, colações de grau e formaturas.<sup>36</sup>

Algumas notícias narram as atividades desempenhadas na Escola e outras trazem fotografias dos momentos registrados. Conforme Luca (2018), a imprensa passou a figurar como importante fonte para os estudos brasileiros. Assim, era comum, naquele período, “[...] a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (LUCA, 2018, p. 117). Diante dessa constatação, vê-se que o jornal se mostra, para esta pesquisa, como uma das fontes mais ricas, pois, acerca da figura da professora primária, permite aproximação com sua representação criada e reafirmada.

Os registros diários fomentam uma catalogação de inúmeras notícias, montando, assim, um cenário cotidiano das atividades que envolvem a Escola e seus sujeitos. Esse pensamento nos remete à construção teórica desenvolvida por Chartier (2002), seja nas análises do texto ou nas representações, práticas e apropriações. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo” (CHARTIER, 2002, p. 27). No decorrer da primeira década de funcionamento da escola em estudo, percebe-se como algumas definições são representações práticas e apropriações oriundas de outro período que se adequam aos novos modelos solicitados.

Ao nos atermos ao período de 1960 a 1971, por compreender o ano de criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande até o ano da instituição da Lei 5.692/71, que descaracterizou o Ensino Normal, no início de 1960, encontramos notícias que tratam sobre sua criação. Essas notícias evidenciam a necessidade de formar novas professoras para lecionar nos grupos escolares campinenses. As matérias comentavam, em 13 de janeiro de 1960, sobre o “Curso pedagógico” (ano II, nº 868, 1960, p. 2), relembrando ao governo a iniciativa de se criar a Escola Normal – ação que facilitaria a formação das professoras – e reclamando de sua inação: “[...] O Curso Pedagógico de Campina Grande precisa funcionar

---

<sup>36</sup> Apesar de ser um curso de nível médio, a partir da conclusão da primeira turma da ENECG até o ano de 1971 (período analisado por nós), um dos rituais de conclusão é a Colação de Grau, seguida da Formatura. Comumente a colação de grau é obtida em cursos de nível superior, o que nos faz inferir a representação social construída em torno da formação de professoras, isto é, da Escola Normal como um local de prestígio e notoriedade.

este ano. Mas que não leve o Governo pouco a sério o assunto, porque os campinenses não gostam de promessas e já não se contentam com realizações pela metade”. Outra notícia enfática – “Escola Normal funcionará este ano em Campina Grande” – discorre sobre o curso vestibular que selecionaria as alunas a serem matriculadas na ENECG:

O curso vestibular para Escola Normal – adiantou o professor William Tejo – acaba de ser criado de acordo com entendimentos com o Secretário da Educação e terá início a partir de 1º de fevereiro, no horário da manhã com a duração de trinta dias e constará das seguintes matérias: português, matemática, inglês, história e geografia do Brasil.

As alunas poderão procurar a secretaria do Colégio, para os devidos esclarecimentos. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 8, ano II, nº 880)

O curso vestibular teve pouca centralidade no jornal, uma vez que, ainda no ano de 1962, foi extinta essa forma de ingresso na escola. A matéria ainda tratou da nomeação dos professores que formariam as normalistas campinenses e destacou que a escolha decorreria da aprovação em assembleia. Com a criação e instalação da Escola Normal no Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, mais conhecido como Estadual da Prata, as notícias reproduzem um novo discurso, apresentando as atividades desenvolvidas pela Escola, as visitas de personalidades importantes ao estabelecimento e o fazer cultural que representaria a figura docente campinense.

Percebemos, no material consultado, uma frequência nas notícias que envolvem a Escola e as normalistas, tornando essa visibilidade no jornal como um ato comum. Não se pode ignorar, porém, que essas ações divulgadas no discurso jornalístico também são formas específicas de produzir e manter o discurso de constituição dos sujeitos (LOURO, 1997), neste caso, as normalistas. Em algumas edições, noticiam-se outros fatos, a exemplo do atropelamento de uma normalista durante ensaio para desfile cívico – atividade que traduz a imposição do cumprimento do dever; e também a figura da normalista, ainda que vítima de uma fatalidade, representa o que dela se espera como modelo de cidadã patriota. No mais, geralmente as notícias decorrem das matrículas, festas promovidas pelas alunas – essas com maior ênfase na coluna social do jornal –, e as solenidades de colação de grau. Embora a diagramação do jornal sofresse alteração, as notícias costumavam manter o mesmo cunho informativo. Em alguns anos, dentre eles o de 1968, encontramos poucos dados; por vezes a manipulação do material se faz com dificuldades, pois algumas páginas estão gastas, riscadas e até rasgadas. Esses obstáculos, entretanto, não comprometeram o nosso objetivo de analisar

o projeto curricular e cultural de docência implantado na formação de professoras campinenses.

Os diretores escolares assumem responsabilidades políticas e públicas, dos quais enfaticamente se espera o cumprimento de sua função: dirigir e organizar processo educativo.

O assunto da construção definitiva do prédio escolar por vezes tomou a centralidade das notícias, até sua conclusão e inauguração com grande destaque em 1970. Na seção que segue, discorreremos sobre como as normalistas estavam presentes nessas notícias. Quais as atividades desenvolvidas por estas alunas? Seguimos um cenário de excursões, solenidades, práticas religiosas, colação de grau, palestras, cursos de férias, desfiles, festivais, apresentações, entre outros eventos dos quais elas participavam e eram amplamente publicizadas no *Diário da Borborema*. Havia um espaço de divulgações no jornal, por vezes na coluna social, ocupado por essas alunas, o qual lhes favorecia visibilidade e estimulava possivelmente, a estima dos leitores, já que eram normalistas.

### 3.1 O magistério representado no *Diário da Borborema*

O prestígio econômico e social conferido à Campina Grande, desde o auge da exportação de algodão, não representou para os representantes locais motivo para impulso da educação, existindo um descompasso econômico e educacional, ainda que muitos acreditassem que o produto intelectual, escolarizado, acadêmico e cultural fosse fator decisivo para o desenvolvimento da população (AGRA DO Ó, 2006). Seguindo essa última corrente, esforços políticos procuravam, conforme Silva (2014) divulgar a imagem de Campina Grande como uma cidade civilizada. Dessa forma, “[...]grandes investimentos foram feitos no âmbito cultural e educacional (SILVA, 2014, p.107).

Em algumas notícias do jornal *Diário da Borborema*, a educação era fator preponderante, logo era extremamente necessária a construção da Escola Normal, “vontade”<sup>37</sup> popular que se tornava cada vez mais evidente: “[...] Campina Grande quer sua Escola Normal ou Curso Pedagógico ou Instituto de Educação. Quer e precisa dêsse tipo de

---

<sup>37</sup> Destacamos que essa “vontade” não era propriamente da população campinense, mas compunha um quadro de carências, pensado pelos letrados campinenses que analisavam Campina Grande-PB, esta exposta a um crescimento incontrolável, devido ao processo de industrialização (AGRA DO Ó, 2006).

ensino que prepara professoras para o magistério primário e aprimorará a educação de nossa juventude feminina.” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 2, ano III – n° 876).

Sobre a formação das professoras que atuavam no ensino primário, faz-se necessário esclarecer que, de acordo com Sousa (2018), as que atuavam no município campinense não eram diplomadas, embora tivessem como aprimorar a própria formação pois, como já mencionado, havia outras instituições que ofertavam o ensino normal – algumas particulares e equiparadas à Escola Normal da Paraíba.

O período em que o *Diário da Borborema* começou a circular em Campina Grande-PB é entendido por Ribeiro (2006) como um momento de transição. Para a autora:

Houve transformações nas estruturas administrativas de algumas empresas, tendo em vista uma maior racionalização do processo de produção e circulação da matéria jornalística. Um padrão empresarial de gestão, caracterizado por formas de gerência mais impessoais, começou a se firmar de maneira mais hegemônica. (RIBEIRO, 2006, p.427)

Esses padrões de modernização e gerencialismo dos impressos desencadeiam tanto um ideal de objetividade quanto uma tendência de não apresentar aos leitores os matizes políticas e ideológicas do jornal.

Embora o *Diário da Borborema* pertencesse a uma rede empresarial jornalística, e tentasse não expor suas próprias convicções, identificamos em algumas de suas notícias um cunho ideológico e político acentuado. Na notícia apresentada acima, por exemplo, percebemos que o editorial expressa existir no cenário campinense uma discordância acerca da especificidade da instituição. Advindo das proposições político partidárias, e ainda no que concerne a compreender o desenvolvimento como etapa iniciada na educação, se coloca a opinião de que precisa de uma educação para moças e que fosse a formação para a docência.

Das publicações selecionadas do período de 1960 a 1971, registramos uma série de acontecimentos que foram noticiados no jornal *Diário da Borborema*. Essas matérias compuseram fonte importante para compreensão não só das atividades desenvolvidas no espaço interno e externo da escola bem como das atividades de excursões, entre outros. Apesar de não ser um periódico eminentemente pedagógico, como já alertamos, o jornal *Diário da Borborema* divulgou, em sua circulação diária, diversas práticas escolares e culturais realizadas na ENECG.

Conforme apontado no estudo de Sousa (2018), desde o final da década de 1950 a Escola Normal teve lugar para seu discurso no jornal, uma vez que, até o seu estabelecimento

em 1960, foi narrado no periódico todo o percurso de práticas e indecisões político partidárias. O jornal *Diário da Borborema* noticiava informações sobre a atuação do governador Pedro Gondim, do deputado Antônio Vital do Rego,<sup>38</sup> e, por vezes, do prefeito municipal Severino Cabral,<sup>39</sup> em favor da criação e construção da ENECG. Em outros momentos, no entanto, o mesmo jornal apresentava o projeto como algo distante, uma promessa sem cumprimento.

Notícias como *Lembrete ao governador*, de 22 de janeiro de 1960, p. 2, ano III, nº 876; *Inaugurações e promessas*, de 23 de fevereiro de 1960, p. 2, ano III, nº 903; e *Cuidado, senhores deputados*, de 15 de março de 1960, p. 4, ano III, nº 918 são alguns exemplos das disputas político partidárias que o jornal tornava públicos. Cabe mencionar que, como espaço de veiculação de notícias imediatas, o *Diário da Borborema* narrava as disputas e emitia juízo de valor, expressando sua opinião, ainda que o “novo jornalismo” tentasse ser impessoal, influenciando, para mais ou para menos, a avaliação do leitor sobre a querela que se expunha.

O jornal imediatista foi um dos instrumentos que controlou a vida nacional no Brasil (MARTINS e LUCA, 2006). Diz-se imediatista porque a imprensa, precisamente a partir do século XX, se apensava em circular a nova notícia, isto é, o que era novidade, remetendo assim a veiculação e propagação das notícias em um ritmo de vida acelerado, no qual o leitor estaria sempre mais informado.

Considerando a quantidade significativa de notícias encontradas no *Diário da Borborema*, organizamos as atividades formativas veiculadas em quatro temáticas de análises: Atividades Religiosas; Atividades Pedagógicas; Atividades Culturais e Festas; e Prática Educativa, Atividades Pedagógicas, Artísticas, Cursos e Clube de Estudos. A recorrência desses temas, no jornal, esboça a representação das atividades formativas da normalista em Campina Grande-PB no período de 1960-1971.

---

<sup>38</sup> Político paraibano, natural de Campina Grande-PB, foi escritor, professor e advogado. Também foi deputado federal pela Paraíba por 3 mandatos. Era casado com Ozanilda Gondim Vital do Rego, conhecida como Nilda Gondim – filha de Pedro Gondim.

<sup>39</sup> Político paraibano, natural da cidade de Umbuzeiro. Foi prefeito de Campina Grande durante o período de 1959 até 1963; uma de suas obras na cidade é a construção do Teatro Municipal Severino Cabral.

### 3.1.1 Atividades Religiosas da ENECG descritas no jornal *Diário da Borborema*

Entre as atividades religiosas, selecionamos as festividades das Páscoas bem como as Missas em ação de graças que aconteciam no coletivo das cerimônias de colação e grau e formaturas. Dispomos a seguir, no Quadro 3, a sistematização dessas notícias, período de publicação, página e periodização do jornal.

Quadro 3: Atividades Religiosas da ENECG publicadas no jornal *Diário da Borborema*

<b>ATIVIDADES RELIGIOSAS</b>		
NOTÍCIA	DIA, MÊS E ANO	PÁGINA, Nº E ANO
Normalistas fazem hoje sua Páscoa	21/05/1961	8 – IV/1258
Páscoa das alunas da Escola Normal	23/05/1962	8 – V/1546
Diplomação das concluintes da Escola Normal <sup>40</sup>	11/12/1962	8 – VI/1706
Páscoa das alunas da Escola Normal	16/06/1963	1 – VI/1845
Diplomação amanhã das novas professoras Formadas pela Escola Normal Estadual - Programa das solenidades	20/12/1963	1 – VII/1993
Normalistas farão Páscoa no Aniversário	15/04/1964	8 – VII/2082
Professorandas	15/12/1965	7 – IX/2544
Escola Normal diplomará nova turma	29/11/1966	8 – X/2799
Professorandas	13/12/1967	7 – XI/3352
ENE entrega mais uma turma de professoras	11/12/1968	8 – XII/3648
Professorandas de 1969 já escolheram seus patronos	17/10/1969	6 – XIII/3900
Governador presente à colação de grau dos Concluintes da ENE	16/12/1970	1 – XII/4241
Escola Normal comemora aniversário com Páscoa	05/05/1971	1 – 4346

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

No primeiro ano de funcionamento da Escola, não identificamos, no jornal, práticas de atividades religiosas. Essas aparecem a partir de 1961, com a notícia *Normalistas fazem hoje sua Páscoa*. Nesse período, a Escola Normal funcionava no Colégio Estadual da Prata, situado no bairro da Prata e muito próximo ao centro da cidade. Segundo Cabral Filho, esse bairro promissor “[...]onde começaram a fixar residência os abastados locais e também abrigo de importantes instituições: além da Igreja do Rosário, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus fixou-se ali (1945); o Cinema Avenida (1945); e a Casa de Saúde e Maternidade Dr. Francisco Brasileiro (1946)” (CABRAL FILHO, 2007, p. 246).

<sup>40</sup> As atividades de Diplomação incluíam um ritual de atividades: Missa e bênção dos anéis, aula da saudade, colação de grau e baile de formatura. Nesse momento, nos ativemos a analisar os ritos religiosos, as missas e bênção dos anéis, de modo que, no Capítulo IV desta tese, tratamos sobre as demais facetas das solenidades de conclusão do Curso Normal.

O jornal exhibe a notícia na página oito, do caderno de 21 de maio de 1961. E descreve que as alunas e professores participariam de uma missa, celebrada na Igreja do Rosário – localizada no mesmo bairro onde a escola estava funcionando –, nos primeiros horários da manhã:

**Normalistas fazem hoje sua páscoa na Igreja do Rosario**

Hoje às 7,30 horas na Igreja do Rosário será celebrada a primeira páscoa dos professores e alunas da Escola Normal Estadual, devendo o ato litúrgico ser oficiado pelo Reverendíssimo Monsenhor Cristóvão Ribeiro, vigário da paróquia.

Em seguida, na séde da Escola no edifício do Colégio Estadual será oferecido um café aos comungantes e convidados, pela direção do estabelecimento. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1961, p. 8, ano IV – nº 1258)

A Igreja Católica exerceu grande influência sobre o currículo das Escolas Normais. Os aspectos doutrinários julgavam a mulher como um ser que precisava ser vigiado (ALMEIDA, 2004). Ao ser realizada uma atividade religiosa na ENECG, as práticas educativas partiam do moral religioso, além da Igreja estar localizada em um espaço de fácil acesso e visibilidade, as normalistas podiam ser vistas e observadas durante o ritual, passíveis sempre da vigilância social, chamando a atenção do jornal que se ocupava de registrar esse momento de obediência e devoção.

Abaixo, apresentamos a página do jornal *Diário da Borborema*, de 21 de maio de 1961, onde consta a notícia, descrita acima, acerca da Páscoa das normalistas.

Foto 2: Jornal Diário da Borborema, 21 de maio de 1961



Fonte: Diário da Borborema.

Disponível: Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida  
UEPB.

Repensando as proposições do Decreto-Lei e da Lei 8.530, paraibana, o Ensino Religioso deveria ser uma prática facultativa, mas, assim como em outras experiências, a Igreja Católica estava presente no currículo normativo, auxiliando na instrução e formação dessa profissão vocacionada. Dessa forma, entendemos o Ensino religioso a partir da descrição do jornal, como uma representação que produz a formação de professoras.

A notícia mencionada anteriormente, *Normalistas fazem hoje sua Páscoa* (Foto 2), trata da primeira Páscoa das alunas e professores na Escola, o que nos permite supor que as atividades de caráter religioso podiam acontecer em outros momentos. Em uma característica da educação dos corpos, isto é, do seu disciplinamento, a Igreja Católica atua como um dos dispositivos sociais que vigiam o corpo, essencialmente o da mulher. Na formação de professoras, essa vigilância é acentuada tanto em relação às características de seu temperamento, exigindo-se docilidade, compaixão, submissão etc., quanto ao que se refere à instrumentalização da sua moral (recato, decência, castidade etc.).

Em consulta ao Arquivo João Agripino, encontramos algumas fotografias de uma dessas comemorações. Abaixo, apresentamos um dos registros da Páscoa das normalistas da ENECG.

**Foto 3:** Festa das Normalistas – Páscoa década de 1960



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Na imagem, identificamos a presença de diferentes personagens. No centro da foto, o Diretor da Escola, Fernando Silveira,<sup>41</sup> cercado por outras personagens importantes do evento, professores, padres e algumas crianças. Chamamos a atenção para um fato curioso: a fotografia, pertencente ao álbum da Escola, registra o fato como a Páscoa de 1961; no entanto, o Diretor Fernando Silveira só assumiu tal função em 1963, sendo antecedido por Antônio Carlos Escorel de Almeida, no período de 1960 – 1962 (RODRIGUES, 2017). Apontando assim, para nós, tal como nos jornais, a fonte como uma construção que “[...] Não se pode alcançar objetividade completa” (MARTINS e LUCA, 2006, p. 13).

A mesa posta apresenta elementos caracteristicamente litúrgicos da celebração comemorada: pães e ostensórios, fazendo menção ao corpo de Cristo. Conforme Burke (2004, p. 18), “[...] Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras seu

---

<sup>41</sup> Natural de Fortaleza, o professor Fernando Silveira era também poeta e escritor. Atuou em Campina Grande como professor, vereador e diretor artístico na rádio Borborema. É o segundo diretor da ENECG; nomeado pelo Governador Pedro Gondim, atuou na função de diretor de 1963 até 1966 (RODRIGUES, 2017).

testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria”. Nesse caso, as entrelinhas da imagem nos mostram uma relação muito próxima entre a representação da normalista, cristã e obediente às leis de Deus bem como uma comunhão entre o Estado e a Igreja.

Ao mencionarmos o estreitamento entre a formação da normalista e a Igreja Católica, pontuamos como sinal essa celebração, uma vez que “[...]a *páscoa* não é simplesmente uma festa entre outras: é a ‘festa das festas’, ‘solenidade das solenidades’, como a Eucaristia é o sacramento dos sacramentos (o grande sacramento)” (JOÃO PAULO II, 2000, cap1169, p. 331, grifos do original). Neste sentido, os símbolos eucarísticos identificados na foto remetem à participação das normalistas com o sacramento da Igreja, da atuação religiosa empregada na instituição escolar, isto é, na formação dessas professoras.

Apesar da iniciativa declaradamente exagerada no ano anterior sobre a Páscoa das normalistas, no ano de 1962, a atividade volta a acontecer, mas, dessa vez, com menor imediatismo do jornal, de modo que, no dia 23 de maio de 1962, o evento foi divulgado com apenas em uma pequena nota – *Páscoa das alunas da Escola Normal*. Um detalhe interessante é que, embora o evento se estenda a todos, dos funcionários e Diretor do estabelecimento, no título da nota se faz referência tão somente às alunas, estas representadas por meio da atividade religiosa como jovens tementes ao serviço. A programação da Páscoa segue a mesma do último ano – celebração eucarística na Igreja do Rosário, seguida de um café da manhã na Escola.

Ambas as notícias nos fazem compreender que, mesmo existindo fios que propusessem a ideia de profissionalização do magistério, as tramas representativas constituíam um forte poder sobre as relações sociais, de modo que, se tornar professora, parecia ser uma atitude ou escolha natural para a mulher.

Em 1962, também aconteceu a conclusão da primeira turma das normalistas da ENECG. A notícia, divulgada no dia 11 de dezembro de 1962, discorreu sobre a diplomação das alunas, descrevendo minuciosamente as atividades realizadas pelas normalistas. As festividades envolvidas nessa passagem são a missa com benção dos anéis, colação de grau e baile de formatura – os dois primeiros eventos com características evidentemente religiosas.

O jornal descreve, além da diplomação, as atividades que antecedem a formatura, desde a divulgação, a presença e homenagem ao Governador Pedro Gondim, os horários planejados para cada atividade até o desfecho da diplomação.

### **Diplomação das Concluintes da Escola Normal**

No próximo dia 29 do corrente será realizada a solenidade de entrega de diplomas às concluintes da Escola Normal Estadual de Campina Grande.

As diplomadas daquele estabelecimento oficial de estudos pedagógicos, que constituem a turma "Pedro Gondim" cumprirão o seguinte programa: 7 horas - missa de ação de graças com bênção dos anéis. na catedral de Nossa Senhora da Conceição; 20 horas, no salão nobre do Colégio Estadual, entrega dos diplomas, fazendo-se ouvir o Governador Pedro Gondim, paraninfo, professor Fernando Silveira, diretor, e a oradora da turma, senhorita Nilma Azevedo.

A turma "Pedro Gondim" – 25 senhoritas – é composta de alunas fundadoras do estabelecimento. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1962, p. 8, ano VI - nº 1706)

A conclusão do Curso Normal envolvia um ritual programado e bem organizado. As alunas escolhiam um nome para identificar a turma bem como um paraninfo e uma oradora para a turma; no dia disposto para a diplomação, elas participavam, nos primeiros horários da manhã, de uma missa em ação de graças. A função de paraninfo, representando uma referência para as formandas, é assumida pelo Governador, figura importante na criação da ENECG. Além do status social de destaque, o representante do governo local, assim como outras figuras que coordenam a Educação é um homem – nesta situação, homenageado por intitular a primeira turma de formandas e referenciado como exemplo ao ser o paraninfo. Ressaltamos, também, que as normalistas, por meio da oradora da turma, tinham um espaço de fala. Esse espaço, no entanto, não lhes assegurava muita autonomia, pois, embora fosse uma escola para formar professoras, os homens se mantinham na centralidade da instrução, coordenando, organizando, dirigindo, sendo exemplos e homenageados na educação das mulheres.

Na missa, os anéis das concluintes eram abençoados – ressalte-se que, diferentemente da solenidade de Páscoa, que é realizada na igreja mais próxima à Escola, a solenidade de conclusão da turma de normalistas é realizada na Catedral da Cidade – Igreja de Nossa Senhora da Conceição,<sup>42</sup> acentuando a presença marcante de uma sociedade com traços

---

<sup>42</sup> A consolidação da Igreja Católica no Brasil é um traço característico da colonização portuguesa. A cidade de Campina Grande-PB, desde o seu aldeamento, realizado pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Lêdo, por volta de 1697, passou a contar com a atuação religiosa no local (1698). Quando Campina Grande é elevada à condição de Freguesia, a capela ali construída passa a ser denominada de Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Localizada no entorno denominado, inicialmente, como Sítio das Barrocas, a capela tinha em seu entorno as primeiras habitações, de taipa. Mais tarde, o arruamento passa a ser denominado Vila Nova da Rainha (Nome da rua e da condição política do local como Vila). Desde a sua origem, o templo religioso ocupou o mesmo espaço. Conforme Palmeira (2011), no século XIX, a identificação local da Igreja Nossa Senhora da Conceição era *Rua da Matriz*, passando, na década de 1940, a ser identificada como Avenida Floriano Peixoto. Esta é uma das ruas mais centrais da cidade, local, inclusive, onde se desenvolvia a feira

fortemente católicos que transpunham essa devoção para o magistério. Nessa primeira solenidade de conclusão, a entrega de diplomas aconteceu no prédio do Colégio Estadual onde a Escola Normal funcionava, provavelmente pela quantidade de concluintes. Apesar de ser noticiado em 1960 um número de matrículas considerado insatisfatório, as 25 alunas concluíram o curso ginásial e estavam prontas para exercer a vocação – fosse para assumir salas de aula ou a administração de uma casa. A conclusão da primeira turma instaura um período de legitimação das práticas desenvolvidas na Escola, já que: a) um grupo de normalistas está apto a atuar socialmente; b) a Escola cumpriu sua função de educar e aperfeiçoar essas moças.

Foto 4: Páscoa das alunas da Escola Normal



Fonte: *Diário da Borborema*, 1963, p.1.  
Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida  
UEPB

(importante traço econômico da cidade) e onde foram desenvolvidas e localizadas importantes atividades sociais da cidade, a saber: o primeiro Grupo Escolar Solon de Lucena (SILVA, 2009) e também onde se localizou o Prédio da Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.

A Páscoa das alunas foi, nesse ano de 1963, comemorada no dia 16 de junho e teve a participação do Bispo Diocesano Dom Manoel Pereira Costa.<sup>43</sup>, depois da comemoração nacional que ocorreu no dia 16 de abril. Ao buscarmos as datas da Páscoa nos anos anteriores, verificamos que, em 1961, conforme o calendário, a comemoração na Igreja Católica aconteceu no dia 2 de abril e, em 1962, no dia 20 de abril. Já a ENECG, conforme o jornal *Diário da Borborema*, realizou as atividades posteriormente à data da celebração cristã – como já dito, em 1961, ocorreu em 21 de maio e, em 1962, no dia 23 de maio. No ano de 1963, observou-se um período mais longo entre a celebração na Igreja e a atividade na Escola.

Ainda na busca de informações que apontassem indícios sobre a realização da Páscoa de 1963, retornamos ao jornal *Diário da Borborema*. Duas notícias de aspecto religioso nos chamaram a atenção: a primeira acerca da procissão de *Corpus Christi* e a segunda sobre uma festa de Dia dos Namorados que aconteceria no Clube Médico. A notícia sobre a procissão circulou em primeira página, publicada na edição do dia 12 de junho de 1963, ano VI, nº 1842. A *Segunda Festa dos namorados no Clube Médico*, também circulou no mesmo caderno, mas na página oito. Embora o aspecto investigativo deste estudo não tenha interesse em traçar o contexto social e religioso da sociedade campinense, alguns aspectos sociais nos ativam a curiosidade, já que consideramos os elementos sociais como parte do contexto que envolvia as proposições para a formação de normalistas nessa sociedade. Ao pensarmos na invenção das tradições, inclusive das que norteiam a representação da normalista, entendemos o jornal como um propagador das tradições que ditavam o comportamento das futuras professoras.

Neste sentido, ao problematizar a atuação da normalista na sociedade campinense e ao relacionar as práticas desenvolvidas para sua formação nessa sociedade, observamos que algumas atividades podiam não ser correspondentes ao que se almejava para a atuação docente, dentre elas a festa do Dia dos Namorados. Embora no Brasil a data seja comemorada no dia que antecede a exaltação a Santo Antônio,<sup>44</sup> a data ficou marcada por uma estratégia comercial, supostamente para aquecer as vendas do mês de junho.

---

<sup>43</sup> 3º Bispo de Campina Grande a 30/09/1962, ficando no pastoreio até 1981. Foi também o primeiro bispo emérito da cidade. Fonte: <https://diocesecg.org/noticia/89/nossa-historia>. Acesso em: 22 dez. 2022.

<sup>44</sup> Santo de devoção católica. É considerado o santo mais popular nas culturas portuguesa e brasileira. Entre alguns aspectos da sua fama, há o simbolismo em torno dos casamentos, sendo assim denominado de santo casamenteiro.

No Jornal *Diário da Borborema*, a notícia sobre a festa é descrita como uma organização “Promovida pelas senhoritas Ruth Catão, Clímenes Meira, Analigia Barbosa, Diana Gonçalves, Miriam Nunes e outras” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1963, p. 8, ano VI – nº1842). Ao consultarmos a relação de alunas matriculadas na ENECG, nos anos de 1962, 1963 e 1964, não identificamos nenhuma dessas moças. Assim como representado na música *A normalista*, deduzimos que as moças da escola normal “não podiam” se envolver em relacionamentos, pois “[...]a normalista linda, não pode casar ainda, só depois que se formar” (LACERDA e NASSER, 1949).

Nenhuma das duas notícias fazem menção às normalistas da ENECG de modo a nos permitir sustentar a posição de que as atividades desenvolvidas pelas alunas da Escola Normal foram construídas para produzir uma tradição acerca das ações por elas realizadas pelas normalistas. E o jornal *Diário da Borborema*, repercutia essas tradições inventadas (HOBSBAWM, 2017). Inventadas, pois as Escolas Normais, nem sempre foram espaços destinados a formação de mulheres, essa incorporação do feminino a essas escolas bem como os ideais de uma escolarização própria para as meninas se trataram de invenções da sociedade, com base em preceitos estabelecidos como moralizantes.

Ainda no que concerne à notícia referente à Páscoa de 1963, identificamos também no mesmo número e página – VI/1845 – outra nota sobre tal celebração, esta agora relacionada à Páscoa dos detentos, prevista para acontecer no dia 29 de junho. A nota traz poucos elementos; informa que a atividade acontece anualmente, com a realização da missa e um café da manhã, promovido por patrocinadores do comércio e da indústria. Deduzimos que as datas difusas em relação ao ano anterior podem ter se dado por não encontrar um celebrante disponível, ou até mesmo incompatibilidade com as datas disponíveis da Igreja mais próxima – Igreja do Rosário –, o que ocasionou também a realização da atividade na própria Escola.

A descrição da Páscoa das normalistas acontece como fato ocorrido. Narrar os acontecidos, é, conforme Ribeiro (2006), uma das técnicas empregadas no jornalismo a partir do século XX. Cabe destacar que a notícia poderia ter sido divulgada no jornal com antecedência, uma vez que, no dia 15 de junho de 1963, em primeira página, foi anunciado o *Curso de férias da Escola Normal*, na edição do ano VI, nº 1844.

Essas notas, publicadas em primeira página, nos fazem refletir quanto “[...] às intenções de quem produziu os jornais, à sua função num dado grupo social, aos pontos de vista explícitos e implícitos nos argumentos dos que escrevem, fotografam, desenharam,

pintam, diagramam e finalmente leem” (CAMPOS, 2012, p. 59). Tal como a formatura que consolida o papel formativo da instituição, as atividades desenvolvidas pela Escola eram apresentadas no jornal para mostrar para a sociedade a ação educadora bem como o contexto de práticas educativas e religiosas de que faziam parte as normalistas.

Em princípio, quem escreveu a nota destaca a quantidade de alunas – 100 – que estavam presentes na atividade, fazendo referência não só ao crescimento de matrículas de normalistas na escola bem como à celeridade dessas moças em participarem da proposta educativa. Assim, a celebração da missa de Páscoa aconteceu, conforme a notícia, no próprio prédio em que funcionava a ENECG, provavelmente por estar distante do período da celebração na Igreja Católica.

A missa foi celebrada por um representante de notável poder da Igreja, o bispo Dom Manoel Pereira Costa, e, talvez, também por isso, a inclusão da notícia em primeira página. Outro bom argumento para se divulgar o evento na primeira página do jornal tem a ver com o fato de, ao não ser realizada em uma igreja, como já dito anteriormente, a presença do Bispo ratifica a impressão que se desejava imprimir na população: a de que a Escola Normal era também um local de comunhão. E, diferente dos anos anteriores, o cronograma de atividades não se limitou apenas ao exercício da alma, mas buscou também cuidar do corpo, de modo que as normalistas da ENECG, juntamente com as alunas do Colégio das Damas,<sup>45</sup> realizaram uma partida de vôlei. Conforme Marques Junior (2012), surgindo no Brasil com maior repercussão nas décadas de 1940 e 1950, o vôlei era considerado o esporte ideal para as mulheres, uma vez que não exigia contato físico, o que denotava menor violência nas ações, além de sus fundamentos serem considerados elegantes para as mulheres. Segundo o autor, o esporte também era evidenciado como uma prática para mulheres por ter gestos afeminados, como “quebrar” o punho. Assim, esse tipo de atividade física, ficava mais comum entre as moças, e era realizado pelas camadas sociais mais abastadas.

Os preceitos religiosos, assim como a prática de esportes, podem colaborar para a eficiência do corpo, por ser “[...]objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2014, p.134).

---

<sup>45</sup> Escola particular e confessional. Para Cavalcante (2004), o Colégio Imaculada Conceição –DAMAS – foi criado em Campina Grande, em 1931, sendo, até 1970, uma escola voltada exclusivamente para a educação de moças.

Analisando o ensino de práticas esportivas nas escolas, Magalhães (2020) remete para uma questão que acompanhou o processo educativo do esporte no Brasil durante um longo período: meninos e meninas tinham horários diferentes para a prática do esporte, atividade que fazia parte da rotina de todos. No currículo da ENECG, identificamos a disciplina de Educação Física, a partir da primeira série de ensino, no entanto as notas das alunas não foram registradas em todos os anos, nessa disciplina. No ano de 1963, a disciplina foi descrita na Ficha Individual das alunas, mas não teve registro de nota em nenhuma das séries. Entre os anos de 1965 e 1966 na 2ª e 3ª séries, respectivamente, também não se veem notas de Educação Física. O mesmo ocorre na 1ª série de 1967, de 1968 e na 2ª série de 1969. Nos demais anos, a informação é tão-somente “*Frequência normal conforme a lei*”, porém sem qualquer nota registrada. Em nenhuma observação pudemos constatar qual era a lei que regulamentava o ensino de Educação Física. Desse modo, supomos que, no ano de 1963, pode ter havido falta de professor para ministrar a matéria e, nos anos seguintes, além do complemento da lei, pode ter faltado professor especializado para essa função. Apesar disso, a prática de atividades físicas se fazia presente durante, praticamente, toda a formação de professoras.

A atividade, descrita no jornal e aqui analisada, trata inicialmente da disciplinização do corpo por meio do sagrado, do moral. Em seguida, do estético, do rendimento físico. Ambas as condições promovem treinamento e controle dos gestos, do comportamento, dos movimentos físicos. Essas e outras atividades similares parecem expressar o que declara Foucault: “[...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2014, p.135).

Divulgada também em primeira página (e continuação na página quatro), a notícia *Diplomação amanhã das professorandas*, no dia 20 de dezembro de 1963, exhibe o cronograma planejado para a solenidade que aconteceria no dia seguinte ao da publicação. Ao contrário da notícia *Páscoa das alunas da Escola Normal*, que narrou o fato acontecido, a diplomação traz como característica o furo de reportagem, outra prática comum dos jornais a partir do século XX (RIBEIRO, 2006).

Amanhã no salão nobre da Escola Normal Estadual desta Cidade, terá lugar a solenidade de diplomação das professorandas de 1963, da turma da professora Josefa Dorziat.

Para o ato foi elaborado o seguinte programa:

18 horas - missa e benção dos Anéis na catedral de Nossa Senhora da Conceição: 20 horas - Colação de Grau, no salão da Escola, no Edifício do

Colégio Estadual; 22 horas - baile das concluintes, oferecido a sociedade campinense nos salões do GRESSE.

São as seguintes professorandas a serem diplomadas amanhã: Maria Madalena Moraes (oradora), Amélia Maria Melo Coutinho, Maria do Socorro Patrício, Ana Maria Correia de Sales, Maria Ivone Pereira da Costa, Maria de Lourdes Medeiros, Maria Anunciada Silva, Ines Batista de Miranda, Glorinete Gomes da Silva, Josefa Selma de Lucena, Maria do Socorro Mota Vieira, Glória Maria de Santana, Luci Alves de Lima, Adnalva Macena Oliveira, Rosemiry Othon de Siqueira, Maria Auxiliadora Jordão, Josefa Tavares, Maria Selma de Medeiros Guedes, Olga Nazareno de Amorim, Laura Maria Pinto Costa, Maria Bernadete da Gama, Maria José Camelo, Suzete Fernandes de Oliveira e Maria de Lourdes Melo.

A turma tem como paraninfo o Professor Fernando Silveira, Diretor da Escola Normal e como patrono o falecido Papa João XXIII.

São homenageados a Dr<sup>a</sup>. Ofélia Amorim, o prefeito Newton Rique e os Srs. Fernando Cunha Lima e Rafael Timoteo. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1963, p.1/4, ano VII – nº 1993)

A celebração da missa, no processo de ritos para a formatura das normalistas, produz símbolos no aspecto doutrinário-religioso, uma vez que, a partir das celebrações, notamos a participação da Igreja Católica na formação das alunas, ou seja, na transição de normalista para professora primária. Como nos cursos de ensino superior, as alunas usam anéis que, simbolicamente comprovam sua evolução escolar. Esses anéis abençoados durante a celebração. Juntas, missa e solenidade de formatura legitimam a profissionalização (e vocação) das professoras as quais, com a anuência da Igreja Católica, estarão a serviço do magistério.

Na notícia, visualizamos, ainda, os nomes das 24 concluintes. A turma, como descrito, faz menção a Josefa Dorziat, professora de Metodologia, cujo nome, inferimos, talvez esse tenha sido o escolhido para representar a turma de 1963, a segunda a concluir o magistério na ENECG. Embora o jornal *Diário da Borborema* tenha mencionado o aumento de matrículas, notamos que a segunda turma de concluintes teve um número aproximado do da primeira turma.

A programação contava com uma quantidade expressiva de atividades: missa e bênção de anéis, na catedral da cidade, ou seja, era um evento de representatividade da fé católica, afinal uma missão, e seria prestigiada pelas famílias e sociedade campinense. Em seguida, haveria a cerimônia da colação de grau e, por fim, o baile de formatura, realizado no Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Exército (GRESSE).

A partir do ano de 1964, o contexto político e social brasileiro foi marcado por uma forte onda de autoritarismo, por causa da ditadura militar. Nesse cenário, a ENECG

comemorou o seu quarto aniversário. Conforme Ribeiro (2006, p.430), “A censura e a pressão governamental sobre os jornais e os jornalistas tiveram, nesse contexto, papel fundamental.” O jornal *Diário da Borborema* manteve um discurso imediatista, conservador e anunciador de feitos políticos e sociais. A ENECG, por exemplo, não deixou de ter suas atividades noticiadas, e embora o contexto fosse de crise política, a escola chegou a comemorar seu quarto aniversário de fundação – evento divulgado em mais de uma edição do jornal, inclusive com fotos – e a realizar um ciclo de palestras/estudos campinenses, que, conforme o jornal, tinha como objetivo “[...] explicar às alunas do estabelecimento, primeira e segunda séries pedagógicas, as origens, causas e objetivos da Revolução Democrática de 31 de março último”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.8, ano VII – nº 2151)

Os estudos acima mencionados aconteciam, de acordo com o descrito no jornal, aos sábados. Havia sido uma idealização do Diretor Fernando Silveira. Como no jornal, a atividade desenvolvida nessa escola atendia aos pressupostos políticos da ditadura militar, denominando o golpe como *Revolução Democrática*. Alguns aspectos nos despertaram a atenção: o ciclo de palestras, por exemplo, era oferecido para as alunas da primeira e segunda séries, e as da última série não foram mencionadas na notícia, possivelmente porque na terceira série do curso normal as disciplinas de prática de ensino tinham maior exigência, logo lhes demandavam mais tempo e dedicação. Outro destaque diz respeito ao dia em que foram oferecidas as palestras, isto é, aos sábados, fora dos dias letivos.

Durante esse período, percebemos uma maior divulgação das festividades escolares da ENECG e com o recurso fotográfico em evidência. O quarto aniversário da escola, por exemplo, é noticiado nos dias 19 e 30 de maio de 1964 –antecedendo a realização da festa – e, depois no dia 2 e 3 de junho. As notícias aparecem entre as páginas 3, 8, 8 e 3 respectivamente.

A foto passa a ocupar as páginas dos jornais, no século XX, como um dos novos recursos de diagramação. Segundo Ribeiro (2006, p. 428), “[...]consolidou-se um novo conceito de fotojornalismo, baseado na ideia do instantâneo e do flagrante”. Assim, na comemoração de aniversário da ENECG, o jornal produz imagens e furos de reportagens das atividades realizadas na Escola.

Nas duas notícias de maio, a programação da festividade é descrita no jornal, isto é, o planejamento: missa solene, lanche, além de apresentação e canto litúrgico na missa, por parte do *Coral Pedro Gondim*, pertencente à ENECG. Já na nota do dia 2 de junho de 1964, visualizamos uma foto das normalistas (concluintes) com o Diretor Fernando Silveira. A

Foto 5, foi também identificada por nós, no álbum da ENECG, a qual digitalizamos e dispomos logo mais adiante.

Na nota, foi descrito “[...] As concluintes da Escola Normal (foto) estiveram presentes às festividades do quarto aniversário do estabelecimento. O professor Fernando Silveira (ao centro) na qualidade de diretor, envidou todos os esforços para que as comemorações alcançassem pleno êxito” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.8, ano VII – nº 2105).

**Foto 5:** Normalistas Concluintes e Diretor Fernando Silveira – 1964



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual padre Emídio Viana Correia.

Como descrito no jornal, na fotografia as alunas estavam ao redor do Diretor, posicionado no centro da imagem. O fardamento, comum às normalistas (saia, camisa de mangas compridas, sapato e meias), é também adornado pela gravata com três estrelas, as quais indicavam a série cursada pelas alunas – terceira. Notamos também que, na camisa, aparecem as iniciais da Escola – ENE (Escola Normal Estadual) –, possivelmente bordadas. Algumas alunas não olham diretamente para a foto, denunciando que se trata de uma imagem posada, isto é, elaborada, é possível que tenha sido feita exclusivamente para ser divulgada no jornal. Poucas alunas sorriem, a maioria demonstra ar de seriedade. Como comentado anteriormente, as normalistas tinham de mostrar um comportamento regrado, logo sorrir poderia frustrar essa impressão, divergindo da sisudez, honestidade e autocontrole esperados das normalistas.

Ao identificarmos indícios de que essa fotografia fora construída, forjada, percebemos que os requisitos de representação da normalista precisam ser mantidos e valorizados, especialmente porque essa turma também é a concluinte, ou seja, as moças estavam próximas ao exercício de sua função. No fundo da fotografia, percebemos, em frente à janela, duas bases, possivelmente com bandeiras, reforçando nossas leituras acerca do alinhamento da formação educativa das normalistas com o contexto político. Consideramos que naquele momento político em especial, a valorização aos ideais da pátria era reforçada e incentivada. Divulgada no jornal, a fotografia das normalistas, futuras docentes altamente treinadas para o magistério, mostrava para a sociedade campinense, além das representações por nós apontadas, o ideário político ao qual estava associada a Escola.

Sobre as atividades realizadas na comemoração do aniversário da ENECG, o *Diário da Borborema* descreveu:

[...] As 7,30 horas, foi celebrada missa na Igreja-Matriz da Paróquia do Rosario. Grande número de pessoas compareceu ao ato religioso, enchendo a nave central do templo católico. Na ocasião, o coral "Pedro Gondim", cantou hinos religiosos.

Às 8,30, foi oferecido café às alunas, professores, funcionários e convidados, tendo sido preparada artística mesa de bolos com ornatos confeccionados pelas alunas, sob a orientação das professoras Celina Araújo Lima, Maria Lima e Eurídice França.

Às 9 horas, foi promovido a sessão lítero-musical, com numerosos cantados pelo "Coral da Prata", entremeando os discursos oferecidos pelos professores Fernando Silveira, Celso Pereira, Estácio Tavares e Maria da Paz Muniz (concluinte, falando em nome das normalistas). A estudante Emília Farias declamou um poema intitulado "Campina Grande". O Cônego Cristóvão Ribeiro, vigário da Paróquia do Rosário, partiu o bolo de aniversário e o jornalista Ramalho Filho, de improviso, proferiu palavras alusivas à data. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p. 8, ano VII – nº 2105)

Notadamente o religioso, de ordem católica, compunha as atividades da ENECG. Ao considerarmos que a educação brasileira possui traços de orientação católica, centralmente devido à colonização por jesuítas, nos aproximamos um pouco da reflexão acerca de tais práticas ainda estarem tão difundidas, especialmente na formação das professoras. Conforme destaca Almeida (2004, p.68): “Nas mais diversas culturas e ao longo dos séculos na sociedade organizada, as religiões sempre foram decisivas na definição de padrões comportamentais femininos”. Assim, embora se trate de um período em que o Estado e a Igreja estariam separados e esta última sofria perdas de poder, a religião, no entanto, se mantém exercendo vigilância sobre a sexualidade, justificando seu controle como função

moralizante. Essa vigilância regrada em torno da sexualidade se estende ao século XX (ALMEIDA, 2004).

Pensamos essas práticas educativas envolvendo a religião no curso de formação de professoras como tradições. Conforme Hobsbawm (2005, p. 9): “É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume”.

Tomando como referência o contexto político nacional ao longo dos anos, desde a nossa colonização, sabe-se que a educação sob o manto católico é uma discussão antiga. De acordo com Saviani (2013a), as alianças entre o estado e a igreja católica coadunavam para ideias do conformismo e do compromisso da solidariedade entre ambas as instituições; além disso, não se pode ignorar o viés protecionista assegurado pela Igreja. Ameaçada pelo comunismo, a população precisaria de bases fortes e tradicionais que alimentassem a segurança que esperavam das autoridades eclesiásticas. Nessa conjuntura, a educação religiosa bem como as notícias divulgadas no *Diário da Borborema* reforçavam o conformismo. “Para o *Diário da Borborema*, o golpe civil-militar foi a defesa da lei e da ordem e representou a salvação do Brasil diante do perigo comunista.” (AGUIAR, 2014, p. 60)

As normalistas que faziam parte do coral participaram da missa e compuseram o ato litúrgico, o que nos autoriza a concluir que as práticas religiosas eram ensinadas na escola, ao menos nas artes musicais. Outro detalhe interessante é a presença participativa do jornalista na comemoração; ele registra o fato a ser noticiado e também discursa para o público ali presente. A ocasião de comemoração alude também às práticas educativas de confecção de materiais, identificados como “ornatos”, pelas alunas, demonstrando ser mais uma forma de se expor o conteúdo desenvolvido na instituição.

Por fim, ao referir-se ainda ao aniversário da Escola, é publicada no jornal mais uma foto das comemorações realizadas. Desta vez, além das normalistas concluintes, também é mencionada a participação das ex-alunas daquela Instituição.

**Foto 6:** Normalistas em comemoração de aniversário da Escola Normal – 1964



Fonte: *Diário da Borborema*,  
3 de junho de 1964 – nº 2106.

Percebemos na foto que, aparentemente, há apenas normalistas. No canto superior da imagem, do lado esquerdo, identificamos, porém, algumas pessoas sem o fardamento característico dessas alunas. Também observamos que a foto foi tirada no ambiente externo da Escola, e de uma posição do alto, possibilitando capturar com mais amplitude a quantidade de pessoas presentes.

Além do uso da foto no impresso, destacamos a imagem como uma produção cultural, carregada de intencionalidades de quem a produziu (BURKE, 2004). Esses registros não são tomados como reflexos puros da realidade, uma vez que podem testemunhar o que não pode ser dito em palavras (BURKE, 2004). Como transcrito na legenda da fotografia, o aniversário da Escola, evidenciado em diferentes cadernos do jornal, foi colocado como produtor de opinião entre os círculos educacionais pela organização e bom gosto das práticas educativas.

Em contraposição aos anos anteriores, as atividades da formatura de 1964 não apresentam em suas descrições presença do rito católico, seja na missa ou bênção dos anéis. No dia 1 de novembro de 1964, é anunciada a escolha do paraninfo das normalistas; em 19 de dezembro, é publicada uma nota, assinada por Celso Pereira,<sup>46</sup> com uma mensagem romantizada sobre o papel da normalista, sua doação e compromisso com a educação. A nota

---

<sup>46</sup> Ao buscarmos mais informações acerca do colunista, identificamos apenas sua participação na Rede de Diários associados na imprensa e na televisão.

de novembro informa, também, onde será a diplomação – no Teatro Municipal Severino Cabral<sup>47</sup> – local de visibilidade na sociedade campinense.

As professorandas, por unanimidade, decidiram dar a sua turma a denominação de "Turma Fernando Silveira", em homenagem ao diretor do estabelecimento.

Escolheram ainda como paraninfo o deputado Vital do Rêgo para patrono ou industrial Renato Ribeiro Coutinho. A solenidade de entrega dos diplomas será no Teatro Municipal, no próximo dia 19 de dezembro, estando as concluintes de beca e acompanhadas de padrinhos.

Serão convidadas as mais altas autoridades do Estado. A Festa de Formatura das concluintes da Escola Normal constituirá, sem dúvida, um ponto alto no movimento social campinense no mês de dezembro. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p. 6, ano VIII – nº 2225)

Embora o disciplinamento religioso se comprometesse com a ordem civil, a notícia não descreve os ritos. Possivelmente, por ser um período de tensão. A notícia dissimula essa descrição no que se refere ao aspecto doutrinário, porém publica uma nota com algumas orientações relativas ao ensino de posturas morais (sempre defendidas pela Igreja), bastante incisivas, pois que marcadas com verbos no imperativo, às normalistas para usarem em suas aulas.

Nas aulas de instrução moral-cívica, façam com que as nossas crianças abram novos rumos, à fim de se integrarem bem na sociedade. Mostrem que o homem só vale mesmo pelo que é, pelo que foi construído de intelectual, de cívico e sobretudo de educacional. Vêem vocês quão a educação familiar está em jogo! (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.5, ano VIII – nº2263).

Os símbolos da civilidade e da moral permanecem presentes, mesmo que a reprodução dos ritos não seja evidenciada. Um exemplo é a educação familiar, que, no discurso do colunista, estava em crise, e a professora com sua atuação vocacionada seria responsável pela integração da criança na sociedade com valores instrutivos e educacionais, isto é, valores comuns e conhecimentos científicos, possivelmente preenchendo algumas lacunas deixadas pela família.

No ano seguinte, 1965, a menção ao religioso aparece descrito, no jornal, apenas na formatura das normalistas. A diplomação, como no ano anterior, aconteceria no teatro

---

<sup>47</sup> Localizado na Avenida Floriano Peixoto, centro – assim como a Catedral de Campina Grande –, o Teatro, inaugurado em 1963 foi uma obra do Prefeito Severino Cabral, do qual recebeu o nome.

municipal. Assim dizia a notícia: “[...] oitenta e três professorandas estarão recebendo seus diplomas em pomposa solenidade” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1965, p.7, ano IX – nº 2547). A programação contava com outras atividades, e o jornal destacava que seria uma grande festa, tanto em número de normalistas formadas, como pela significação e representação social que eram associadas a esse evento da ENECG. Assim, descreve:

[...] iniciando às 7,30 horas com uma Missa em Ação de Graça e benção dos anéis, na Catedral. As 10,00 horas será oferecido um coquetel no Rique Palace Hotel aos professores da Escola Normal as autoridades e convidados especiais. As 15,00 horas colação de Gráu no Teatro Municipal e as 22,00 horas grande Baile no Ginasium Cesar Ribeiro. Agradecemos o convite que nos foi enviado: nêle entre os nomes das professorandas, distinguimos em linha vertical a seguinte frase: "Sob os passos do mestre florescerão moedas, flores cerão porem rosas perfumadas do saber". (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1965, p. 7, ano IX – nº 2544)

A Catedral da cidade é, novamente, o local escolhido para realização da missa e benção dos anéis das normalistas. Além de ser um local de prestígio, a localização da Catedral anuncia a centralidade que é conferida a essas formandas, que, no local de representatividade do poder católico, podem exibir para a sociedade sua devoção ao serviço do magistério.

Além do aspecto religioso, notamos, na notícia, a frase destacada no convite realizado ao editorial do jornal, identificamos mais um indício de que, mesmo sendo uma escola para formação de professoras, se acentuava muito o perfil do masculino como representante do saber: "*Sob os passos do mestre florescerão moedas, flores serão porém rosas perfumadas do saber*". Sabemos que a ENECG contava com professoras, mas, como essas também fazem parte do universo feminino, ministram disciplinas que expressam socialmente a naturalidade dos afazeres desse gênero, ficando, então, as atividades de direção e controle para os homens. Nas mais diversas situações: “[...] Quem ‘falou’ sobre as mulheres professoras, quem construiu e difundiu com mais força e legitimidade a sua representação foram os homens: religiosos, legisladores, pais, médicos” (LOURO, 1997, p.103).

O papel do homem é acentuado, aceito e determinado como o que dirige e controla a mulher. Na educação das normalistas isso é extremamente visível. Além da institucionalização dos comportamentos vigiados pelos símbolos de fardamento e ou dos rituais, nas formaturas, as normalistas eram acompanhadas por seus padrinhos – pai, irmãos, maridos etc. O cargo de diretor da Escola Normal, como destacado por Monteiro (2016, p.93), garantia destaque na sociedade, pois estes eram

[...] consideradas pessoas ilustres, faziam parte do grupo de autoridades da cidade, juntamente com o prefeito, padres, juízes, delegados; desempenhavam além de suas funções administrativas e pedagógicas, exames e festas escolares, também atuavam em eventos da cidade, estando sempre presente nas atividades cívicas.

Entre os anos de 1965 a 1970, o *Diário da Borborema* não divulgou todas as atividades religiosas de que as normalistas faziam parte, mas tão somente as que aconteciam nas formaturas, logo, podemos deduzir, o ritual da missa e da benção dos anéis como parte integrante da finalização da formação docente. Com isso, não afastamos a hipótese de que os fundamentos religiosos ofereciam também suporte pedagógico às atividades desenvolvidas na ENECG com cunho formativo.

Assim como nos anos de 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970, a missa está presente no ritual de colação de grau das normalistas.

A Escola Normal Estadual de Campina Grande diplomará mais uma turma no próximo dia dez de dezembro, já tendo o programa sido elaborado. Às 9 horas - missa em ação de graça, bênção e entrega dos anéis na Catedral de Nossa Senhora da Conceição oficiada pelo Revmo. Monsenhor Bonifácio; às 17 horas - colação de grau no Teatro Municipal; às 22 horas - baile de formatura no Gresse.

O paraninfo da turma será D. Hélder Câmara, enquanto que o homenageado especial será o governador João Agripino.

A turma que colará grau no próximo dia dez é composta de oitenta e oito novas professoras. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 8, ano X – nº 2799)

Mesmo sem a pomposidade dos dois últimos anos, a programação seguia a mesma ordem: missa na Catedral com a benção dos anéis de formatura, entrega dos diplomas no Teatro Municipal e por fim o baile. O jornal apenas nos apresenta o número crescente de matrículas, o que constata o aumento de normalistas diplomadas. As desistências e ou reprovações não tinham qualquer visibilidade no jornal, tal como nas Fichas Individuais de Matrícula, isto é, nessas Fichas não havia a informação de desvinculamento de alunas, qualquer que fosse o motivo. O único dado que se altera em relação à quantidade de normalistas diz respeito ao expressivo número de alunas transferidas a partir de 1964, advindas, normalmente, do Colégio Estadual da Prata, do Ginásio Alfredo Dantas e do Ginásio da Imaculada Conceição (RODRIGUES, 2017). A primeira instituição correspondia ao local onde a ENECG funcionava em conjunto, e as demais, como já mencionado, abrigavam, em regime de equiparação, cursos normais. A partir da década de 1960, no entanto, o curso do Ginásio Alfredo Dantas, por exemplo, deixa de funcionar, o que provavelmente demandou a transferência das normalistas.

Embora o jornal não faça a descrição em detalhes, como nas notícias anteriores, notamos que os locais de visibilidade – Catedral e Teatro Municipal – ainda são utilizados para as solenidades das normalistas, o que consideramos como um esforço de se manter, por meio desses espaços, sinais de prestígio para as formandas e seus familiares.

O paraninfo, figura mencionada nas notícias da formatura da ENECG, normalmente era pessoa com visibilidade social – professores/diretores, políticos etc. Em 1966, identificamos o religioso Dom Hélder Câmara, arcebispo e um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como paraninfo de turma. Ao não termos mais elementos que nos auxiliem a compreender a escolha dos paraninfos, concluímos, com base no perfil dos demais paraninfos evidenciados nos decursos, que sua posição social evidencia, possivelmente, uma relação de inspiração e/ou referência para as formandas. Cabe destacar que Dom Hélder, religioso católico, esteve em Campina Grande em 1956, no I Encontro dos Bispos do Nordeste (DOMINGUES e SILVA, 2003). E, durante a ditadura militar, foi considerado comunista.

Sempre descrito no jornal, o cerimonial da formatura apresenta a programação e local de realização da solenidade. Identificamos, em 1967, a notícia na coluna social do jornal, fato que, destaca a formatura mais como uma prática social festiva do que pedagógica.

### **PROFESSORANDAS**

As professorandas-67, da Escola Normal Estadual, nos enviam convite para as solenidades de sua formatura no próximo sábado. No convite, encontramos a seguinte programação: às 9 horas Missa em Ação de Graças na Igreja do Carmo, com a participação do Coral Pio XI às 17 horas, Colação de Graus, no Auditório do Colégio Estadual de Campina Grande e às 22 horas, Baile de Formatura. Aliás, sobre o baile as professorandas nos esclareceram que este não será realizado no Ginásio César Ribeiro, como consta no convite, mas na sede do Campinense, na Praça Cel. Antonio Pessoa. O paraninfo das concluintes, será o Governador João Agripino e o prof. Francisco Aldo Silva, o seu patrono. Para oradora da turma foi escolhida, a concluinte Isla Maria Maria Kunisck Monteiro, que na oportunidade, em nome da turma, prestará homenagens especiais ao Diretor da Escola, dr. Estácio Tavares e as professoras, Josefa Doziart Barbosa, Ligia Loureiro e Eurideci Rocha França. As concluintes, que por sinal, ultrapassam o número de cento e vinte, nosso agradecimento pelo convite, e nossos parabéns por sua formatura (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1967, p.7, ano XI – nº 3352).

Por meio do convite que foi enviado à equipe do editorial do jornal, é possível deduzir a quem se destinava a atividade, isto é, ao publicizar o convite nas páginas do *Diário da Borborema*, a Escola estava convidando os interessados – a sociedade – para participar de

suas atividades, ratificando o interesse da Instituição em apresentar a disciplina e as condutas desenvolvidas na formação das normalistas. A exposição do roteiro da solenidade de colação de grau se inicia com a celebração da missa, desta vez cantada pelo coral de outro colégio campinense, o PIO XI<sup>48</sup>, na Igreja do Carmo<sup>49</sup>. Nesse ano de 1967, a ENECG deixou de funcionar nas dependências do Colégio Estadual e passou a ser localizada na Escola Anita Cabral. A escolha do local de realização da missa pode ter ocorrido devido à proximidade dos dois estabelecimentos.

A notícia, publicada na coluna social, tinha a assinatura de Graziela Emerenciano,<sup>50</sup> que publicizou de forma detalhada a ocasião.

Revestiram-se do maior brilhantismo as solenidades de colação de grau das concluintes da Escola Normal Estadual de Campina Grande e que obedeceram a um programa anteriormente traçado, iniciando-se com a celebração de uma Missa congratulatória no Convento das Clarissas, às nove horas do sábado último.

O programa foi sequenciado com a entrega dos diplomas as noventa e sete professorandas no auditório do Colégio Estadual. As vinte e duas horas foi realizado o baile de formatura, contando com a presença do Governador João Agripino e do prefeito, eleito, Ronaldo Cunha Lima.

À tarde, na solenidade de entrega dos diplomas, o Governador, que não podera comparecer, fez-se representar pelo dr Francisco de Assis Martins, diretor do Colégio Estadual de Campina Grande.

Serviu de paraninfo das novas professoras, o sr. Manoel Patrício e, como homenageador, os comerciantes Aniz Timani, José Carlos e Manuel Damião. A oradora da turma foi a concluinte Maria de Fátima Moura, tendo, em nome do corpo docente da ENE usado a palavra o professor Estácio Tavares, diretor da Escola, e que apresentou as despedidas às professorandas de 1968.

O baile de formatura foi realizado no Ginásio da Associação Atlética Banco do Brasil contando com o comparecimento dos familiares das concluintes assim como de inúmeras autoridades, professores e destacadas figuras da sociedade campinense. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1968, p. 7, ano XII – nº 3648)

O número de concluintes foi de 97 alunas, que receberam o diploma no auditório do Colégio Estadual, diferente do ano anterior que havia sido no Teatro Municipal. A celebração eucarística também aconteceu em outro espaço, o mosteiro das Clarissas<sup>51</sup> –

---

<sup>48</sup> O Pio XI era um Colégio da rede particular de ensino de Campina Grande e era administrado por religiosos católicos. Inclusive, um de seus diretores de grande influência foi o Padre Emídio Viana Correia, que viera a ser homenageado anos mais tarde com seu nome na Escola Normal Estadual.

<sup>49</sup> Localizada na Rua José Bonifácio, no centro, próximo ao Colégio Anita Cabral.

<sup>50</sup> Além de colunista do jornal impresso, a jornalista também ocupou a grade de programas da TV Borborema.

<sup>51</sup> Localizado na Rua Cap. João Alves de Lira, 136 – Prata.

instituição religiosa que acolhe apenas moças – que fica localizado próximo ao Colégio Estadual, onde funcionava a ENECG. No baile, se fizeram presentes autoridades políticas do Estado e do Município. O paraninfo, isto é, pessoa a qual inspirava admiração das normalistas foi um homem - Manoel Patrício, e nesse ano há também homenagem a alguns comerciantes – homens – campinenses.

O comércio é um dos traços econômicos mais característicos de Campina Grande. A participação dessa esfera pode ter se dado por diferentes motivos: talvez por serem pais ou familiares das normalistas e até mesmo por terem conferido algum auxílio financeiro para realização das atividades de formatura, o que explicaria a homenagem no ato da diplomação.

A pequena quantidade de notícias não alterou o prestígio da ENECG, pois esta já gozava de satisfatória visibilidade na sociedade campinense. Assim sendo, como menciona a notícia, familiares, professores e destacadas figuras da sociedade estiveram presentes na cerimônia de formatura.

Encontramos no álbum de fotografias da ENECG, algumas fotos da missa, e apresentamos a seguir uma delas.

**Foto 7:** Missa das Concluintes 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Supomos pela imagem que as alunas frequentavam a missa com o uniforme de normalista. Mesmo sendo um ato festivo, o uniforme representava honra e distinção, o que lhe garantia usabilidade em uma das atividades que reforçariam essas alunas enquanto moças de boa família. Conforme Beck e Felipe (2014, p. 173),

[...] uniformizar é uma das tarefas tomadas e aplicadas pela escola no intuito identificar como seus/as estudantes aqueles que(sic) trajam tais uniformes e, assim, educá-los/as a cuidarem de seus corpos, percebemos que esse sutil exercício pedagógico encontra-se carregado de significados históricos, culturais e sociais. Esses significados articulam-se aos discursos e às representações hoje pautados sobre o corpo.

O uso do uniforme aliado à prática religiosa distinguia socialmente a normalista nesse espaço comum. O fardamento, ou traje, nessa conjuntura ajuda a definir a profissão (FOUCAULT, 2014), que é carregada de símbolos que representam a professora como um ser idealizado, responsável com a educação das crianças em prol da mudança e crescimento da sociedade. Como outras instituições educativas, a ENECG adotou esse distintivo social, legitimado como símbolo da qualidade educacional durante grande parte do século XX (LIMA, 2018).

Em 1969, há uma pequena nota que faz referência à realização da missa e a um culto na Igreja Presbiterana, compondo o ritual de colação de grau das normalistas.

As professorandas de 1969 da Escola Normal Estadual de Campina Grande, reunidas sob a presidência da concluinte Neide Maria Vieira escolheram ontem, por unanimidade, os patronos da turma que colará grau no dia 20 de Dezembro vindouro.

A solenidade de colação será realizada às vinte horas, no Teatro Municipal, gentilmente cedido pelo General Manoel de Lima, tendo sido escolhidos para patronos da turma concluinte os srs. Edísio Souto gerente do Banco do Brasil, industrial Humberto Almeida e os comerciantes José Celino da Silva, Raimundo Lira, e Luiz Targino.

As professorandas em número de 104, estão organizando uma vasta programação, que constará de missa solene, culto na Igreja Presbiterana, coquetel de despedida, colação de grau e baile de formatura na AABB.

Desde já as solenidades de formatura de mais uma turma de professores da ENECG estão atraindo as atenções da sociedade campinense, pelo invulgar brilhantismo que as concluintes pretendem dar ao acontecimento, não medindo esforços nos preparativos que já estão sendo feitos para as solenidades. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1969, p. 6, n° 3900)

O Teatro Municipal foi cedido pelo General Manoel de Lima, provavelmente administrador do local nesse período, e, como no ano anterior, uma lista de homenageados compunha os patronos da turma de 1969, homens que participavam da administração e economia locais.

Um fato de 1969, que também nos chamou a atenção, foi a escolha do paraninfo. Divergindo do que ocorrera nos anos anteriores e posteriores, a professora e Diretora do Departamento de Educação Média da Paraíba, foi escolhida para ser a homenageada. Apesar de a Escola formar professoras desde o início da década de 1960, nenhuma mulher havia

sido escolhida para tal função. A ENECG contava com um quadro docente de professoras e professores, mas, em nossas fontes, não constatamos até 1969, a nenhuma professora, o convite para paraninfo, função que até esse ano fora assumida apenas por políticos estaduais – homens. Essa discussão carece de maior aprofundamento, de modo, que no momento nos atemos a evidenciar que a presença dos paraninfos das turmas de normalistas concluintes eram, comumente, pessoas públicas de cargos educacionais, comerciantes e ou políticos importantes.

As notícias apresentadas todos os anos demonstram uma espécie de debute das moças normalistas para a sociedade campinense. Era o momento festivo, de uma passagem da vida das normalistas, essas moças que tinham aperfeiçoado seus dons estavam prontas para o exercício vocacionado. A sequência de acontecimentos que marcava a formação das normalistas, traduzia que a conclusão do curso normal a uma festa de debute, onde as moças estavam preparadas para exercerem sua missão, haviam transitado de uma etapa para outra. E, a sociedade, era convidada, também por meio do jornal, para assistir e participar desse debute.

Em 1970, ocupando, a primeira página, a colação de grau das normalistas e as atividades que compõem esse ritual são descritas no jornal. Acresce em 1970 a edificação do prédio escolar e a participação do governo estadual na formatura das alunas. Desse modo, a notícia possuía centralidade e imediatismo justificando-se seu destaque na primeira página.

Foto 8: Diário da Borborema – Governador presente à Colação de Grau dos Concluintes da ENE -

1970



Fonte: Diário da Borborema  
Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida  
UEPB.

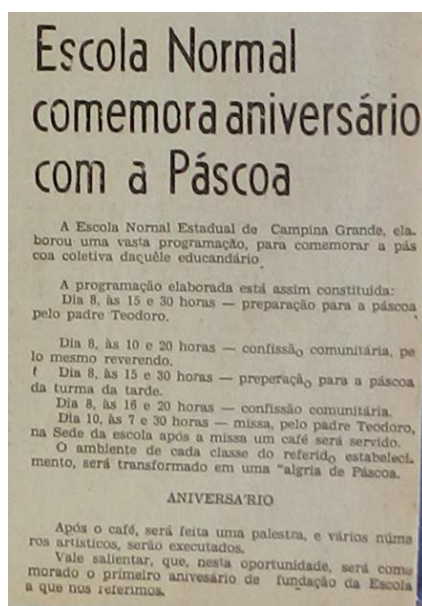
Considerando a visibilidade conferida à Escola Normal, no ano de 1970 a celebração da missa retorna para a Catedral de Campina Grande-PB e a entrega de diplomas no Teatro Municipal. No jornal, ainda é descrito que o Governador bem como o Ministro Ernani Sátiro e os Secretários do Estado seriam recepcionados pelo diretor da ENECG – Estácio Tavares – para um jantar.

A descrição da notícia, segundo o jornal, foi realizada pelo diretor da ENECG. Os diretores da ENECG, normalmente desempenhavam atividades políticas. Estácio Tavares foi prefeito de Antenor Navarro e Cuité, também foi promotor público da 1ª Vara da Comarca de Campina Grande, em 1959 (RODRIGUES, 2017). Nesse sentido, divulgar as atividades realizadas sob sua direção podia compor estratégias de sua atuação pública. O imediatismo da notícia bem como a posição de quem anuncia nos permitem deduzir que

havia, por parte da Direção da Escola, interesse em expor as realizações ocorridas na Instituição, a fim de manter ativa sua presença na sociedade.

Divulgada, também em primeira página, a notícia *Escola Normal Comemora aniversário com a Páscoa 1971*.

**Foto 9:** Escola Normal Comemora aniversário com a Páscoa 1971



Fonte: Diário da Borborema  
Disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida  
UEPB.

Na programação, as práticas religiosas foram a confissão e a missa, ritos católicos que incutem comportamentos, atitudes e valores. A confissão, por exemplo, aconteceu em horários alternados – supomos que para abranger maior quantidade de alunas. Daí, nos perguntamos: quais ideais estão intrínsecos à religiosidade das futuras professoras? Conforme Bruschini (1981), desde a infância as meninas são acostumadas a naturalizarem o ensino e cuidar das crianças, atividades vistas como típica e exclusivamente femininas. A ideia era: “[...] seguir determinadas diretrizes, tanto em sua vida familiar quanto em sua carreira profissional, que vão permitir que a sociedade continue a funcionar direitinho” (BRUSCHINI, 1981, p. 71).

Como outras práticas sociais, aquelas vinculadas à religião constroem aprendizagens, gestos e comportamentos. Ao ocupar maior parte da notícia, a solenidade da Páscoa nos mostra que a sociedade valorizava as práticas comportamentais que velassem pela vocação e doação da normalista. Além das missas nas solenidades de formatura, elas se fizeram

presentes, como atividades religiosas das normalistas, também na celebração da Páscoa, divulgadas no jornal, nos anos de 1961, 1962, 1963, 1964 e em 1971.

As notícias do *Diário da Borborema* e algumas fotografias da ENECG fazem menção a essas práticas católicas dentro do ambiente escolar. Na Foto 10 abaixo as alunas estão reunidas em volta de símbolos eucarísticos, a saber o pão e o cálice – provavelmente tratava-se de mais uma comemoração da Páscoa.

**Foto 10:** Normalistas 1964



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Em acordo com o álbum escolar, essa fotografia é do ano de 1964. Notamos as alunas com o fardamento impecável, uma de suas representações mais significativas como normalistas. A estrela posicionada na gravata das alunas indica a série das alunas; na imagem acima, a maioria apresenta uma estrela, indicando serem da primeira série. No centro do grupo, no entanto, no final da mesa, há uma aluna com duas estrelas em sua gravata, o que nos permite supor que dessa atividade poderiam participar todos os níveis do Curso Normal.

Como já discutimos, o fardamento representava sinal de distinção, recato, moral e dignidade. Construído como modelo no Rio de Janeiro, no século XIX, o uniforme representou a definição da classe das normalistas bem como o significado de controle, organização e vigilância sobre o corpo das normalistas (LIMA, 2018).

Toda imagem das normalistas é eivada de significados – por sua aparência, por exemplo, se pressupunha seu comportamento. Conforme Andrade (2017), ao analisar a

representação da normalista e os cuidados que essas deveriam ter consigo mesmas, os detalhes eram muito valorizados:

O cabelo, como a moldura do rosto, deveria estar bem limpo e sedoso, pois era marca e crivo da feminilidade da mulher. Além do mais, uma boa imagem implicava no(sic) aumento das possibilidades de casamento, visto que a escola normal foi durante muito tempo interpretada como um espaço de preparação da mulher para a sagrada missão de educar e do casar. (ANDRADE, 2017, p.67)

Na foto, percebemos as normalistas com corte de cabelo semelhante. Mais que possivelmente uma característica da moda, a fotografia como um todo apresenta a padronização da imagem da normalista. Com a classe definida desde o século XIX, as normalistas se organizavam dentro dessa representação construída. E os elementos que compõem a imagem da normalista são atravessados por características socialmente definidas como femininas.

Em relação às solenidades de refeições de grau, o jornal faz uma descrição minuciosa do que estava programado ou mesmo do que já tivesse ocorrido. Vejamos a notícia a seguir:

[...] As solenidades obedecerão ao seguinte programa: Dia 17, 9 horas, missa solene na Catedral, celebrada por D. Manuel Pereira, 20 horas, refeição de grau no Auditório da Escola Normal Estadual; 22 horas, baile de formatura no Ginásio César Ribeiro. Dia 18, às 19 horas, culto de ação de graça no templo da Igreja Batista. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971, p. 8, n° 4527)

A missa permanece como evento confirmador do ritual de formação da normalista. Segundo a transcrição acima, nesse ano de 1971, é noticiado também, na programação, para o dia posterior ao da missa, um culto. Vê-se, então, que, embora a Igreja Católica tenha atuado com predominância no currículo da Escola Normal, ou seja, durante toda a formação das normalistas, nas cerimônias de formatura outras doutrinas, porém, também podem se fazer presentes. Conforme Almeida (2004), as religiões inspiram modelos políticos e intelectuais, estabelecendo formas de vigilância e padronização dos corpos, principalmente os femininos.

### 3.1.2 Atividades Culturais e Festas da ENECG descritas no *Diário da Borborema*

As festas e convites para formatura aparecem em alguns cadernos de notícias do *Diário da Borborema*. Estas figuravam como atividade escolar ou, comumente, organizadas pelas professorandas, para custear a formatura. No Quadro 4, estão sistematizadas as notícias divulgadas sobre as festas organizadas pela ENECG, no período de 1960 a 1971.

A sociedade campinense possuía dispositivos culturais a serem exibidos, nesse caso, como produto dessa sociedade, a Escola também desenvolve atividades que são compatíveis com o meio social. A maioria das notícias, inclusive, foi divulgada na página 7 (sete) do jornal, isto é, na coluna social. Apenas duas notícias ocupam a primeira página. Cientes que o jornal visibilizava as práticas das normalistas com a finalidade de apresentar o que estava sendo desenvolvido na ENECG, entendemos que as publicizações na coluna social atendiam mais ao caráter anunciativo do que educativo, a intenção era divulgar, em forma de propaganda, para a sociedade o que faziam as normalistas.

Quadro 4: Atividades culturais e festas da ENECG publicadas no jornal *Diário da Borborema*

<b>ATIVIDADES CULTURAIS, FESTAS</b>		
<b>NOTÍCIA</b>	<b>DIA MÊS E ANO</b>	<b>PÁGINA, Nº E ANO</b>
Noite Cearense	29 e 31/05/1962	7 – V/1551 – V/1553
Aniversário EN	19/05/1964	3 – VII/2094
Normalistas com grandes festas	02/06/1964	8 – VII/2105
“Ecos de um aniversário”	03/06/1964	3 – VII/2106
Festival no Teatro: Coral das Normalistas	28/10/1965	8 – IX/2508
Coral das Normalistas	05/11/1965	2 – IX/2513
EN comemora transcurso do Dia das Mães	07/10/1966	8 – IX/2639
Noite de arrastão	01/11/1966	7 – X/2778
Matinal	28/06/1967	7 – IX/2216
Domingo Festivo	09/05/1970	1 – XIII/4066
EN Comemora Aniversário	05/05/1971	1 – 4346
Todo mundo nu	05/06/1971	7 – 4371
Matinê	17/06/1971	7 – 4379

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A primeira festa promovida pelas normalistas foi a *Noite Cearense* – o título empregado para a festa nos despertou curiosidade. Ao procurarmos mais indícios acerca da festa, encontramos na Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca, outro jornal, da mesma rede de diários, que citava o mesmo termo empregado na festa das alunas normalistas campinenses. O *Diário de Pernambuco*, em 18 de setembro de 1960, mencionava a realização de uma “festinha” em homenagem às professorandas do Crato. Conforme o jornal *Diário da Borborema*, a festa das meninas de Campina Grande tinha objetivo financeiro, visava-se obter lucros, provavelmente para a formatura que seria realizada.

NOITE CEARENSE é a bonita festa programada para o dia 2 de junho no Gresse. Será realizada nesta noite uma sensacional apresentação de ballet com o professor PALMA e suas alunas como também um interessante show de danças para finalizar, um interessante concurso do melhor dançarino. Reservas de mesas a Cr\$... 1.000,00 com as Concluintes da Escola Normal do Colégio Estadual. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1962, p. 7, ano V – n° 1551)

O Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Exército (GRESSE) era um espaço social campinense, com maior movimentação no período das férias escolares. Conforme a Lei 850 de 6 de dezembro de 1952, as escolas normais tinham dois períodos letivos e dois períodos de férias: “[...] a) períodos letivos de 1° de março a 30 de junho e de 1° de agosto a 30 de novembro; e b) períodos de férias de 16 de dezembro a 15 de fevereiro e todo o mês de julho” (PARAÍBA, 1952). Desse modo, as festividades, durante as férias, não atrapalhavam o período de aulas, além de, possivelmente, garantir maior frequência das alunas bem como, neste caso, público para prestigiar as apresentações culturais, concursos de dança, de fantasias, eleição da moça mais bonita, entre outras diversas atividades planejadas para essas festividades. Os ingressos eram vendidos pelas próprias alunas.

Em 1964, as comemorações do aniversário da ENECG foram divulgadas durante dois meses.

Domingo passado, a Escola Normal Estadual comemorou seu quarto aniversário de fundação. Para festejar a data, a direção do estabelecimento elaborou vasto programa que foi rigorosamente cumprido.

As 7,30 horas, foi celebrada missa na Igreja-Matriz da Paróquia do Rosário. Grande número de pessoas compareceu ao ato religioso, enchendo a nave central do templo católico. Na ocasião, o coral "Pedro Gondim", cantou hinos religiosos.

Às 8,30, foi oferecido café às alunas, professores, funcionários e convidados, tendo sido preparada artística mesa de bolos com ornatos confeccionados pelas alunas, sob a orientação das professoras Celina Araújo Lima, Maria Lima e Eurídice França.

Às 9 horas, foi promovido a sessão lítero-musical, com numerosos cantados pelo "Coral da Prata", entremeando os discursos oferecidos pelos professores Fernando Silveira, Celso Pereira, Estácio Tavares e Maria da Paz Muniz (concluinte, falando em nome das normalistas). A estudante Emília Farias declamou um poema intitulado "Campina Grande". O Cônego Cristóvão Ribeiro, vigário da Paroquia do Rosário, partiu o bolo de aniversário e o jornalista Ramalho Filho, de improviso, proferiu palavras alusivas à data. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p. 7, ano VII – n° 2105)

Descrevendo o acontecimento, o jornal enfatiza as atividades desenvolvidas pelas normalistas e pelos funcionários da ENECG. A escolha da comemoração no domingo pode ter favorecido a quantidade de pessoas na missa, uma vez que é o dia dedicado às celebrações. Ademais, as normalistas também estavam na missa, nesse domingo, o que lhes denota visibilidade pela sociedade. A Escola já havia composto, até esse período, um corpo de atividades artísticas, entre elas a execução do *Coral Pedro Gondim* declamação de poesias. Confirma-se um conjunto de saberes que representam a normalista como uma moça culta, que possui, além de formação técnica lidar com crianças, competências outras adquiridas conforme os moldes culturais. A poesia, nesse aspecto, aparece como centralidade da atividade feminina, pois se considera que as moças se sensibilizam com os versos; o senso comum fazia crer que poemas, carregados de imagens muitas vezes só percebidas pelo coração, levam as moças ao deleite da alma, logo lhes despertando maior potencial de afetividade para com todos os que fazem parte de sua vida pessoal ou profissional.

Em outubro de 1965, identificamos outra atividade realizada pelo coral da ENECG. Conforme o jornal, as normalistas realizaram um festival no Teatro Municipal, com uma programação de artefatos culturais, incluindo-se a apresentação do Coral das Normalistas.

#### **Festival no Teatro: Coral das Normalistas**

Realizar-se-á no dia 7 de novembro próximo vindouro, no Teatro Municipal, às vinte horas, o "1º Festival das Normalistas", promoção das alunas da Escola Normal Estadual de Campina Grande.

O espetáculo constará de apresentações de números artísticos por parte das alunas daquele estabelecimento de ensino médio, tais como declamações, solos de piano e violão, canto a duas vozes e outras atrações. O ponto alto do festival será a estreia do Coral "Fernando Silveira", constituído de mais de cinquenta normalistas campinenses que se apresentará sob a regência do professor Antônio Guimarães (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1965, p. 8, ano IX – nº 2508).

Na nota acima, lê-se que o nome do Coral das Normalista é definido como “Fernando Silveira”, em homenagem ao Diretor da Escola naquele ano – 1965. Interessante observar que, no ano de 1964 já existia um coral, intitulado “Pedro Gondim”. Desconhecemos os motivos, mas supomos que outro coral foi criado e, por se tratar de sua estreia, aproveitou-se a oportunidade para alterar-se seu nome. Além destas questões, destacamos as diferentes atrações mencionadas no festival: declamação, arranjos musicais com piano e violão, canto e outras mais. Tais atividades direcionam positivamente para o entendimento da execução

da disciplina de Canto Orfeônico e para a compreensão de que a ENECG seguia os direcionamentos impostos pela Lei Orgânica da Paraíba.

A realização do festival também teve, segundo o jornal, desfecho positivo, sendo o coral de normalistas considerado como “[...] um dos melhores corais do Estado e o mais numeroso de todo Nordeste. O fato, por si só, já merece os melhores elogios não somente por parte da imprensa, mas daqueles que batalham pelo desenvolvimento cultural de nossa terra” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1965, p. 2, ano IX – nº 2513). Além das atividades mencionadas acima, houve também encenações teatrais das alunas, cuja desenvoltura o jornal enfatiza. O periódico também destaca a relevância das atitudes intelectuais e formativas do professor e do diretor da escola, figuras que instruíram e motivaram a promoção da cultura para a sociedade local. Assim diz o texto: “[...]através do professor Guimarães e contando com a inestimável colaboração do seu diretor, professor Fernando Silveira, acaba de criar o seu grandioso coral, composto de alunas desse educandário que tantos serviços tem prestado à nossa juventude feminina” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1965, p. 2, ano IX – nº 2513).

Os valores educacionais da formação de professoras associados a aspectos da maternidade são algumas das questões que posicionam a feminização do magistério bem como pretexto para as docentes terem salários baixos, pois ter afeto e devoção está muito mais associado a uma vocação, a uma missão do que a uma profissão. Percebemos o reforço dessa visão direcionada para a vocação das normalistas também no jornal, em outras citações. Esse traço se destaca na notícia de comemoração do Dia das Mães.

#### **Escola Normal comemora transcurso do Dia das Mães**

A Escola Normal Estadual de Campina Grande comemorou, na manhã de ontem, por antecipação, o Dia das Mães, escolhendo como local o Clube do Trabalhador "Aprígio Veloso". Participaram da manhã festiva várias alunas daquele estabelecimento de ensino médio, além de dezenas de associados do Clube de Geografia da Escola Normal, que tem como supervisor o professor Milton de Figueiredo.

A festa teve início às oito horas, com a declamação, por parte de alunas da Escola Normal, de poemas alusivos ao Dia das Mães, seguindo-se de um número de canto, a cargo do professor Antônio Guimarães. Foram apresentadas ainda números de coral e dança, pelas alunas Fátima Moura e Franci e Suassuna. A última atração do programa foi a apresentação do Coral "Fernando Silveira", que interpretou músicas as mais diversas.

Às onze horas, foram distribuídos inúmeros presentes às mães pobres que se encontravam no "Aprígio Veloso", ofertados pelas alunas da Escola Normal Estadual de Campina Grande. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 8, ano IX – nº 2639)

A matéria descreve as atividades realizadas na comemoração. Essa atividade foi realizada em um espaço fora do ambiente escolar, em um clube, nas imediações da Escola. Alguns detalhes são sugestivos e remetem à organização e tempo empregado na rotina escolar, além das atividades comumente desenvolvidas pelas alunas nas festividades: declamação, dança, canto etc. Nessa notícia em específico, as alunas fizeram doação de presentes para outras pessoas da comunidade, que são chamadas de “mães pobres”. Sobre isso, podemos ter pelo menos duas percepções: a primeira é a de que as alunas não eram consideradas pobres e, ainda que o fossem, ainda podemos chegar à segunda percepção – a da abnegação em nome de uma causa. As normalistas se doam na perspectiva cultural com as apresentações bem como com a garantia de oferecer algo material para outros sujeitos.

Nessa atividade, estão implícitas simbologias que reforçam a figura das normalistas como moças educadas e de boa índole. Apresentada no jornal como símbolo da dedicação social e educacional, essa prática sensibiliza os leitores e a sociedade, garantindo para quem lê e para quem divulga a notícia que as alunas da Escola Normal devem ser vistas enquanto dedicadas e comprometidas com as causas sociais.

Outra nota intitulada *Noite de arrastão* foi publicada na coluna social do jornal, que descrevia os fatos da comunidade elitizada campinense. Embora essa pequena descrição já tivesse sido feita, o responsável pela coluna tinha interesse em repeti-la e com maiores detalhes, nos levando a concluir que a festividade tinha sido um fato importante para as normalistas e para a sociedade. Essa inferência é possível a partir da nota seguinte, no dia primeiro de novembro, em que, ainda na coluna social, toda a festa é descrita

Sábado, na Associação Atlética Banco do Brasil, tivemos a "Noite de Arrastão". As organizadoras, alunas do 3º ano da Escola Normal Estadual, foram felizes em sua promoção, pois apesar de ter havido festas em vários outros clubes locais na mesma noite, vimos na AABB, grande número de pessoas, na maioria representantes da jovem guarda, que até às três horas, dançaram (...), ao som do Conjunto de Ogirio Cavalcanti.

Houve um intervalo para um desfile apresentado por jovens em busca do título de "mais bela jangadeira" ponto quem abriu o desfile foi a senhorita Maria (...) Bezerra de Lima (...), no próximo sábado recebeu a faixa de "Madrinha do GRESSE 1966". Depois, dizemos Rosimar Braga, Lucila (...), Tânia Guedes de Moraes e Arlene Costa. As meninas, que desfilaram ao som da música "Arrastão" executada pelo conjunto de Ogirio, estiveram todas interessantes em seus trajes tipicamente jangadeiros que lembravam, mar, pesca arrastões... E todas foram muito aplaudidas pelas pessoas presentes.

A comissão julgadora foi assim composta: a colunista, o casal jornalista William Tejo, a srta Zildete Pimentel, o casal Vereador Manuel Barbosa, a Profa. Eneida Agra.

E a classificação do desfile foi a seguinte: primeiro lugar, Arlene Costa, que por sinal, foi quem exibiu mais belo traje que se assemelhava ao usado pela exMiss Pernambuco Ana Maria Caldas, quando representou o seu Estado no Concurso Miss Brasil. A tonalidade quase dourada do traje de Arlene realçou a sua moreneza; linda estava a rêde inteiramente bordada e com inúmeros peixinhos, que ela exibiu. E além disso Arlene desfilou com muita graça. E todos aprovaram a sua vitória.

O segundo lugar ficou com Maria Amélia Bezerra de Lima e a terceira colocada foi o brotinho Tânia Guedes de Moraes que na simplicidade do seu traje representou muito bem uma autentica jangadeira. Tânia, muito graciosa, foi bastante aplaudida.

A decoração da AABB esteve muito simples, mas os detalhes que ornamentavam aquele ginásio, lembravam o tema que deu o título à festa. Quanto ao mais, nada ficou a desejar. Nossos parabéns, portanto, às meninas do 3º ano da Escola Normal. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 7, ano X – nº 2778)

Notamos que o jornal se faz presente na atividade, a colunista responsável pela matéria descreve tudo para o leitor com ricos e diferentes detalhes. Alguns nos permitem entender que a sociedade campinense apreciava festas e comemorações, o que justifica seu apoio e presença às realizações da ENECG. O que essa sociedade também prestigiava é problematizado em nosso estudo: a caracterização da beleza. Assim como Louro (1997) define, as representações atribuídas às professoras são de diferentes dimensões. Nesse caso, observamos os termos utilizados para expressar não só os padrões de beleza daquele contexto sócio-histórico mas também sob que perspectiva as normalistas eram vistas: “brotinho”, ou seja, muito jovem, e “graciosidade”, adjetivo que valorizava o aspecto físico e também comportamental. Mesmo portadoras de beleza, as alunas também são elogiadas como boas promotoras da festa, isto é, organizadas, comprovando, assim, as qualidades necessárias e que eram pré-requisitos, conforme se destacou em notícias anteriores, para se tornarem professoras campinenses.

A *Matinal*, notícia divulgada em junho de 1967, também na coluna social, informava sobre mais uma festividade organizada pelas normalistas: “As concluintes da Escola Normal estão organizando uma matinal dançante para domingo no Aliança Clube 31. A promoção será levada à efeito em benefício da excursão que as meninas farão no fim do ano” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1967, p. 7, ano IX – nº 2216). Nessa nota, a arrecadação proveniente da festa seria convertida em recursos para uma excursão. A reversão de fundos podia acontecer para qualquer outra atividade além das festividades de colação de grau e formatura.

### 3.1.3 Os Cursos e Clube de Estudos da ENECG descritas no *Diário da Borborema*

A sociedade campinense apreciava desfrutar de artefatos e eventos culturais. Como produto dessa sociedade, a Escola também se comprazia em fazer parte desses movimentos, compatíveis que eram com o meio social da época. Essa participação se dava por meio das práticas educativas e formativas, as quais fortaleciam seu liame com a sociedade por meio da publicização. Os cursos, clubes de estudos, e/ou a prática das normalistas na Escola de Aplicação eram amplamente divulgadas em forma de notícias que apresentavam interesse para a sociedade. Destacamos, especialmente, os cursos de atividades artísticas, de férias e de desenho, que, diferentes dos demais, ocuparam a primeira página do jornal.

Quadro 5: As Práticas Educativas publicadas no jornal *Diário da Borborema*

<b>PRÁTICA EDUCATIVA, ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CURSOS E CLUBE DE ESTUDOS</b>		
NOTÍCIA	DIA MÊS E ANO	PÁGINA, Nº E ANO
Exibição de Filmes	06/1961	8 – IV/1284
Escola de Aplicação	10/1961	8 – V/1386
Cadeira de atividades artísticas	04/1963	1 – VI/1789
Clube de Geografia	04/1963	8 – VI/1800
Curso de férias	06/1963	1 – VI/1844
Curso de extensão em Desenho	07/1963	1 – VI/1857
Curso de Desenho Pedagógico	01/1964	1 – VII/2021
Curso de Des. Ped. e aproveitamento para o Lar	02/1964	7 – VII/2033
Curso de Desenho encerrado	03/1964	8 – VII/2048
Curso de Estudos Campinenses	07/1964	8 – VII/2151
Palestras	08/1964	8 – VII/2157
Material didático	09/1964	3 – VII/2195
Curso de Dicção	04/1966	7 – IX/2625
Semana das Normalistas	09/1966	8 – IX/2745
Semana das Normalistas	10/1966	7 – X/2758
Semana das Normalistas	10/1966	6 – X/2761
Cinema Educativo	10/1967	8 – XI/3299
Arte Dramática	11/1969	7 – XIII/3923
Escola de aplicação	06/1971	8 – 4378
Semana das Normalistas	10/1971	3 – 4486

Fonte: Dados da pesquisa de 2022.

A *Exibição de filmes* e o *Cinema Educativo* são atividades semelhantes. A primeira é narrada em 22 de junho de 1961, na última página do jornal. A exibição conta com três filmes, pedagógicos e metodológicos. Na notícia, somos informados que a doação dos filmes foi realizada por uma instituição particular e religiosa de denominação católica. Os três filmes têm em comum a perspectiva formativa dos professores, de utilização de novas metodologias de ensino para aperfeiçoamento da prática docente e da educação infantil. Percebemos essa prática como um momento também de aprendizagem das técnicas do fazer

docente, primeiro por entender que diferentes símbolos podem produzir discursos em favor das relações de poder; desse modo, é possível educar e disciplinar com diferentes aparatos sociais. Também por se tratarem de vídeos pedagógicos, como já mencionados, e que definem a infância como “[...] alvo preferencial dos novos discursos científicos”. (LOURO, 1997, p. 98).

Essas técnicas eram desenvolvidas segundo acordos assinados, a partir de parcerias com os Estados Unidos, MEC-USAID.<sup>52</sup> Vigorava, na época, a proposta pedagógica de modernização do ensino, pela adoção do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAEE): “[...] no Brasil entre 1959 e 1964, foram realizados cursos supervisionados por técnicos americanos” (SAVIANI, 2013a, p. 345). Por meio desse Programa, professores eram capacitados, com auxílio de bolsas, para uma formação que preconizava a inclusão de técnicas modernas de ensino. Ainda em acordo com Saviani (2013a):

Pedagogicamente, a perspectiva que orientava a execução do Programa pode ser definida como tecnicista, evidenciada na ênfase nos métodos e técnicas de ensino, na projeção de filmes didáticos confeccionados nos Estados Unidos e na valorização dos recursos audiovisuais que os bolsistas deveriam aprender não apenas a utilizar,(sic) mas também a produzir. (SAVIANI, 2013a, p. 346)

As crianças, e com isso a formação de professoras, ganham novos contornos a partir do reconhecimento da infância como processo para a vida adulta, isto é, do futuro cidadão da modernidade. Desse modo, acontece um maior investimento na formação desse público mirim e, conseqüentemente das professoras também, objetivando construir, ordenar e regular esses sujeitos para terem autonomia do seu desenvolvimento.

Pontuamos a visibilidade da atividade para o meio social, não apenas com a propagação da notícia no jornal mas também com a possibilidade de a sociedade local e de outros interessados no assunto participarem da atividade. Essa relação demonstra uma prática comum entre o que acontecia dentro da escola e seu reflexo na sociedade.

Na segunda edição do *Cinema Educativo*, em outubro de 1967, o jornal apresentou a atividade como renovação no programa curricular, pensado com o novo diretor da escola. O funcionamento do cinema se daria três vezes por semana, numa sala de projeções. Os filmes

---

<sup>52</sup> Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

educativos (com exibição de desenhos animados) eram projetados para as crianças da Escola de Aplicação onde as alunas do terceiro ano pedagógico atuavam, o que nos leva a pensar que tal prática seria útil no trabalho de magistério que as normalistas iriam assumir depois de formadas.

#### **Escola Normal tem cinema educativo**

Dando prosseguimento ao programa de renovação da Escola Normal Estadual (ENE), o professor Estácio Tavares diretor daquele estabelecimento educacional, inaugurou em dias da semana passada, o cinema educativo, que ficará funcionando três vezes por semana em uma sala que está sendo preparada para projeções.

Até o momento, foram projetados os seguintes filmes de cunho educativo: Aruanda, O Café, Biblioteca Demonstrativa, Cidade de Mariana, Castro Alves, Investimentos e a História de um Comércio, este último em alemão. Cinco novos filmes estão sendo aguardados no decorrer na próxima semana, entre os quais merecem especial destaque a película "Bandeirantes".

Para as crianças, das três escolinhas de aplicação a cargo do terceiro ano pedagógico, segundo revelou o professor Estácio Tavares, serão exibidos vários filmes de desenhos animados (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1967, p.8, ano XI – nº 3299).

Essa notícia destaca o funcionamento de três escolinhas de aplicação, no entanto, a análise dos documentos nos permite afirmar que a ENECG, que deveria contar com uma escola de aplicação, ainda não o fazia, o que era um problema de grandeza exponencial, uma vez que seria esta Escola de Aplicação o local de efetivação da prática das normalistas. Dessa forma, para que as normalistas exercessem as atividades práticas, possivelmente eram criadas parcerias com outras escolas, como menciona a notícia acerca das três escolinhas. A ausência da efetivação do prédio da ENECG bem como da escola de Aplicação indica uma fragilidade acerca da proposta formativa para as normalistas.

Sobre o método e instrução para a prática das professoras, o Decreto-Lei 8.530, dispõe no artigo 47 que “Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino” (BRASIL, 1946). Ora, a Escola Normal de Campina Grande, além de não dispor de prédio próprio para formação, também não dispunha de escola primária para realização da prática de ensino.

A técnica era uma das prerrogativas necessárias à instrumentalização da profissão. A Escola de Aplicação funcionava, então, como espaço privilegiado para treinamento. Sob a vigilância de professores, as normalistas estariam desenvolvendo as atividades pensadas para a prática docente “[...] Um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo

rigoroso código abrange o corpo inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador” (FOUCAULT, 2014, p.149). Assim se entendendo, a instituição da escola anexa, nesses aparatos de modernidade, seria o local de aperfeiçoar as práticas desenvolvidas pelo currículo proposto.

Nos anos de 1963 e 1964, observamos a presença de cursos extras, estes podiam ser de férias, de desenho, extensão, aproveitamento para o lar, entre outros. Cabe destacar que em 1963 houve uma mudança no currículo da ENECG. Tal informação se vê em nota do jornal: “As aulas de nossa Escola Normal Estadual terão início no próximo dia 11 de março. Motivo: houve reforma no currículo, reforma já aprovado em primeira discussão pelo Conselho Estadual de Educação” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1963, p. 8, ano VI – nº 1759). Supomos que a mudança trate da Resolução nº2/63 que indica disciplinas e práticas para organização do currículo do curso colegial normal.<sup>53</sup>

Com a mudança no currículo, são acrescentadas disciplinas de atividades artísticas ao curso normal:

Foi instituída na Escola Normal Estadual a cadeira de Atividades Artísticas, compreendendo técnica vocal, arte dramática, declamação e folclore nordestino.

A parte referente a arte dramática a quem exerce o magistério, será ministrada pelo proprio diretor da Escola, professor Fernando Silveira, cabendo a outro renomado mestre campinense o setor referente ao folclore nordestino.

Por outro lado acha-se em plena atividade a cadeira de desenho pedagogico recentemente criada pela Escola Normal com o mais completo êxito.

A proposito fomos informados que o referido estabelecimento fará realizar, em julho proximo, um pequeno curso pedagogico destinado aos professores campinenses sob a responsabilidade do professor Jorge Alves de Miranda. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1963, p.1, ano VI – nº 1789)

A notícia sobre a mudança do currículo ocupa a primeira página do jornal, no meio do grande quadrante inferior, do lado direito, e ao lado de notícias internacionais como: *Instalação de linha telefônica entre Rússia e EUA*; também: *Renuncia proposta de ministros alemães*; notícias nacionais: *Controle do Govêrno sobre a indústria Automobilística*, por fim notícias locais sobre educação: *Curso de cultura popular*, promovido pela Prefeitura e em parceria com a CEPLAR. Nesse contexto, inferimos que a divulgação de mudanças do

---

<sup>53</sup> Em nossa investigação não encontramos a referida Resolução, mas identificamos a Resolução nº 30/70 de 1970 que modificava a resolução anterior.

currículo para formação de professoras está envolvida em questões de poder “[...] Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 2010, p. 16).

De acordo com a notícia, a inserção da disciplina Atividades Artísticas abarcaria técnica vocal, arte dramática, além de declamação e folclore nordestino e comporia o currículo da Escola Normal; seriam também ministrados cursos pedagógicos durante o período de férias. Com isso e fazendo uso das análises de Silva (2010), questionamos “o quê” essa seleção/mudança do currículo objetivava? Cientes de que esses saberes selecionados correspondiam também a representação de professora primária, pontuamos que o currículo “[...] busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo” (SILVA, 2010, p.15). Desse modo, manter um modelo de sociedade que já estava em andamento.

Aparentemente as notícias até então veiculadas não tratam das normalistas, porém são discursos e seleções que definem como deve ocorrer a formação destas jovens, envolvendo, portanto, esse conjunto de determinações e relações que comumente adotamos como aquilo que somos (SILVA, 2010) e estendendo-se, assim, à representação do *ser professora*.

Nesse mesmo período, outra atividade das normalistas também divulgada no jornal foi o “Clube de Geografia”, que marcaram presença em uma visita realizada à TV Borborema.<sup>54</sup> Segue a imagem desse evento.

---

<sup>54</sup> Pertencente a mesma Rede dos Diários Associados.

**Foto 11:** “Clube de Geografia Gov. Pedro Gondim”

Fonte: Diário da Borborema, 5 de outubro de 1962.

A imagem nos apresenta um pequeno grupo de normalistas, com a figura do professor Milton Figueiredo bem ao centro. As alunas, ao redor deste, que coordena o Clube de Geografia, também são acompanhadas/supervisionadas por mais dois homens – um deles, supomos, deve ser o jornalista Josusmá Viana –, os quais não olham para câmera como a maioria dos fotografados. Ao observarmos a fotografia, analisamos a possibilidade de esta ter sido produzida com a intenção de apresentar a atividade realizada, isto é, a foto era para registrar a importância do ato em si mesmo, de modo que não seria necessário que as normalistas, o professor e o jornalista direcionassem seu olhar ou postura corporal ao fotógrafo.

O fardamento da aluna normalista se destaca em meio social – a saia de comprimento próximo aos joelhos, algumas até abaixo desse padrão. Sapatos pretos e meias brancas. Camisa branca de mangas longas e gola alta, além da gravata. Um traje marcadamente feminino – pelas demarcações do corpo – e resguardando a representação da futura professora, principalmente pelo comprimento. Pontuamos ainda para o material que as alunas trazem consigo – com algumas podemos perceber uma espécie de caderneta, possivelmente para anotações ou registro da visita.

A matéria não informa de que trata a visita, e não encontramos outros indícios que nos apontem maiores evidências. Além de mencionar a visita, o jornal nos informa sobre o nome que identifica o clube, uma provável homenagem ao Governador Pedro Gondim. Apesar dos poucos vestígios, inferimos que tenha sido uma atividade escolar, pois as alunas trajavam o fardamento da Escola e estavam na presença de um dos professores do

estabelecimento, se expunha o nível das atividades da instituição de ensino, além de pertencerem a um clube de estudos. Vê-se o interesse de mostrar essas as alunas envolvidas em práticas e ambientes da sociedade moderna, configurando assim uma formação mais ampla, para o cuidado do novo cidadão.

Reforçando nossa hipótese de um curso normal ainda pensado conforme os ideais de divisão das funções do homem e da mulher na sociedade, isto é, o homem é o provedor e a mulher quem cuida e organiza, destacamos o *Curso Intensivo de Desenho Pedagógico e Aproveitamento Para o Lar promovido pela Escola Normal Estadual de Campina Grande*

O curso será ministrado pelo professor Jorge Alves de Miranda e pela professora Maria Lima, ambos nomes consagrados no magistério campinense.

As inscrições para o curso poderão ser feitas a partir do dia 3 de fevereiro na secretaria da Escola Normal. A professora Maria Lima que ministrará as aulas de Aproveitamento Para o Lar, declarou a este jornal que suas aulas constarão de trabalhos ainda inéditos para Campina Grande, como sejam: aproveitamento de material doméstico em desuso, como por exemplo latas velhas, garrafas, jornais, armações de guarda-chuva e até cacos de vidro que serão transformadas em maravilhosos artigos para ornamentação do próprio lar. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.1, ano VII – nº 2021)

Divulgada em primeira página e expondo que outras mulheres podiam participar, além das normalistas, notamos o viés definitório da sociedade, demarcado por traços patriarcais. Ademais, outra observação que nos chamou a atenção foi o fato de pouco ser discutido a respeito dos materiais educativos da ENECG. Há notícias que tratam da ausência do prédio escolar, da Escola de Aplicação, e dos cursos, mas quanto ao material didático-pedagógico do Curso Normal, só se citou uma vez, notícia que se lê a seguir:

A Escola Normal Estadual de Campina Grande acaba de enriquecer o seu acervo como magnífico material didático que, através de gestões do professor Fernando Silveira, foi destinado ao estabelecimento pelo professor Raul Córdula, ao qual está afeto o Plano de Aplicação de Verbas reservadas ao Estado da Paraíba.

O material didático mencionado consta de quadros pedagógicos de Ciências Naturais, Geografia, História e outros de grande efeito pictórico e oferecendo excelentes condições para o aprendizado daquelas materias. Conforme nos informou o professor Fernando Silveira a Escola Normal Estadual de Campina Grande, O Instituto de Educação de João Pessoa e seu congênere de Recife são os únicos estabelecimentos do Nordeste dotado desse material didático. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.3, ano VII – nº 2195)

Como descrito na notícia, a ENECG era congênere de outras duas instituições referência do ensino normal no Nordeste e que, assim como ela, receberam um material didático para compor seu acervo. Pela notícia, deduzimos que se tratava de quadros com imagens, possivelmente de mapas e ilustrações necessárias ao ensino das disciplinas citadas. O uso de recursos metodológicos inovadores, no contexto, demonstra uma adoção de novas perspectivas a serem incluídas no currículo. Aliados à profissionalização da natureza feminina, acrescem-se alguns elementos tidos como científicos, a fim de aumentar o repertório educativo das futuras mestras.

Destacamos que o material, pelo que apresenta a notícia, não é a primeira composição pedagógica da escola; possivelmente outros instrumentos para aperfeiçoar a prática docente compunham o acervo da instituição. As notícias, no entanto, fazem pouca menção a esse fato. As práticas educativas das normalistas ficam mais evidentes em suas ações festivas, religiosas e comemorativas.

### 3.2 Semana da Normalista: As comemorações de outubro

Como pudemos analisar nas publicações do jornal, a Semana da Normalista foi criada em 1966; no entanto, nos anos seguintes, não encontramos notícias desse evento em quaisquer jornais ou documentos na ENECG, em Campina Grande-PB. Os registros encontrados são dos anos de 1966 e 1971.<sup>55</sup> Nesse breve tópico, à luz do jornal *Diário da Borborema*, apresentamos como foi pensada essa Semana, quais os acontecimentos e as aproximações com o Dia do Professor.

Consideramos, a princípio, que a realização de uma semana pensada para atividades das normalistas buscava reforçar a representação social e cultural acerca da formação desse seletivo grupo. O magistério representou um espaço de abertura para a vida pública feminina (ALMEIDA, 2004 e LOURO, 1997), embora este fosse determinado pelo que a mulher poderia fazer e sob a vigilância dos homens – diretores, pais, padres e maridos. Além de serem visibilizadas por meio do jornal, as normalistas eram controladas também por um currículo social, que tinha estabelecido os padrões morais da boa conduta feminina a serviço de uma missão, aliando-se, assim, vocação, educação e organização social.

---

<sup>55</sup> Também não identificamos outros vestígios acerca do evento, em Campina Grande-PB, em outras fontes.

A criação dessa semana decorreu das ideias elaboradas pelo professor Milton Figueirêdo, que logo transformou tal iniciativa em projeto encaminhado à Câmara de Vereadores de Campina Grande-PB. A proposta previa que a Semana da Normalista funcionasse todos os anos, no período de 24 a 29 de outubro, a ser promovida pela Escola Normal Municipal,<sup>56</sup> embora também contasse com a participação da ENECG e do Curso Pedagógico do Colégio Imaculada Conceição.

#### **Semana das Normalistas em Campina**

O Professor Milton Figueirêdo disse, ontem ao "DB", que dentro de breves dias, o Prefeito Municipal desta cidade, irá enviar Mensagem acompanhada do Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propondo a instituição da Semana das Normalistas de Campina Grande, a qual deverá ser comemorada, anualmente, no período de vinte e quatro a vinte e nove de outubro, a ter início no corrente exercício.

Três educandários campinenses farão parte do certame, que será realizado no Teatro Municipal e são eles: Escola Normal Municipal (promotora), Escola Normal Estadual e Curso Pedagógico do Colégio da Imaculada Conceição.

O esboço do programa já está sendo elaborado e constará de trabalhos gráficos, preparação de cartas geográficas, trabalhos manuais, trabalhos literários e apresentação artística (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p.8, ano IX – nº 2745).

Como em outras atividades de destaque na cidade, a Semana das Normalistas campinenses aconteceria no Teatro Municipal. Além do professor que encaminhou o projeto de lei, outros professores estavam envolvidos em sua organização; o prefeito da época, que convocou as normalistas a atuarem nos grupos escolares, solicitou aos vereadores a oficialização do evento.

Associada a uma comemoração, a Semana das Normalistas não seria apenas uma exposição para a sociedade das atividades desenvolvidas pelas alunas, mas apresentaria um caráter já observado no cotidiano das normalistas, a promoção de eventos e solenidades. E, como destacado na notícia, era uma oportunidade de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas alunas nos três estabelecimentos. Por meio das atividades apresentadas, deduzimos que, possivelmente, os currículos das três escolas obedeciam a aspectos semelhantes: as alunas desenvolviam trabalhos gráficos, cartas geográficas, trabalhos manuais bem como atividades literárias e apresentações artísticas.

---

<sup>56</sup> Supomos que a falta de estruturação da Escola Normal Municipal, o que justificou seu pouco tempo de funcionamento, tenha interferido também no desenvolvimento da Semana da Normalista.

A exposição dos trabalhos realizados pelas normalistas dentro desse currículo de disciplinas instrumentais (KULESZA, 2014) compreendiam os fazeres e aprendizados para a formação e exercício da profissão. Nesse sentido, supomos que as alunas confeccionavam materiais que seriam utilizados em sala de aula, no ensino primário, como os gráficos e cartas geográficas e a literatura, como também, possivelmente, utensílios de uso doméstico, por meio dos trabalhos manuais. Buscava-se, também, ampliação de repertório cultural, com as apresentações artísticas, que podiam ser dança, apresentação teatral ou musical. Assim, entendemos que as disciplinas de cunho instrumental, atendiam à profissão de professora tanto quanto à formação da mulher, ratificando-se que a profissão de professora era destinada a mulheres. Provavelmente, as disciplinas que fundamentavam a realização dessas atividades eram Metodologia e Artes.

Ao realizarmos uma busca na Hemeroteca Digital Brasileira,<sup>57</sup> constatamos que em outras cidades brasileiras também acontecia a Semana da Normalista, a exemplo do Rio de Janeiro, que em 1970 comemorou 90 anos de fundação do estabelecimento e 40 anos de existência, onde também foram "[...]festejados juntamente com o transcurso da XIV Semana da Normalista" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970). Em Campina Grande, conforme o *Diário da Borborema*, a Semana da Normalista aconteceria pela primeira vez na cidade.

#### **SEMANA DA NORMALISTA**

Pela primeira vez em nossa cidade, será comemorada a Semana da Normalista, numa iniciativa de comissão de professores presidida pela sra. Déa Cruz e composta ainda por Milton Figueirêdo (coordenador da promoção), Clodoaldo Muniz e Irmã Denize. O Prefeito William Arruda já enviou à Câmara de Vereadores uma mensagem solicitando a oficialização da Semana da Normalista, para que todos os anos, em nossa cidade, sejam efetuadas comemorações como as que acontecerão este ano, no período de 24 a 29 próximos. Está incluída no programa festivo que será cumprido, a inauguração da exposição de trabalhos manuais, artesanato e de tudo o que existe em matéria de cultura, na Escola Normal confeccionado por suas alunas. Serão realizadas reuniões, etc. Enfim, o programa que deverá ser cumprido por ocasião da Semana da Normalista está cuidadosamente elaborado e temos certeza que esta promoção alcançará grande sucesso (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 7, ano X – nº 2758).

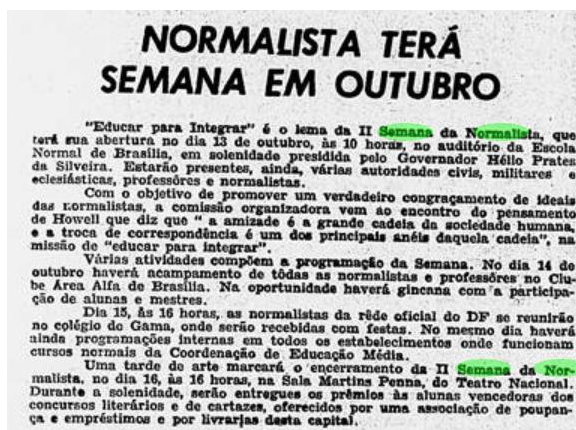
---

<sup>57</sup> Consultamos o termo “Semana da Normalista” nos períodos de 1960-1969, mas não encontramos nenhuma correspondência; já, no período de 1970-1979, identificamos 17 jornais que faziam menção a este tipo de evento. São eles: Diário de Notícias (RJ), O Fluminense (RJ), O Jornal (RJ), Jornal dos Sports (RJ), Correio Braziliense (DF), Correio da Manhã (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Diário de Natal (RN), A luta democrática: Um Jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ), Diário de Pernambuco (PE), O Poti (RN), Tribunal da Empresa (RJ), Jornal do Commercio (RJ), Voz Diocesana (MG), Correio do Sul: Órgão de Grande Circulação no Sul de Minas (MG), Rio Casca em Jornal (MG), Tribunal do Leste (MG).

Embora as notícias transcrevessem os acontecimentos que idealizavam a Semana da Normalista, a elaboração do programa rendeu mais alguns dias. É fato que o redator acompanhou todo o ritual da criação desse evento, sua organização e o desfecho. Como essa atividade visava à colaboração conjunta de mais de uma instituição, era vista como algo inédito realizado até o momento; isso se fazia notar na descrição das atividades curriculares das normalistas.

Em Campina Grande-PB, acontecia pela primeira vez a Semana da Normalista, mas em outras cidades o evento já acontecia com teor semelhante de exposição dos trabalhos das alunas, de apresentações artísticas bem como da realização de palestras e premiação para as normalistas que apresentassem trabalhos em concursos da Semana.

Foto 12: Normalista terá Semana em Outubro – 1970



Fonte: Diário de Notícias (RJ).

No Distrito Federal – Brasília, por exemplo, em 1970, acontecia a II edição da Semana da Normalista. O tema foi “Educar para Integrar”, e contava com a participação do governador do Estado, de autoridades civis e militares, de religiosos, além dos professores e das normalistas. A vigilância sobre a atividade feminina era responsabilidade de instituições sociais que zelavam pela ordem e moral, desse modo se fazia necessária a presença do Estado, dos militares, e da Igreja. Por último, se menciona o papel da formação profissional, com os professores e as normalistas.

O tema referente à integração, objetivava a discussão da troca de conhecimentos e valores humanos, que podiam ser mencionados na prática educativa do ensino primário e na parceria com outros cursos normais, tal como podemos notar nas notícias divulgadas acerca da Semana da Normalista em Campina Grande-PB.

Por certo, esse momento seria um encontro entre as três instituições (Escola Normal Municipal, Escola Normal Estadual e o Curso Pedagógico), para partilha dos acontecimentos, das atividades realizadas e integração das alunas e professores inseridos no Ensino Normal. Conforme a notícia divulgada no jornal, esse momento era composto pelas diversas figuras educativas da sociedade

[...] Dia 24, às 20h30m, inauguração da exposição de trabalhos no hall do TM das alunas dos três educandários, onde ficará exposto durante toda a semana e em seguida, abertura da Semana, em sessão solene, presidida pelo (...) Raul de Souza Costa, Secretário de Educação e Cultura do Município. Em seguida o professor Milton Luiz de Figueirêdo proferirá uma conferência sob o título "Introdução ao Culto Faticismo no Brasil". Dias 25, 26 e 27 às 20h30m, apresentação de hora de arte, constando de uma parte literária e outra artística. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 6, ano X – nº 2761)

O Secretário de Educação do Município como outros professores se fizeram presentes à festividade. A exposição dos trabalhos confeccionados pelas alunas ficou em exibição durante o período que antecedeu a abertura do evento. Na notícia, não constam informações de como ocorreu essa exposição. As demais atividades são práticas culturais já realizadas na Escola, demonstrações literárias e artísticas. Notamos em comum com as atividades realizadas em Brasília e no Rio de Janeiro em 1970 as atividades literárias.

Essas atividades estavam compostas por uma série de disciplinas e regramentos que sustentavam a representação do perfil das normalistas bem como personificavam os sujeitos enquanto produtos de suas práticas. Sendo assim, normalistas que recitavam, se vestiam bem, tocavam instrumentos e confeccionavam artesanatos eram tidas como futuras professoras responsáveis que teriam uma sala de aula e uma casa organizada.

Com a divulgação da atividade, observamos a técnica de organização do tempo. Para a Escola, o tempo é imprescindível, pois estabelece rotina para todos os momentos e espaços escolares. Esse formato instrumentaliza como o corpo, de modo a prepará-lo para agir conforme exigisse cada situação, tornando as atitudes imperceptíveis ou algo comum, as quais já estamos condicionados a realizar (FOUCAULT, 2014).

A abertura da Semana da Normalista, aconteceu em uma sessão solene, com a presença do Prefeito Municipal, que, conforme o jornal, incentivou a criação da Semana. Aconteceu no Teatro Municipal, local de visibilidade e acontecimento de apresentações artísticas e culturais campinenses.

[...]**SESSÃO SOLENE**

Presidida pelo Prefeito Municipal, foi aberta às 20h30m a sessão solene, cabendo ao professor Milton Luiz de Figueiredo proferido uma palestra sobre o tema "O Culto do Fetichismo no Brasil".

Entre os dias vinte e cinco e vinte e sete do corrente, vários espetáculos serão levados a efeito do palco do Teatro Municipal em comemoração a Semana da Normalista Campinense.

Com início as 20h30m, ontem os colégios participantes obedeceram ao seguinte roteiro:

Primeira parte: Apresentação das alunas da Escola Normal Estadual, com a encenação "A Normalista Diante do Mundo Moderno", seguindo-se de várias evoluções da dança.

Segunda parte - Participação das alunas do Colégio da Imaculada Conceição, com a esquete dramática "Os Artistas São Corcove". Finalizando, as alunas do Colégio das Damas apresentaram vários números de arte. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 3, ano X – nº 2773)

A descrição impecável da solenidade demarca a presença do prefeito municipal na promoção. As apresentações artísticas realizadas pelas alunas demonstram que, apesar de as escolas possuírem diferentes redes de ensino (uma municipal, uma estadual e outra particular), o currículo e a ênfase cultural são exercício comum nas três realidades, ademais, embora as redes se distinguem, o ensino normal, ao menos na Paraíba, era regido por uma Lei<sup>58</sup> única que dispunha sobre as normas e disciplinas a serem oferecidas. Essa comunhão entre os procedimentos curriculares é uma das exigências da Lei Orgânica Paraibana que, independentemente da origem da instituição, faz ressalvas apenas ao cumprimento das escolas de primeiro e segundo ciclo; logo, quanto às especificidades de oferta, não há distinção. Podemos supor, então, que a representação da normalista se mantém também devido a essa conjuntura formativa que constituía elementos teóricos, práticos e culturais em todas as instituições.

A Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB, conforme a notícia, foi responsável por iniciar as atividades pedagógicas e culturais, com uma encenação de título provocante: "A Normalista diante do Mundo Moderno", seguido de apresentação de dança. Quando observamos o título da encenação, pensamos se as disciplinas problematizavam a ação da normalista na sociedade, se a prática estava relacionada com aspectos da perspectiva moderna, isto é, instauração, principalmente, de novas indústrias, fazendo-se, assim,

---

<sup>58</sup> Lei 850 de 6 de dezembro de 1952.

possivelmente, uma ampliação no currículo formativo das normalistas, que, embora técnico, tinha intencionalidade um pouco mais profissional.

Por fim, no ano de 1966, as notícias acerca da solenidade são encerradas na coluna social, destacando o grande movimento nessa semana pioneira:

#### **NORMALISTAS**

Foi muito movimentada a "Primeira Semana da Normalista de Campina Grande", que teve encerramento na noite da última quinta-feira. Palestras, conferências, horas de arte, reuniões, encontros culturais no Teatro Municipal, constaram na programação que foi cumprida em comemoração a 1º Semana aqueles que estiveram à frente da promoção. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 7, ano X – nº 2776)

O responsável pelo editorial do jornal, colunista social, parabeniza a promoção que só voltará a acontecer no ano de 1971. Apesar da inovação pensada em Campina Grande-PB, da atividade e da possibilidade de reunir as escolas que formam as normalistas bem como o projeto de lei que a apoiasse, deduzimos que não houve preocupação em manter o que estava inicialmente previsto, ou seja, tal evento ser uma atividade anual.

A ENECG era uma instituição que já havia realizado promoções em acordo com o Regime Militar, concebendo-o como um ato democrático, e, embora suas atividades buscassem sempre expressar uma possível harmonia, sem conflitos, sabemos que o período aqui estudado era de constantes revoltas e divergentes posicionamentos políticos. Analisando as notícias que envolvem a ENECG, não percebemos sinais desse contexto conflituoso, ficando os espaços de outras notícias ocupados com esse tipo de informação. Mesmo assim, deduzimos que o jornal não tinha como foco repercutir as crises que a sociedade vinha enfrentando.

A Semana da Normalista, como outras atividades educativas, aparecem como atos pacíficos. É fato que o jornal, especificamente o *Diário da Borborema*, pertencente à Rede de Diários Associados, de iniciativa particular, tinha interesses na divulgação de notícias. Embora a repressão da época, o jornal parecia atender à mensagem de progresso e desenvolvimento requerido pelo regime político de então. A Escola Normal, ao apresentar esse conjunto de notícias, se mantém em conformidade com o período, sem intervenções e atuações mais politizadas.

Diante desse contexto de conformismo e moralização, a segunda edição da Semana da Normalista só veio a acontecer no ano de 1971 (a anterior tinha sido em 1966), diferente do que havia sido proposto. A primeira notícia que faz alusão a esta semana é o da crônica

já mencionada por nós, onde o autor exalta todas as qualidades esperadas da normalista; e a segunda trata do próprio evento:

"Semana da Normalista" vai prosseguir na Escola Normal

Com a finalidade de fomentar maior integração de professores e alunos, foi iniciada na última Segunda Feira, às 9 horas e 30 minutos, na Escola Normal Estadual, a II Semana da Normalista de Campina Grande, com encerramento previsto para amanhã.

Segundo informações da Professora Lourdes Ramalho, vice diretora daquele estabelecimento, foram realizadas exposições de trabalhos e apresentação de coral, competições esportivas, e outras atividades culturais.

Amanhã, quando ao encerramento da promoção, as normalistas de Campina Grande se confraternizarão com suas colegas de João Pessoa, devendo, inclusive, apresentarem no palco do teatro Santa Roza, da Capital, a peça "O Pequeno Herói". (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971, p. 3, nº 4486)

Desta vez, ao contrário da primeira edição, o jornal não acompanha todo o desenrolar da semana; quando a notícia é divulgada, o evento já está próximo do seu fim. A instituição promotora desta vez é a ENECG; a fala da Vice-Diretora da Instituição nos faz entender que houve um alargamento nas interações com outras instituições, ou seja, além das instituições municipais participou também o Instituto de Educação da Paraíba. Outra consideração é que o evento também abrangeu mais atividades; desta vez, além das práticas culturais, artísticas e manuais, foram realizadas práticas esportivas, como também acontecia em outros estados/cidades.

Outra percepção é que a iniciativa para dar continuidade ao evento parte dessa Vice-Diretora, ou seja, de uma mulher. Mencionada no jornal, provavelmente pelo seu desenvolvimento cultural e artístico, foi dramaturga, escritora e pedagoga. A peça apresentada pelas normalistas é de autoria de Lourdes Ramalho. O mundo masculino começa a receber intervenções femininas mais profissionalizadas.

Destacamos, também, que, havia um ano, a ENECG estava em seu prédio próprio, o que supunha realização das atividades com mais qualidade. Diferente do que ocorrera na I Semana, quando foi divulgado o local de acontecimentos – Teatro Municipal –, a segunda edição não tem seu local exibido, nos permitindo deduzir que, diante do novo espaço educativo, a Semana possa ter sido realizada no prédio da ENECG.

Supomos que, embora o jornal tenha dado pouca ênfase ao evento em 1971, a Semana da Normalista ficou marcado como um movimento notado na sociedade –acreditamos nisso, pela visibilidade que o jornal traz. Apesar de terem sido apenas duas notícias, o discurso

escrito destaca a programação, proposituras e participação, além da expectativa de promover uma integração do Curso Normal.

As edições da atividade foram restritas, acontecendo em duas edições, no recorte por nós estudado, mas que simbolizava as ideias de formação presentes nas práticas educativas das Escolas Normais, e era um rico momento de integração e partilha entre alunas, professores, demais sujeitos escolares e sociedade. O evento proporcionava uma semana intensa de atividades. Assim, como outras atividades referentes às moças normalistas, o jornal apresentava e descrevia todo o evento, permitindo-nos inferir que ser normalista, no período de 1960 a 1971, em Campina Grande, significava visibilidade social, garantindo assim a representação de professora enquanto um sujeito dedicado à formação das futuras gerações.

*A formação das Normalistas na Escola Normal  
Estadual de Campina Grande (1960-1971)*



O conjunto de atividades que constituíam a formação das normalistas na Escola Normal Estadual de Campina Grande compunha o currículo escolar. Esse currículo apresentava um programa estruturado por leis nacionais e estaduais que regulamentavam o Ensino Normal. Dessa forma, consideramos o currículo como instrumento da ação educativa, com normativas externas – como as leis –, mas que também circunda elementos da sociedade em que a escola está inserida, nesse caso da sociedade campinense. Assim, o currículo é o conjunto de noções pré-estabelecidas em confluência com as relações sociais e culturais. Podemos observar o currículo em algumas atividades escolares e extraescolares desenvolvidas pelas normalistas e professores, tanto nas matérias do jornal *Diário da Borborema*, como nas fichas individuais das alunas. Conforme Moraes (2014, p. 183), “O currículo definido para as Escolas Normais expressa o tipo de conhecimento e de educação foi priorizado para ser difundido nessas instituições”.

Significativamente, o jornal nos mostra a representação social que existia em volta do ser normalista no período de 1960-1971. De acordo com Silva (2021, p. 93), “[...] a imprensa produziu representações sobre a educação, representações que se constituem em senso comum aos membros de cada sociedade”. Embora a educação preconizada para moças estivesse amparada em um ideal de modernidade, advindo ainda do ideário republicano e reforçado durante o Estado Novo, as práticas naturalizantes da formação feminina são reforçadas nessa instituição por meio do currículo escolar, com um quadro de disciplinas instrumentais e de formação geral.

Os vestígios encontrados no jornal foram de grande importância, pois nos permitiram compreender que essa instituição e a formação de professoras possuíam uma visibilidade no contexto campinense no período de 1960 a 1971, uma vez que as atividades realizadas pelas alunas eram noticiadas e, muitas vezes, requeriam convites para a sociedade campinense, apontando, assim, uma exibição e também vigilância do se fazer professora e mulher para esta sociedade. Afinal, quando as normalistas passassem a exercer a atividade docente, elas estariam colocando em prática um projeto de sociedade e formando um modelo de cidadão educado e conformado para servir à economia.

É por meio desse controle na formação das normalistas que visualizamos, nessas alunas, a configuração da prática que elas repetiriam com os seus alunos. O controle exercido socialmente de forma velada era transposto também para a educação das crianças. Assim, notamos não só uma preocupação em vigiar as normalistas como lhes atribuir responsabilidades geracionais como futuras professoras. As normalistas estariam sendo

educadas com símbolos visíveis, embora aparentemente imperceptível, para controlar e organizar corpos.

Em analogia ao pensamento de Foucault (2014), que se refere à presença do soldado conforme sinais naturais, pensamos a figura da professora primária nesta mesma perspectiva, de alguém que, aos poucos, aprende o ofício, o internaliza e descreve-se socialmente como uma figura ideal para o exercício da docência. Com isso, percebemos que a formação das normalistas era consolidada por representações que culminavam com os sinais da naturalização do feminino ao cuidado com as crianças.

A organização social identifica a localização de meninas e meninos em espaços separados. Conforme Louro (1997), essa separação é histórica e também pode ser suscitada a partir da ideia de que a “[...] disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 2014, p. 139). Essa organização da espacialidade, de lugar ideal de meninos e meninas, tornou-se uma ação naturalizada, reforçada e produzida também no ambiente escolar (LOURO, 1997).

Por meio de documentos legais bem como das Fichas Individuais de Matrículas das alunas da ENECG e de documentos que se encontram anexados a essas Fichas, pudemos constatar alguns elementos do currículo pensado para formação de professoras, em uma instituição, como já mencionado, organizado por homens para as mulheres. O reforço desse pensamento no século XX nos permite interpretar que a concepção de naturalizar a educação de crianças como algo próprio para as mulheres foi uma construção social que demarcava local de atuação e fala, uma vez que a normalista apenas aperfeiçoaria suas habilidades de maternidade para lidar com as crianças, não sendo então necessário ter um posicionamento, uma fala. Os homens comumente falavam em nome das normalistas – geralmente diretores – e organizavam também o que deveria ser ensinado para essas alunas.

Neste capítulo, procuramos discutir como as disciplinas – nos referimentos ao *corpus* instrumental da organização da profissão – e os conteúdos organizacionais, dispostos nas leis, nas Fichas Individuais e em exames escolares revelavam algumas práticas escolares desenvolvidas na ENECG.

#### 4.1 O Currículo apresentado nas Fichas Individuais

As fichas individuais das alunas da ENECG são documentos significativos, no que diz respeito ao seu entendimento como fonte. Ao nos depararmos com esse objeto, percebemos quanto de informação acerca do currículo e das práticas educativas para

desenvolvê-lo seria possível obter, pois, além do percurso acadêmico, as Fichas armazenam informações sobre o cotidiano escolar e sobre algumas atividades desenvolvidas no espaço escolar. Com atenção aos aspectos aparentemente mais negligenciáveis, identificamos, a princípio, os conteúdos que organizavam o Ensino Normal, no período estudado; percebemos mudanças, de acordo com as transições legais bem como com a ausência de professores em determinados períodos.

O meio de ingresso ao Curso Normal é alterado ainda na década de 1960, e, embora, após 1962, a Ficha Individual não trate especificamente de um exame de vestibular, vez por outra identificamos um rastro de exames de suficiência.<sup>59</sup> Além disso, verificamos a documentação exigida para matrícula, anotações referentes ao comportamento das alunas e outros fios que vão sendo desvelados conforme a tessitura do texto.

Por meio do conjunto de fichas escolhidos para análises, identificamos também a adequação aos dispositivos legais. Os conteúdos foram acrescentados ou alterados conforme a normativa legal. Para uma visualização mais detalhada do currículo da ENECG, e com base nos dados encontrados nas Fichas, elaboramos o seguinte quadro de disciplinas, das três séries de ensino, no período de 1960 a 1963.

Quadro 6: Distribuição de disciplinas da ENECG, por série, nos períodos de 1960-1963

1ª série	2ª série	3ª série
Português	Português e Literatura Portuguesa	Psicologia Educacional
Matemática	Biologia Educacional	História da Educação
Física	Filosofia da Educação	Sociologia Educacional
Química	Psicologia Geral	Higiene e Puericultura
Biologia Geral	Higiene e Educação Sanitária	Metodologia
Anatomia e Fisiologia	Metodologia	Prática do Ensino
Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico
Educação Física	Desenho	Desenho
Desenho	Artes Aplicadas	Artes Aplicadas
Artes Aplicadas	História da América	Educação Física
Geografia da América	Educação Física	
Geografia e História da Paraíba		

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

As disciplinas que compõem o currículo da ENECG, conforme observado, são compostas dos conteúdos instrumentais – Metodologia, Higiene e Educação Sanitária ou Higiene e Puericultura, Prática de Ensino, Música e Canto Orfeônico, Desenho, Artes

<sup>59</sup> Normalmente eram realizados por alunas que cursavam o científico e se transferiam para o Curso Normal.

Aplicadas – e dos conteúdos de Formação Geral. Destacamos aqui que algumas matérias são desenvolvidas nas três séries do Curso Normal, como é o caso do Canto Orfeônico. Conforme Neiva (2008, p. 14), a inclusão dessa disciplina nas escolas brasileiras “[...] não possuía a pretensão e o objetivo de formar músicos profissionais, mas sim, de se configurar como um meio eficaz de popularização da música, de se elevar o padrão artístico e do(sic) senso estético da população brasileira”.

Essas disciplinas instrumentais eram observadas para além do aspecto formativo, uma vez que, como pudemos constatar, as normalistas passavam também por momentos de apresentação das atividades realizadas nessas disciplinas, fossem as exposições com os trabalhos manuais até as apresentações teatrais ou do coral. É certo que, como destaca Neiva (2008), a educação escolar passava por um período de afirmação dos sentimentos patrióticos, que são reforçados tanto nas atividades escolares como nos desfiles cívicos.

Ao analisar a formação de professoras no interior de Minas Gerais, em escolas normais particulares e públicas, no período de 1935 a 1971, Moraes (2014) identifica, no currículo escolar das instituições, disciplinas que condiziam com aspectos morais e que garantiam, de certa forma, um futuro e status social para as moças e suas famílias. O Curso Normal foi considerado, para as mulheres, uma alternativa, uma vez que a “[...] instrução da mulher deveria ser aproveitada pelo marido e pelos filhos, essa instrução deveria estar direcionada às atividades que tivessem consonância com as do lar” (MORAES, 2014, p.106).

Essa relação de dualidade, entre a educação e formação profissional, a mulher e a normalista, foi sendo formada dentro de uma conjuntura que creditou à professora um modelo para a escola e para a vida doméstica, pois, em quaisquer desses espaços, ampara e cuida das crianças, pressupondo-se, assim, que, mesmo que a normalista não atuasse como professora, sua educação seria motivo de prestígio social.

Para creditar esse valor social, as disciplinas comumente estavam relacionadas a aspectos domésticos e a valores, como higiene e saúde, formação de hábitos, melhoria física e mental, tais como afazeres manuais e música, higiene e puericultura. Sobre essas disciplinas, Moraes (2014, p. 185) destaca:

A defesa por essas disciplinas no currículo das normalistas justificava-se pelo fato de oferecer métodos de ensino que resultariam no bem estar dos alunos; música nesse sentido assumia uma função de equilíbrio, acalmando-os e descansando o espírito para enfrentar atividades exaustivas de raciocínio.

As disciplinas ministradas na ENECG atendiam aos objetivos educacionais para mulheres ilustrados ainda nos ideários liberais, reforçando o pensamento da mulher como mãe-educadora.

Conforme discutido anteriormente, a ENECG foi criada no ano de 1960, e seu currículo nos primeiros anos obedece à legislação estadual e federal. De acordo com Tanuri (2000), após a instauração do Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a maioria dos estados reorganizou suas escolas normais, sendo que os estados de São Paulo e Bahia criaram seu próprio sistema, que não diferia da lei nacional. Em nossas fontes, constatamos que a Paraíba também elaborou seu próprio sistema, instaurando a Lei orgânica paraibana, que não se afastava, assim como São Paulo e Bahia (TANURI, 2000), significativamente do Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

Criados dentro de uma perspectiva de orientação descentralizada e liberal, os Decretos-Leis motivavam o espírito ufanista e de promoção da saúde para benefício e regeneração da raça. Aliado a esse pensamento, que ganhou impulso no senso comum, o progresso desenvolvimentista fundamentou a ampliação de instituições educativas, consequentemente de escolas normais, para promover uma educação em maior quantidade. Dessa forma, a Escola Normal era considerada socialmente como um espaço adequado para formação das mulheres como futuras donas de casa, mães e esposas, acrescida a formação do magistério, uma profissão “[...] com a possibilidade de ocupação de poucas horas diárias, férias escolares” (MORAES, 2014, p. 88).

Nesse mesmo período, entre a criação da ENECG e seus primeiros anos de funcionamento, também é elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Conforme Gatti, Paro e Rovai (1977), essa lei não altera a estrutura do Ensino Normal. Há, no entanto, a inserção no currículo do Curso Normal, de Disciplinas Obrigatórias – indicadas pelo Conselho Federal de Educação: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História e Geografia; também as Disciplinas Complementares – sugeridas pelo Sistema Estadual de Ensino; as Disciplinas Optativas, recomendadas normalmente pelos estabelecimentos de ensino; e por fim, as Disciplinas de Práticas Educativas, necessárias ao exercício da profissão.

Com base em nossas análises nas Fichas Individuais, o currículo da 1ª série permanece o mesmo nos anos de 1960, 1961 e 1962. Já a 2ª série muda a partir do ano de 1963, quando, nas Fichas, aparecem as disciplinas de *Música e Canto Orfeônico* e *Educação Física*, mas sem registro de notas, o que nos leva a concluir que, na segunda série, essas

disciplinas não foram cursadas. O título da disciplina *Atividades Artísticas* aparece rasurado; acima desse nome está escrito *Sociologia*.

Quadro 7: Disciplinas da 1ª Série – ENECG – 1960-1964

1960	1961	1962	1963	1964
Português	Português	Português e Literatura	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Física	Física	Física e Química	Psicologia	Psicologia
Química	Química	Biologia Geral	Metodologia	Metodologia
Biologia Geral	Biologia Geral	Anatomia e Fisiologia	C. F. Biol.	C.F. Biol.
Anatomia e Fisiologia	Anatomia e Fisiologia	Desenho	Sociologia	Sociologia
Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico	Geografia da América	Desenho	Atv. Artística
Educação Física	Educação Física	Artes Aplicadas	Higiene	Ed. Física
Desenho	Desenho	Música		Desenho
Artes Aplicadas	Artes Aplicadas	Ed. Física		Higiene
Geografia da América	Geografia da América	História da Paraíba		Geografia
Geografia e História da Paraíba	Geografia e História da Paraíba			História
				Física - Matemática (tremestral)
				Química (tremestral)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Durante esses cinco anos algumas disciplinas permaneceram comuns na formação das normalistas. Conforme a LDB nº 4.024, as disciplinas obrigatórias, como Português e Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, só são inseridas a partir de 1963; História e Geografia, entre os anos de 1960 a 1962, são divididas em dois eixos: História e Geografia da América e História e Geografia da Paraíba. A implantação da disciplina de Ciências Físicas e Biológicas decorreu da implementação da LDB de 1961; no entanto, anterior a 1963, o currículo dispunha de disciplinas como Física, Química, Biologia Geral e Anatomia e Fisiologia.

A disciplina de Desenho está presente em toda a grade educacional nesses cinco anos. Assim como a Música e o Canto Orfeônico, defendia-se a ideia de que o Desenho promovia momentos de produção livre, que acentuavam a prática do espírito, deixando os alunos – que seriam educados pelas normalistas – tranquilos, para dar continuidade às atividades

escolares. De acordo com Kulesza (2014), a disciplina de Desenho compõe o quadro das disciplinas instrumentais, isto é, necessárias para o exercício da profissão. Desse modo, entendemos que essa disciplina compunha uma atividade de aprimoramento da mulher. Aliada a outros afazeres manuais, poderia ser um complemento a atividades domésticas, assim como Artes Aplicadas e Atividades Artísticas, que estão presentes ao longo da formação das normalistas.

Até 1963, as disciplinas do primeiro ano se concentram mais na Formação Geral, como pensado por Kulesza (2014), ao passo que, a partir de 1966 há inserção de disciplinas de cunho instrumental, e com ênfase ao pensamento mais técnico de compreensão da infância. Desse período, identificamos: Psicologia, Metodologia e Higiene. A seguir, no Quadro 8, estendemos essa aplicação do currículo mais instrumental desde o início do Curso Normal.

Quadro 8: Disciplinas da 1ª Série – ENECG – 1966, 1968, 1969 e 1971

1966	1968	1969	1971
Português	Português	Português	Psicologia
Sociologia	Matemática	Matemática	Português
Psicologia	Psicologia	Psicologia	Matemática
Metodologia	Metodologia	Didática Geral	História
Fundamentos	Ciências	Ciências Físicas e Biológicas	Geografia
Desenho	Sociologia	Sociologia	Didática Geral
Estudos Sociais	Prática de Ensino	Prática	Ciências
	Geografia	Geografia da Paraíba e Brasil	Artes
	Ed. Física	Ed. Física	Recreação
	História	História da Paraíba e Brasil	Moral e Cívica
			Sociologia
			Educação Musical

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Há uma permanência de disciplinas como Português e Matemática, mas há a inserção da disciplina de Psicologia, Metodologia ou Didática Geral/Prática de Ensino. Conforme as leituras de Louro (1997), identificamos que, com a complexidade das sociedades, a educação passa a requerer mais habilidades, existe a necessidade de que “[...] os indivíduos aprendam a se auto-governar, e, para que tal aconteça, é preciso todo um investimento nas crianças e em seus processos de formação. A infância é, assim, o alvo preferencial dos novos discursos científicos” (LOURO, 1997, p. 97-98).

Para a formação das professoras passa a ser recomendada também a especialização nos “[...] novos e prestigiados campos de conhecimento daquelas que são agora as novas

especialistas da educação e da infância” (LOURO, 1997, p. 97), os conteúdos da psicologia são referências da cientificidade na educação nova (SAVIANI, 2013). Desse modo, desde o início do Curso, era possível pensar na formação e exercício da profissão das normalistas.

As Fichas Individuais das alunas contêm informações que podem auxiliar a análise tanto do percurso educativo das normalistas quanto a compreensão acerca de algumas disciplinas. Um dado que merece ser ressaltado é que, nos anos de 1968 e 1969, a disciplina de Educação Física não exigia que a aluna obtivesse alguma nota. Conforme já visto anteriormente, a Educação Física compunha parte de todo o processo educativo, e a informação na Ficha permite verificar evidências de que, embora a disciplina fosse cursada, não havia necessariamente requisito para atribuir notas. Vejamos a Figura 1 a seguir, comprovando essa informação.

Figura 1: Ficha Individual de Normalista – 1968/1969

1ª SÉRIE													ANO LETIVO DE 1968					
Disciplinas	ARGUIÇÕES						Média das Arguições	L. Prova Parcial	EXAME FINAL			2ª ÉPOCA						
	Mar.	Abr.	Mai.	Agô.	Set.	Out.			Escrita	Oral	Média	P. Esc.	P. Oral	Média	Notas das disciplinas			
Português	45	69	87	73	65	56	385	44			50							
Matemática	55	80	60	60	90	70	41	65										
Psicolog.	50	80	30	70	100	80	41	50						61				
Psicopedagogia	90	80	100	90	80	90	53							88				
Gr. e Biol.	30	60	70	70	100	80	41	75						41				
Sociolog.	60	50	70	90	80	90	44	90						80				
Moral-Cívica	80	90	95	90	95	85	535							89				
Est. Sociais	100	90	37	75	100	100	502							83				
Artes Educ.																		
Música																		
Ed. Física	frequência normal neste ano de conj. com a 2ª																	
História	80	90	90	100	100	90	55							91				
Data: dezembro 1968													A aluna foi		Média Geral			
DIRETOR (A) Estácio Varas Wandalley													SECRETÁRIO (A) Francisco G. Noronha		Média Global		4,58	

2ª SÉRIE													ANO LETIVO DE 1969					
Disciplinas	ARGUIÇÕES						Média das Arguições	L. Prova Parcial	EXAME FINAL			2ª ÉPOCA						
	Mar.	Abr.	Mai.	Agô.	Set.	Out.			Escrita	Oral	Média	P. Esc.	P. Oral	Média	Notas das disciplinas			
Port.	30	45	90	55	40	90	35	40						51				
Matemática	100	90	60	30	100	50	43	50						63				
Psicolog.	40	60	47	60	90	95	392	48						58				
Psicologia	70	70	62	70	65	45	32	35						52				
Práticas de Ensino	80	90	90	100	100	91	544							90				
Did. Geral	53	90	95	100	90	100	527							87				
Did. Linguagem	80	60	80	73	70	85	418	30						56				
Did. Matemática	55	95	90	85	90	90	505							84				
Did. de Ensino	100	100	100	80	80	60	530							86				
Est. Sociais																		
Moral-Cívica	100	100	100	90	100	100	59							98				
Educação Física	frequência normal neste ano de conj. com a 2ª																	
Data: dezembro 1969													A aluna foi		Média Geral			
DIRETOR (A) Estácio Varas Wandalley													SECRETÁRIO (A) Francisco G. Noronha		Média Global		7,0	

Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Presente no currículo da formação de professoras desde os novecentos, a Ginástica, ou a Educação Física, era ensinada com o objetivo de aperfeiçoar o físico, a moral e o intelecto, mesmo que as normalistas não fossem desenvolver, no futuro, a prática do

magistério (ANDRADE, 2017). A prática de exercícios para o corpo estava direcionada para os aspectos da saúde e do comportamento.

Na Ficha, percebemos que, no primeiro e segundo anos do Curso Normal, respectivamente o 1968 e 1969, a disciplina de Educação Física aparece apenas com a informação de: *Frequência normal neste ano de conforme com a lei*. No terceiro ano (1970), essa informação se repete. Não identificamos, durante o percurso da pesquisa, a lei que fundamenta a prática da disciplina sem atribuição da nota. Tais indícios, no entanto, nos permitem constatar que, embora sem a obrigação avaliativa, a disciplina se mantinha no currículo, exigindo, assim, possivelmente, as ideias de comportamento, saúde e regramento por meio da atividade física.

Notamos que, em 1966, o ensino de Estudos Sociais, de acordo com Nascimento (2017), o ensino das disciplinas de História e Geografia, de modo integrado, era uma defesa de alguns educadores e políticos. Essa integração se tornou realidade, obrigatória, durante a ditadura militar. Em uma das Fichas de 1964, identificamos uma observação no que tange ao ensino de estudos sociais, a qual informa “A disciplina Estudos Sociais compreende Geografia e História estudadas em conjunto com autorização do Egregio Conselho Estadual de Educação do Estado da Paraíba” (ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1964). Desse modo, a obrigação, analisada por Nascimento (2017), se estendeu durante a ditadura militar e fomentava também os espaços de formação de professoras, uma vez que essas aplicariam seus conhecimentos na escola primária.

Outras mudanças curriculares advindas do modelo político – ditadura militar – aconteceram também em 1971. A ENECG passou, no primeiro ano do Curso Normal, a ter o quadro de disciplinas mais extenso. A preparação de cunho instrumental e formação geral permanecem e se acrescenta a disciplina Moral e Cívica. Esse novo modelo confronta, de malgrado inclusive, o disposto na Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, documento que organiza o Ensino Normal. O Decreto-Lei trata no art.14, alínea b, acerca do ensino de Educação Moral e Cívica e diz que esta não deveria constar em programa específico, mas acompanharia de forma implícita todo o ensino (BRASIL, 1946). Mesmo assim, o Parecer nº 94, de 1971, do Conselho Federal de Educação, estabelece normas para o Ensino de Educação Moral e Cívica e Programa de Educação Moral e Cívica.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Encontramos fragmentos do documento no Arquivo do Instituto de Educação da Paraíba, em pastas que descreviam a organização do Curso Normal na Paraíba.

Como modelos da educação a ser repassada para as crianças, as normalistas aprendiam, desde o primeiro ano, as disciplinas que convinham com o pensamento conformista, qual seja, o de promover o crescimento social por meio da educação. Notamos, nesse currículo, a estruturação de um ideal formativo, que deixava suas intencionalidades na formação das professoras e, conseqüentemente, no cotidiano dos alunos. Exponencialmente esse pensamento era reverberado no senso comum, construindo representações de que a normalista seria responsável pela educação e instrução das crianças, fosse em casa ou na escola.

O documento que rege as normas do ensino de Educação e Moral e Cívica expõe as finalidades da incorporação dessa disciplina ao ensino formal. Nas considerações preliminares, identificamos a percepção filosófica adotada, sob cujo olhar o homem é visto como ser moral, e sua liberdade é o centro dessa educação, assim a “[...] educação moral o ponto – mais grave, mais alto e mais importante de todo o trabalho educacional” (BRASIL, 1971).

No que concerne à segunda série do curso normal, catalogamos as seguintes disciplinas:

Quadro 9: Disciplinas da 2ª Série – ENECG – 1961-1965

1961	1962	1963	1964	1965
Português e Literatura Portuguesa	Português e Literatura	Português	Português	Português
Biologia Educacional	Matemática	Matemática	Estatística	Estatística
Filosofia da Educação	Física e Química	C.F. Biol.	C. F. Biológicas.	C.F. Biológicas
Psicologia Geral	Biologia Geral	Psicologia	Psicologia	Psicologia
Higiene e Educação Sanitária	Anatomia e Fisiologia	Puericultura	Puericultura	Puericultura
Metodologia	Desenho	Metodologia	Metodologia	Metodologia
Música e Canto Orfeônico	Geografia da América	Música e Canto Orfeônico	Fund. Sociológico	Metodologia da Linguagem
Desenho	Artes Aplicadas	Atv. Artística	Atv. Artística	Desenho
Artes Aplicadas	Música	Sociologia	Fund. Biológicos	Fundamentos
História da América	Ed. Física	Fundamentos	Geografia do Brasil	Geografia e História
Educação Física	História da Paraíba	Geografia do Brasil	História do Brasil	
Português e Literatura Portuguesa		História do Brasil	Ed. Física	
		Educação Física	E. Socializante	
			Folclore	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Notamos que, a partir do segundo ano, as disciplinas instrumentais são mais enfatizadas. Em 1961, por exemplo, a disciplina de Higiene e Educação Sanitária é seguida, nos anos de 1963-1967, por Puericultura. Também as disciplinas de Metodologia e Psicologia se fazem presentes em quase todos os anos.

As disciplinas de Higiene e Educação Sanitária e Puericultura enfatizam o cuidado com aspectos da higiene infantil, vacinação e desenvolvimento das diferentes fases da infância, desde a concepção até a idade escolar. Concluimos que a formação das normalistas, mesmo pautadas no ideário da modernidade, conservava elementos da educação do lar e não apenas do sistema educacional. Isso confirma a representação de que as mulheres eram naturalmente vocacionadas para educar, fosse em casa ou na escola.

Música e Canto Orfeônico, conforme Ficha Individual de 1963, não foi cursada, uma vez que aparece sem registro de notas ou observação na Ficha. Nos anos de 1964 e 1965, ao invés de Matemática, as alunas cursaram Estatística, e, também, ainda em 1964, conforme as Fichas Individuais, as normalistas cursaram duas disciplinas que não se repetem no

currículo da escola, no período por nós investigado, são elas: Folclore e Educação Socializante – supomos que a segunda foi substituída por Educação Moral e Cívica. Expomos essa disposição no Quadro 10 adiante.

Quadro 10: Disciplinas da 2ª Série – ENECG – 1967-1970

1967	1968	1969	1970
Português	Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
C.F. Biol.	Educação Biológica	Ciências	C.F. Biol.
Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
Puericultura	Prática do Ensino	Prática do Ensino	Prática do Ensino
Metodologia	Metodologia da Linguagem	Geografia	Higiene
Fundamentos	História da Paraíba	Didática da Linguagem	Educação Musical
Geografia do Brasil	Metodologia da Matemática	Didática da Matemática	Didática da Linguagem
História do Brasil	Fund. Biológico e Sociológico	Fund. Hist. e Fil. da Educação	Fundamentos da Educação
Ed. Física	Geografia da PB	História	Didática das Ciências
	Ed. Física	Ed. Física	Educação Moral e Cívica
			Educação Física
			Didática dos Estudos Sociais
			Sociologia da Educação

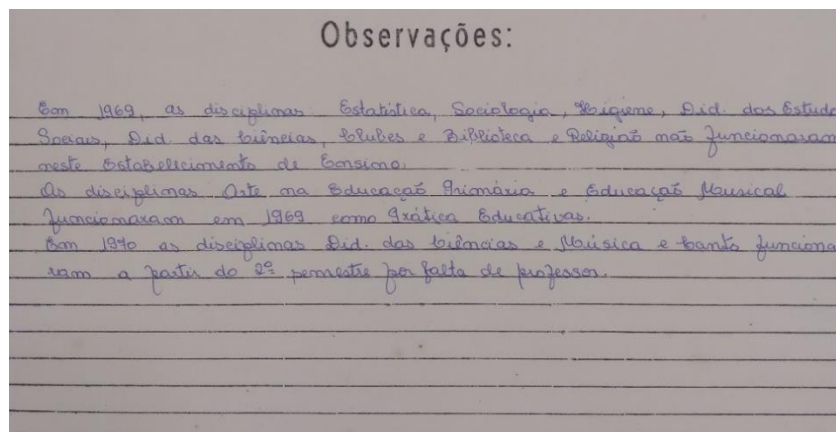
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Quadro 10 acima, o retorno da disciplina de Matemática, possivelmente com conteúdo de Estatística, as alunas tinham noções de ensino semelhantes. A disciplina de Puericultura não aparece nos anos de 1968 e 1969, mas, em 1970, consta Higiene, demonstrando uma preocupação quase constante de desenvolver esse ensino.

As disciplinas como Metodologia da Linguagem, Didática da Matemática, da Linguagem, dos Estudos Sociais e das Ciências pressupõem uma preparação específica para o exercício em sala de aula, nos levando a deduzir que os conteúdos mais práticos, objetivaram reforçar a formação das normalistas. A prática é um dos momentos presentes na formação das normalistas, pois podia ser o momento de exercer os aprendizados desenvolvidos durante o curso. Nesse sentido, ao identificarmos tais disciplinas, consideramos como indícios da importância conferida a prática das normalistas, isto é, praticar aperfeiçoaria mais as técnicas aprendidas pelas alunas no decorrer da formação.

Em algumas Fichas Individuais, constatamos, no campo das observações, vestígios que tratam da execução de algumas disciplinas. No segundo ano do Curso, no ano de 1969, por exemplo, foi descrito o que reproduzimos na Figura 2 a seguir.

Figura 2: Observações: Ficha Individual de Normalista – 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Como disposto no documento, a disciplina de Estatística não foi oferecida em 1969; conforme pudemos catalogar, o último ano em que foi lecionada foi o de 1965. Com base na observação na Ficha Individual, supomos que, assim como as outras disciplinas listadas, essas não foram oferecidas. A falta de professores pode ser o motivo, como identificado, ainda na observação, no ano de 1970, durante o primeiro semestre de aulas, com Didática das Ciências e Música e Canto.

A partir desse vestígio, supomos que, mesmo que a ENECG seguisse as diretrizes nacionais e locais para a formação das professoras, o currículo sofria alterações estruturais quanto à capacidade de oferta das disciplinas. Como exposto, isso podia acontecer pela falta de professores para lecionar as disciplinas do Curso Normal ou pela integração de outras disciplinas, isto é, pela junção das matérias. Ainda na observação da Ficha Individual, as disciplinas de Arte na Educação Primária e Educação Musical funcionaram em conjunto com a Prática de Ensino, reforçando nossa análise, com base nos estudos de Kulesza (2014), que essas disciplinas assumiam um caráter instrumental e funcionavam como modelos para atuação da professora primária.

É pertinente destacar que uma das observações acerca das disciplinas faz menção ao ensino de religião. Como pudemos perceber em algumas notícias e fotografias, o religioso fazia parte da formação das normalistas, fosse nas solenidades ou comemorações, como a

Páscoa. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, no art.15: “O ensino religioso poderá ser contemplado como disciplina dos cursos de primeiro e segundo ciclos do ensino normal, não podendo constituir, porém, objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1946). Entendemos que, mesmo não compondo o quadro de disciplinas ou não sendo oferecido, o religioso fazia parte da formação das professoras, notadamente a doutrina católica.

No terceiro e último anos do Curso Normal, o currículo das normalistas aparentava ser dedicado às disciplinas instrumentais, focando-se o ensino quase exclusivamente nas matérias relacionadas às práticas de ensino. Do que catalogamos nas Fichas Individuais das alunas, deduzimos que, para concluir o Curso Normal, as normalistas precisavam adquirir conhecimentos relativos à Psicologia ou Psicologia Educacional e à Prática de Ensino, considerando que esta última por vezes podia abranger outras disciplinas instrumentais, tais como Higiene e Puericultura, Desenho, Artes Aplicadas e Música.

Relacionadas ao fazer-se professora, essas disciplinas representavam socialmente um conjunto de atributos que as normalistas desenvolveriam em concomitância com suas habilidades naturais, compondo assim um conjunto de normas e especialidades que serviriam para a educação das crianças.

Quadro 11: Disciplinas da 3ª Série – ENECG - 1962-1966

1962	1963	1964	1965	1966
Psicologia Educacional	Psicologia Educacional	Português	Português	Português
História da Educação	História da Educação	Fundamentos	Fundamentos	Fundamentos
Sociologia Educacional	Sociologia Educacional	Atv. Artística	Atv. Artística	Didática das Ciências
Higiene e Puericultura	Higiene e Puericultura	Prática do Ensino	Prática do Ensino	Prática de Ensino
Metodologia	Metodologia	Música e Canto Orfeônico	Met. Ciências	Desenho
Prática do Ensino	Prática do Ensino	Educação Física	Ed. Física	Didática da Linguagem
Música e Canto Orfeônico	Música e Canto Orfeônico	Puericultura	Estudos Sociais	Psicologia
Desenho	Desenho	Psicologia	Psicologia	
Artes Aplicadas	Artes Aplicadas	Desenho		
Educação Física	Educação Física	História		
		Filosofia		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao examinarmos os pormenores, percebemos que, assim como nos anos anteriores, em 1966 a disciplina de Prática de Ensino englobou outras disciplinas. A observação na Ficha Individual menciona que a complementação dos conteúdos se deu por “[...]determinação do diretor do estabelecimento” (ESCOLA NORMAL ESTADUAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1966). Assim, nesse ano, as disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino foram lecionadas em conjunto.

Na segunda série, as disciplinas do último ano no intensificam a prática docente. Mesmo com disciplinas que constituem um conjunto de formação geral, como História da Educação e Sociologia da Educação nos anos de 1962 e 1963, e Filosofia em 1964, Português e Fundamentos em 1964, 1965 e 1966, a maior parte do currículo consta das disciplinas instrumentais, isto é, práticas, para o exercício da profissão.

O Ensino Normal tinha “[...] por fim(sic) a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, (sic) e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância” (BRASIL, 1961). As disciplinas ministradas na ENECG, conforme as Fichas Individuais das alunas, ainda estavam centradas nas ideias do pensamento liberal, que identificou a educação como elemento propiciador do desenvolvimento e, por conseguinte naturalizou a mulher como fomentadora da educação das crianças. Embora a inserção de disciplinas de perspectivas mais técnicas seja adotada, como a Psicologia Educacional, e a ênfase nas Didáticas e Metodologia sejam percebidas, notamos, também, que o cuidado focado na Higiene e Puericultura foi mantido.

Uma das formas de ensinar o comportamento e hábitos de higiene se destacavam nessas disciplinas como instrumento de controle dos corpos e de composição de uma raça. A disciplina de Puericultura também se destaca no cuidado das mães para com seus filhos (VIVIANI, 2005), sendo ainda uma forma de aproximar a formação das normalistas com as ideias de vocação. Essa longa construção social pressupôs que, mesmo que indiretamente a representação da normalista, por meio dos símbolos e das disciplinas que deveriam ser cursadas, o currículo necessariamente não precisava ser exposto, já que o instrumento que define a normalista é uma imagem em memória, capaz de ser visualizada pela representação que foi construída em torno do objeto *normalista* (CHARTIER, 1991).

Nos anos seguintes, o quadro de disciplinas envolvendo as didáticas aumentou. Há Didática da Matemática, dos Estudos Sociais e da Prática de Ensino. Nos anos de 1970 e 1971 se acresce o número de matérias. Além da instauração de Educação Moral e Cívica,

em 1971 acresce Administração Escolar e Recreação no Ensino Primário. Embora a LDB de 1961 já definisse sobre a formação, nas escolas normais, de administradores escolares, só identificamos disciplina relacionada a essa formação, na ENECG, em 1971.

Quadro 12: Disciplinas da 3ª Série – ENECG – 1967, 1968, 1970 e 1971

1967	1968	1970	1971
Português	Português	Português	Português
Fundamentos	Fundamentos	Fund. Hist. e Fil. da Educação	Fundamentos da Educação
Prática do Ensino	Met. da Linguagem	Moral e Cívica	Ed. Moral e Cívica
Puericultura	Prática do Ensino	Prática do Ensino	Prática do Ensino
Desenho	Metodologia dos Estudos Sociais	Administração Escolar	Administração Escolar
Didática da Ciência	Ed. Física	Psicologia Educacional	Artes e Plásticas Visuais
Metodologia	Met. Ciências	Didática Geral	Psicologia Educacional
	Desenho	Didática da Linguagem	Didática das Ciências
		Didática da Matemática	Did. da Linguagem
		Didática dos Est. Sociais	Did. da Matemática
		Ed. Física	Did. das práticas de ensino
		Didática das Ciências	Ed. Física
		Canto e Música	Recreação no Ens. Primário
			Canto e Música

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O currículo por nós observado nas Fichas Individuais das normalistas se apresenta como um objeto variado. Embora as disciplinas mantivessem predominantemente as funções instrumentais, as alterações eram evidentes. Podiam-se modificar ou agrupar disciplinas conforme a contratação de professores, em alguns anos em que Prática de Ensino, por exemplo, assumia o exercício de outras matérias. Essas modificações ocorriam em arranjos organizados dentro do ambiente escolar, possivelmente com anuência da Divisão de Ensino Normal. Como instrumento de controle, porém, resultado de uma seleção, conforme Silva (2010, p.15), a cada modelo “[...] de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo”. Dessa forma, o modelo de professora e mãe, pensado como instrumento de poder, organizava, fora do ambiente escolar, as determinações legais que reproduziam também as representações sociais construídas em torno do significado de ser normalista.

#### 4.1.1 Normalista, mãe e esposa: o que representam as professorandas da ENECG (1960-1971)?

Articulando a profissão ao posicionamento do cuidado, percebemos ainda em pequenos sinais, argumentos que nos fazem concluir que, mesmo havendo um movimento em prol do reconhecimento do magistério como profissão, essa atividade ainda se relacionava com características que foram denominadas como femininas, naturalizando-as e definindo o tipo de atuação que as mulheres teriam na sociedade.

As notícias divulgadas no jornal *Diário da Borborema*, que se referem aos cursos de extensão em habilidades manuais, as Fichas Individuais das alunas e fotografias esboçam uma escola notadamente composta pelo feminino. Aliado a esse pensamento, a composição curricular das disciplinas posiciona para uma formação de aperfeiçoar habilidades que são entendidas como naturais da mulher. A esse respeito Yannoulas (2011, p. 274) destaca:

A feminização da profissão docente na escola de ensino fundamental marcou um importante momento na existência e na representação simbólica das mulheres. Há outras profissões que se feminizaram, mas, talvez, apenas o magistério foi tão importante desde o ponto de vista simbólico e político.

Com o objetivo de educar as futuras gerações, a mulher foi incluída no âmbito do trabalho social, ainda que, conforme Yannoulas (2011), exista um processo de diferenciação construído socialmente, entre homens e mulheres, que condicione também as relações de trabalho e legitime a mulher ao espaço privado, sendo definidas como “[...] relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres. Trata-se de uma relação de poder, de dominação” (YANNOULAS, 2011, p. 276). Mesmo assim, o magistério, especialmente, foi o espaço, que ainda controlado e vigiado por homens, possibilitou à mulher uma escolha, diferente do claustro e da posição de dona de casa (ALMEIDA, 2004).

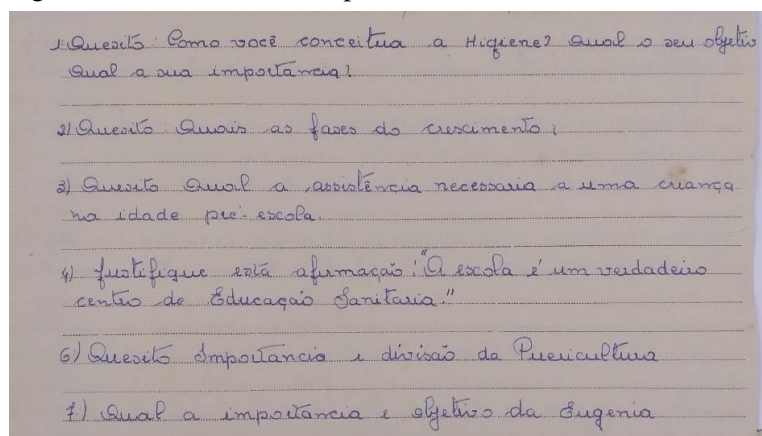
Entendendo a dimensão do trabalho social diferenciado conforme as ideias do masculino e do feminino, justifica-se a formação de professoras como uma atividade notadamente feminina, pelos aspectos naturais e pela baixa remuneração, uma vez que à mulher cabia favorecer a educação, com cuidados maternos. Neste sentido, o salário seria uma complementação, e o homem seria o provedor do lar (YANNOULAS, 2011).

Esse pensamento reducionista exemplifica a adoção de disciplinas curriculares que buscam enfatizar ou especializar as normalistas para o cuidado das crianças. Tais argumentos são reforçados também na Lei, a citar o Decreto-Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 –

documento cujo Capítulo I, Art. 1º – Alínea 3 define como uma das finalidades do Ensino Normal: “Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância” (BRASIL, 1946). Assim, cabe à mulher especializar-se, “[...]externalizando seus atributos ecológicos essenciais para melhorar o mundo” (YANNOULAS, 2011, p. 278).

Dentro dessa perspectiva de análise, inferimos que a disciplina de Puericultura ou Higiene e Puericultura funcionava no currículo da ENECG com o viés de formar professoras e mães. Ao analisarmos alguns exames escolares da disciplina, constatamos a preocupação de que as normalistas desenvolvessem conhecimentos acerca da higiene e educação sanitária, das fases de crescimento das crianças, os tipos de assistência necessárias e do estabelecimento da raça.

Figura 3: Recorte de Exame para 2ª série de Puericultura – 1967



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Ao consultarmos as respostas<sup>61</sup> para as perguntas do texto reproduzido acima (Figura 3), notamos a preocupação com a criança, em seus diferentes níveis de desenvolvimento, isto é, desde a concepção, que as alunas definem por meio da puericultura como tendo duas fases, a pré-natal – pré-concepcional ou intrauterina –, e a pós-natal – que compreende a primeira, segunda e terceira infâncias. Também fazem referência aos aspectos da saúde e das doenças pelas quais as crianças podem ser contaminadas.

---

<sup>61</sup> Dos exames encontrados em 1967, notamos que as questões eram as mesmas. Dessa forma, optamos em analisar as respostas das normalistas separadamente. Algumas respostas são similares, mas outras são mais detalhadas, de modo que no decorrer da análise, optamos por apresentar alguns fragmentos das respostas transcritas.

Notamos como respostas: “Higiene são cuidados que devemos ter com a saúde para assegurar a nossa vida. Seu objetivo é o cuidado com a saúde para trazer homens fortes e sadios para a sociedade”. (ESCOLA NORMAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1967). Também “A Higiene representa uma enorme quantidade de conhecimentos destinados as crianças para assegurar sua saúde e sua vida, desde as primeiras palpitações do ser pequenino no ventre materno até a idade escolar”. (ESCOLA NORMAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1967). A missão da normalista aparece nessas respostas com o cuidado que essas deveriam desempenhar como mães e formadoras da sociedade.

Sobre os cuidados a que as professoras devem estar atentas, identificamos a seguinte posição: “[...] na escola, o papel da professora é ensinar higienicamente o que deve ser feito e dar assistência em todos os sentidos”. Ainda no mesmo texto, espera-se da normalista a ciência de que: “[...] A principal assistência ao pré-escolar deve ser dada pelos pais. Estes devem estar sempre em observações a fim de que seus filhos não lhes deem grandes preocupações. A assistência deve ser constante principalmente nesta idade”. (ESCOLA NORMAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1967).

As respostas nos permitem inferir que as normalistas atuavam na profissão “[...]ideal para as mulheres, pois outorgava uma formação específica para duas funções: professora e mãe” (YANNOULAS, 2011, p. 279). Preocupadas como a professora e os pais deveriam agir em relação aos cuidados com as crianças, percebemos a dualidade proposta em sua formação. Conforme Moraes (2014), como prática da disciplina de trabalhos manuais, as normalistas confeccionavam também roupas, sapatos, toucas, todo o enxoval para recém-nascidos. Também podia ocorrer de a disciplina ser ministrada com base nos conhecimentos da Biologia, a fim de pontuar as condições do desenvolvimento humano.

Fosse em casa ou na escola, como mãe ou professora, as mulheres deveriam aprimorar-se ao cuidado da infância, na expectativa de construir um futuro. Assim, sobre a importância da puericultura, as normalistas definem: “[...]a arte de criar higienicamente as crianças, é de grande importância, pois as crianças de hoje serão os homens de amanhã. E para que tenhamos homens fortes e sadios devemos sobretudo cuidar de sua saúde” (ESCOLA NORMAL PADRE EMÍDIO VIANA CORREIA, 1967, sic).

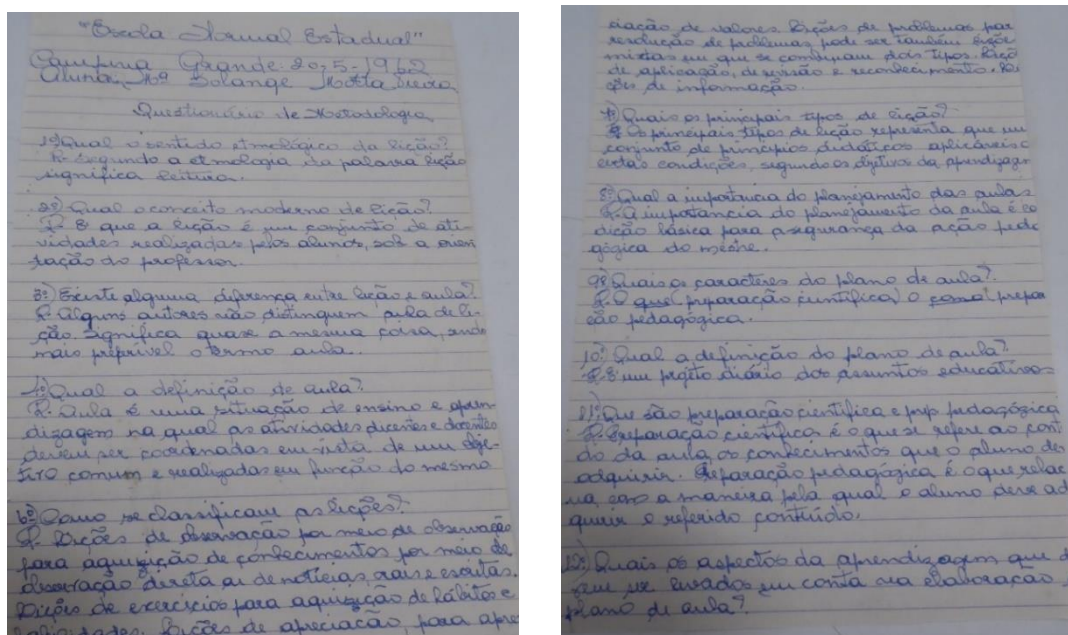
As noções de higiene são identificadas em outras disciplinas, como Educação Física, Biologia e Psicologia, que podem aplicar no corpo mecanismos de dominação. Associado ao exame de Puericultura, identificamos também uma questão relacionada à ideia de eugenia. Segundo Moraes (2014), desde a promulgação dos decretos-leis, durante o governo

de Vargas, se mensurava uma educação com intenção de “[...]alcançar a robustez infantil e a virtude da raça(sic) priorizando a formação de hábitos de higiene capaz de criar no povo brasileiro a consciência de saúde ideal tão necessária à melhoria física, mental e racial das futuras gerações” (MORAES, 2014, p. 187).

Ideias relacionadas à educação da nação, desenvolvimento, futuro foram preconizados na república, que, por sua vez, solidificou, por meio do discurso, a representação da educação das crianças como algo fundamental para o desenvolvimento de todos. Como mencionado, a formação das mulheres passa a ser representada na imagem das professoras. Assim, entendemos que a normatização da vida das estudantes advém do pensamento liberal, e a higiene escolar fez parte desse processo educativo, sua configuração foi sendo adaptada e fortalecida com os discursos científicos; a partir de 1950, a abordagem biológica propiciou as informações sobre as condições físicas das crianças (VIVIANI, 2005). Neste sentido, supomos que a formação desenvolvida na ENECG tanto atendia, ainda, a esse ideário liberal como colaborava para a sujeição das moças para se formarem boas mães, boas donas de casa e professoras preocupadas com o desenvolvimento da nação.

Os exames de Metodologia também nos aproximam do pensamento que circundava a formação de professoras no período de 1960-1971. Como observamos, essa disciplina estava presente no currículo educacional, notadamente na segunda e terceira séries do Curso Normal. O como fazer dentro da sala de aula, como exercer a prática se mostra de maneira importante na formação, tanto que a disciplina de Metodologia não era a única forma de as normalistas praticarem seus aprendizados. Na figura abaixo, apresentamos um questionário relativo ao conteúdo de Metodologia Geral, em 1962:

Figura 4: Questionário de Metodologia – 1962



Fonte: Arquivo João Agripino – Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

O questionário trata de questões referentes à prática docente. Aborda a definição de lição, plano de aula, importância do planejamento, aspectos da aprendizagem, detalhamentos específicos para realização teórica e prática de uma aula. Alguns termos são identificados da seguinte forma: conceito moderno de lição e diferença entre preparação científica e pedagógica. Inferimos que tais traços foram definidos em favor da ideia de modernização do ensino destacados por Saviani (2013a), ao descrever a articulação com a pedagogia tecnicista.

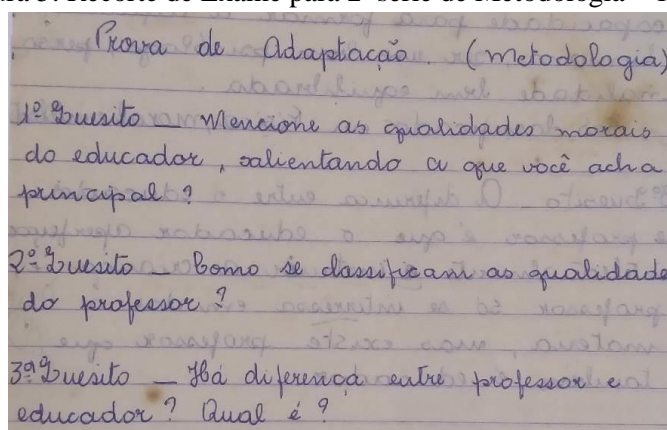
O crescimento da demanda econômica, impulsionada pelo setor industrial acarretou mudanças nas formas de relação dos sujeitos. A sociedade também aderiu a valores morais e de eficiência que requeriam maiores habilidades para toda a educação. Dessa forma, a eficiência e os modos de como aplicar de forma satisfatória os conteúdos passaram a ser metas também educativas.

A descrição do sistema fabril é associada à ideia do surgimento do currículo escolar (SILVA, 2010; LOPES e MACEDO, 2011). Essa definição e associação decorrem do sentido considerado mais generalizante para o currículo, como agrupamento de conteúdos que, sob orientação adequada, organizariam a experiência escolar. “Num momento marcado pelas demandas da industrialização, a escola ganha novas responsabilidades: ela precisa voltar-se para a resolução dos problemas sociais gerados pelas mudanças econômicas da sociedade” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 21).

A formação de professoras age, então, de forma duplicada quanto a essa necessidade, ou seja, ao passo que incorpora tais modelos, por meio da repetição, condiciona também as futuras professoras a desempenharem na escola primária esse pensamento. Percebemos, por meio das questões, centralidade na preocupação de que a professora conheça bem as etapas do planejamento e da execução em sala de aula. São 12 questões que tratam quase que especificamente sobre como se desenvolver uma aula, de forma técnica, eficiente e com transmissão de valores.

Em outro exame de Metodologia para segunda série, em 1964, notamos questões referentes às qualidades do professor.

Figura 5: Recorte de Exame para 2ª série de Metodologia – 1964

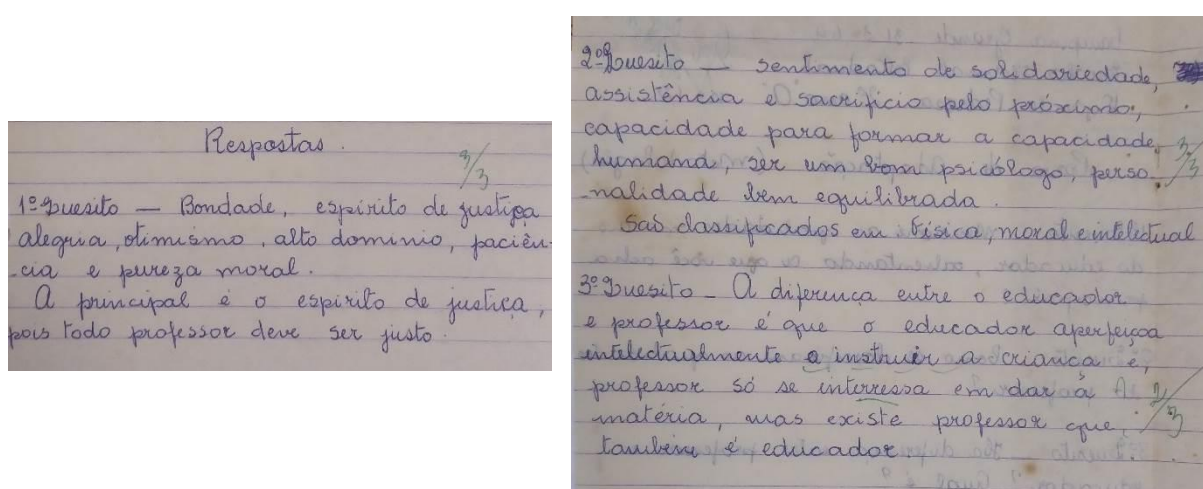


Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

No exame, em particular, vemos que, além da preocupação com a prática, as normalistas zelavam também pela representação da imagem de professora. A professora assume um compromisso com as qualidades morais. Esse conjunto de moralidade era advindo da concepção religiosa e reforçado pela compreensão da civilidade, dessa forma, as escolas normais, herdeiras da concepção do ensino como vocação, difundiam a projeção da moralidade também nas disciplinas práticas. As ações das normalistas devem contribuir “[...] para a formação e desenvolvimento de padrões adequados de comportamento, cultivando na criança hábitos de moralidade, honestidade e higiene” (MORAES, 2014, p. 187).

As respostas do exame (Figura 9) enfatizam que o ensino formativo das futuras professoras se aproximava veemente da justiça, solidariedade e sacrifício, funções que aproximam a profissão ao sacerdócio e vocação.

Figura 6: Recorte de Exame de 2ª série de Metodologia – 1964



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Como definido no Decreto-Lei 8.530/1946, a disciplina Educação Moral e Cívica embora não fizesse parte do conteúdo programático, deveria compor o espírito de execução do ensino. Desse modo, as qualidades do professor, mencionadas pela normalista respondente do questionário, compõem aspectos de sua representação, como atitudes morais a serem desenvolvidas em seu exercício docente e sua vida pessoal.

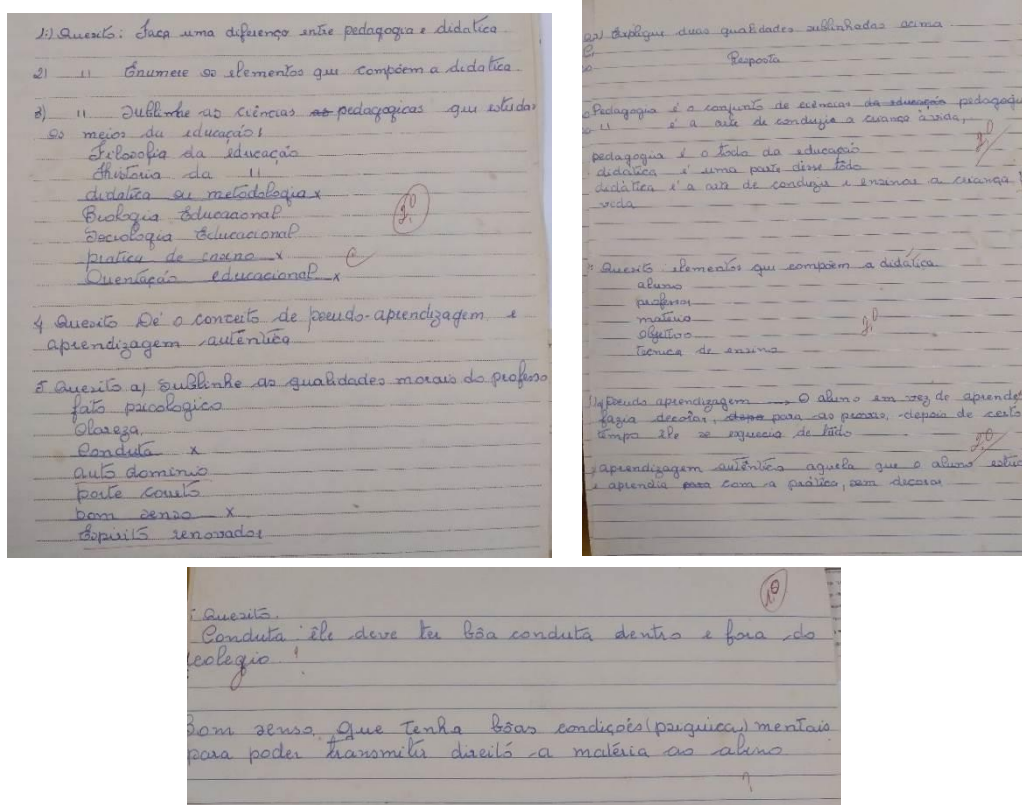
Embora tratemos de uma escola para formação de professoras, cujo corpo discente era composto pelo sexo feminino, as respostas da normalista centram-se no termo professor. Aqui fazemos referência ao fato de as normalistas se entenderem como futuras professoras, profissão na qual, embora fossem maioria na atuação, ainda estava relacionada a atuação do professor. Percebemos também que, entre as atribuições da atuação do docente, pressupunha-se a preparação das crianças para a vida em sociedade, nos aspectos de letramento e aquisição de conhecimentos e na capacidade de estabelecer conexões sociais, isto é, de comportamentos e atitudes desejáveis para a sociedade. Assim, dizeres como atuar psicologicamente, de forma equilibrada, saber instruir e aperfeiçoar o intelectual reforçam os sinais de que a proposta formativa da ENECG se baseava na formação para o desenvolvimento econômico da sociedade campinense bem como para uniformização dos corpos.

As características pontuadas nas respostas enfatizam, ainda, aspectos da representação da normalista e professora, incentivadores de sua vocação, bondade e paciência para exercer o magistério primário. Conforme Saviani (2013b, p. 190), “[...] a

modernização da economia fazia da escolarização, senão a única, pelo menos a principal via de ascensão social”. O entendimento de que o crescimento advinha da maior parcela de sujeitos educados, ou ao menos instruídos, fomentou a criação de leis que organizavam e delimitavam a educação. Tais adaptações alteravam também a formação de professoras. No Brasil, a educação do Ensino Normal passou a ser estruturada como um conjunto nacional em 1946. O Decreto-Lei munido de ideais de comportamento, incentivo à saúde e promoção de uma cultura nacional, a serem reproduzidos na escola primária, é expandido para todo o território nacional, e, no caso da Paraíba, foram valores reforçados pela lei estadual.

Em mais um exame, ainda de Metodologia, mas de 1967, as perguntas e respostas têm os dois aspectos pontuados nos exames de 1962 e 1964. Há questões que se referem à prática e ensino bem como às características e qualidades morais do professor/professora.

Figura 7: Recorte Exame de Metodologia Geral –1967



Fonte: Arquivo João Agripino  
 Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

De início, identificamos, na terceira questão, que as ciências pedagógicas são definidas como as disciplinas de conteúdo mais prático, isto é, *Didática ou Metodologia, Prática de Ensino e Orientação Educacional*. As duas primeiras matérias compunham o

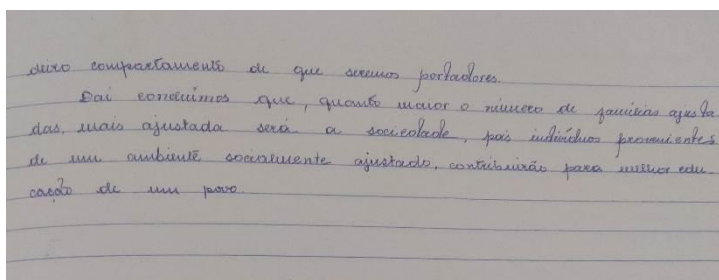
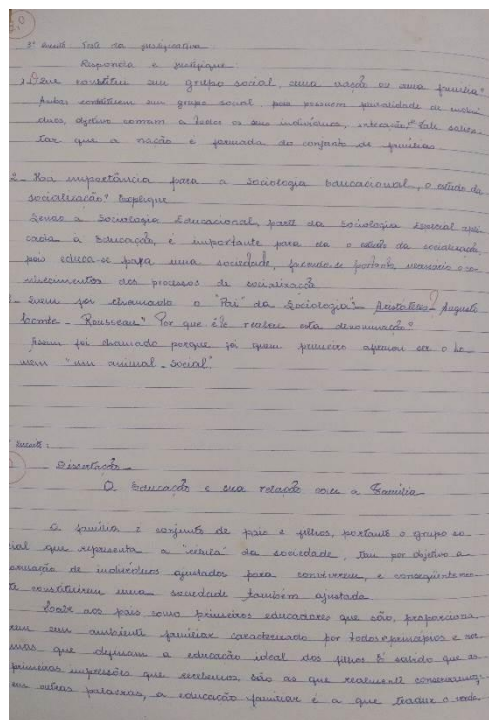
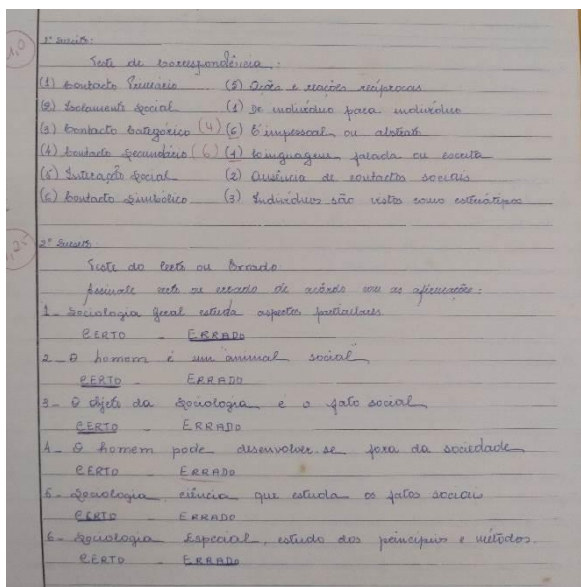
currículo organizado na ENECG, as quais, conforme a resposta da aluna, caracterizam-se pelos estudos dos meios educativos. Inferimos, ainda, a perspectiva técnica, uma vez que as outras disciplinas listadas também compunham o quadro de conteúdos para a formação de professoras.

No que se refere às qualidades para o professor/professora, percebemos que estas são definidas como qualidade morais, que envolvem aspectos da boa conduta, a serem desenvolvido não apenas no espaço educativo mas também socialmente; dessa forma, observamos a construção do religioso como prática educativa e propiciador desse entendimento. O bom senso se articula ao definido como sanidade mental, e o espírito renovado possivelmente se refere ao uso das técnicas de ensino compreendidas como modernas.

Como no exame de 1964, a normalista se atém ao termo masculino da profissão: professor. Nesse exame, de 1967, compreende-se “[...]a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais se devem ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas” (SAVIANI, 2013a, p. 382). O ensino assume uma perspectiva de especialidade desenvolvida pela professora, que recebe do meio externo as formas sob as quais o ensino deve ser organizado, e, conforme nossas análises, essa educação estava voltada predominantemente por questões morais e ufanistas.

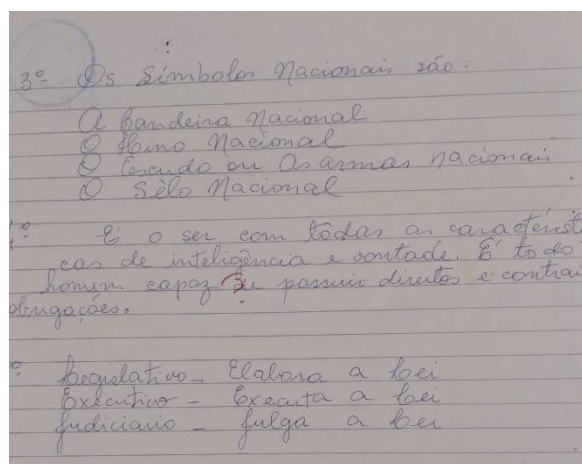
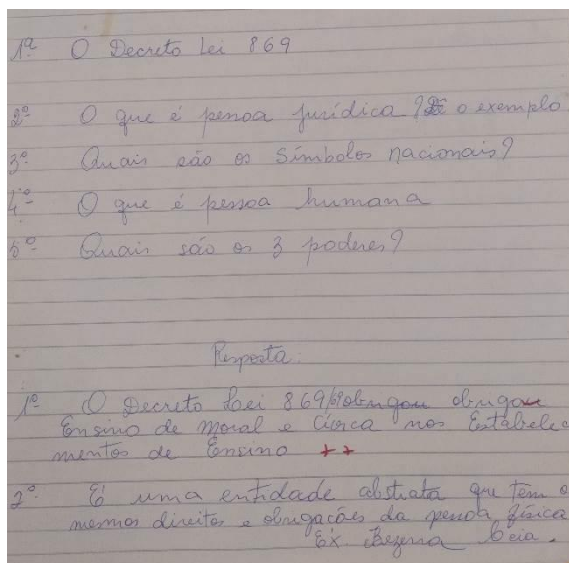
No exame de Sociologia, em 1969, e Estudos Sociais, em 1971, identificamos aspectos que caracterizam a formação da nação por grupos sociais, especificamente pela família, do ensino de Moral e Cívica e da configuração dos símbolos como elementos contribuintes para unificação da pátria. O discurso patriótico em defesa dos valores morais cristãos e da família eram parte da ideia que o estado mantinha para afirmar sua necessidade de impor a pacificação do país, impedindo, assim, a expansão de outras que fossem contrárias ao progresso. Essa defesa fazia parte do interesse econômico, que definiria o modelo capitalista a ser desenvolvido no país (SAVIANI, 2013b). Toda essa conjuntura traçou reformas para a educação, que tinha em sua execução a vertente de inculcar na sociedade valores entendidos como certos ou errados.

Figura 8: Exame de Sociologia – 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
 Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Figura 9: Exame de Estudos Sociais – 1971



Fonte: Arquivo João Agripino

Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

O exame de Sociologia apresenta alguns conceitos de sociedade, da formação de grupos sociais, da família, e da importância da socialização dos indivíduos. Tais aspectos fundamentam que “[...]cabe à educação proporcionar um eficiente treinamento para a execução de múltiplas tarefas demandadas continuamente pelo sistema social” (SAVIANI, 2013a, p.383). A valorização repetitiva aos símbolos da pátria, como demonstra no exame de Estudos Sociais, apontavam que o sistema social entendia a unidade como uma demanda, como um sistema de valor. A unificação da raça e o valor da pátria.

Aliada a essa conjuntura caminhava a defesa da família. Pelo que se lê nas respostas do exame da Figura 11, para essa normalista, a nação é formada do conjunto de famílias. Inferimos que tais prerrogativas no curso de formação de professoras tinha a demanda educativa para com o ensino primário, mas também a acentuação dos valores da mulher na sociedade, isto é, a conservação da família e educação dos filhos. A mulher era a responsável pela manutenção dos valores no lar, pois somente a ela cabia o cuidar e educar.

Na atividade dissertativa da normalista, além dos valores de constituição e unidade da sociedade, há menção de que é na família que se concebe a sociedade ajustada. Os pais são então os primeiros educadores que incentivam os valores. As normalistas, além de professoras, atuavam como mães de seus próprios filhos e dos filhos de outras mães, associando à escola aspectos salvacionistas que desconfiguram a profissão das professoras. Ademais, os valores que a proteção da família instaurou no Estado durante a ditadura militar pontuou a educação como um sistema de conservadorismo onde cada sujeito tem um papel a desempenhar na sociedade e da composição familiar advêm as perspectivas de educação do povo.

Por meio desses pequenos sinais, a educação para formação de professoras, na ENECG, estava balizada nas ideias conservadoras do sistema estatal e na concepção de adoção de valores e técnicas de aperfeiçoamento para a eficiência do ensino.

#### 4.2 As normas para disciplinas específicas, práticas e organização do currículo

O conjunto de disciplinas organizadas para formação de professoras, assim como entende Moreira e Silva (2001), faz parte de uma rede de poder e intencionalidades que definem o que deve ser ensinado e como fazer isso. Como observamos, a ENECG atendia a essas diretrizes, com finalidades de organizar a educação no município de Campina Grande-

PB, por meio das normalistas, fosse em sala de aula ou em casa, dessa forma, as mulheres assumiriam seu compromisso social.

A organização do currículo educacional aglutina um conjunto de interesses, principalmente os da sociedade que organiza esse currículo, de modo que, durante o período de 1946 a 1958, nota-se, segundo Moraes (2014, p. 88), que a “[...]rede elementar de ensino crescia a passos largos, em função da ampliação do ensino primário, as Escolas Normais por sua vez passaram também por um desenvolvimento mais acelerado”. O interesse em formar mais alunos bem como produzir uma nação unificada passa a ser incentivada por meio da educação. Esse fenômeno, nas palavras de Saviani (2013b, p. 173), se amplia desde 1964, uma vez que a educação “[...] tem sido alvo de uma inflação legiferante sem precedentes”.

Na Paraíba, após a criação do Decreto-Lei nº 8.530/1946, tem-se a criação da Lei Orgânica Paraibana – Lei n.º 850, de 6 de dezembro de 1952 – bem como a criação de setores para organização do ensino normal e algumas resoluções. Nesse estudo, identificamos as resoluções nº1/68 e nº 30/70, das quais trataremos. As duas resoluções especificam normas para o registro em disciplinas específicas do Ensino Normal e indicações de disciplinas e práticas para organização do currículo do Curso Colegial Normal, respectivamente.

Ao entender que a representação demarca um conjunto de normas e especificidades sociais que delineiam a imagem da normalista e professora, as leis, ao nosso ver, reforçam e institucionalizam os discursos produzidos socialmente como também impõem as maneiras como devem ser apreendidas as representações.

#### 4.2.1 Resolução nº1/68

O sistema educacional paraibano estava organizado nas ideias e concepções inspiradas nas leis nacionais. A Resolução nº1/68, conforme o Conselho Estadual de Educação, estabelecia normas para o registro em disciplinas específicas para o ensino normal.

De acordo com Saviani (2013b), o período pós 1964 foi marcado por ideias de renovações e revoluções que repercutiram na efetivação de leis; no entanto, o discurso proclamado de ruptura aferiu-se na política “[...] necessária para preservar a ordem socioeconômica” (SAVIANI, 2013b, p. 187). O projeto político permitia, socialmente, absorver conflitos, mas retinha intencionalidades. Esse projeto, ainda conforme Saviani (2013b), é de grande importância para entender a legislação educacional desse período.

Assim como outros estados, após a criação do Decreto-Lei nº 8.530 ou Lei Orgânica do Ensino Normal, a Paraíba cria sua lei, em 1952, que não diferia muito da lei nacional. Ainda assim teve seu valor, já que, sua leitura diz que o

[...] Decreto-Lei em apreço evidencia o intento de dar uniformidade à formação de professores nos vários estados, especificando as condições para ingresso, regulamentando a “outorga de mandatos”, ou seja, o reconhecimento oficial para cursos municipais e particulares, a transferência de alunos e até os trabalhos escolares e as práticas pedagógicas. (TANURI, 2000, p.76)

Sendo uma normativa mais ampla, as criações decorrentes dessa formulação seguiam seu entendimento, de modo a reforçar as ideias estabelecidas. Ao se determinarem normas para o registro em disciplinas específicas do Ensino Normal, em 1968, percebemos nas Fichas Individuais das normalistas da ENECG, que o Curso Normal era composto por um quadro de disciplinas que atendiam especificamente à formação de professoras, como chamamos, disciplinas instrumentais. E, além da Lei Orgânica Paraibana (Lei n.º 850), outro conjunto de normas e decretos foi criado, a fim de, possivelmente, garantir a execução das propostas.

A vigilância se empreende desde a escolha das disciplinas e dos professores que ministrariam a formação das normalistas. Conforme Moraes (2014, p. 177),

[...] as concepções de educação que circularam por entre os muros das Escolas Normais por meio das legislações e dos sujeitos que delas fizeram parte,(sic) influenciaram todas as suas instâncias formativas, dentre elas, o currículo, a organização do espaço escolar e as normas disciplinares. (MORAES, 2014, p. 177)

Neste sentido, o conjunto de práticas desenvolvidas, divulgadas e registradas na Escola nos fornece sinais da elaboração do currículo escolar, cujas intenções e conforme a realidade à qual pertenci, carrega respostas dos formuladores e ou especialistas de conhecimentos necessários para a especialização pretendida (LOPES e MACEDO, 2011).

Partimos de uma compreensão do currículo como uma prática de poder, de significação e atribuição de sentidos. Sob tal prerrogativa, as resoluções para o Ensino Normal atuaram de forma a organizar a estrutura educacional, no caso, da formação de professoras e, conseqüentemente, da formação das crianças, uma vez que as normalistas atuavam na educação primária e ou do lar. Ampliando a ideia de que o currículo se detém ao que ocorre no cotidiano das escolas, os documentos oficiais oferecem vestígios da

“[...]grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 19).

Nesse viés, por meio do conjunto de fontes e análises, “[...]a legislação do ensino constitui um referencial privilegiado para a análise da crítica da organização escolar” (SAVIANI, 2013b, p. 174). O contexto em que essa legislação foi elaborada e alguns vestígios de sua execução nos aproximam da análise pretendida.

Em se tratando da Resolução 01/68, esta apresenta, em seu primeiro artigo, como se darão as formas de registro de professores nas disciplinas específicas. Embora o documento trate do registro em disciplinas específicas do Ensino Normal, ele também especifica normas para o enquadramento de professores. Assim, em concordância com Saviani (2013b), inferimos que as leis possuem uma fonte inspiradora, um conjunto de doutrinas e princípios que a enformam.

Nesse conjunto, identificamos um ideal de pensamento liberal, o qual delega à educação uma perspectiva salvacionista. Definido que a concessão se daria mediante fiscalização do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação e Cultura, o documento especifica as formas de registro e as disciplinas, conforme resumimos no Quadro 13 abaixo.

Quadro 13: Registro em Disciplinas Específicas para o Ensino Normal – 1968

<b>Formação</b>	<b>Registro</b>
Licenciados em Pedagogia	Todas as disciplinas Pedagógicas
Licenciados em Psicologia	Psicologia Educacional e Sociologia Educacional
Licenciados em Filosofia	Psicologia Educacional e Filosofia da Educação
Licenciados em Ciências Sociais	Sociologia Educacional
Licenciados em História Natural	Biologia Educacional e Higiene e Puericultura

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Sobre as informações da coluna específica à formação, inferimos que os professores que ministravam aulas na Escola Normal tinham as licenciaturas previstas: Pedagogia, Filosofia, Ciências Sociais e História Natural. Conforme a Resolução, cada área dessas abrangeria, de acordo com o registro obtido, especificações para atuação no Ensino Normal, ministrando-se as disciplinas Pedagógicas, Psicológicas, Sociológicas, Filosóficas, Biológicas, de Higiene e Puericultura, respectivamente. Algumas áreas, como Psicologia e Filosofia, abrangem outras disciplinas diferentes da formação do docente responsável por seu ministério.

Como já pudemos notar nas Fichas Individuais das alunas, a disciplina de Higiene e Puericultura correspondia à parte do currículo das disciplinas específicas para formação no Magistério. Nessa resolução, em específico, observamos a titulação do professor responsável por ministrar essa disciplina, com formação em História Natural. No segundo artigo da resolução, há a especificação de que os professores seriam licenciados nas Faculdades de Filosofia e ou Educação. Dentro da formação dos licenciados e bacharelados em História Natural, havia a aplicação dos conhecimentos biológicos (SIONEK, 2011), justificando-se, assim, a possibilidade de se ministrar Higiene e Puericultura. Também inferimos, nessa proposição, os cuidados que eram evidenciados com o corpo e a saúde dos educandos.

Ainda no Art. 2º, faz-se menção ao provimento do cargo de professor, mediante a seguinte ressalva: “[...]sempre que se registre essa falta, a habilitação ao exercício do magistério em matérias específicas do Ensino Normal será feita através de Exame de suficiência” (PARAÍBA, 1968). Assim, caso não houvesse a formação requerida, poderia ser exercido o cargo, após realização do exame de suficiência. Embora a resolução não trate mais detalhadamente dessa observação, podemos supor que, com essa abertura, outros profissionais – não docentes – poderiam lecionar as disciplinas específicas para o Curso Normal, desde que demonstrassem habilidades, mediante o exame.

Apesar de a Resolução 1/68 ter em sua ementa o estabelecimento de normas para o registro das disciplinas específicas, seus artigos tratam mais detalhadamente sobre as condições dos professores para assumirem essas disciplinas. Conforme analisamos no Quadro 13, as disciplinas definidas como específicas, em 1968, são as Pedagógicas: Psicologia, Filosofia, Sociologia e Biologia Educacional e Higiene e Puericultura. E, para assumir, além da formação ou exame de suficiência, os professores deveriam também declarar: aferição ou aproveitamento do exercício de magistério primário no período mínimo de dois anos; identidade; quitação do serviço militar – para os homens; folha corrida; atestado de sanidade física e mental; título de eleitor e currículo de conclusão de curso.

A vigilância no processo formativo das normalistas, é notória na criação das leis bem como nos detalhes de permissão para os professores atuarem nas disciplinas definidas como específicas para o Ensino Normal.

Por fim, no Art. 4º, a referida Resolução descreve que seria concedido disciplinas específicas para professores que exercessem o magistério há mais de dois anos, no período anterior à Resolução, desde que apresentassem certificado de curso de aperfeiçoamento ou

especialização. No mesmo parágrafo, acrescenta-se ainda que, mediante tais situações, caso o professor não possua o tal certificado, que se apresente um registro provisório.

Tal como proposto por Saviani (2013b), as leis possuem um espírito, uma intencionalidade que revela de maneira pouco objetiva suas finalidades e objetivos. De acordo com esse mesmo autor, compreender o contexto no qual a lei foi objetivada auxilia a análise de sua propositura. Desse modo, ao considerarmos o contexto anterior a 1964, mas principalmente após o golpe militar, podemos sugerir que a educação tenderia a ser objeto e objetivo para realização do plano político, no caso, promover uma sociedade com um mínimo de educação para atuar na nova esfera de trabalho bem como atingir uma padronização na ideia de um corpo saudável e preparado para o novo modelo moderno de sociedade.

Ao notarmos as disciplinas pensadas para a formação das normalistas, percebemos uma série de conteúdos que já estavam presentes desde o século XIX, como propostas eficazes para o ensino das mulheres e, conseqüentemente, para sua reverberação na sociedade, fosse em casa ou na escola., Por meio das Fichas que analisamos e das leis que identificamos, percebemos que, durante o século XX, a ENECG, apoiada em um discurso de modernidade e com o acréscimo da ciência, permanece centrada nessa educação regeneradora, para contribuir com a salvação da pátria, deixando clara sua intenção na formação de professoras primárias.

#### 4.2.2 Resolução n° 30/70

Ainda em um contexto de conturbação política, leis para regulamentar o ensino continuam sendo estabelecidas. Ainda na Paraíba, em 1970, mais uma lei organizada pelo Conselho Estadual de Educação foi identificada em nossa busca: a Resolução n° 30/70, a qual discorre sobre a mudança de disciplinas e práticas para organização do currículo do Curso Colegial Normal, especificamente para os cursos de 2° ciclo, como o da ENECG.

A partir dessa Resolução, o currículo passa a ser dividido em três eixos: Disciplinas de Cultura Geral; Disciplinas Específicas; e as Práticas Educativas. Em resumo, essa Resolução, assim como outros documentos semelhantes, não apresenta grandes diferenças das propostas anteriores nem da Lei Orgânica para o Ensino Normal de 1946. Abaixo, conferimos, conforme os eixos explicitados, as disciplinas que deveriam ser ministradas e em quais séries.

**Quadro 14:** Disciplinas de Cultura Geral – 1970

Disciplinas de Cultura Geral	Séries
Português	3 <sup>a</sup>
Matemática	2 <sup>a</sup>
História do Brasil e da Paraíba	1 <sup>a</sup>
Geografia do Brasil e da Paraíba	1 <sup>a</sup>
Ciências	1 <sup>a</sup>
Educação Moral e Cívica	3 <sup>a</sup>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No tocante às disciplinas comumente cursadas e identificadas como de Cultura Geral ou de Formação Geral, estas permanecem, com o acréscimo de Educação Moral e Cívica, que deixa de ser uma recomendação a ser desenvolvida no espírito de todas as disciplinas, conforme o Decreto-Lei 8.530. O exercício da disciplina deveria ocorrer então nas três séries do Curso Normal, assim como Português.

O Parecer n° 94, de 1971 discorreu mais abertamente sobre as especificidades dessa Educação Moral e Cívica, que passaria a compor não só a formação de professoras mas todo o ensino brasileiro. De acordo com as considerações preliminares desse Parecer, compreender-se como *Civita*, um ser no mundo, era essencial para desenvolver os aspectos necessários de um cidadão moral que respeitava e, sobretudo, amava sua pátria. A ENECG passou a integrar em seu currículo, como disciplina, a educação Moral e Cívica, nas três séries, nos anos de 1970 e 1971.

Nessa composição ufanista e moralizante do cidadão, que possui uma liberdade vigiada, constatamos que, ao ser um dos componentes nas três séries do Curso Normal, a disciplina de Educação Moral e Cívica compreendia um aspecto necessário a ser desenvolvido, comum e geral, como descreve o documento, assim sendo conteúdo indispensável ao desejo da sociedade, em detrimento de conhecimentos de História, da Geografia e das Ciências. Esse tipo de valorização aponta para saberes básicos, os quais se desejava incutir como uma formação basilar, para a qual importava ter noções de leitura, escrita e compreensão de moralidade e civilidade, essencialmente.

Ao contrário da Resolução n° 1/68, as disciplinas específicas são identificadas na Resolução de 1970. Mais do que inferir as possibilidades dos docentes se registrarem nas disciplinas voltadas especialmente para o Curso Normal, a Resolução n° 30/70 engloba um quadro de disciplinas metodológicas mais amplo do que percebido anteriormente.

**Quadro 15:** Disciplinas Específicas – 1970

Disciplinas Específicas	Séries
Psicologia Educacional	3
Sociologia Geral e Educacional	2
Higiene e Educação Alimentar	1
Didática Geral (teórica e prática)	1
Didáticas Especiais (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências)	2
Prática de Ensino	2
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	1
Administração Escolar	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Ainda na perspectiva de um ensino moderno, com bases científicas, notamos a Psicologia Educacional como integrante indispensável da formação das normalistas, uma vez que está presente nas três séries do curso.

Os Conhecimentos Físicos e Biológicos são retirados da grade curricular e se insere, em conjunto com Higiene, a Educação Alimentar. Desta vez, apenas em uma das séries do curso. Embora sejam as disciplinas específicas e possuam maior número de conteúdo, esse eixo possui apenas a Psicologia como integrante das três séries, afirmando-se a centralidade na ciência (LOURO, 1997).

As Didáticas e a Prática de Ensino que provavelmente garantiriam à professora um bom exercício de sua prática são cursadas apenas em duas séries. E essas séries tratam de períodos entre os meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro, isto é, semestres. Percebemos, também, a inclusão da disciplina de Administração Escolar, nas Fichas Individuais das alunas, nos anos de 1970 e 1971, que passou a ser cursada na 3ª série da ENECG. Embora não tenhamos encontrado outros vestígios acerca dessa adequação, supomos que a educação em Campina Grande-PB e a formação de professoras atendia ao projeto nacional de desenvolver cidadãos participantes e responsáveis com a pátria, adequando seus currículos a esse projeto.

Por fim, ainda no que diz respeito às disciplinas, o último eixo é composto pelas Práticas Educativas. Estas acompanham as três séries do Ensino Normal e fazem parte, segundo Kulesza (2014), do conjunto de conteúdos identificados como instrumentais.

**Quadro 16:** Práticas Educativas –1970

Práticas Educativas	Séries
Arte na Educação Primária (Artes Plásticas e Visuais, Música, Canto e Recreação na Escola Primária)	3

Educação Física	3
-----------------	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

A formação artística, como pudemos notar nas matérias divulgadas no jornal *Diário da Borborema*, no item: *Os Cursos e Clube de Estudos da ENECG descritas no Diário da Borborema*, compunham a integralização do currículo das normalistas. Além dos aspectos sensíveis, as artes, produção de artefatos manuais bem como as apresentações de danças, teatro e música difundiam o conhecimento construído dentro da Escola, que era externalizado e divulgado para a sociedade, compondo então uma espécie de ressonância e vigilância das alunas para com a sociedade de que faziam parte.

A redação da Resolução 30/70 é breve e objetiva: após apresentar o quadro das disciplinas, especifica que estas, assim como os programas, devem obedecer às recomendações da Divisão do Ensino Normal de Educação Média. E alerta para o fato de que, para o funcionamento do curso, se faz necessária a Escola de Aplicação, para exercício da prática docente das normalistas. Essa escola deve ser registrada no Departamento de Educação Primária.

*Práticas Escolares da Escola Normal Estadual de  
Campina Grande: solenidades escolares e desfiles cívicos*



Dentre as atividades realizadas na Escola Normal Estadual de Campina Grande -PB, estão as exposições, festividades, formaturas e solenidades, as quais se desenvolviam de forma educativa e expositiva, de modo a transpor para a sociedade parte da formação das normalistas. Embora Lopes e Macedo (2011) constatem que no currículo não transparece a realidade vivida na escola, os vestígios deixados nos propõem reflexões que nos aproximam das singularidades e particularidades do funcionamento dessa Escola.

Os fragmentos aqui apresentados corroboram o pensamento de Julia (2001), ao analisar os artefatos materiais produzidos pela escola como resultado do contexto histórico, político, religioso, social etc. no qual a instituição formativa estava inserida. Os desfiles cívicos, festa de despedida, baile de formatura entre outros elementos compõem, portanto, a cultura escolar da formação das normalistas campinenses.

Considerando as atividades pedagógicas realizadas dentro e fora da escola como constituintes de práticas escolares, concordamos com o pensamento de Silva (2014, p. 153), ao propor que essas atividades eram “[...] pensadas como momentos de comemoração, descontração, solenidade, nos quais pessoas se confraternizam, trocam experiências, jogam, atuam diferentemente, preparam-se, observam, alegram-se em torno de algo, como uma data que marca um acontecimento”.

As exposições, apresentações, formaturas, missas etc. compuseram acontecimentos na formação das normalistas campinenses. Além da formação teórico e prática esboçada nas leis e nas Fichas Individuais das alunas, essas práticas também expressavam sentidos e significados particulares da formação – como salienta Andrade (2017), as formaturas das normalistas, por exemplo, eram o grande momento da conclusão do curso. Dotadas de todo um ritual, as formaturas eram pomposas e aparentemente vinculadas à conclusão da vida escolar das normalistas, onde alguns símbolos, como benção dos anéis, colação de grau se fazem presentes no evento, assim como no ensino superior.

Cabe destacar que a formatura das normalistas era atravessada por marcas do religioso, particularmente da religião católica. A doutrinação e o pensamento da mulher como sujeito de vocações para com as crianças e a regeneração da sociedade tiveram grande contribuição e influência da religião católica (ALMEIDA, 2004). Tal influência difundiu na formação e profissão um ideal representativo de professora, com dons e vocações a serem aperfeiçoados, por vezes negligenciando o profissional. Esses traços são observados em

pequenos sinais e atitudes que perpassam exigências da moral e comportamento das normalistas bem como em situações celebrativas, como a Páscoa e a formatura.

Por fim, os desfiles cívicos compuseram fotografias, ensaios e momentos de divulgação no jornal. Os desfiles de Sete de Setembro são exemplos da participação das normalistas, com identificação da escola e apresentações musicais. Cabe destacar, no entanto, que, em outro momento, a saber a comemoração do centenário de Campina Grande-PB, as normalistas também participaram de um desfile em homenagem à cidade.

Como parte da cultura escolar e dos valores projetados socialmente, essas práticas são compostas de significados e interesses: “[...]motivam à constituição de uma identidade, se promove formação intelectual e cultural, se requer reconhecimento da população por algo realizado, se inculcam sentidos nas pessoas(sic) se difundem valores e crenças, fazem exaltação a determinada personagem e muitos outros significados” (SILVA, 2014, p. 153).

### 5.1 Solenidades escolares e desfiles cívicos

O currículo da ENECG era desenvolvido amplamente, isto é, em relação com o social, as normas e leis, moralidade, civildade, entre outros. Tais estruturas compunham um traço cultural e histórico, o qual definimos como conservador e que respondia à construção social do período por nós estudado. Em consonância com o pensamento de Chartier (1991), entendemos que toda história é cultural, manifestada de símbolos e significados particulares, não nos cabendo definir se são certos ou errados.

A partir desse entendimento e das fontes analisadas, identificamos que as solenidades compuseram o currículo e a cultura escolar da formação de professoras em Campina Grande-PB, na Escola Normal Estadual de Campina Grande, no período de 1960 a 1971, de forma que, como destaca Andrade (2017) sobre o Instituto Pedagógico, tudo o que as normalistas desenvolviam, isto é:

Todas as suas atividades – teatro, exposição de artes plásticas, trabalhos manuais e prendas domésticas (richelieu, bordado, desenhos e pontos diversos) música e canto orfeônico – se traduziam em grandes eventos e comemorações, que faziam parte do calendário de festividades da escola. (ANDRADE, 2017, p. 68)

De forma semelhante ocorria na ENECG. Podemos supor que, conforme a exemplificação de tradição de Hobsbawm (2005), reproduzir esses caracteres era afirmar a possibilidade de construção das normalistas. Assim, esses símbolos eram necessários para entender e compor também o magistério primário.

As exposições, apresentações, a formatura e os desfiles cívicos foram então instrumentos de uma tradição produzida que atribuiu sentido e significado à formação de professoras. Em consulta ao álbum da ENECG, identificamos uma série de fotografias dos desfiles cívicos em diferentes anos. Um dos mais significativos espaços para divulgar para a sociedade as atividades desenvolvidas na ENECG bem como aspectos de ordem e respeito à pátria.

Nas fotos, durante os desfiles cívicos, notamos que as alunas participavam, além das aulas de Música e Canto Orfeônico, de uma banda marcial, possivelmente própria para os desfiles dessa natureza. A presença de instrumentos carregados pelas normalistas nos permitem tal dedução.

**Foto 13:** Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1963



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

O comportamento e o enquadramento das fotos nos permitem inferir composições do currículo formativo da ENECG. Adotando a ideia de formação moral, as normalistas eram inseridas dentro do aspecto civilizador. Os desfiles cívicos assumiram essa característica e foram incorporados com maior ênfase nas escolas públicas, particulares e confessionais,

notadamente a partir de 1964, quando as marchas em ordem e defesa da nação e da família representaram a participação da sociedade na luta contra o comunismo (RIBEIRO, 2017).

**Foto 14:** Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1964



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

**Foto 15:** Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1967



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

A forma de se vestir da normalista é praticamente sempre a mesma, o uniforme padronizado azul e branco, saia próxima ou abaixo do joelho, camisa branca de mangas compridas adornada de uma gravata, sapatos pretos com meias brancas. Nos três desfiles

aqui expostos – 1963, 1964 e 1967 –, a vestimenta das normalistas aparentemente não difere. As fileiras organizadas de modo alinhado mostram os pelotões e organização para com a atividade. Esse modelo de organização pode ser comparado ao sistema de espaço serial definido por Foucault (2014), onde se “[...] permite ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais(sic) tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos”.

A organização das séries ou classes, como pensado por Foucault (2014), se detém ao trabalho do professor que, com o olhar cuidadoso classifica a ordem dos alunos. Nesse sentido, ao observarmos as Fotos 13 e 14, notamos um homem que acompanha as normalistas no desfile. Em ambas as situações, ele aparece do lado direito da imagem: na primeira foto, posicionado de forma a marchar junto com as alunas, e, na segunda foto, aparenta estar dando instruções, de modo que o percebemos de costas para a fotografia, nos permitindo inferir a ordem e classificação como pressuposto de vigilância na atividade realizada pelas normalistas.

Como mencionado, essas práticas, além do cunho formativo, tinham também o caráter de demonstrar à sociedade aspectos da vida escolar das normalistas. Nas fotos 13 e 14, notamos a presença de público. Na Foto 15, há apenas algumas crianças ao fundo da imagem. Cabe destacar que as três fotografias foram tiradas em um ângulo que permite visualizar a extensão dos pelotões, denotando assim a participação efetiva das alunas bem como o número significativo de normalistas matriculadas na escola.

Além dos instrumentos, notamos também que as alunas portam bandeiras, como objetos simbólicos que repercutiam valores e crenças patrióticas no Estado, o que preconizava educação e segurança. De uma forma geral, a atividade de desfilar se configurou como uma das práticas integrantes do fazer escolar, tal qual o uso de recursos didáticos. Os desfiles cívicos se constituíram como um método de ensino, do disciplinamento, da organização e dos valores morais preconizados desde a instauração da República.

Esses símbolos eram apresentados nas fotografias como resultados do contexto histórico, político e cultural da educação e da formação das normalistas, pois ao serem retratadas na fotografia expressam um produto final, uma intencionalidade, construída e produzida pelos homens (KOSSOY, 2012), a fim de expressarem a mensagem de comportamento e civilidade presentes na prática escolar.

Como nas fotografias, o *Diário da Borborema* também visibilizava os desfiles cívicos do qual as normalistas participavam. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, é possível identificar notícias que tratam da atividade cívica. Em nossas fontes, constatamos descrição dos desfiles nos anos de 1961, 1964, 1969 e 1971. Tal evidência não afirma que em outros períodos as normalistas não tenham participado da atividade.

A Escola Normal de Campina Grande, consoante declarações que nos foram prestadas ontem à noite pelo seu diretor, prof. Fernandes Silveira, também participará do grande desfile cívico-militar do próximo dia 11 de outubro feriado municipal e data de fundação da cidade.

Adiantou-nos o prof. Fernandes Silveira que a Escola Normal não poderia ficar alheia a tão meritoria e iniciativa estando, por isso, integralmente solidário com os diretores da "Comissão do Centenário", acrescentando, ainda, por outro lado, que a Escola que dirige terá participação ativa, inclusive desfilando com faixas alusivas ao centenário e fundação da cidade. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1961, p. 8, ano IV – nº 1354)

A nota construída com informações cedidas pelo diretor da escola permite analisar a alusão simbólica do desfile cívico na sociedade campinense. Mais que um momento de solenidade, de apresentação para a sociedade da organização escolar, essa prática também pode ser visualizada mais uma vez como o momento de as normalistas, nessa análise, simbolizarem e representarem a ENECG. Assim como nos rituais religiosos que as normalistas eram caracterizadas por seu fardamento, nos desfiles cívicos a representação se repete, permitindo que esses atos sejam momentos de confraternização coletiva e social, nos quais as normalistas “vestem a camisa” da instituição (SILVA, 2014).

A simbologia do uniforme das normalistas, também nesses momentos de desfiles cívicos, foi destacado no *Diário da Borborema* “[...] Somente moças participarão da representação do colégio, de vez que o educandário é exclusivamente feminino. Veremos, então, com toque de graça e juvenildade as professorandas campinenses envergando os uniformes vistosos dos colonizadores de outrora”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1964, p.1, ano VIII – nº 2191)

No período de 1969, os desfiles foram narrados, no jornal, com a presença de um grupo de 23 colégios campinenses, que comemoravam, na *Semana da Pátria*, a independência do Brasil. Em uma das fotografias coletadas na Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, identificamos, em 1969, outro formato de representar a escola nos desfiles cívicos. Deduzimos que havia vários pelotões que compunham a atividade. E,

embora cada pelotão expressasse alguma característica, estes portavam o nome da Escola, de modo que, na Foto 16, observamos as normalistas com outro uniforme, diferente do padrão saia azul, camisa branca, meias brancas e sapatos pretos, mas divulgando o nome da escola.

**Foto 16:** Desfile de 07 de setembro – Normalistas 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, 1969.

O jornal descreve que a ENECG foi a segunda escola a desfilar. E, nessa foto, podemos visualizar o que Silva (2014) destaca a respeito dos discentes identificarem suas escolas. Na fotografia, observamos as alunas em uma ordem, que nos permite visualizar, por meio das letras, o nome “Normal Estadual”, fazendo alusão, então, à Escola Normal Estadual de Campina Grande. Também como nas fotos 13 e 14, percebemos a imagem de um homem que acompanha o desfile, que pode ser o diretor da escola ou outro professor, e se encontra em uma posição de supervisão e ordenamento, conferindo o desenvolvimento da atividade realizada pelas alunas.

Constatamos, em particular, uma mudança na uniformização das alunas. As camisas permanecem de mangas longas, mas sem as gravatas e ou os botões. O comprimento da saia era menor em relação aos uniformes anteriores, podendo ser identificada como uma minissaia; em nossa análise, deduzimos que a utilização dessa vestimenta representava uma adequação ao comportamento revolucionário não só da moda mas também das características de vida e personalidade do jovem, nesse caso da mulher. Sob influência

internacionais, a minissaia assume uma profusão no cenário brasileiro no contexto pós-guerra e acentua um caráter de jovialidade às mulheres.

Parte das mudanças sociais ocorridas nesse período também são de desenvolvimento de estudantes, no entanto alguns destes eram envolvidos com grupos que desconsideravam a atuação do governo. Identificados como guerrilheiros, esses grupos possuíam um caráter de luta por meio da mão armada, e, conforme Müller (2021), a contestação desses grupos também era representada por meio das vestimentas. A minissaia, assim como um conjunto de indumentários da indústria feminina, não compunha o cenário de atores entendidos como contestadores. De tal modo, a Escola como parte da sociedade também produzia e reproduzia sentidos do contexto. Assim, entendemos que “A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada” (KOSSOY, 2012, p. 39).

As fotografias bem como as matérias divulgadas no *Diário da Borborema* expressam a atividade dos desfiles cívicos como uma prática escolar presente na formação das normalistas. “É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume” (HOBSBAWM, 2017, p. 9). O desfile cívico é uma prática que antecede a ENECG, de modo que essa instituição se insere e se adequa a essa tradição elaborada e difundida socialmente, compondo parte do costume da sociedade campinense.

#### 5.1.1 “*Vamos embora*” – as despedidas das normalistas

Compondo o quadro de práticas escolares, identificamos algumas festas/aulas de despedidas, quando da conclusão do curso das normalistas. Como práticas sociais e escolares, a despedida marca um dos ritos de conclusão de etapas, nesse caso a formação educativa. As normalistas estariam passando de etapa. Concluindo o Curso Normal, passavam a estar aptas a serem professoras.

Por meio das fotografias, identificamos um cenário de menor rigidez no comportamento das alunas. Na Foto 17, por exemplo, notamos as normalistas abraçadas, descontraídas, sorridentes e com objetos, como garrafas, nas mãos. Possivelmente a despedida incluía também comes e bebes. No quadro, por trás das normalistas, há mensagens escritas como *Afinal Unidas, Vamos embora* e *Não nos esqueçam*. A mensagem “afinal

unidas” aparece duas vezes na fotografia, o que permite inferir que a turma de 1969, como data o arquivo da instituição, aparentemente tinha problemas de convivência. Sinais que não transparecem em outras fotografias e nas notícias do jornal.

**Foto 17:** Festa de despedida 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

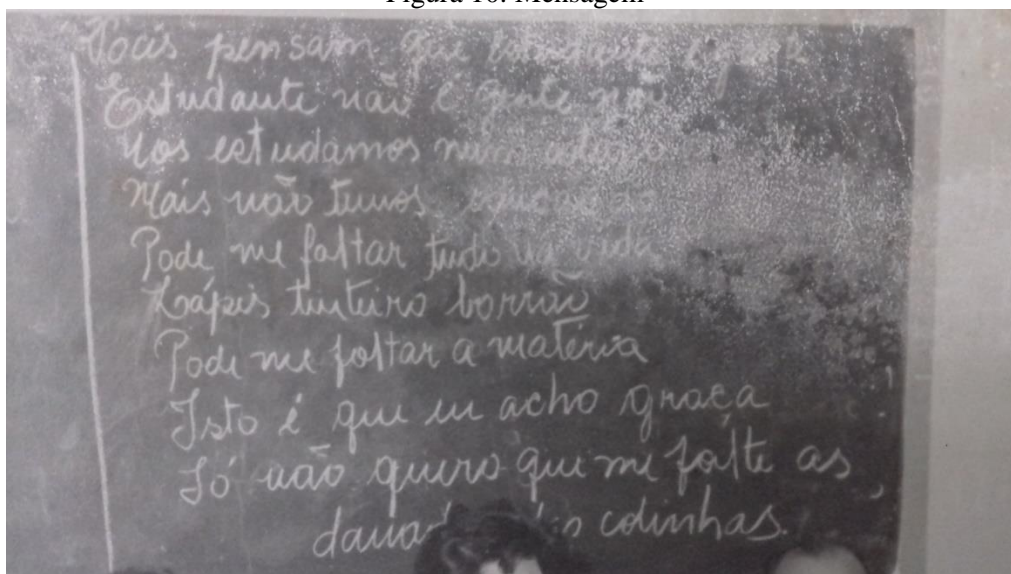
As aulas ou festas de despedidas aconteciam no espaço escolar, com a presença de professores, do diretor da escola e das normalistas. A Foto 18 apresenta a mesa posta como bolo e bebidas, e, em volta da mesa, professores e o diretor da escola. Também se registra a presença de uma aluna, possivelmente em posição de discurso. No quadro, atrás dos sujeitos, mais uma mensagem.

**Foto 18:** Festa de despedida 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Figura 10: Mensagem



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

A conclusão do Curso Normal podia significar o início da vida profissional das jovens normalistas, em alguns casos o fim da escolarização para realização de outras etapas, dentre elas o casamento. Nas duas fotografias, em comum, há mensagens no quadro. Na segunda fotografia, porém, observamos uma cena mais formal, possivelmente com uma normalista realizando algum depoimento, e os professores e diretor – à esquerda – se mostram atentos à mensagem proferida pela aluna.

Sobre a mensagem, é possível identificar: *Vocês pensam que estudante é gente/ Estudante não é gente não/ Nós estudamos em um colégio/ Mais não temos educação/ Pode me faltar tudo na vida/ Lápis tinteiro borrão/ Pode me faltar a matéria/ Isto é que eu acho graça/ Só não quero que me falte as danadas das colinhas*. Supomos que, assim como na outra fotografia, a mensagem seja uma produção das normalistas. Ao buscarmos mais esclarecimentos sobre esse trecho, não identificamos nenhuma referência. Cabe destacar que as alunas se referem a sua passagem pela Escola Normal, nas duas situações, nas mensagens não percebemos alusão à profissão que iriam desempenhar, mas ao seu período como estudantes.

As duas fotos permitem concluir que a atividade ocorreu em sala de aula, pois, além do quadro, é possível notar as carteiras das alunas. O uniforme permanece característico das normalistas, no entanto observamos que a gola da camisa aparece mais aberta, as mangas estão curtas, assim como a saia. Há a presença do sapato preto e as meias brancas, apenas

uma aluna aparece com meias pretas (Foto 17). O uniforme na ENECG era padronizado e adotava elementos básicos como a camisa branca, saia azul, sapatos pretos e meias brancas, podendo existir dois uniformes: um para os eventos, como desfiles, missas e exposições, e outro para uso cotidiano.

**Foto 19:** Festa de despedida 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

Em contraposição às demais atividades escolares que apareciam como prática no período de conclusão do Curso Normal, as aulas de despedidas não eram descritas no cronograma exposto no jornal, mas, conforme observamos no álbum da ENECG, essa prática pode ter ocorrido por diferentes períodos, sendo também uma característica da cultura escola desta instituição.

A Foto 19 apresenta, em acordo com a datação feita no álbum, a despedida das normalistas de 1968. Assim como nas fotos anteriores, a atividade ocorreu na escola, em uma sala de aula, com a presença das normalistas, professores e diretor da escola. O quadro também possui uma mensagem. Embora não seja possível identificar tudo o que está escrito, notamos que se destina à *Heroína da Instrução*, isto é, às normalistas em formação, futuras professoras. Retomamos, aqui, os preceitos difundidos pelo ideário liberal: como heroínas,

as mulheres contribuiriam com o futuro da nação, se torna responsabilidade da mulher educar a família e a nação (CHAMON, 2005).

Destacamos ainda outros termos adjetivos que definem, conforme a mensagem, a professora: *tua bondade, educadora querida, humilde*. Características que somadas ao conjunto moral da formação compunham a representação criada em torno da mulher, da professora. Conforme Louro (2008, p. 17), fazer-se mulher denota uma construção, que “[...]dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”.

Se fazer normalista e professora, no período de 1960 a 1971, na ENECG, constituía-se em obedecer às normas e valores morais que condicionavam a mulher a um espaço vocacionado à salvação da sociedade. Um local de submissão acentuado por símbolos e regras, que comumente eram definidos por homens. De acordo com Bruschini (1981, p. 73)

Na família ou na escola, através de jogos, brinquedos, literatura, televisão e outros mecanismos transmissores da educação informal, vão sendo inculcadas diferenças de temperamento entre os sexos que passam a ser consideradas diferenças “naturais”, próprias à biologia do homem e da mulher. A vocação materna torna-se uma característica tão obrigatória na mulher quanto o desejo de vencer na vida do homem. Constrói-se gradativamente um “masculino” e um “feminino” que, na verdade, são muito mais históricos e sociais do que biológicos.

A escola, nesse sentido, atua como reprodutora dessa tradição. A formação de professoras dotada de regras e costumes sociais inseriu no cotidiano das normalistas aspectos que as tornariam significativamente mulheres capazes de salvar a sociedade. Cristãs, bondosas, humildes, heroínas e mais uma série de adjetivos que qualificam a formação das mulheres, que cria um modelo de representação para a profissão, mas não as caracteriza como sujeitos que desempenham uma contribuição social.

Na Foto 19, as normalistas, como destacado anteriormente, aparecem de forma mais despojada, seguem o uniforme, mas saem da padronização exigida para a exibição social. Com as cadeiras fora da disposição padrão, enfileiradas, notamos que as alunas conversam e se mostram íntimas. Nessa foto, um professor aparece na posição de orador, possivelmente fazendo uma homenagem para a turma concluinte.

Ao contrário do que observamos nas fotografias anteriores, a aula ou festa da despedida nos faz atentar para um detalhe para o qual Burke (2004) chama a atenção: as

imagens formam parte da história, mas apresentam, por vezes, intencionalidades da mensagem que será transmitida. No nosso caso, as fotos referentes às práticas religiosas bem como os desfiles cívicos apresentam todo o comportamento regrado e moral para o ensino normal, sinais que já havíamos identificado antes por meio das outras fontes documentais. Nesse caso, as imagens estariam reforçando a ideia de currículo baseado em normas e comportamento. As fotografias da festa de despedida em 1968 e 1969, embora mantenham vestígios do comportamento idealizado para as normalistas, mostram que o enquadramento, a disposição dos corpos em espaços temporariamente marcados e definidos se esvaem.

De pé, como na Foto 17, ou sentadas como na Foto 19, as alunas não estão no quadriculamento rígido da formação. Existe a possibilidade, no que concerne à Foto 17, de que o planejamento prévio da fotografia tenha sido esse, de mostrar a conclusão do curso como algo satisfatório, que alegrava as moças. Cabe destacarmos que o alinhamento preconizado durante toda a formação atua de forma mais sutil, menos formal, não deixando, porém, de existir o controle, uma vez que os sujeitos que detinham o poder também se faziam presentes na execução da atividade – professores e diretores.

A Foto 19 então desarticula o sistema tradicional das cadeiras dispostas em filas e ocupadas apenas por uma pessoa. As carteiras estão desalinhadas e as normalistas sentadas agrupadas, em duplas ou trios, outras estão de pé, por trás das que estão sentadas. Na fotografia, enquanto o professor parece estar proferindo algo, notamos que as alunas não aparecem tão atentas e disciplinadas como nas fotos registradas em outras práticas. Dessa forma, essas fotografias indicam vestígios que não identificamos em outros documentos. As normas, regras, o poder, estão presentes na formação das normalistas, mas sua imposição acontece de forma específica, a depender da atividade realizada e do sujeito para quem é direcionada, convidado a perceber.

Ao supormos que as fotografias podiam ser instrumentos de veiculação de mensagens, inferimos, conforme Burke (1994), que existia uma fabricação da imagem pública das normalistas. Assim como a fabricação da imagem pública do Rei Luis XIV, os precedentes de moral e comportamento regrado para o corpo feminino já existiam antes da inserção das mulheres no Curso Normal. Todo o aparato de vigilância é reforçado pela política, pelas práticas culturais e pela religião, e, nesse processo, a publicização da figura da professora como heroína da nação é forjado, mantendo-se, portanto, a representação cultural do status de professora.

Para nós, as fotografias funcionaram como instrumentos de resguarda da memória dessa representação bem como simbolização política da educação e da profissão dessas moças. Um campo atravessado por interesses políticos, acelerar a formação e a escolarização das massas bem como criar preceitos de saúde, higiene e moral, compuseram algumas das práticas escolares desenvolvidas na ENECG.

### 5.1.2 A beca o capelo e a diplomação das normalistas

Além da importância da formatura, pontuada por Andrade (2017), a conclusão do curso das normalistas ganhava notoriedade nas páginas do jornal *Diário da Borborema*. Mais do que a exposição das atividades, como nos desfiles cívicos, a conclusão do curso repercutia a passagem de etapas para a normalista, ou seja, a escola entregava à sociedade campinense mulheres aptas à vida pública, a diplomação simbolizava uma espécie de debute da normalista. As matérias descreviam todo o curso da solenidade e identificava também a quantidade de professoras formadas por ano. Todo esse simbolismo nos permite refletir sobre a ideia da construção da imagem dessa normalista. As fotos, construídas nesse meio, também são carregadas de vestígios e símbolos que representam a professora primária, isto é, uma mulher, aparentemente simples, mas bem vestida – com decoro, delicada e subordinada, normalmente, aos homens.

Como nas imagens produzidas, a foto do baile de formatura em 1964 apresenta, uma normalista ou professora, possivelmente realizando uma homenagem/declaração da turma concluinte. Atrás dela, do lado esquerdo, normalistas e, do lado direito, apenas homens. Apesar de ser um momento celebrativo, as expressões das pessoas são sérias e discretas. Supomos que os homens, notadamente o que está sentado à mesa, deva fazer parte do grupo de sujeitos comumente homenageados pelas alunas, como o paraninfo da turma.

**Foto 20:** Baile de Formatura – 1964



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

**Foto 21:** Colação de Grau – 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

**Foto 22:** Colação de Grau – 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Na colação de grau de 1968, notamos que as normalistas usam a beca, assim como para atos de conclusão do ensino superior. Na imagem, a moça recebe das mãos do diretor um papel, que deduzimos tratar-se do diploma. Na Foto 22, o ato é semelhante, porém, ainda na Foto 21, podemos observar a presença do público prestigiando o momento. A colação de grau e entrega dos diplomas era um momento a ser registrado e exposto socialmente. Além da participação de familiares das normalistas, a sociedade era convidada para apreciar a festividade.

Identificamos, na Foto 21, duas mulheres. Uma parece estar falando ao microfone, possivelmente convidando as normalistas para receberem o diploma, no entanto na imagem percebemos que a normalista recebe um cumprimento de mãos do diretor. E a segunda mulher, uma religiosa. Duas marcas de poder estão implícitas nessa imagem: a da religião que atravessa a formação das mulheres e a das normalistas, determinando os padrões morais de costume e também de vigilância do corpo, bem como a figura do diretor, responsável, na escola, pela formação e vigilância das alunas. A entrega do diploma pelas mãos do diretor acentua que a este se concebia o poder de informar à sociedade que as normalistas estavam formadas, haviam concluído o Curso Normal e assim se encontravam preparadas para contribuir com a formação da sociedade.

Na Foto 22, não é possível identificar pessoas acompanhando a colação de grau ou até mesmo quem entrega o diploma. A intencionalidade da fotografia está disposta em outro campo, ainda o do poder, centrado na figura de um homem. Este recebe o diploma da normalista, ao seu lado a formanda de beca e capelo, indicando ser a futura professora. A figura que lhe conferiria autoridade sobre a possibilidade de ensinar e onde – escola ou casa – é, entretanto, o detentor do diploma, sujeito que poderia ser pai ou marido da concluinte, figura que se identifica como a autoridade que ainda permanece centrada no homem e na religião, controlando o destino das mulheres.

As fotografias apresentam, de forma simbólica, que as mulheres exerciam um papel profissional submisso, como ideal de vocação e sacerdócio, mais associado à perspectiva de missão. Ainda que necessitassem aprimorar seus dons com alguns conhecimentos, educar as futuras gerações era um serviço para com a sociedade e com a pátria, o qual necessitava ser orientado e vigiado pela religião e pelos homens.

**Foto 23:** Baile de Formatura – 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

**Foto 24:** Baile de Formatura, Normalistas e Diretor – 1968



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia.

**Foto 25:** Colação de Grau – Entrega de anel – 1969



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Parte integrante das festas de formatura, os bailes sinalizavam o ápice da comemoração da conclusão do curso. Como evento elaborado pelas normalistas, toda a comunidade se envolvia com a festa, familiares, amigos e personalidades políticas se faziam presentes em tais ocasiões. Conforme Silva (2014), as formaturas constituíam momentos pomposos, que evidenciavam a importância do saber produzido na instituição, além de ser um espaço para homenagens de professores, políticos e diretores.

A primeira turma de alunas formadas da ENECG concluiu o curso em 1962; conforme a Ata das Concluintes, 25 alunas terminaram o ensino normal. À medida que os anos passavam, o número de alunas matriculadas na instituição aumentava. Conforme um documento escolar, que registra o número de matrículas da instituição, no ano de 1964 haviam 48 alunas matriculadas e, em 1965, 96 alunas. Conseqüentemente também aumentava o número de professoras diplomadas. Ainda que nem todas fossem assumir o cargo como professora do ensino primário, a ENECG pode ter contribuído significativamente para o aumento de professoras diplomadas em Campina Grande-PB e em outras cidades paraibanas.

Como as estruturas organizadas e planejadas, a formatura era o último momento dedicado à formação das normalistas. Conforme notamos na Foto 24, as alunas participavam do baile. Registravam momentos e homenagens com o diretor e professores – Foto 25 – e recebiam o anel como símbolo que condecorava a finalização do curso e ingresso na profissão.

Nas fotografias 23, 24 e 25, notamos a presença masculina como mais um marco no acompanhamento das normalistas. Durante o baile, as alunas dançavam com seus pais, irmãos, namorados e ou noivos. A figura masculina que supervisiona, direciona e vigia

também se confraterniza, sendo eles os que favorecem e guiam as normalistas até esses momentos. Na foto 24, ao centro, identificamos o diretor da escola; dessa forma, entendemos que, embora a formatura fosse o momento de realização formativa das normalistas, os sujeitos que contribuíam para a formação das professoras também estavam presentes.

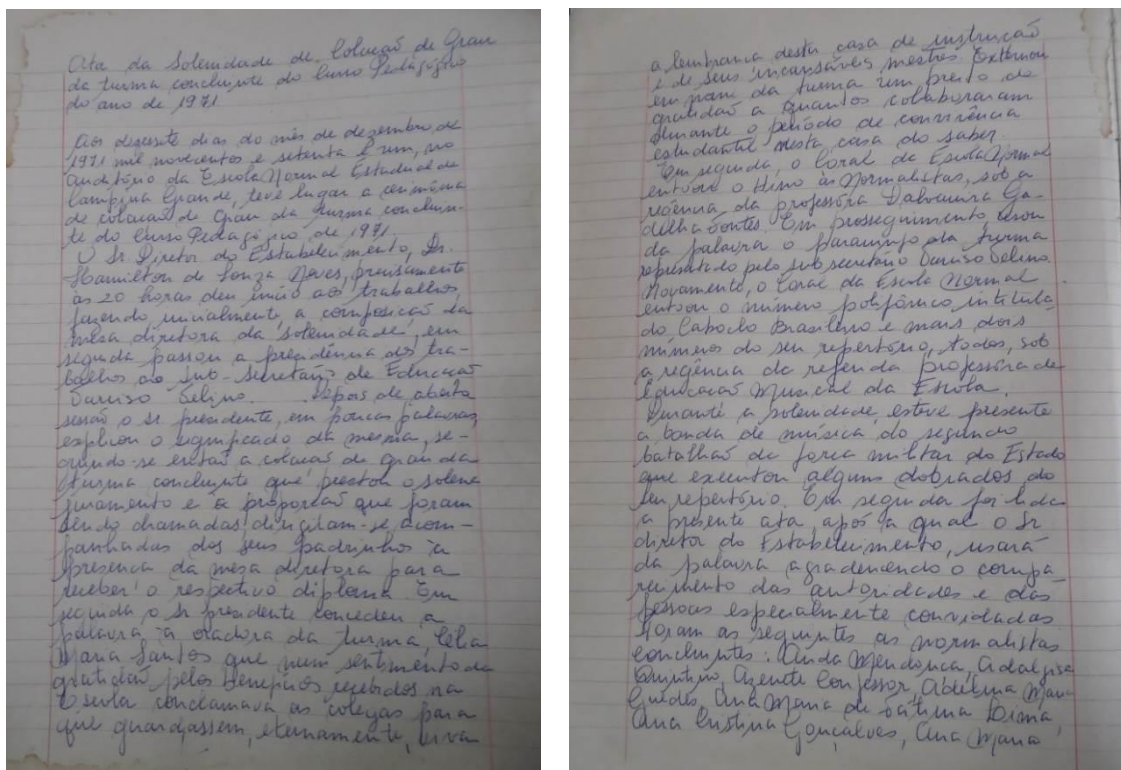
A foto demonstra a organização e o enquadramento do qual as alunas foram dispostas bem como a uniformidade na roupa. Apesar de não se tratar do traje característico, todas as formandas estão de branco ou tons claros, no vestido e sapatos. Por trás das alunas, estão outras pessoas que, provavelmente, estavam prestigiando a formatura, indicando também que essas práticas eram realizadas em locais amplos, com disposição de mesas e espaço para dançar, como analisamos nas notícias divulgadas no jornal.

No que diz respeito à Foto 25, notamos a entrega do anel para a normalista concluinte. Ao fundo da imagem, duas mulheres observam a cena – podem ser familiares, amigas ou professoras – e um homem coloca o anel no dedo da normalista. Aparentemente a expressão das mulheres caracteriza felicidade pelo momento, ao passo que o homem apresenta uma formalidade que o leva à seriedade. Assim como em outros momentos, inferimos que a entrega desse símbolo por um homem repassa mais evidências que apenas a postura de entrega do anel. Assim como quem acompanha a normalista, é a figura masculina que lhe entrega seus símbolos de professora. Mesmo formada, a normalista ainda tem um homem para precedê-la. Como já discutimos, o currículo comumente pensado para formação de professoras era articulado e definido pela voz dos homens, eles tinham a autoridade de falar pelas mulheres (LOURO, 1997). Essa forma de poder perpassava o ambiente doméstico e as mulheres permaneceram presas sob a vigilância e autorização dos homens como algo natural, como um ser que requer proteção.

A solenidade era registrada por meio de fotografias e, na maioria das vezes, descrita na coluna social do jornal *Diário da Borborema*. Como concluímos, a formatura constituía um rito de muitos significados, com a presença de autoridades políticas, religiosas e da sociedade, figuras que sacramentavam a conclusão dessa etapa. Desse modo, mais que uma prática escolar, a formatura se constituía em um evento social.

Além do jornal, identificamos a descrição da colação de grau da turma de 1971 no livro de Ata da escola, registrando o ritual de conclusão das normalistas em outro documento.

Figura 11: Ata da Solenidade de Colação de Grau - 1971



Fonte: Arquivo João Agripino  
Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia

Como textos característicos de Atas, a descrição do momento consta de informações precisas, mas também nos trazem alguns vestígios, por exemplo, da colação de grau que, em 1971, aconteceu no Auditório da ENECG, isto é, em seu prédio próprio. O diretor da escola foi quem presidiu as atividades, dando início ao ato. A mesa para solenidade foi composta pelo Diretor, Dr. Hamilton, e pelo Secretário de Educação, Tarcísio Selino, os únicos que são anunciados no registro da Ata. Notadamente, as figuras masculinas responsáveis pela condução do ensino e pela formação das normalistas.

As alunas fizeram o juramento e, em seguida, foram convidadas a receberem o seu diploma. Conforme o documento, as normalistas eram acompanhadas por seus padrinhos, que, como já comentamos podiam receber os diplomas, acompanhavam as alunas na valsa e lhes entregavam o anel da formatura. Os padrinhos, figuras masculinas, também eram responsáveis pela condução da normalista, uma espécie de guia, que orienta e autoriza a ação dessas moças. Após todo esse ritual, é conferida a fala para as normalistas, elas que deveriam ser as principais envolvidas na formação e no anseio por se profissionalizarem.

Por fim, o Coral das Normalistas entoando seu hino. O Parainfo, então, realiza sua homenagem, sendo seguido de mais uma apresentação musical do Coral. A presença do Coral ratifica uma das instruções presentes na formação das alunas, a disposição para música, que tanto possuía especificidades para o ensino primário como para adoção de valores morais na formação docente e na educação das crianças. Cabe destacar que, além do coral das normalistas, o redator da ata descreve a presença da banda de música do 2º Batalhão Militar. Inferimos que a participação de militares, abrilhantando o momento musical na solenidade, em especial devido ao contexto político, simbolizava o cumprimento da vigilância e da ordem nos espaços educativos.

A Ata é encerrada com a reprodução da última fala, ou seja, a do diretor, em agradecimento, e da identificação de todas as alunas que concluíram o curso em 1971. Destacamos que o diretor exerce, na colação de grau, notório poder, uma vez que a ele são conferidas a abertura e a finalização dos trabalhos. Os sinais dessa responsabilidade expressam o controle e hierarquização que a função administrativa, desenvolvida por um homem, exercia em uma escola feminina para formação de professoras.

O ato da colação de grau, assim como outros momentos desenvolvidas na ENECG, se apresentam como espaços de controle e vigilância. O que se confirma tanto nos aspectos formativos como nos ideais morais e políticos, conforme podemos notar na presença de familiares e convidados que conferiam a validação da formação, quanto no comparecimento do Estado (Secretário de Educação e Força Militar). O período por nós estudado é velado de simbolismos e restrições. Pautado na ideia de segurança e modernidade, o Estado controlava, supervisionava e vigiava muitos setores.

A educação era uma dessas instituições, vigiadas, manipuladas e reformadas, em prol da adoção do discurso que auxiliaria a manutenção do poder. Ao nosso ver, pelos vestígios e lentes da nova história cultural, a ENECG desenvolvia um conjunto de normas e práticas advindas de um modelo de ideário liberal, caracterizado pela representação de professora, idealizado ainda no século XIX, isto é, a mulher como propiciadora da educação das crianças e transformadora da sociedade, como também produzia uma cultura, por meio das práticas educativas que reforçavam essa representação.

Mesmo diante das ideias de modernização e incentivo da eficiência do ensino pelo tecnicismo, notamos que existia um conflito, bem planejado. À medida que se requeria um novo modelo educativo, esse era sustentado em filosofias passadas, isto é, o ideário liberal.

Os formuladores do currículo educacional descreviam que a educação seria moderna, voltada para um país em desenvolvimento, mas o faziam a partir de valores e conceitos que não eram tão modernos, de modo que a mudança favorecia apenas os que já detinham o poder. Um ciclo vicioso, repetitivo, aperfeiçoado de técnicas que se reinventam e mantêm as relações de dominação e controle dos corpos.

## PALAVRAS FINAIS

O percurso de uma pesquisa é marcado por idas e vindas. No início, conjecturamos hipóteses, traçamos planos, realizamos, constatamos, negamos. É um caminho tortuoso, mas ao mesmo tempo fortuito. Considero que as conclusões não sejam o momento final, por isso a escolha por *palavras*, pois as suposições não se esvaem, parecem-nos florescer mais ardentemente. Dentre os desafios da construção da pesquisa e dos/das pesquisadores e pesquisadoras, situo o contexto histórico no qual estamos emergidos. Realizar um mergulho em outros contextos, dentro do nosso período, sem recorrer aos anacronismos e outras dificuldades é tanto um desafio que não sabemos ser possível superar.

Discorrer sobre a formação das normalistas, isto é de professoras do Ensino Normal é um assunto inquietante. O campo de estudos desse tipo de formação é profícuo e legitimado, mas, ao passo que pesquisamos, encontramos mais sinuosidades nos caminhos, outros olhares, novos objetos, possibilidades. Na perspectiva histórica também cabe lidar com os documentos, com rasuras, a imposição do tempo e a dedicação à análise, tanto para não recorrer ao anacronismo, quanto para não se prender em olhares da superfície.

Retomando questões desta tese, inicialmente a problematização central – *Qual era o currículo desenvolvido pela Escola Normal Estadual de Campina Grande nos anos de 1960-1971?* – procurei discorrer sobre uma inquietação, inicialmente particular, isto porque o fato de ter formação de professora da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em Campina Grande-PB – cidade onde nasci –, me desvelou a curiosidade de conhecer como eram formadas as professoras campinenses, desencadeando assim toda uma tessitura social muito mais ampla, pela própria amplitude do problema – formação de professoras, ou pelas fontes consultadas – jornais, decretos, leis, fotografias, provas, fichas individuais de matrícula – materiais que estão presentes no nosso dia a dia, que registraram fatos da sociedade, em especial campinense. Neste sentido, discorrer sobre o pensamento educacional em uma escola para formação de professoras no interior da Paraíba abrange um pensamento mais amplo, social.

Os documentos analisados neste estudo não se esvaem de outros olhares e estão disponíveis nos arquivos já citados no texto. Destaco, a princípio, um olhar acerca da representação das normalistas, de modo que inúmeras questões podem ser suscitadas ainda,

tais como: as mudanças curriculares, as alterações nos quadros de disciplinas, a formação dos professores que assumiam as disciplinas específicas, a higiene e puericultura como prática do ensino normal, a escola de aplicação – cujo período de construção não identificamos, mas que devia compor a formação das normalistas –, entre tantas outras possibilidades que deixarei a cargo do leitor.

Sobre o conjunto de fontes consultadas para esta pesquisa sob o olhar do referencial teórico nos permitiu identificar que o currículo, tal qual as práticas pedagógicas e a cultura escolar desenvolvida na Escola Normal Estadual de Campina Grande, no período de 1960 a 1971, esteve pautado nas ideias de responsabilidade moral e cívica das normalistas para desempenharem o papel de mãe, esposa e filha para a educação campinense.

Essa afirmativa nos aproxima das construções em torno da formação das normalistas e das professoras em nossa história. Cabe rememorar que a ENECG foi criada em 1960, no transcurso de uma política nacional desenvolvimentista e sob a prática de políticas paraibanas que impulsionavam a alfabetização em consequência do desenvolvimento. Apesar da preocupação econômica aparecer como tangente ao desenvolvimento, a educação ocupa lugar de discurso e, embora a formação de professoras fosse entendida como necessária, no exemplo da ENECG, acabou sendo relegada à morosidade. A escola foi criada, mas funcionava em dependências de outras instituições, fragilizando o desenvolvimento das práticas educativas.

Como discurso político, tal assertiva, porém, aparecia em momentos difusos no jornal *Diário da Borborema*. Uma das centralidades do desenvolvimento campinense, o jornal narrava os fatos imediatos da sociedade e, por vezes, com o caráter de flagrantes, transparecia o desleixo educacional. Fatos como nomeação das professoras sem formação para os grupos primários aparecem como prejuízos à educação campinense (SOUSA, 2018). Em contraposição, era noticiado como pressuposto das exigências sociais campinenses a formação de normalistas, a qual era oferecida, ainda que em situação de salas de aula por empréstimo, na ENECG, a quem deveria: mulheres, delicadas, religiosas, caridosas, prendadas e organizadas. O jornal, apesar do caráter imediatista, descrevia as atividades educacionais da ENECG com suntuosidade. Ao lermos o periódico sem a perspectiva de analisar, pensamos em uma instituição coesa; no entanto, não nos cabe definir equidade, uma vez que, ao entender a sociedade como um conjunto diverso, compreendemos a escola e a cultura como heterogênea.

Concluímos que a formação das normalistas campinenses atendia às representações construídas historicamente em torno do papel feminino na sociedade, prevalecendo a ideia da mãe, aquela que cuida e educa, associando, assim, o magistério a uma missão particularmente feminina.

Podemos pontuar a conclusão a partir dos elementos analisados. Em princípio, no que concerne ao aparato legal, identificamos que quem detinha o poder do discurso previa e instaurava a organização do Ensino Normal. Além de delimitar as ordens, esse mesmo detentor do poder fiscalizava a sua execução. Dessa forma, a formação das normalistas esteve, ao menos desde 1946, quando da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, sob a hierarquização das doutrinas que regulamentavam e mantinham as condições de funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2014). O estado paraibano reforçou o poder do discurso, criando também a sua lei estadual com regulamentos que instauraram e regimentaram a formação das normalistas.

O jornal *Diário da Borborema* fomentou grande enredo das discussões, apresentando a maioria das situações ocorridas socialmente. Além de ser um periódico diário, os exemplares desse material se encontram disponíveis para consulta. E, mesmo não sendo um jornal pedagógico, mas sim social, suas narrativas compõem o cenário mais amplo da sociedade, situando assim nosso objeto dentro da sociedade campinense e paraibana.

As narrativas desse jornal discorrem desde a efetivação da escola, do período e quantidade de matrículas, das atividades desenvolvidas na e pela escola, da atuação dos diretores, até a presença religiosa e política dentro da instituição. Podemos afirmar que o *Diário da Borborema*, com a exposição das práticas escolares e culturais, apresentou o que norteava o fazer-se professora na ENECG em Campina Grande, no recorte histórico estudado. Todo esse cenário analisado, em conjunto com as fontes mencionadas, nos aproximou da cultura escolar da ENECG. Em concordância com Barbosa (2007), consideramos que é possível visitar o passado de diversas formas. Assim, as fotografias e os documentos oficiais da instituição nos aproximaram das práticas escolares e festividades desenvolvidas na ENECG na primeira década de seu funcionamento.

Muitas imagens foram captadas em “pose”, testemunhando o que nem sempre é possível de ser descrito (BURKE, 2014). A análise exigiu delicadeza e observação, pois as fotografias, assim como os outros documentos, não são reflexo da realidade. Nossa pesquisa

não descreve como aconteceram as atividades, mas aproxima-se das questões pensadas a partir do que está disposto nas fontes.

As práticas religiosas mereceram atenção, pois podem ser entendidas como generalizações: “[...] O modelo normativo de mulher, inspirado nos arquétipos do cristianismo [...] vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual” (ALMEIDA, 2004, p.68). A pureza, mansidão, beleza e maternidade passam a ser entendidas como aspectos inatos à mulher, de forma que as desviantes desse padrão não estão agindo conforme os preceitos de Deus. Também a padronização do Ensino Normal, evidenciando uma identidade única de normalistas, impunha ao currículo escolar formas homogêneas de seguir ou direcionar o aprendizado das futuras professoras.

A religião era compreendida como disciplina facultativa, no entanto seus símbolos e práticas estavam presentes no cotidiano das normalistas. Em um recorte espacial, durante o funcionamento da ENECG no Colégio Estadual da Prata, as normalistas participavam, quando das atividades religiosas, das missas na Igreja do Rosário, também localizada no bairro da Prata, em Campina Grande-PB. A escolha por realizar as atividades próximas da Escola exercia significados variáveis. A proximidade facilitaria o acesso e cumprimento do horário de toda a programação, mas também apresentaria para a comunidade próxima a escola a realização da atividade e o empenho na formação séria das normalistas.

Ao nos atermos que a disciplina de religião não compunha registro nas Fichas Individuais das alunas, questionamos então o fato de estas comemorarem ritos como a Páscoa e participarem da missa e confissão nesses rituais. Conforme observamos no material divulgado pelo jornal, foram realizadas práticas denominadas como a Páscoa das normalistas nos anos de 1961-1964 e em 1971, por exemplo.

O modelo da educação feminina vigiado pela concepção do religioso parece ter acompanhado a formação das alunas da ENECG. Além das celebrações de Páscoa, as alunas, ao concluírem o curso, passavam por uma série de eventos, definidos como diplomação e de que fazia parte a missa. Normalmente as celebrações eucarísticas aconteciam na catedral da cidade, evidenciando a notoriedade do evento. O controle também era realizado pela figura masculina, fosse na escola – onde quem comumente falava em nome das normalistas era o diretor, o paraninfo etc. – fosse nos atos de diplomação, onde as alunas eram acompanhadas por padrinhos nos momentos de receber o anel de formatura, do diploma e do baile.

Ainda com relação aos eventos sociais, os aniversários de fundação da ENECG também compunham o quadro de festividades. Embora a escola tivesse passado a funcionar em seu prédio próprio após 10 anos de sua fundação, os primeiros anos de criação foram registrados como momentos de entusiasmo, contando com participação de ex-alunas nas comemorações. Ressaltamos a organização do tempo nessas atividades – como pensado por Foucault (2014), o controle da atividade era elaborado também pelo tempo gasto, tanto na ideia da imposição, produção e reprodução das normas, como na eficiência do corpo ao desenvolver os gestos.

As formaturas e colação de grau comumente apareciam na coluna social do jornal, demonstrando que as festividades compunham um espaço demarcado na sociedade campinense. Algumas notas descrevem a realização do convite bem como a descrição detalhada do acontecimento. Essas notícias frequentemente traziam o dado da quantidade de alunas formadas, apresentando a Escola Normal como uma instituição que crescia e aumentava suas probabilidades formativas. Não destaca, no entanto, se a quantidade de professoras vinha sendo o satisfatório para os grupos escolares comporem enfim sua formação adequada em nível primário. Por outro lado, as notícias relacionadas à perspectiva com o currículo compunham cenário nas primeiras páginas do jornal (em algumas situações até a primeira página).

A Educação Física era um componente curricular do ensino, e, com base em alguns indícios, pudemos constatar a participação das normalistas em torneios de vôlei, comumente na Escola Normal do Colégio das Damas. Assim como os desfiles cívicos, essas práticas também se constituíam em atividades para o público e ou registro de uma solenidade.

Notadamente as práticas manuais ficaram mais perceptíveis em nosso estudo nas notícias do jornal. Associados como uma atividade comum aos cursos para mulheres, os poucos indícios por nós identificados tratavam de cursos de extensão desenvolvido durante as férias escolares. Esses faziam menções à elaboração de objetos e utensílios para casa, mas não especificava a aplicação ou até mesmo a presença de normalistas. Ratificamos apenas que o curso era desenvolvido na ENECG.

Sobre o currículo do ensino normal campinense, concluímos que este era composto pelas disciplinas de formação instrumental – Higiene e Puericultura, Desenho – próprias para o exercício da profissão, e formação geral – Português e Matemática –, fundamentando a formação das normalistas (KULESZA, 2004), definindo-se, assim, que a formação feminina

acentuaria sua prática para o lar, para ser mãe, e em alguns casos professoras de crianças pequenas, uma vez que combinava com as afeições naturais das moças.

A formação das normalistas para o ensino primário não atingiria os primeiros anos de formação da criança, isto é, os recém-nascidos e as crianças bem pequenas. Conforme a Lei 4.024 de 1961, Art.27, “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional” (BRASIL, 1961). Dessa forma, supomos que a educação de Higiene e Puericultura estava voltada, notadamente, para práticas educativas para além do ambiente escolar, mais para a educação familiar e social.

As práticas voltadas ao ensino de hábitos de higiene e o cuidado com crianças pequenas também estava fundamentado em outros tipos de discursos nacionais. Como apontam Silva *et al.* (2022, p. 185), manuais e revistas femininas construíam representações do feminino, como identidade materna: “Dentre estas representações de funções sociais, as revistas femininas sugeriam como o corpo deveria ser coberto e descoberto, educado e higienizado, como uma maneira de produzir identidades e representações das mulheres ao longo do tempo”.

Ser e fazer-se professora constitui, então, um entrelaçado de situações. Não se trata de uma missão para a qual as mulheres, especificamente, nascem prontas, caso contrário não seria necessário um currículo para moldá-las ou aperfeiçoá-las em tais circunstâncias. Nesse caso, ao currículo cumpre o papel de impor à escola, com seus agentes administrativos, o de agir, por meio das relações de poder, e de conferir legitimidade ao currículo pensado externamente para a formação das normalistas. Cabe destacar que, embora ainda externo, o currículo sofre influências do interno, do cultural e do social, logo deixa marcas, molda corpos e comportamentos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joabe Barbosa. “Cassar e caçar”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. **Revista Paraibana de História**, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014. ANPUH-PB. p. 56-73. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rph/article/view/23813>. Acesso em: 24 set. 2021.

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: Projetos de educação, projetos de cidades Campina Grande (1959)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006. 151 p. (Coleção Outras Histórias, n. 5).

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, Dermeval *et. al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

ANDRADE, Vivian Galdino de. Escola Normal João Pessoa: formação do professorado em Campina Grande (1928-1942). **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras-PB, v. 7, n. 14, p. 57-71, Jan./Jul. 2017 ISSN 2237-1451 Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/index>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 320 f.– Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação (PPGE) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa-PB, 2010.

ARAUJO, José Carlos Souza *et al.* À guisa de um Inventário sobre as Escolas Normais no Brasil: O movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960). *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 11-27.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **A Tradicional Escola Normal Cearense chega ao bairro de Fátima: formação das primeiras professoras primárias (1958-1960)**. 307f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2014.

ARAÚJO, Maria das Graças de. **O Ginásio Escola Normal Virgílio Távora e sua contribuição para a formação de docentes no Maciço de Baturité**. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

ARAÚJO, Marta Maria de. AQUINO, Luciene Chaves de. LIMA, Thais Christina Mendes de. Considerações sobre a Escola Normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BECK, Dinah Quesada. FELIPE, Jane. Gênero e uniformes escolares: a produção de corpos espetáculo na infância. In.: **Textura**. Canoas - n.32 p.169-186 set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1250> Acesso em: 24 set. 2021.

BENEDITO LACERDA e DAVI NASSER. **A Normalista**. Rio de Janeiro: Estúdios da RCA Victor: 1949. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=djARvv6c2IY> (duração:2'45).

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas**. Vol. I – Magia e Técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 2012.

BEZERRA, Martha Maria Macedo. **De aluno a professor formação docente de egressos da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte-Ce**. 123 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Fortaleza, 2013.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos – Bauru, SP, EDUSC, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Vocação ou profissão? ANDE: **Revista da Associa o Nacional de Educa o**, São Paulo, SP, v. 1, n.2, p. 70-74, 1981.

CABRAL, Filho Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina (1930-1950)**. Tese de Doutorado. João Pessoa, PB: Programa de Pós-gradua o em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba, 2007

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Rio de Janeiro, RJ, 8. ed. Editora  tica, 1983.

CAMPOS, Raquel Discini de. (2012). No rastro de velhos jornais: considera es sobre a utiliza o da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educa o. **Revista Brasileira de História da Educa o**, 12(1 [28]), 45-70.

CAVALCANTE, Maria Claudia. Campina e suas filhas: uma história da educa o infantil em Campina Grande / PB. In: **V Encontro Nordeste de História**. Recife. Anais do V Encontro Nordeste de História - UFPE, 2004. Disponível em: <http://eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/04-rep-sociais/Artigo%20de%20Maria%20Claudia%20Cavalcante.pdf> acesso em 18 dez. 2022.

CHAMON, Magda. As mulheres entre as esferas públicas e privada. *In: Trajetória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/ FHC-FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estud. Av.* v. 5, n. 11. São Paulo Jan./Apr. 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manoela Gakhardo. 2. ed. Memória e Sociedade. DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

COSTA, Silvânia Santana. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)**. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, PUCRS, 2016.

CRUZ, Francisca Tatianni Carneiro. **Memórias e narrativas da Escola Normal do Sagrado Coração em Ubajara - CE**. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

DOMINGUES, Filipe; SILVA, Solange Maria da. Um escritor compulsivo: os manuscritos inéditos de Dom Hélder Câmara. *In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003*. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541\\_8aa0f322cba725a6dcd0f0e5040d0bd3.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_8aa0f322cba725a6dcd0f0e5040d0bd3.pdf) Acesso em: 18 dez. 2022

FIGUERÔA, Ana Paula Rodrigues. **Que saudade da professorinha: história e memória da escolarização das normalistas Niteroienses e Recifenses**. 316 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. *In: Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhte. Petrópolis, Vozes, 2014. 288p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. As Escolas Normais da província: A organização do ensino normal em Sergipe durante o século XIX. *In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.

GATTI, Bernadete Angelina; PARO, Vitor Henrique; ROVAI, Evangelina. Um estudo sobre os cursos de formação de professores a nível de 2º grau (antigos cursos normais). **Cadernos**

de **Pesquisa**, São Paulo, n. 20, p. 15–37, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1733>. Acesso em: 18 dez. 2022.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: **Mitos, Emblemas e Sinais**. Companhia das Letras, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. *In*: HOBBSAWM, Eric. e Ranger, Terence. **A invenção das tradições**. RJ: Paz e Terra, 2017.

JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica (CIC)**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nr. 1, p. 9-44, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *In*: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: Inep. v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1243/982>. Acesso em: 05 out. 2022.

KULESZA, Wojciech Andrej. **O currículo da Escola Normal**: feito e tendências. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337WojciechKulesza.pdf>. 2014. Acesso em: 04 jun. 2021. p. 3762-3772.

KULESZA, Wojciech Andrej. Formação Histórica da Escola Normal da Paraíba. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas: Alínea, 2008. p. 263-278.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, Fábio Souza. A História por trás da origem do uniforme azul e branco das Normalistas do Rio de Janeiro. **RevistAleph**, n. 31, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39278>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LOPES, Antônio de Pádua carvalho. Um viveiro muito especial. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas: Alínea, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. edição. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17–23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 1 fev. 2021.

LOPES, Tania Maria Rodrigues. **Uma história de instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada**. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

LOPES, Alice Casimiro Lopes e MACEDO, Elizabeth Macedo. **Teorias de currículo**. São Paulo, Cortez, 2011.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi *et al.* **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MAGALHÃES, Ueder Moreira. **O ensino do voleibol escolar: possibilidades de intervenção na prática pedagógica**. 83 fls. o (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-PROEF) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos ; [coordenação] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2020.

MARTINS, Angela Maria de Souza. Os Anos Dourados e a Formação do Professor Primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960). **Revista Teias**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 15 p., ago. 2007. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23825>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **A Formação de professores primários no Piauí (1947- 1961): entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal**. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARQUES JUNIOR, Nelson. História do voleibol no Brasil e o efeito da evolução científica da educação física brasileira. EFDportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires - Año 17 - Nº

170 - Julio de 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd170/historia-do-voleibol-no-brasil.htm>. Acesso em: 24 set. 2021.

MONTEIRO, Simone Maria. **A Escola Normal de Casa Branca: criação, instalação, saberes e práticas escolares (1912 – 1932)**. – Piracicaba/SP. 199 fls. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Metodista, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba/SP, 2016.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e memória da formação docente em Ituiutaba - MG**. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge; SANTOS, Sônia Maria . Currículo e Formação Docente nas Escolas Normais de Ituiutaba, MG. In: **III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste**, 2015, Catalão, GO. III EHECO 2015. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/curre3adculo-e-formac3a7c3a3o-docente-nas.pdf> Acesso em 18 mar. 2021.

MORAIS, Lana Krisna Carvalho de. **Debates e silenciamentos: análise sobre a formação política das estudantes da escola normal oficial de Picos em tempos de ditadura militar (1967-1985)**. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares. Petrolina. 2018.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTTA, Diomar das graças. NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: Uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

MOURA, Suely Barbosa de. **O Colégio São José e a formação das professoras normalistas em Caxias – Maranhão: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949 – 1972)**. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2014.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da sua gênese aos anos da ditadura militar (1930-1970). In.: **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 2017. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/48/210e82242bd62976cc7c33194030734d.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

NASCIMENTO, Anne Kelly do. **Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda: formação de professores**. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação – PPGE. 2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura e ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil do Império à Primeira República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 19, n° 1-2, p. 37-52, jan/dez 2006.

NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. **Educação musical escolar: O canto orfeônico na Escola Normal de Belo Horizonte (1934-1971)**. 192 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG, 2008.

NETO, Wenceslau Gonçalves. Desafios da historiografia: convite à investigação coletiva local/regional sobre a história da educação brasileira. In.: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele. (org.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. Caxias do Sul, Educs, 2018.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas-SP: editora Alínea, 2013.

NORONHA, Isabelle de Luna Alencar. **Práticas educativas de normalistas no Cariri cearense (1923-1971): cadernos escolares - escritas femininas**. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fontes para a História da Educação. **Práxis Educacional**, v. 2, p. 187-206, 2006. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/issue/view/54>. Acesso em: 19 mar. 2023.

O MUNICÍPIO. Dados do Município. **Prefeitura Municipal de Cajazeiras**. Cajazeiras – PB. Disponível em: <https://cajazeiras.pb.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 - 1961)**. 167 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande-MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014.

PALMEIRA, Marilândia Barbosa. **Igreja, Cidade e Patrimônio: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande – PB**. 77 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

PASQUINI, Adriana Salvaterra.; TOLEDO, César Alencar. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 257–267, 2014. DOI: 10.17564/2316-3828.2014v2n3p257-267. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1297>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2º grau: Propondo a Formação de Professores**. 2. ed. Cortez Editora. São Paulo/SP: 1992. (Coleção Magistério 2º Grau).

ROCHA, Lucia Maria da Franca. A Escola Normal na província da Bahia. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua

Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 493–512, 2002. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10449>. Acesso em: 18 dez. 2022.

RODRIGUES, Melânia Mendonça (coord.). **A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana - Campina Grande/PB: criação e consolidação (1960-1970)**. Relatório Técnico apresentado ao CNPQ, Chamada MCTI/CNPq N ° 14/2014. Campina Grande, 2017. 51 f. Digitado.

RODRIGUES, Maria do Socorro Meireles. **Do ensino normal ao pedagógico: história e memória das instituições escolares de formação de professores em Parnasianismo (1927-1982)**. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In.: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.) **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

RIBEIRO, Quitéria Lúcia Ferreira de Alencar. **Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte: do Museu Vilas Nova Portugal à Sala de Memória**. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

SARMENTO, Maria Aurélia. **A Escola Normal Primária de Mossoró (1922-1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte**. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Educação. Curso de Pedagogia.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas: Alínea, 2008. 7-9.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4.ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis n.5.540/68 e n. 5.692/71. In.: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2013b.

SENA, Fabiana. Imprensa e instrução pública no império: o mundo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n° 1[34], 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38864>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SIONEK, Alejandro. **3+1: que conta é essa?** Um levantamento histórico sobre as (re)invenções no campo do currículo de biologia da UFPR. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31324/Monografia%20Alejandro%20Sionek.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Carolina Fernandes da; BORBA, Bruna Letícia de; VICENZI, Liziane Nathália. Ser mãe é uma concepção divina? Representações de deveres maternalistas com a Educação Física nas revistas “*Jornal das Moças*” e “*O Cruzeiro*” (Décadas de 1930 a 1950). In.: **História e Cultura**. Dossiê Temático. v.11, n.1, jul/2022. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3589>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Sthefany Matheus da. **O papel da escola normal secundária Leonel França de Paranavaí na formação de professoras (1956-1974)**. 149 fls. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino Formação Docente Interdisciplinar- PPIFOR, da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR. Campus Paranavaí, 2021.

SILVA, Vívica de Melo. **Por uma formação da juventude campinense: O Colégio Gigantão da Prata (1948-1962)**. 180 fls. Tese (Doutorado em Educação). – Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Vívica de Melo. **Grupo Escolar Solon de Lucena: Um Novo Modelo de Escolarização Primária para a cidade de Campina Grande – PB (1924-1937)**. 140 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB/CE/PPGE. João Pessoa, 2009.

SILVA, Francinaide de Lima. **A escola normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira e. A constituição da Escola Normal do Ceará em documentos oficiais e no discurso jornalístico. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social**. 2016. 195 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2016.

SOUSA, Maria Cleide Soares de. **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da escola normal em Catolé do Rocha/PB - 1939 a 1959**. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB/CE/PPGE. João Pessoa, 2012.

SOUSA, Pâmella Tamires Avelino de. “**Em benefício da formação da juventude feminina**”- a Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960). 2018. 185 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

SOUSA, Débia Suênia da Silva. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949-1983)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal: UFRN, 2018.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 14, mai/jun/jul/ago de 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar), 2000, p. 61-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VICENTINI, Paula Perlin. LUGLI, Rosario Genti. O magistério secundário como profissão: o associativismo docente e a expansão do sistema educacional brasileiro entre os anos 1940 e 1960. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 14, n. 24, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/issue/view/233>. Acesso em: 21 mai. 2021.

VICENTINI, Paula Perin. Celebridade e Anonimato: Uma Análise dos Dispositivos de Construção da Imagem Sócio-Profissional do Magistério. **Revista Teias**, [S.l.], v. 7, n. 13-12, p. 11 p., out. 2007. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24611>. Acesso em: 25 mai. 2021.

VICENTINI, Paula Perlin. LUGLI, Rosario Genti. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 4).

VIEIRA, Débora Magali Miranda. **A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890-1914)**. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. In: **Historia de la Educación**, v. 25, p. 131-152, 2006.

VILLANOVA, Carla. No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas Instituto e Normalista. In.: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello.; XAVIER, Libânia Nacif. (org.) **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VIVIANI, Luciana Maria. Formação de professoras e Escolas Normais paulistas: um estudo da disciplina Biologia Educacional. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. Educ. Pesqui., 2005 31(2), maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Ld9hmXHzNDV9V4sZkHsy6fv/?lang=pt#>. Acesso em: 18 mar. 2022.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 24 set. 2021.

## LEIS E DECRETOS

ESTADO DA PARAÍBA. Ofício GG/484 de 26 de outubro de 1959.

ESTADO DA PARAÍBA. RESOLUÇÃO Nº 1/68, de 1968.

ESTADO DA PARAÍBA. RESOLUÇÃO Nº 30/70, de 1970.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Parecer nº 94/71, de 05 de fevereiro de 1971, do CFE. In.: AGUIAR, José Márcio (org.). CFE - Pareceres Básicos; Reforma - ensino de 1º e 2º graus. Brasília Mai Editora, 1975. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer\\_n.94-1971sobre\\_emc.pdf](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.94-1971sobre_emc.pdf). Acesso em: 22 jun. 2020

PARAÍBA, Decreto Lei nº 850, de 6 de dezembro de 1952. Organização do Ensino Normal da Paraíba. Disponível em: **Diário Oficial**, 24 de dezembro de 1952.

## JORNAIS

"SEMANA DA NORMALISTA" VAI PROSSEGUIR NA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 22 de outubro de 1971, p. 2, nº 4486.

“ENTRADAS” SERÁ TEMA DA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1964, p.1, ano VIII – nº2191.

CADEIRA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS. **Diário da Borborema**, 1963, p.1, ano VI – nº1789.

COLÉGIO ESTADUAL DE C. GRANDE – AVISO. **Diário da Borborema**, 1960, p.8, ano III – nº 881.

CONCLUINTES ESCOLHERAM O PARANINFO. **Diário da Borborema**, 1964, p.6, ano VIII – nº2225.

CORAL DAS NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, 1965, p.2, ano IX – nº2513.

CURSO DE DESENHO PEDAGÓGICO. **Diário da Borborema**, 1964, p.1, ano VII – nº 2021.

CURSO DE ESTUDOS CAMPINENSES NA ESCOLA NORMAL ESTADUAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de julho de 1964, p. 8, ano VII – nº 2151.

DIPLOMAÇÃO AMANHÃ DAS NOVAS PROFESSORAS **Diário da Borborema**, 1963, p.1/4, ano VII – nº 1993.

DIPLOMAÇÃO DAS CONCLUINTEs DA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 11 de dezembro de 1962, p. 8, ano VI - nº 1706.

ENE ENTREGA MAIS UMA TURMA DE PROFESSORAS. **Diário da Borborema**, 1968, p.7, ano XII – nº3648.

ESCOLA NORMAL COMEMORA TRANSCURSO DO DIA DAS MÃES. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 7 de maio de 1966, p. 8, ano IX – nº 2639.

ESCOLA NORMAL DIPLOMARÁ NOVA TURMA. **Diário da Borborema**, 1966, p.8, ano X – nº2799.

ESCOLA NORMAL ESTADUAL FORMA NOVAS PROFESSORAS. **Diário da Borborema**, 1971, p.8, nº 4527.

ESCOLA NORMAL funcionará este ano em C. Grande. **Diário da Borborema**, 1960, p. 8, ano II, nº 880.

ESCOLA NORMAL PARA CAMPINA. **Diário da Borborema**, 1960, p. 2, ano III – nº882.

ESCOLA NORMAL PARTICIPARÁ DE DESFILE. **Diário da Borborema**, 1961, p.8, ano IV – nº 1354.

ESCOLA NORMAL TEM CINEMA EDUCATIVO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 8 de outubro de 1967, p. 8, ano XI – nº 3299.

ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1963, p.8, ano VI – nº1759.

FESTIVAL NO TEATRO: CORAL DAS NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de outubro de 1965, p. 8, ano IX – nº 2508.

LEMBRETE AO GOVERNADOR. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 22 de janeiro de 1960, p. 2, ano III – nº 876.

MATERIAL DIDÁTICO PARA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1964, p.3, ano VII – nº2195.

MATINAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de junho de 1967, p. 7, ano IX – nº 2216.

NOITE CEARENSE. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 29 de maio de 1962, p. 7, ano V – nº 1551.

NOITE DE ARRASTÃO. **Diário da Borborema**, 1966, p.7, ano X – nº2778.

NORMALISTAS COM GRANDES FESTAS. **Diário da Borborema**, 1964, p. 7, ano VII – nº 2105.

NORMALISTAS COM GRANDES FESTAS. **Diário da Borborema**, 1964, p.8, ano VII – nº 2105.

NORMALISTAS FAZEM HOJE SUA PASCOA NA IGREJA DO ROSARIO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 21 de maio de 1961, p. 8, ano IV – nº 1258.

NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 29 de outubro de 1966, p. 7, ano X – nº 2776.

NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB.18 de dezembro de 1965, p. 7, ano IX – nº 2547.

PROFESSORANDAS DE 1969. **Diário da Borborema**, 1969, p.6, nº 3900.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, 1964, p.5, ano VIII – nº2263.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, 1965, p.7, ano IX – nº2544.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 13 de dezembro de 1967, p. 7, ano XI – nº 3352.

SEGUNDA FESTA DOS NAMORADOS NO CLUBE MÉDICO. **Diário da Borborema**, 1963, p.8, ano VI – nº1842.

SEMANA DA NORMALISTA CAMPINENSE SERÁ LEVADA A EFEITO NO TEATRO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 26 de outubro de 1966, p. 3, ano X – nº 2773.

SEMANA DA NORMALISTA SERÁ REALIZADA NO TM. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 11 de outubro de 1966, p. 6, ano X – nº 2761.

SEMANA DA NORMALISTA. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 7 de outubro de 1966, p. 7, ano X – nº 2758.

SEMANA DAS NORMALISTAS EM CAMPINA. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de setembro de 1966, p. 8, ano IX – nº 2745.

"SEMANA DA NORMALISTA" VAI PROSSEGUIR NA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 22 de outubro de 1971, p. 2, nº 4486.

“ENTRADAS” SERÁ TEMA DA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1964, p.1, ano VIII – nº2191.

CADEIRA DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS. **Diário da Borborema**, 1963, p.1, ano VI – nº1789.

COLÉGIO ESTADUAL DE C. GRANDE – AVISO. **Diário da Borborema**, 1960, p.8, ano III – nº 881.

CONCLUINTES ESCOLHERAM O PARANINFO. **Diário da Borborema**, 1964, p.6, ano VIII – nº2225.

CORAL DAS NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, 1965, p.2, ano IX – nº2513.

CURSO DE DESENHO PEDAGÓGICO. **Diário da Borborema**, 1964, p.1, ano VII – nº 2021.

CURSO DE ESTUDOS CAMPINENSES NA ESCOLA NORMAL ESTADUAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de julho de 1964, p. 8, ano VII – nº 2151.

DIPLOMAÇÃO AMANHÃ DAS NOVAS PROFESSORAS **Diário da Borborema**, 1963, p.1/4, ano VII – nº 1993.

DIPLOMAÇÃO DAS CONCLUINTES DA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 11 de dezembro de 1962, p. 8, ano VI - nº 1706.

ENE ENTREGA MAIS UMA TURMA DE PROFESSORAS. **Diário da Borborema**, 1968, p.7, ano XII – nº3648.

ESCOLA NORMAL COMEMORA TRANSCURSO DO DIA DAS MÃES. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 7 de maio de 1966, p. 8, ano IX – nº 2639.

ESCOLA NORMAL DIPLOMARÁ NOVA TURMA. **Diário da Borborema**, 1966, p.8, ano X – nº2799.

ESCOLA NORMAL ESTADUAL FORMA NOVAS PROFESSORAS. **Diário da Borborema**, 1971, p.8, nº 4527.

ESCOLA NORMAL funcionará este ano em C. Grande. **Diário da Borborema**, 1960, p. 8, ano II, nº 880.

ESCOLA NORMAL PARA CAMPINA. **Diário da Borborema**, 1960, p. 2, ano III – nº882.

ESCOLA NORMAL PARTICIPARÁ DE DESFILE. **Diário da Borborema**, 1961, p.8, ano IV – nº 1354.

ESCOLA NORMAL TEM CINEMA EDUCATIVO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 8 de outubro de 1967, p. 8, ano XI – nº 3299.

ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1963, p.8, ano VI – nº1759.

FESTIVAL NO TEATRO: CORAL DAS NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de outubro de 1965, p. 8, ano IX – nº 2508.

LEMBRETE AO GOVERNADOR. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 22 de janeiro de 1960, p. 2, ano III – nº 876.

MATERIAL DIDÁTICO PARA ESCOLA NORMAL. **Diário da Borborema**, 1964, p.3, ano VII – nº2195.

MATINAL. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 28 de junho de 1967, p. 7, ano IX – nº 2216.

NOITE CEARENSE. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 29 de maio de 1962, p. 7, ano V – nº 1551.

NOITE DE ARRASTÃO. **Diário da Borborema**, 1966, p.7, ano X – nº2778.

NORMALISTAS COM GRANDES FESTAS. **Diário da Borborema**, 1964, p. 7, ano VII – nº 2105.

NORMALISTAS COM GRANDES FESTAS. **Diário da Borborema**, 1964, p.8, ano VII – nº 2105.

NORMALISTAS FAZEM HOJE SUA PASCOA NA IGREJA DO ROSARIO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 21 de maio de 1961, p. 8, ano IV – nº 1258.

NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 29 de outubro de 1966, p. 7, ano X – nº 2776.

NORMALISTAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB.18 de dezembro de 1965, p. 7, ano IX – nº 2547.

PROFESSORANDAS DE 1969. **Diário da Borborema**, 1969, p.6, nº 3900.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, 1964, p.5, ano VIII – nº2263.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, 1965, p.7, ano IX – nº2544.

PROFESSORANDAS. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 13 de dezembro de 1967, p. 7, ano XI – nº 3352.

SEGUNDA FESTA DOS NAMORADOS NO CLUBE MÉDICO. **Diário da Borborema**, 1963, p.8, ano VI – nº1842.

SEMANA DA NORMALISTA CAMPINENSE SERÁ LEVADA A EFEITO NO TEATRO. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 26 de outubro de 1966, p. 3, ano X – nº 2773.

SEMANA DA NORMALISTA SERÁ REALIZADA NO TM. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 11 de outubro de 1966, p. 6, ano X – nº 2761.

SEMANA DA NORMALISTA. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 7 de outubro de 1966, p. 7, ano X – nº 2758.

SEMANA DAS NORMALISTAS EM CAMPINA. **Diário da Borborema**, Campina Grande – PB. 27 de setembro de 1966, p. 8, ano IX – nº 2745.

NORMALISTA TERÁ SEMANA EM OUTUBRO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro. 1970.

## APÊNDICES

Levantamento das produções em nível de Mestrado no Banco de teses e dissertações da CAPES.

ANO	TÍTULO	UNIVERSIDADE	AUTOR
2017	ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AS INICIATIVAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERLÂNDIA (1970 - 1980)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	CLARISSA BETANHO INÁCIO
2013	A ESCOLA NORMAL DA BAHIA: SABERES VEICULADOS NA FORMAÇÃO DAS MULHERES PARA O MAGISTÉRIO (1890 - 1914)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	DÉBORA MAGALI MIRANDA VIEIRA
2016	O ENSINO NORMAL REGIONAL EM CIANORTE-PR: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS E SABERES PEDAGÓGICOS (1957-1964)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	ANDRESSA LARIANI PAIVA GONÇALVES
2018	O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS NA ESCOLA NORMAL DE NITERÓI NOS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA (1896-1899)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	CRISTIANE KOZLOWSKY NEVES
2018	A ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-1905): MEMÓRIA E COTIDIANO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	ANDRÉ LUÍS OLIVEIRA
2015	VOZES E SAUDADES: AS NARRATIVAS DAS EX-ALUNAS SOBRE A ESCOLA NORMAL REGIONAL NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO – GUIMARÃES/MA (1957-1961).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	ALDA MARGARETE SILVA FARIAS SANTIAGO
2017	UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS, SÃO PAULO, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	ALINE RUBIANE DE CARVALHO PAVANI
2013	ESTUDANTES QUE CURSARAM OU NÃO O NORMAL FRENTE AO ESTÁGIO NO CURSO DE PEDAGOGIA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	ANA PAULA LOURENÇO FERREIRA
2015	AS NORMALISTAS CHEGAM AO SUBÚRBIO – A HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA: DA CRIAÇÃO À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (1946 – 1953).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FÁBIO SOUZA LIMA
2015	A EDUCAÇÃO SALESIANA NA CIDADE DE PONTE NOVA – MINAS GERAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	GIOVANNA MARIA ABRANTES CARVAS
2013	A ESCOLA NORMAL DE JUIZ DE FORA: CRISES E PERMANÊNCIAS (1881-1911)	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PRISCILA ALVES FERREIRA
2018	A DISCIPLINA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FORJANDO “UMA IDENTIDADE” ATRAVÉS DO CURRÍCULO? (1880-1916)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	LUCIANA DE REZENDES FERREIRA DA SILVA
2018	DEBATES E SILENCIAMENTOS: ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA DAS ESTUDANTES DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1967-1985)	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	LANA KRISNA DE CARVALHO MORAIS
2016	A ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO: INSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL MINEIRO DO SÉCULO XIX (1835-1889)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	JUMARA SERAPHIM PEDRUZZI

2015	ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO CARMO MIRANDA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	ANNE KELLY DO NASCIMENTO
2014	O PAPEL DA ESCOLA NORMAL SECUNDÁRIA DE SÃO CARLOS NA CONSTITUIÇÃO DE UM PODER LOCAL DA ELITE (1911-1923)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	BELISSA DO PINHO JAMBERSI
2013	DE ALUNO A PROFESSOR FORMAÇÃO DOCENTE DE EGRESSOS DA ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	MARTHA MARIA MACEDO BEZERRA
2017	PRÁTICAS FORMATIVAS NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM UMA DISCIPLINA DO CURSO NORMAL	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ANA PAULA DA SILVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA
2013	DO ENSINO NORMAL AO PEDAGÓGICO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PARNAÍBA (1927-1982)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI	MARIA DO SOCORRO MEIRELES RODRIGUES
2017	HISTÓRIA DA ESCOLA NORMAL DO COLÉGIO PROVIDÊNCIA DE MARIANA – MG (1902 - 1930)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	JOSÉ GUSTAVO ALMEIDA DA SILVA
2017	MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA ESCOLA NORMAL DO SAGRADO CORAÇÃO EM UBAJARA – CE.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	FRANCISCA TATIANNI CARNEIRO CRUZ
2015	ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE: DO MUSEU VILAS NOVA PORTUGAL À SALA DE MEMÓRIA AMÁLIA XAVIER DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	QUITÉRIA LÚCIA FERREIRA DE ALENCAR RIBEIRO
2016	“COLÉGIO DAS FREIRAS”: EDUCAÇÃO FEMININA NO CURSO NORMAL NO SUL DE GOIÁS (1939/1968)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/REGIONAL CATALÃO	FABIANA APARECIDA DE ANDRADE
2017	ENTRE O ORATÓRIO E A PROFISSÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM PORTO VELHO/RO (1930-1946)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FERNANDA BATISTA DO PRADO
2013	HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CASCAVEL ENTRE 1951 E 1971: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS NORMAIS CAROLA MOREIRA E IRENE RICKLI.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	JEHNNY ZÉLIA KALB FACCHI
2015	O TRABALHO PEDAGÓGICO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CURSO NORMAL: ENTRE CABOTAGENS, NAUFRÁGIOS E TRAVESSIAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	JOSIANE LARA FAGUNDES
2014	NO COMPASSO DO MODERNO: O CURSO NORMAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA (ANOS DE 1960)	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA(UDESC)	KARIN SEWALD VIEIRA
2015	<i>FIOS QUE ENTRELAÇAM A FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: NARRATIVAS DE NORMALISTAS DO CIEP 341 NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS-RJ</i>	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	LILIANE SANT’ANNA DE SOUZA MARIA
2016	A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTOS: UMA REALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO 1928-1933.	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	LÚCIA TAVARES NASCIMENTO
2017	FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO NA MODALIDADE NORMAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL (2003-2008)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO CAMPO GRANDE/MS	NOÉLIA MARIA MATOS DE MORAIS CORRÊA

2015	DO CURSO NORMAL AO MAGISTÉRIO: O CURSO NORMAL ESTADUAL EM PARANAÍBA/MT (1967-1975)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	NOELY COSTA DIAS GARCIA
2019	ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO(1880-1889): ORIENTAÇÕES POSITIVISTAS NO CAMPO PEDAGÓGICO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SORAIA REGIANE CARLOS
2018	MEMÓRIAS DE EX-ALUNOS (AS) NO INTERNATO DA ESCOLA NORMAL EVANGÉLICA EM SÃO LEOPOLDO/RS: PRÁTICAS COTIDIANAS E CULTURA ESCOLAR(1950-1966)	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	ESTELA DENISE SCHUTZ BRITO
2016	SABERES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA NORMAL DE SABARÁ, EM MINAS GERAIS (1882-1904)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG	ALEXSANDRA BORGES FERNANDES
2013	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS NORMAIS DE CAMPO GRANDE: UM OLHAR SOBRE O MANUAL <i>METODOLOGIA DO ENSINO, PRIMÁRIO</i> DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS	CARLOS SOUZA PARDIM
2013	PRESCRIÇÕES SOBRE HIGIENE NA CIDADE E NA ESCOLA NORMAL: SÃO JOÃO DEL-REI, FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	DANIELA FLÁVIA MARTINS FONSECA
2017	LIVROS DE PSICOLOGIA RECOMENDADOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS - MÁRIO CASASSANTA (1927).	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	LUÃ AUGUSTO DA SILVA LANÇA
2016	A ESCOLA NORMAL DE CASA BRANCA: CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS ESCOLARES (1912 – 1932)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	SIMONE MARIA MONTEIRO
2014	O COLÉGIO SÃO JOSÉ E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NORMALISTAS EM CAXIAS-MARANHÃO: FORMANDO PARA IGREJA, PARA A PÁTRIA E O LAR (1949 – 1972)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	SUELY BARBOSA DE MOURA
2014	ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL - PR (1946 – 1980)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	LUCIMARA LEMIECHEK
2017	A FORMAÇÃO DOCENTE EM MINAS GERAIS: ESCOLA NORMAL OFICIAL DE UBERABA, 1948 A 1959	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	GABRIELA MARQUES DE SOUSA
2013	AGENTE MEDIADOR DA CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS: O BIBLIOTECÁRIO DA ESCOLA NORMAL PAULISTA	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP	GIZELMA GUIMARÃES PEREIRA SALES
2013	<i>COMPETENTE SPORTSWOMAN E DEDICADA PROFESSORA</i> : LUCIA JOVIANO E A <i>GYMNASTICA</i> NO ENSINO NORMAL (1910-1932)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG	GYNA DE ÁVILA FERNANDES
2015	A ESCOLA NORMAL DE PONTA PORÃ, SUL DE MATO GROSSO (1959-1974)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	ARTUR D'AMICO BEZERRA
2014	A ESCOLA NORMAL DE MOÇAS DAS ELITES: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ESCOLARES, CULTURAIS E SOCIAIS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA (1946 – 1961)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	FERNANDA ROS ORTIZ
2013	A ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA DE MOSSORÓ (1922-1934): NARRATIVAS SOBRE A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN	MARIA AURÉLIA SARMENTO

2017	LUTA PELA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NORMALISTAS: ESCOLA NORMAL DE INSTITUTORAS DE BOLÍVAR (1874-1930)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	YÉSICA PAOLA MONTES GELES
2015	O JARDIM DA INFÂNCIA PÚBLICO ANEXO A ESCOLA NORMAL DA PRAÇA UM ESTUDO SOBRE O GÊNERO 1896 1926	PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP	MAITÉ CUSTÓDIO RIOS AIRD
2013	O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO 1880 1890	PONTIFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP	RITCHIE SOARES BARBOSA MARTINS

Levantamento das produções em nível de Doutorado no Banco de teses e dissertações da CAPES.

ANO	TÍTULO	UNIVERSIDADE	AUTOR
2015	MANUAIS DIDÁTICOS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS NORMAIS PARANAENSES (1920-1960)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	SHIRLEI TEREZINHA ROMAN GUEDES
2018	O GINÁSIO ESCOLA NORMAL VIRGÍLIO TÁVORA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO
2015	ENTRE O MONUMENTO IDEALIZADO E O REALIZADO: A ESCOLA NORMAL LIVRE MUNICIPAL DE SOROCABA (1929 A 1967)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	ADRIANA RICARDO DA MOTA ALMEIDA
2015	A ESCOLA NORMAL DO AMAZONAS: A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE (1889 - 1945)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA (UNISO)	ASSISLENE BARROS DA MOTA
2013	PRESCRIÇÕES PARA ENSINAR A ENSINAR LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO: CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS BRASIL/FRANÇA (1874-1889)	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	BÁRBARA CORTELLA PEREIRA
2013	ESCOLA NORMAL DE NATAL (RIO GRANDE DO NORTE, 1908-1971)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	FRANCINAIDE DE LIMA SILVA
2015	ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO (1927-1933)	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	LEILA MARIA INOUE
2015	PRÁTICAS EDUCATIVAS DE NORMALISTAS NO CARIRI CEARENSE (1923 - 1971): CADERNOS ESCOLARES - ESCRITAS FEMININAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	ISABELLE DE LUNA ALENCAR NORONHA
2014	OS LIVROS DIDÁTICOS NA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA (1876-1920): ENTRE A UNIVERSALIDADE E AS SINGULARIDADES DA CIRCULAÇÃO DA LITERATURA PEDAGÓGICA.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	MARLETE DOS ANJOS SILVA SCHAFFRATH
2013	ENSINO NORMAL: DA FORMAÇÃO A PROFESSORA À FORMAÇÃO DA MULHER, ESPOSA E MÃE	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	MARYAHN KOEHLER SILVA
2016	HISTÓRIAS CONTADAS E VIVIDAS: MEMÓRIAS DA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO BRAGA DE ITABAIANA/SERGIPE (1950-1972)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	SILVÂNIA SANTANA COSTA
2014	HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM ITUIUTABA -MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	ANDRÉIA DEMÉTRIO JORGE MORAES

2014	A TRADICIONAL ESCOLA NORMAL CEARENSE CHEGA AO BAIRRO DE FÁTIMA: FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS (1958 – 1960)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAÚJO
2015	ENTRE LIVRES E OFICIAIS: A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO (1927-1933)	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	LEILA MARIA INOUE
2015	O ENSINO DE PSICOLOGIA NA ESCOLA NORMAL EM SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	ANA PAOLA SGANDERLA
2017	QUE SAUDADE DA PROFESSORINHA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO DAS NORMALISTAS NITEROIENSES E RECIFENSES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	ANA PAULA RODRIGUES FIGUEIRÔA
2013	PRESCRIÇÕES PARA ENSINAR A ENSINAR LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO: CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS BRASIL/FRANÇA (1874-1889)	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	BÁRBARA CORTELLA PEREIRA
2016	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PIAUÍ (1947-1961): ENTRE AS APROPRIAÇÕES E MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI	ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS
2015	UMA HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES E FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO CARIRI (1923 A 1960): O COLÉGIO SANTA TERESA DE JESUS E A ESCOLA NORMAL RURAL DE JUAZEIRO DO NORTE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-COMPARADA	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC	TANIA MARIA RODRIGUES LOPES
2017	AS NORMALISTAS DO RIO DE JANEIRO O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOCA (1920 – 1970): DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	FÁBIO SOUZA CORREA LIMA
2017	DISCURSOS SOBRE CRIANÇAS E INFÂNCIA EM REVISTAS PEDAGÓGICAS (1920-1940) DIRIGIDAS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL E NO BRASIL/SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	MÔNICA TERESINHA MARÇAL
2014	PRÁTICAS MOBILIZADORAS DE CULTURA ARITMÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1868-1889): OUVINDO ESPECTROS IMPERIAIS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	KÁTIA SEBASTIANA CARVALHO DOS SANTOS FARIAS
2016	O ENSINO DO DESENHO NA ESCOLA NORMAL DE BELO HORIZONTE (1906-1946)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG	ISMAEL KRISHNA DE ANDRADE NEIVA
2015	“SENTIDO NOVO DA VIDA RURAL”: A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA ESCOLA NORMAL REGIONAL D. JOAQUIM SILVÉRIO DE SOUZA (1949-1963)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	LEONARDO DOS SANTOS NEVES
2013	O PROJETO EDUCATIVO DAS SALESIANAS NA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CAMPOS/RJ, E A TESSITURA DA IDENTIDADE DA PROFESSORA CATÓLICA: 1937 – 1961	PUC-RIO	IVONE GOULART LOPES